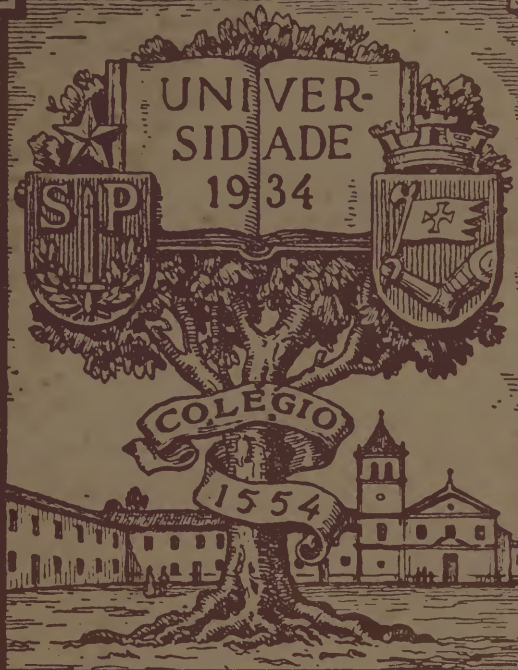


ANUÁRIO

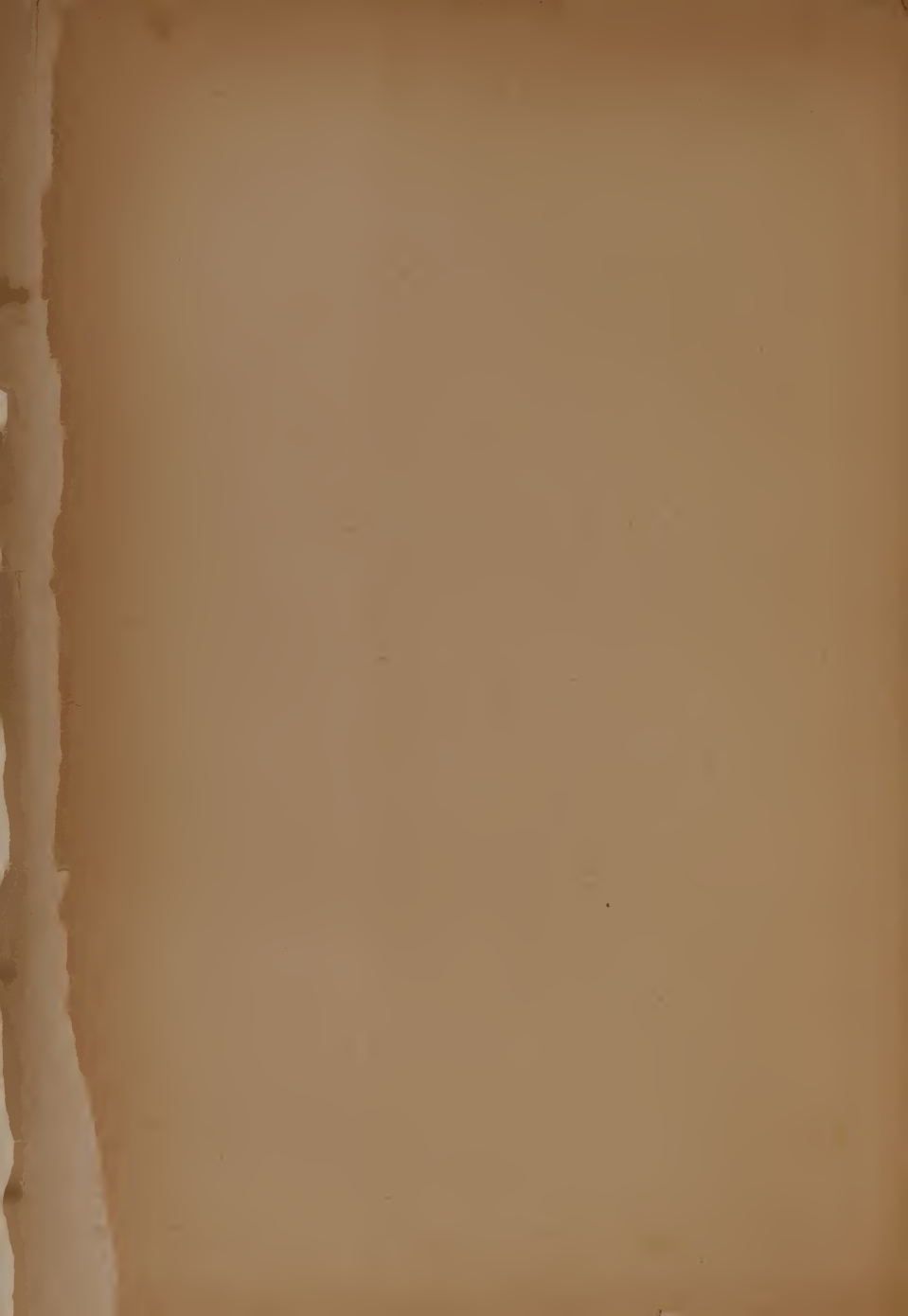


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA
CIÊNCIAS E LETRAS

J. W. R.

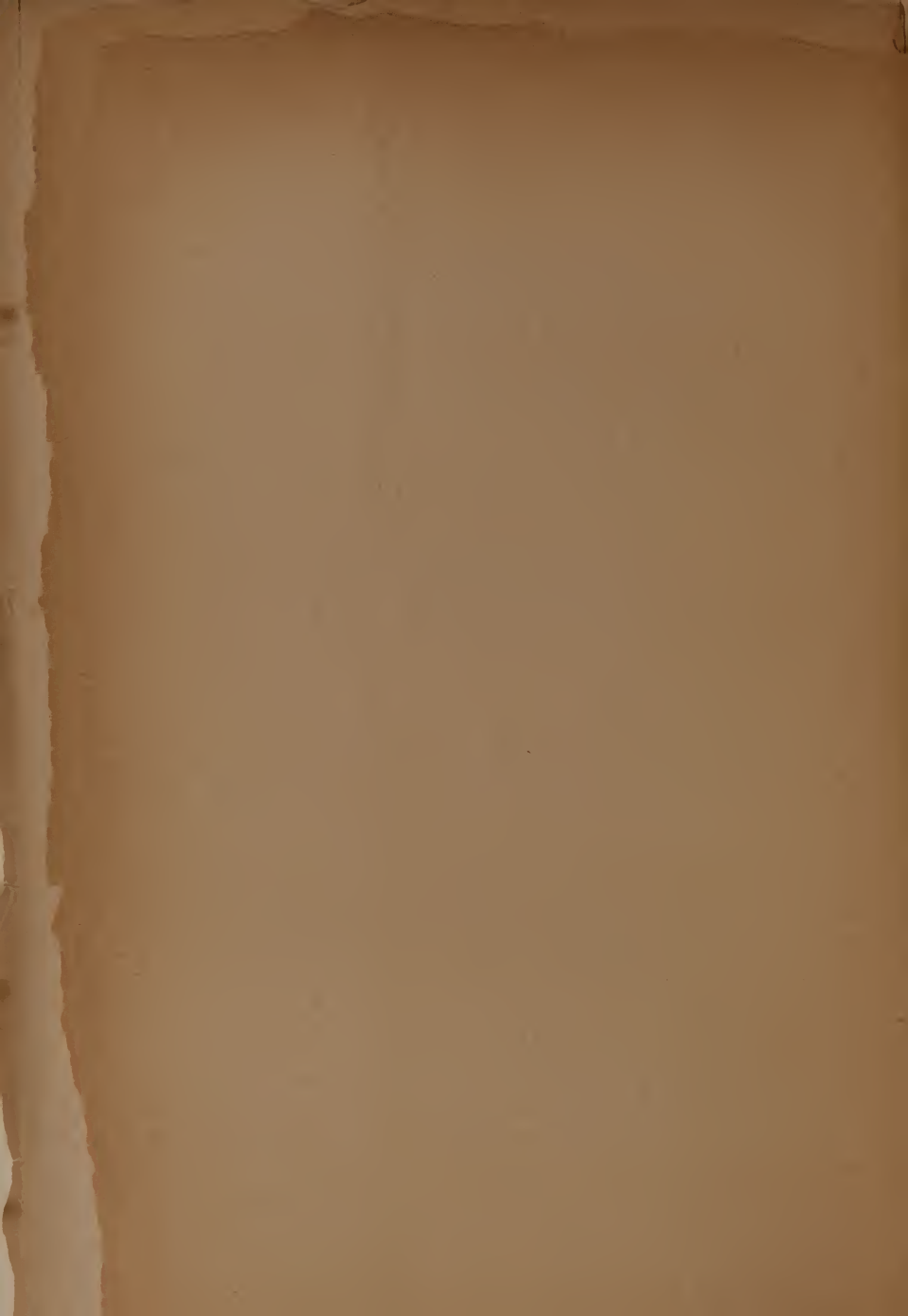
1936



ANUÁRIO
DA
FACULDADE
DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS
1936



1937
UNIVERSIDADE DE S. PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 2.926 — S. PAULO
Estados Unidos do Brasil



UNIVERSIDADE DE S. PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

1.ª Secção: FILOSOFIA	}	1.ª Cadeira — FILOSOFIA	
		2.ª Cadeira — HISTÓRIA DA FILOSOFIA	
		3.ª Cadeira — FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS	
		4.ª Cadeira — PSICOLOGIA	
2.ª Secção: CIÊNCIAS	}	1.ª Sub-secção: CIÊNCIAS MATEMÁTICAS	1.ª Cadeira — GEOMETRIA (projetiva e analítica). HISTÓRIA DAS MATEMÁTICAS
			2.ª Cadeira — ANÁLISE MATEMÁTICA
			3.ª Cadeira — MECÂNICA RACIONAL, precedida de CÁLCULO VECTORIAL
		2.ª Sub-secção: CIÊNCIAS FÍSICAS	1.ª Cadeira — FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL
			2.ª Cadeira — TEORIAS FÍSICAS, HISTÓRIA DA FÍSICA
		3.ª Sub-secção: CIÊNCIAS QUÍMICAS	1.ª Cadeira — QUÍMICA
	2.ª Cadeira — QUÍMICA, HISTÓRIA DA QUÍMICA		
	4.ª Sub-secção: CIÊNCIAS NATURAIS	1.ª Cadeira — MINERALOGIA E GEOLOGIA	
		2.ª Cadeira — BOTÂNICA GERAL	
		3.ª Cadeira — FISILOGIA GERAL	
		4.ª Cadeira — ZOOLOGIA GERAL	
		5.ª Cadeira — FISILOGIA GERAL E ANIMAL	
		6.ª Cadeira — BIOLOGIA GERAL	
	5.ª Sub-secção: GEOGRAFIA E HISTÓRIA	1.ª Cadeira — GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA	
		2.ª Cadeira — HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO	
		3.ª Cadeira — HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA	
		4.ª Cadeira — HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	
		5.ª Cadeira — ETNOGRAFIA BRASILEIRA E LÍNGUA TUPI-GUARANI	
	6.ª Sub-secção: CIÊNCIAS SO- CIAIS E PO- LÍTICAS	1.ª Cadeira — SOCIOLOGIA	
		2.ª Cadeira — SOCIOLOGIA	
		3.ª Cadeira — ECONOMIA POLÍTICA, FINANÇAS E HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÓMICAS	
		4.ª Cadeira — DIREITO POLÍTICO	
		5.ª Cadeira — ESTATÍSTICA	
	3.ª Secção: LETRAS	}	1.ª Sub-secção: LETRAS CLÁS- SICAS E POR- TUGUÊS
2.ª Cadeira — FILOLOGIA PORTUGUESA			
3.ª Cadeira — LITERATURA LUSO-BRASILEIRA			
4.ª Cadeira — LITERATURA GREGA			
5.ª Cadeira — LITERATURA LATINA			
2.ª Sub-secção: LÍNGUAS ES- TRANGEIRAS		1.ª Cadeira — LÍNGUA E LITERATURA FRANCESA	
		2.ª Cadeira — LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA	
		3.ª Cadeira — LÍNGUA E LITERATURA ESPANHOLA	
		4.ª Cadeira — LÍNGUA E LITERATURA INGLESA	
		5.ª Cadeira — LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ	

NOTA Funcionam ainda, na Facu'dade, a título de cursos complementares, as Cadeiras de Física e de Química, na Sub-secção de Ciências Naturais, e de Física e Geometria, na Sub-secção de Ciências Químicas.



FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

REITOR DA UNIVERSIDADE
PROF. DR. REYNALDO PORCHAT

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE
PROF. DR. A. DE ALMEIDA PRADO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DIRETOR
PROF. DR. A. DE ALMEIDA PRADO

SECRETARIO
RUY BLOEM
(Bacharel em Direito)

CORPO DOCENTE

- PROF. JEAN MAUGÜÉ — Filosofia.
PROF. GIACOMO ALBANESE — Geometria (projetiva e analítica). História das Matemáticas.
PROF. LUIGI FANTAPPIÈ — Análise Matemática.
PROF. GLEB. WATAGHIN — Mecânica Racional, precedida de Cálculo Vectorial (Int.).
PROF. GLEB WATAGHIN — Física Geral e Experimental.
PROF. ANTONIO SOARES ROMÊO — Física.
PROF. HEINRICH RHEINBOLDT — Química.
PROF. ETTORE ONORATO — Mineralogia e Geologia.
PROF. FELIX RAWITSCHER — Botânica Geral.
PROF. ERNST MARCUS — Zoologia Geral.
PROF. ANDRÉ DREYFUS — Biologia Geral.
PROF. PIERRE MONBEIG — Geografia Física e Humana.
PROF. FERNAND PAUL BRAUDEL — História da Civilização.
PROF. PAUL VANORDEN SHAW — História da Civilização Americana.
PROF. AFONSO DE E. TAUNAY — História da Civilização Brasileira.
PROF. PLINIO AYROSA — Etnografia Brasileira e Língua Tupí-Guaraní.

PROF. PAUL ARBOUSSE-BASTIDE — Sociologia (1.^a Cadeira).
PROF. CLAUDE LÉVI-STRAUSS — Sociologia (2.^a Cadeira).
PROF. FRANÇOIS PERROUX — Economia Política, Finanças e História
das Doutrinas Econômicas.
PROF. ANTONIO DE SAMPAIO DORIA — Direito Político.
PROF. LUIGI GALVANI — Estatística.
PROF. MICHEL BERVEILLER — Filologia Grega e Latina.
PROF. OTONIEL MOTA — Literatura Luso-Brasileira.
PROF. FRANCISCO DA LUZ REBÊLO GONÇALVES — Filologia Por-
tuguesa.
PROF. PIERRE HOURCADE — Língua e Literatura Francesa.
PROF. FRANCESCO PICCOLO — Língua e Literatura Italiana.

ASSISTENTES CIENTÍFICOS

DR. OMAR CATUNDA — Análise Matemática.
DR. ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR — Geometria.
DR. FERNANDO JORGE LARRABURE — Física Geral e Experimental.
DR. HEINRICH HAUPTMANN — Química.
DR. REYNALDO SALDANHA DA GAMA — Mineralogia e Geologia.
DR. KARL ARENS — Botânica Geral.

ASSISTENTES TÉCNICOS E ADJUNTOS

DR. HERBERT STETTINER — Química.
DR. MAURICIO ROCHA E SILVA — Biologia Geral.
DR. PAULO SAWAYA — Zoologia Geral.
SRA. GERTRUD SIEGEL — Zoologia Geral.
DR. EDGARD BARROSO DO AMARAL — Biologia Geral.
SRA. MARIA IGNEZ DA ROCHA E SILVA — Botânica Geral.
LDO. JOÃO DIAS DA SILVEIRA — Geografia Física e Humana.

O presente volume do "Anuário", relativo a 1936, segue as mesmas normas do anterior, referente ao biênio inicial da vida da Faculdade, isto é, de 1934 a 1935.

Neste, como naquele, os novos professores, contratados para a regência das cátedras criadas a fim de atender ao funcionamento do terceiro ano dos diferentes cursos da Faculdade, traçam desembaraçadamente, mas com intuito construtivo e não de crítica, o programa de suas respectivas disciplinas, dentro do desenvolvimento que, acaso, possam vir a ter no nosso meio.

A relação dos "curricula vitæ" dêsses professores, bem como as demais secções do volume precedente, são mantidas no atual.



O MÉTODO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Aula inaugural dos cursos universitários

PELO

PROF. ANTONIO DE SAMPAIO DÓRIA

CATEDRÁTICO DE DIREITO POLÍTICO

Nunca a humanidade precisou, tanto como hoje, de consciências que a iluminem. Em lugar do cepticismo, que corrói e aniquila, as convicções sem eclipse, que removam montanhas, e constroem. Os homens cujos passos não vão nem vêm são como nauas que perderam o leme numa tempestade, e ficaram à mercê dos vagalhões que as açoitam. Hoje, os povos só se salvam das calamidades internas, como as onipotências irresponsáveis, que, por tôda parte, bramem como feras, ou das catástrofes internacionais, como a que, neste momento, sacode e ameaça conflagrar o velho continente, se forem, no duro trato da vida, um viveiro de homens de cultura política, de convicções inabaláveis, de absoluta inteireza moral.

Por isto não há, e maiormente para nós (o país mais cobido pelos imperialismos estrangeiros), problemas de importância igual ao da educação pública.

Já ninguém hoje crê na divisão do universo em dois mundos contraditórios: o mundo físico, regido por leis, e o mundo moral, onde não haja causas nem efeitos. Não. O mundo moral também se rege por leis. O que fôr soar, só é norma entre os que tiverem o cérebro vazio de senso, como o azar que persiga não é senão ingenuidade das almas simples, ou superstição das inteligências sem lógica. A verdade é haver, por tôda parte, causas e efeitos.

Ora, uma das leis mais certas, na vida social, é que as melhores instituições em povos cultos dão os peores resultados em povos sem cultura. Não é porque o presidencialismo floresça

num país como os Estados Unidos que haja de frutescer na Cafrária ou na Etiópia. As mesmas causas só produzem os mesmos efeitos, nas mesmas circunstâncias.

E as circunstâncias, aqui, são principalmente a raça, o solo, as religiões, a riqueza, os costumes, as tradições, a educação do povo. A educação sobretudo. E' a chave para a solução de todos os problemas sociais, desde a educação primária por onde todos começam, através da secundária com que se lastreia o espírito, até à dos institutos universitários, onde o homem se habilita para a revelação dos mistérios, onde se aparelha para o desafio dos destinos, e onde se apruma para a dignidade da vida.

Bem haja, pois, os que idearam e fundaram a Universidade de S. Paulo. Bem haja os que lhe não regateiam os elementos com que não se estiole em flor de carrascais.

Quando aceitei a regência da cadeira de Direito Político, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi com o pensamento de, ainda aqui, servir como possa, a minha pátria, servindo à Universidade. Farei aqui como na cátedra que professo na Faculdade de Direito. Ali, nunca restringi o ensino a um bate-bôca de doutrinas, a prédicas frias, ou a exposições dogmáticas. Mais do que saber o que os outros pensem, importa saber por observação própria, quando não se alcance "o saber só de experiências feito".

Daí, a preocupação preliminar e absorvente dos métodos com que se hão de estudar os fenômenos sociais. Nesta matéria, a confusão é tamanha, que não se entendem, ainda hoje, os sociólogos ao menos sôbre o que seja um fato social, sôbre a sua natureza íntima, os elementos intrínsecos de sua existência.

ESCOLA FRANCESA

Ouçamos, por exemplo, a Durkheim. Entende êle que dois caracteres essencializam o fato social.

O primeiro é a exterioridade aos indivíduos; fatos sociais são maneiras de agir, de pensar e de sentir «exteriores» aos indivíduos, são consciências coletivas, que se não confundem com

as representações individuais. Ao exercer, por exemplo, sua missão de filho, irmão, espôso ou cidadão, o homem cumpre deveres que não criou, definidos, antes d'ele, nos preconceitos, nos costumes, no direito. Ainda mesmo quando estes deveres estão de acôrdo com os nossos sentimentos e lhes sentimos intimamente a realidade, esta não deixa de ser objetiva. «Quantas vezes, aliás, acontece que ignoramos certos pormenores das obrigações que nos incumbem, e, para conhecê-los, precisamos consultar o código e seus intérpretes autorizados; da mesma maneira, as crenças e as práticas da vida religiosa: o crente as encontra completas ao nascer». «E, se elas existem antes d'ele, é porque existem fora d'ele». Maneiras de pensar, de sentir e de agir, em suma, que preexistem e sobremexistem a cada indivíduo, sempre fora d'elles, eis os fatos sociais.

O segundo caráter do fato social, para esta escola, é o poder coercitivo. Os fatos sociais exercem ação coativa sôbre as consciências individuais, isto é, são dotados de um poder de constrangimento, em virtude do qual se impõem aos indivíduos. Este poder coator se manifesta por duas formas principais. Ora é a fôrça da polícia, que previne ou reprime; ora é a reprovação pública, que intimida com sanções puramente morais. Mas sempre coação. Posto não seja o poder coercitivo a única diferença específica dos fatos sociais, como a racionalidade não o é do homem, êle é, sempre, a pedra de toque, para verificar se é, ou não, social um fato.

Em resumo, o fato social, para a escola de Durkeim, é uma realidade exterior aos indivíduos, e com poder coercitivo sôbre êles.

CONCEPÇÃO INTEGRAL

Não nos parece, porém, que esta concepção seja integralmente verdadeira. Não se contesta a impossibilidade dos fatos sociais com indivíduos isolados. E' igualmente incontestável que os fatos sociais não nascem nem perecem com cada indivíduo: mas se geram e se desenvolvem na consciência dos homens. Sem

os indivíduos, êles são nada. Se não são criados por êste ou aquele indivíduo, foram surgindo, e se vão avolumando, pouco a pouco, por influências individuais, através das gerações sucessivas. Não são produto de um indivíduo; mas o são de todos, em conjunto. Então, porque, ao nascer, já encontrei a linguagem, a religião, o direito, hei de concluir que o direito, a religião, a linguagem, não estão em mim, são realidades fora dos indivíduos? Não nos parece de todo certo. O direito, a religião, a linguagem, por exemplo, existem realmente fora de mim, mas também existem em mim. Quando fora de mim, como antes do meu nascimento, ou depois da minha morte, não estão simultaneamente fora de outros homens. Estão sempre dentro de indivíduos, sem serem produtos exclusivos de cada um, nem perecerem com qualquer dêles.

O que, em verdade, caracteriza o fato social, é não poder êle existir em nenhum indivíduo, sem o concurso de outros indivíduos. E' sempre uma relação. Relação de homens para com homens, maneiras de pensar, de sentir e de agir, que resultam da coexistência humana, de influências recíprocas de homem a homem, e continuadas na corrente das gerações que se sucedem.

Jamais maneiras puramente individuais de pensar, sentir ou agir. Em lugar da exterioridade aos indivíduos, a essência privativa do fato social é ser êle uma relação de homens para com homens.

Exemplifiquemos. O jôgo. E' um fato social. Mas em que consiste? Trata-se do jôgo de roleta. O que banca, promete pagar dezenas de vezes a quantia jogada no número que der. O que joga arrisca a ficha em certo número, na expectativa de lhe ser dadivosa a sorte. Eis aí uma relação de homem para com homem, um acôrdo de vontades que vincula, criando exigências e obrigações. Sem dúvida, antes de existirem os dois indivíduos que figuramos, o jôgo já existia, e, por certo, existirá, depois que êles se forem. E' superior a estes dois indivíduos, como a quaisquer outros. Mas, antes dêles, já era relação entre indivíduos; e, depois dêles, irá constituir-se, igualmente, de relações entre novos indivíduos. Sempre relações humanas, e não exterioridades aos indivíduos.

ANTECEDENTES E CONSEQUENTES

Mais ainda. Além de relação humana, o fato social só se pode considerar completo, quando entrelaçado em antecedentes e consequentes também. Mas só se pode haver por fenômeno social na sua inteireza o complexo de uns e outros em relação de causalidade.

A sociologia é ciência. Mas ciência é sistema de leis. E, se lei é relação constante entre antecedentes e consequentes, onde quer que se não verifiquem antecedentes e consequentes, não se poderá subir até às leis, e, pois, não haverá sociologia. Não basta, por conseguinte, para se haver um fato social, susceptível de lei, não basta para ter um fenômeno social integral, nem o só antecedente, nem o só consequente. Haver por fenômeno social só um, ou só outro, seria mutilar a realidade.

Complexidade semelhante se dá em outras ciências. Trata-se, por exemplo, do aparecimento de cloro e hidrogênio com a passagem de uma corrente elétrica, numa solução de ácido clorídrico. Quem se limitasse a observar esta passagem, supondo lidar com o fenômeno integral, teria do fenômeno uma idéia errônea, falsa e falha. E' necessário, para lhe conhecer a lei, além de verificar que a decomposição se opera com a dissolução do ácido na água, observar os efeitos da passagem da corrente elétrica. Verificará o aparecimento de cloro num polo, e de hidrogênio no outro, em volumes iguais, e pesos diferentes. Sem relacionar êste resultado com as suas causas, o fenômeno aquí observado não seria completo. Como êste, qualquer fenômeno químico é relação entre antecedentes e consequentes.

Porque, então, em sociologia, há de o observador mutilar o fenômeno social, quando lhe investiga as leis? Quer, por exemplo, compreender o fenômeno do divórcio. Há uma separação entre marido e mulher. Mas a separação em si não é o fenômeno completo. A que lei êste fato isolado nos poderia levar? A nenhuma. E' preciso observar as consequências da separação dos cônjuges: consequências na educação dos filhos, cujo lar se quebra, na situação econômica, de que a vida não pres-

cinde, no bem-estar de todos, à maneira de cada qual. A separação dos casais, os seus antecedentes e as suas conseqüências, é que constituem, juntos, o fenômeno social completo. Se se puder fixar a relação constante entre o antecedente da separação e os resultados que lhe decorrerem, ter-se-á então a lei. Muitas vezes, o problema se complica, porque as conseqüências do fato — no caso, o divórcio — não são as mesmas, conforme o ambiente social; elas variam com a raça ou a índole dos cônjuges, os preconceitos, as religiões e as circunstâncias que tracem os contornos, o relêvo e a côr de cada sociedade. Mas, no mesmo ambiente, na mesma civilização, na mesma índole racional, há de haver certa constância entre o distrato do casamento e os seus efeitos na educação dos filhos, na economia doméstica, na consideração pública, no bem-estar dos interessados.

Será preciso exemplificar mais? O fenômeno social é um complexo de relações humanas, e as relações entre estas relações são as leis.

CONFLUÊNCIA DE CAUSAS

O fenômeno se complica ainda mais pela confluência das causas. As relações humanas que constituem os fatos sociais são atividades de homens para com homens.

Mas as atividades humanas são execuções do que se haja deliberado, e as deliberações resultam do que se pense e sinta. Pensar envolve a capacidade de perceber e de raciocinar.

Ora, sabe-se que a capacidade de ver, ou perceber, e a de prever, ou raciocinar, se baseiam em dados falíveis dos sentidos. Sabe-se que, na elaboração mental, nem sempre o espírito se liberta da fantasia criadora. De modo que a visão e a previsão podem, a cada momento, estar truncadas, erradas, ou ser fantasias.

Há homens a quem a cultura, o hábito da observação e qualidades pessoais ensejam menor falibilidade no pensamento. De modo que uns vêem e prevêem mais e melhor que outros. Mas todos podem errar no que pensam.

Com maiores razões, no aspecto dos sentimentos, dos instintos, dos hábitos, que levam o homem a transvios maiores. As forças impulsivas ou inibitórias chegam, às vezes, a cegar. Poucos os que têm completo domínio sobre suas paixões. Ora, a atividade de homens sobre homens, elemento constitutivo do fato social, resulta de inteligências precárias, hábitos por vezes desorientados, e sentimentos parciais e perturbadores.

Daí, a diversidade, não raro desorientadora, das circunstâncias em meio das quais se processam os fatos, impedindo que, em cada fenômeno, se nos depare uma causa simples. O que se encontra, quasi sempre, é uma confluência de causas, causas por vezes inumeráveis, que dificultam, até às raias da impossibilidade, a investigação feliz das leis.

FATOS CONTRADITÓRIOS

A complexidade dos fenômenos se agrava com as variações da consciência individual. Suponha-se a educação moral, que é um dos fatos sociais mais de preço.

São dois pais que seguem sistemas diferentes na formação dos seus filhos. Um dêles agiu de tal modo, que o filho se perverteu, ou se desfibrou. O outro, ao contrário, logrou fazer do filho um homem de ação, enérgico, firme e de bem. Eis aí dois modos de ação social, produzindo duas conseqüências opostas. Ambos os autores das ações educativas pretendiam lograr a formação moral das crianças, que educavam. Admitindo a equivalência das circunstâncias, como serem os educandos da mesma idade, da mesma capacidade e da mesma índole, como as ações sobre êles exercidas foram diferentes, os resultados delas foram o amesquinamento de um, e o enobrecimento de outro. Isto é o que se observa todos os dias.

Ao sociólogo cabe verificar as relações constantes num e noutro caso. Registando as duas leis, não sairá da realidade objetiva. Verificará o que há, tal como é.

CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS

Mas não poderá negar a diferença dos dois casos, na aparência iguais, mas contrários na essência. Quando o educador age sobre o educando, respeitando-lhe as leis cerebrais, os resultados são favoráveis ao desenvolvimento do educando. Quando, porém, na sua ação educativa, o educador põe o seu arbítrio contra as leis naturais, o pobre do educando sai prejudicado, em vez de beneficiado. Não pode o sociólogo, diante de fatos do mesmo gênero, mas de espécies diferentes, deixar de catalogá-los em grupos diferentes. De um lado, os que atendem as necessidades da conservação e desenvolvimento da sociedade; e, do outro lado, os que lhe contrariam as leis da conservação e desenvolvimento. É assim que certos fatos sociais são rotulados de crimes, e outros de direito; são uns normais, e outros patológicos.

Sociólogos, como o próprio Durkheim, proclamam a importância da classificação dos fatos sociais, à luz da sua normalidade. As duas ordens de fatos são estas:

1.º) os que são tudo o que devem ser, os fenômenos normais, e

2.º) os que deveriam ser diferentes do que são, os fenômenos patológicos.

O grande embaraço está em acertar com o critério da normalidade.

Durkheim tem como critério dos fatos normais, em primeiro lugar, a generalidade do fenômeno, segundo «as condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado», e, em segundo lugar, a sua conformidade com «a parte média e imutável do senso moral».

Esta doutrina nos parece, porém, deixar o problema nas mesmas incógnitas. São fenômenos gerais o homicídio, o roubo, a mentira, a traição, a venalidade, e todos eles são patológicos. Logo, a generalidade não caracteriza o fato normal. Nem tão pouco se pode definir a normalidade, invocando a conformidade com o senso moral imutável. O mesmo seria definir

o homem como o ser humano. Que é o senso moral inmutável? Não será a intuição profunda do normal?

Há quem tenha por normal as médias humanas, segundo as condições peculiares de cada agrupamento social.

Não nos parece certo. Nas sociedades em decadência, a média é patológica, e a exceção é que seria normal.

O que nos parece critério, para classificar os fenômenos sociais em normais ou patológicos, é a sua conformidade às leis ou condições da vida humana. Ser ou não geral um fato, nada colhe. Importa, porém, o seu respeito às leis da vida individual e social, isto é, da vida humana. A perfídia, o furto, o homicídio, porque hão de ser fatos patológicos, senão porque contrários à conservação e desenvolvimento dos homens? A lealdade, o respeito ao trabalho e à vida dos outros, do outro lado, não são fatos normais, senão porque conformes com as leis da coexistência humana. Assim como o homem normal é o que tem e exerce capacidade de adaptação às leis da vida, os fatos normais da sociedade são os que lhe respeitarem as condições de vida e desenvolvimento.

Tenha-se, porém, êste ou outro critério seletor, as diferenças específicas dos fatos sociais nos levam a classificá-los em dois grupos: os que favorecem a integração social, e os que contribuem para a desintegração social. Os primeiros são, e devem ser. Os segundos, ao contrário, são, mas deveriam ser diferentes do que são.

Sem esta classificação geral, os sociólogos não poderiam compreender os fatos sociais em tôda a sua plenitude. Não que lhes cumpra doutrinar o que deve ser, contraposto ao que seja. Tanto o que deve ser, como o que não deve ser, «são». Trata-se, em ambos os casos, de fenômenos com existência própria, realidades objetivas. Se o grupo do que deve ser se constituísse de seres fora das realidades, ficções, quimeras, ideais ou utopias, claro está que a ciência teria sido posta à margem. Mas trata-se de fenômenos sociais, que de outros decorrem, e que geram novos. Todos, realidades objetivas que se podem observar. O homicídio «é», «existe», é fenômeno social de todos os dias. Da mesma forma, o respeito à vida alheia. A perversão

pedagógica é fato observável; da mesma forma, a educação moral. A hipocrisia, a adulação, a falsidade, preexistem a êste ou aquele indivíduo, e sobrevivem indefinidamente a cada qual; da mesma forma a lealdade, a polidez e a sinceridade. Todos são fatos sociais. Mas diferentes entre si, nos atributos específicos. Daí, as suas classificações, e, entre estas, a distinção por excelência, em qualquer dos ramos da sociologia, em fatos normais e fatos anormais, entre o que é, e deve ser, e o que é, mas não deve ser.

LEIS PSICOLÓGICAS

Ainda algumas outras conseqüências da interferência dos indivíduos nos fatos sociais. Embora não sejam êles produtos exclusivos da vontade dêste ou daquele indivíduo; embora existam antes e acima dos arbítrios individuais, e sôbre os indivíduos atuem com força mais ou menos coatora, pôde cada indivíduo levar ou atirar a sua pedra na construção ou na destruição dos fatos sociais. E' conhecida a ação de certos homens, substituindo ou reformando instituições, a ação dos condutores de guerras, agitadores e revolucionários até por índole. Não só interagem o fato social e a vontade individual, como, na sua gênese e desenvolvimento, são os fatos sociais criação de vontades humanas através das gerações, sob a pressão irresistível das necessidades da vida.

Como produto dos homens, posto que, em cada momento, superiores às vontades do indivíduo, os fenômenos sociais estão sujeitos ao império incontestável de leis psicológicas. Ao contrário dos físicos ou astronômicos, os fenômenos sociais se prendem a uma causa psicológica, a certas consciências que atuam como causa da ação do indivíduo na trama das relações sociais. Quando duas pessoas se associam num negócio, o que principalmente as move é a previsão do lucro. Não importa que o contrato travado seja disciplinado por leis obrigatórias. O certo é que, sem a ação individual, o fenômeno do contrato desaparecia. E esta ação individual tem uma finalidade, na hipótese: a esperança do lucro. Quando um operário contrata, numa

fábrica, os seus serviços, o que impulsiona as vontades contratantes é a previsão de vantagens econômicas. Quando alguém pratica um ato de benemerência, o que o inspira, se não foi a preocupação de nomeada, foi o desejo da consideração pública, a satisfação do bem pelo bem. Sempre a consciência de um fim, que atua, no momento, como causa da interferência dos indivíduos na produção do fato social.

Nem sempre se alcança o fim desejado. Entra alguém numa revolução com o fito de um saneamento político, e o que dela resultou foi o agravamento dos males contra os quais foi deflagrada. Organiza-se uma sociedade anônima, para a exploração de certo comércio, e, antes de qualquer dividendo, ela faliu. As conseqüências daquela rebeldia e desta associação foram contrárias às finalidades previstas, cujas consciências atuaram como motores dos fatos. Nem por isto a consciência de um fim deixou de existir. Tramam dois bandidos assalto noturno à residência de um milionário, ou promove um povo guerra de conquista. O que, nas duas hipóteses, os agita, é a previsão de certas vantagens econômicas. Aconteceu, porém, que o assalto não surtiu o efeito esperado, porque foram presos os assaltantes, ou não puderam carregar os objetos furtados. Da mesma forma pôde ter sido mal sucedido na sua empresa o povo conquistador, diante da resistência heróica do povo contra o qual se levantou em armas.

Em qualquer hipótese, na composição dos fenômenos sociais, os fatos antecedentes, ou causas, não escapam às leis psicológicas das finalidades que os inspiraram. Nenhum fenômeno social se isenta destas leis. O estudo independente delas será sempre incompleto, manco, falho. A realidade social ficará, na concepção do observador, desfalcada de um de seus elementos, forjando-se, destarte, um mundo diferente do real, e impossibilitando a compreensão do fenômeno em sua plenitude.

PARCIALIDADE DO OBSERVADOR

Tôda esta complexidade exige do sociólogo o máximo rigor lógico de suas observações. A parcialidade do observador é um tapa-olhos tenaz. Aquele que, no exame da realidade, leva de

caso pensado o propósito de contradizer seja como for, ou de enquadrar as realidades nas crenças que apostole, jamais verificará as leis das realidades que observar. Grande parte da literatura política é obscura, tergiversante e estéril, porque os seus autores se preocupam mais com demonstrar teses do que espelhar fielmente a realidade dos fatos. Falta aos seus autores o espírito científico, na sua repulsa ao império de idéias preconcebidas. A imparcialidade que cumpre, está em ver, registrar e testemunhar as coisas como são. As opiniões «a priori» devem ceder o lugar às conclusões «a posteriori». Ao observar os fatos, é natural que se formulem hipóteses, se admitam suposições, se tomem atitudes provisórias, que a experiência confirmará ou infirmará. Mas deixaria de ser imparcial o observador que se obcecasse em demonstrar a sua hipótese, a sua idéia preconcebida, a teoria de que estivesse convencido. O que deve é aceitar as conclusões, sejam quais forem, a que a observação das realidades o conduzir.

Certo, não é para qualquer observar com rigorosa lógica os fenômenos sociais. Não podemos encerrá-los num laboratório e provocar-lhes experiências, como em química. Trata-se de relações humanas, que se processam em tôda parte, através dos tempos, e cujas experimentações podem gerar males e hecatombes irreparáveis.

OBSERVAÇÃO INDIRETA

Para conhecer muitos dêles, é preciso lançar mão dos testemunhos, dos documentos, das estatísticas. A observação, aliás, que predomina, é a indireta, e daí a necessidade de escolher, com redobrada cautela, os dados que nos chegam ao conhecimento. Podem êles estar inquinados de parcialidade. Podem ser incompletos, mal observados, ou mal contados. Quasi sempre a realidade real é diferente da notícia que dela se tem. Quem pode assegurar a verdade líquida de qualquer versão sôbre fatos de épocas remotas? As interpretações dos historiadores não admira que muitas vezes divaguem, se raramente chegam dois homens a se entender bem sôbre fatos contemporâneos, ainda

quando sejam dêles testemunhas de vista. E sem os dados, embora imprecisos e cambiantes, da observação alheia, ninguém logra conhecer e compreender com inteireza os fenômenos sociais.

PROCESSOS DE INFERÊNCIA

Releva ainda observar o maior número possível de fatos, confrontar entre si os dados das observações alheias, e êstes com os que tivermos de observação pessoal; levar em conta a parcialidade maior ou menor dos observadores; dar os descontos da fragilidade mental do homem, agravada pela complexidade das causas, pelo embaraço em dar com elas, pela neutralização de umas por outras, e pelo fugidio com que, às vezes, se apresentam ao olhar, ainda quando arguto, do observador.

Nenhum fato social, como já notámos, decorre de uma causa simples. Os antecedentes costumam ser numerosos: as circunstâncias em perpétua variação; causas múltiplas, quasi imperceptíveis, ou furta-côres, desfecham os mesmos resultados, as mesmas conseqüências. Isolar num fenômeno um fato antecedente, em meios dos fatos coexistentes, para verificar o conseqüente que subsiste com a eliminação dos demais antecedentes, e, então, considerar o antecedente que se isolou como causa do conseqüente que não desapareceu, é dos trabalhos mais árduos em ciência social.

A investigação também se poderia realizar por outro processo. Se um antecedente pôde ser excluído, permanecendo o conseqüente, já se pode concluir que êste antecedente e êste conseqüente não estão relacionados por causação, nenhuma relação de causa os liga. Mas, se a eliminação de um antecedente é acompanhada pelo desaparecimento do conseqüente, a conclusão lógica é haver, entre êles, relação de causalidade. Observa-se, por exemplo, que onde se absolvem por sistema os criminosos aumenta a criminalidade. As condições econômicas, o grau de educação pública, a índole do povo e seus costumes podem influir na criminalidade. Mas, se a circunstância da absolvição sistemática subsistir, verifica-se invariavelmente o aumento da

criminalidade. Logo, entre êste fato e aquele há uma relação de causalidade.

Ainda, além do método da concordância e da diferença, se poderia, em certos casos, aplicar o processo das variações concomitantes. O aumento ou a diminuição de certo antecedente, num complexo de causas, determina o aumento ou diminuição do conseqüente, num aglomerado de efeitos. Logo, acham-se êste e aquele ligados por causação. Um fenômeno, assinala Stuart Mill, que varia de certo modo tôdas as vezes que outro varia do mesmo modo, é ou a causa ou o efeito dêste fenômeno.

Suponham-se a oferta e a procura de um produto, e o seu preço. Se aumenta a oferta, ou diminui a procura, mercê da abundância do produto, o seu preço desce. Se rareia a oferta ou cresce a procura, pela escassez do produto, o seu preço sobe. Podem outras circunstâncias intervir, como a diminuição da capacidade aquisitiva dos consumidores. Neste caso, ainda que escasseie o produto e decresça a oferta, pode o preço não se elevar. Mas, mantidas as mesmas circunstâncias, as variações da oferta ou da procura, determinadas pela abundância ou escassez de certo produto à venda, são seguidas das variações, no mesmo sentido, do preço dêste produto. Logo, é de causalidade a relação entre o preço das coisas e a sua maior oferta e menor procura, ou maior procura e menor oferta.

Em suma, os processos de investigação científica em sociologia são, até certo ponto, os mesmos das ciências biológicas: a observação imparcial, a sugestão das hipóteses, as comparações dos fatos, a influência das leis.

Mais ainda. Os fenômenos sociais se distinguem dos outros por elementos específicos, e, por isso, o método da sociologia tem de se adaptar a estas diferenças. A maior delas é a consciência dos fins, como fôrça propulsora dos fatos. Por isto, em sociologia, além da seqüência dos fatos, se impõe à consideração do cientista a finalidade psicológica, que os promove.

As sociedades humanas são organizações de pessoas para a obtenção de fins comuns, em benefício de cada qual. Os fatos sociais nascem para beneficiar homens; firmam-se em cos-

tumes ou instituições para o bem coletivo, e não para a desgraça e aniquilamento do homem.

UTILIZAÇÃO DAS LEIS

Não é sem réplica a doutrina de que a ciência nada tem que ver com a possível utilização de suas leis. Certo, a ciência pura é desinteressada, e não é porque em nada possa favorecer os homens que um sistema de leis deixe de ser ciência. Mas não se investigam leis senão para o seu ulterior aproveitamento. O homem aprende para melhor viver. Sem condicionar a ciência a fins utilitários, a sociologia não se concebe sem a consciência dos objetivos, sem a previsão dos fins, como elemento intrínseco, seja qual fôr o fenômeno social. Normalmente, os fins previstos, ou queridos, tendem a bemfazer aos homens. Pode acontecer que os benefícios previstos sejam em favor de uns contra outros. Como pode acontecer que o objetivo de certos fenômenos comuns nas sociedades humanas seja insinuar discórdias, semear malefícios, ou promover catástrofes. Mas sempre, em todo fato social, a consciência dos resultados é a causa primária, a que se juntam fatores de emergência, circunstâncias ocasionais, que a reforcem, ou a enfraqueçam.

CIÊNCIA E NÃO ARTE

A consideração da consciência dos resultados nos fatos sociais, não reduz, contudo, a sociologia a um formulário de normas práticas. Continua ciência, e não arte. Os preceitos de ação devem seguir e não preceder a verificação das leis. E a sociologia investiga. Mas investiga, sem mutilar a realidade dos fatos. A sociologia é ciência que compreende, na sua inteireza, os fenômenos sobre que recai, em lugar de teorias sobre elementos dispersos ou aspectos isolados destes fenômenos. Em outra qualquer ciência, ter-se-á dito quanto baste, dizendo-se «como» se produzem os fatos. Nas ciências sociais, porém, não basta o “como”, senão também o “para quê”, como bem acentuou Ihering. Para quê a linguagem, para quê a instituição

da família, para quê os tratados e as guerras, para quê a religião, ou o Estado? Todos êstes fenômenos visam fins, buscam propósitos, se determinam pela consciência dos resultados. E esta consciência é parte integrante no fenômeno social. As leis da vontade humana lastreiam a sociologia.

Como se vê, o método de investigação nas ciências sociais não se distancia grandemente do de qualquer outra ciência. Em duas coisas se afasta. E' na consideração dos fins e na classificação dos fatos em normais ou patológicos, segundo se conformem ou contrariem as leis de conservação da sociedade.

Estarei, acaso, quando assim me exprimo, nas penumbras de uma ilusão, alheio ao senso realista da vida?

Não creio, e, porque estou certo de que penso, afirmo.

Afirmo e examino.

E' a maior homenagem que se pode, neste momento, prestar à Universidade de São Paulo. Labotatório, que já começa a ser, do pensamento nacional, há de ela contribuir para o desenvolvimento da filosofia, da ciência, que, na sua universalidade, não assenta marcos no espaço nem no tempo. O caminho está traçado no decreto que a criou, e, se nêle perseverarmos, a Universidade de São Paulo ombreará, um dia, com as que mais brilho espalhem pelo mundo.

SÔBRE O ENÛSINO DA GEOMETRIA

PELO

PROF. GIACOMO ALBANESE

Os professores Luigi Fantappiè e Gleb Wataghin longamente se ocuparam do ensino da matemática e da física nas escolas secundárias e superiores. Acrescentarei algumas palavras a propósito do ensino da geometria.

É opinião universalmente aceita que o estudo da geometria (como o do latim) tem particular importância na formação mental dos jovens estudantes.

A geometria, com as suas ousadas especulações, ricas de fascínio e de fantasia, é a ciência que, mais que qualquer outra, harmoniza o surto inventivo da inteligência e o rigor lógico do raciocínio, o desenvolvimento da intuição e o das forças dedutivas do pensamento.

Não é sem motivo, portanto, que o desenvolvimento da geometria (elementar) se deve ao povo grego, o qual harmonizou admiravelmente o gôsto estético mais refinado com as mais geniais e audaciosas tendências especulativas.

A geometria é intuição e dedução harmônicamente fundidas. E, se a primeira é função do espírito artístico e inventivo, a segunda é a força coordenadora, racional e científica que a guia e orienta.

O ensino da geometria tem, por isso, caráter essencialmente formativo.

Além disso, os problemas das ciências físicas e matemáticas são, em essência, problemas geométricos de espaço e de

tempo, como se vê, por exemplo, na recente teoria da relatividade, que alcança a mais grandiosa síntese do Universo, ao fundir harmônicamente, em todo único, espaço, tempo, gravitação e eletrodinâmica, na configuração de um espaço geométrico a quatro dimensões.

O ensino da geometria exige, portanto, particular atenção.

Nas escolas secundárias, é especialmente recomendável não reduzir o ensino a uma árida exposição de teoremas, de fórmulas ou de relações trigonométricas, freqüentemente inútil e danosa, pois, procedendo desta maneira, a geometria perde sua real importância de ciência viva e fecunda e torna-se um inútil receituário vulgar e inconcludente.

As verdades geométricas devem ser primeiramente intuitivas e depois deduzidas logicamente. A intuição deve guiar a dedução e esta, por sua vez, deve corrigir e aperfeiçoar a intuição, quando necessário.

Na primeira fase do ensino, porém, é conveniente exercitar principalmente a intuição e deixar a dedução para um estágio imediatamente sucessivo e mais formativo; é preferível deixar a sua completa fusão ao ensino do Colégio Universitário.

É necessário, portanto, que os alunos, antes de chegarem à Universidade, conheçam a fundo a geometria elementar segundo a orientação de Euclides, a qual, pela pureza de método hipotético-dedutivo e pela intrínseca harmonia, atravessou os séculos como modelo típico de ciência racional.

No ensino Universitário, é preciso distinguir o ensino propedêutico e o ensino superior. O primeiro compreende a geometria analítica, a geometria projetiva e a geometria descritiva, as quais, convenientemente desenvolvidas, tanto se adaptam aos candidatos ao estudo de engenharia, quanto aos que aspiram às láureas em matemática e física.

Exige particular atenção o ensino da geometria projetiva.

Para os alunos de engenharia é suficiente a parte geral, mesmo com orientação analítica. Para estes é essencial o conhecimento dos problemas fundamentais e as construções rela-

tivas às projectividades, às cônicas e às quádricas, que servem nas aplicações correntes da física e da mecânica.

Para os alunos de matemática e física a projectiva assume maior interêsse quando é desenvolvida com o método puro de Staudt. Nenhum ramo da ciência oferece exemplo mais instrutivo de amplas construções, rigorosamente lógicas e simples, partindo dos conceitos de ponto, reta e plano e dos poucos postulados projectivos que a êles se referem. Durante o desenvolvimento do curso, os mesmos alunos, oportunamente lembrados dos poucos elementos de partida, muitas vezes ficam surpresos e maravilhados com as possibilidades do pensamento humano, tão vasta e imponente é a colheita dos resultados que, aos poucos, se vão alcançando.

E esta impressão de maravilha, que deve ser o orgulho do professor, deve ser particularmente cuidada e estimulada, porque muitas vezes é fonte de entusiasmo e de grandes promessas.

O método puro é ainda recomendável pelas maravilhosas deduções que, com seu auxílio, se podem obter no campo das geometrias não euclidianas, geometrias que marcam uma época na história da ciência e formam o orgulho do pensamento humano do século passado.

Basta, por exemplo, recordar que as ditas geometrias são o fundamento essencial da teoria da relatividade.

O método puro, porém, exige maior desenvolvimento e um bem maior número de aulas que o método analítico. E' por êste motivo que, para os alunos de engenharia, sobrecarregados com outros trabalhos, se pode seguir a orientação analítica, relativamente mais rápida.

A economia de tempo, que assim é obtida, pode ser aproveitada para um maior desenvolvimento da geometria descritiva, que, para os alunos de engenharia, tem carácter mais marcadamente profissional, especialmente quando acompanhado de numerosas aplicações, como a perspectiva, cartas topográficas, fotogrametria, etc.

O ensino da geometria superior, destinado exclusivamente aos estudantes de matemática, deve ser necessariamente prece-

dido de um curso de complementos de geometria projetiva, no qual serão desenvolvidos os inúmeros capítulos que, por falta absoluta de tempo, de nenhum modo podem ser estudados no curso regular de projetiva.

Citarei, como exemplo, os sistemas nulos, as cúbicas planas e reversas, as quárticas reversas de 1.^a e 2.^a espécie, a geometria da reta, o absoluto, a projeção estereográfica, a teoria da polaridade, as fórmulas de Plücker, as superfícies de terceira ordem, a superfície de Steiner, as transformações quadráticas, etc., etc., que por si sós, bastam para encher, abundantemente, um curso anual de três horas semanais.

Alguns destes capítulos foram por mim desenvolvidos este ano, no período Agosto-Outubro, perante os alunos do 2.^o e 3.^o anos de matemática e física, e tenho em mente completar o curso no próximo ano. São argumentos de capital importância, e que de maneira alguma podem ser ignorados pelos que desejem ainda que só a habilitação ao ensino da matemática no curso secundário.

A geometria superior é a parte característica do ensino geométrico, dedicado aos alunos do terceiro ano de matemática e aos candidatos à láurea.

Várias são as teorias de que se podem fazer cursos anuais para o ensino da geometria superior. Entre a mais importantes citarei: geometria dos hiperespaços, geometria dos espaços não euclidianos, geometria algébrica, integrais abelianas e integrais de Picard, geometria diferencial, geometria projetiva diferencial, geometria numerativa, e, por fim, a moderna topologia ou «analysis-situs», com as suas brilhantes aplicações analíticas e geométricas.

São cursos que se podem alternar e, por vezes, entrelaçar, afim de colocar os estudantes, antes da láurea, em condições de seguir ao menos três dêles.

Neste ano não me foi possível desenvolver um verdadeiro curso de geometria superior, uma vez que o preparo dos alunos não lhes permitiria acompanhar-me, e limitei-me, como já o disse, aos complementos de geometria projetiva.

Mas para o ano próximo, estando as condições citadas consideravelmente melhoradas, é meu intento, depois de algumas noções indispensáveis de geometria hiperespacial, desenvolver a geometria sôbre uma curva, segundo a moderna orientação da escola geométrica italiana, e, até onde seja possível, desenvolver a teoria das superfícies de Riemann e das respectivas integrais abelianas.

Encerro estas breves notas, observando que, para maior eficiência do ensino, é necessário instituir, também em São Paulo, como em tôdas as universidades européias, um gabinete de geometria com uma coleção de modelos e de instrumentos geométricos, suficientemente completa, que os futuros mestres de matemática não podem nem devem desconhecer.

Tais modelos e instrumentos têm ainda valor formativo e educativo, pois auxiliam a não fácil, antes pelo contrário, muitas vezes difícil, intuição das figuras espaciais e convidam os jovens a observações e a construções de notável importância.

ORIENTAÇÃO DIDÁTICA E CIÊNTIFICA

PELO

PROF. ERNEST MARCUS

Ao receber, em Fevereiro de 1936, o convite para reger a cátedra de Zoologia Geral e Fisiologia Animal, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, já me achava ao par da situação, das necessidades e finalidades dessa instituição, pelas cartas do meu inesquecível amigo Prof. Dr. Bresslau e do meu colaborador Prof. Dr. Paulo Sawaya. Ao chegar a São Paulo, em 29-III-1936, pude constatar que as informações recebidas correspondiam à realidade, tendo iniciado imediatamente a 1-IV as minhas preleções e exercícios práticos no Instituto, cuja instalação permitiu um funcionamento normal. Por considerar a constância uma das condições mais importantes para um organismo ainda em crescimento, como o é um novo instituto científico, nada alterei no programa elaborado por Bresslau. Versaram, portanto, durante o ano de 1936, as minhas aulas exclusivamente sôbre os vertebrados e seus parentes mais próximos, não obstante êsses abrangerem sômente uma fração numérica muito pequena de tôdas as espécies animais. Sendo a formação de professores para os cursos secundários uma das finalidades fundamentais do nosso Instituto, justifica-se tal divisão do assunto, porque os vertebrados, seres que mais se aproximam do homem, solicitam no ensino escolar interêsse principal, que de facto merecem. Adotei outrossim o mesmo método relativo ao ensino, seguindo o programa estabelecido anteriormente quanto à distribuição das aulas teóricas e práticas, num total de oito horas semanais para o curso fundamental (1.º e 2.º ano de zoologia), o único que tivemos até agora.

Julgo conveniente lembrar desde já, comparativamente ao que tenho observado durante a minha vida de professor na Alemanha: raríssimamente um candidato a professor de cursos secundários em ciências naturais pode conseguir a sua licenciatura em três anos. O caso habitual é obter tal licenciatura em quatro, cinco, e até seis anos. Cumpre notar que não se trata do doutoramento, o qual exige geralmente um tempo ainda maior.

Percebe-se na organização atual uma sobrecarga de trabalho para os nossos alunos, devido ao número e à extensão das matérias do curso. Sem dúvida, a feliz idéia da instituição do curso preuniversitário (quinta Secção), do qual falaremos adiante, vem aliviar o nosso curso com a passagem da física e da química para o curso preuniversitário. Ainda assim, porém, no regime atual, os nossos estudantes não têm tempo bastante para a reflexão indispensável ao bom estudo de ciências naturais. O número das aulas, os exercícios práticos, as excursões, e sobretudo a extensão dos programas, impossibilitam quasi um aproveitamento ótimo, como todos nós desejamos aos nossos alunos. Sem querer propor reformas, lembraria apenas a vantagem de se instituir mais um ano para o curso de ciências naturais. O estudo seria mais calmo, os alunos melhor preparados, com tempo suficiente para adquirir e desenvolver o espírito de pesquisa, tão útil àqueles que vão ter a missão de instruir e educar a mocidade.

Uma outra vantagem do acréscimo de um ano seria proporcionar ambiente mais propício às pesquisas, principalmente àqueles que desejarem e puderem dedicar-se à zoologia, entrando assim para o corpo de investigadores, que necessariamente, e oxalá num futuro não muito remoto, o Instituto deverá ter. Certamente, a formação do grupo de pesquisadores não depende unicamente do meio criado pelo Instituto, da escola de zoologia geral (aqui agora em formação), mas, e principalmente, de determinados problemas econômicos, cuja solução dependerá, sem dúvida, das possibilidades e do interesse do governo.

Continuámos a organização do Instituto, mantendo em dia os trabalhos já iniciados, principalmente os destinados a prover o Instituto de material adequado, para os exercícios práticos dos

alunos. Quanto ao valor de tais exercícios, das demonstrações nas instituições científicas estaduais (Aquário da Agua Branca, Instituto do Butantan, Museu Paulista, etc. etc.) e das excursões a Santos e outras, só posso apoiar totalmente o relatório do ano anterior.

Desejamos chamar a atenção, de modo especial, para as excursões. No ambiente zoológico, compreende-se muito bem o valor das excursões ao campo, ao litoral, etc., prática indispensável ao ensino sério da zoologia. Fora, porém, do meio das ciências naturais, é costume tomarem-se as excursões como sinônimo de passeios recreativos ou festas. Na história natural, e particularmente na zoologia, a excursão representa trabalho e constitui tarefa árdua para o professor. Certamente não falamos aqui das excursões-visitas, apenas, mas das que tenham uma determinada finalidade, um objectivo bem marcado, enfim, um programa a ser executado fielmente. Por meio delas, os estudantes aprendem a conhecer a natureza, entram em contato com a fauna no seu estado natural, adquirem a prática da colheita do material indispensável para os cursos. Finalmente, são elas *estudos* de alto valor para um naturalista.

A obtenção de material, a direção nas excursões e visitas aos museus, são para o lente consideravelmente mais exaustivas que as preleções teóricas e, por conseguinte, muito mais valiosas para os estudantes das ciências naturais do que ouvir, tomar apontamentos e decorar livros. Seria de conseqüências verdadeiramente desastrosas, num país cuja importancia econômica atual e futura repousa em suas matérias primas, em sua natureza, imprimir à educação da mocidade de hoje, que representa a classe média do futuro, o cunho duma orientação puramente citadina. Na Alemanha, onde a industrialização e a aglomeração da maior parte dos habitantes nas grandes cidades já alienou a juventude da natureza, procura hoje o govêrno reparar, por todos os meios, êsse êrro. Os nossos estudantes paulistas, uma vez nas suas posições escolares, esforçar-se-ão em orientar o seu ensino pelas mesmas diretivas com que se familiarizam durante os seus estudos; por isso, tôda a falta cometida pelo lente duma Universidade será vinte vezes mais grave, em suas conseqüên-

cias, do que parece em si mesma, e cada passo progressivo produzir á colheitas vinte vezes mais ricas em frutos.

Bem haja o recente decreto, baixado pelo govêrno, sôbre a regulamentação do ensino secundário e profissional, segundo o qual os futuros professores dos nossos ginásios serão preferentemente alunos da Universidade. Ao meu ver, será de absoluta conveniência admitirem-se, segundo o espírito do aludido decreto, aos concursos futuros, para as vagas dos cursos secundários, unicamente licenciados da Universidade ou institutos congêneres oficializados. Sem esta providência, nossos licenciados entrarão em concorrência, sob certo ponto de vista, desvantajosa e injusta, com aqueles professores de rotina, que adotam os métodos didáticos até agora em uso, puramente teóricos. Nas condições atuais, em meu entender, certamente os examinadores, cuja talvez vasta cultura possivelmente provenha em maior parte de livros, não compreenderão que os nossos licenciados devam merecer a preferência, devido à orientação prática de que gozaram. As vagas seriam concedidas, como até agora, a autodidatas e rotineiros, e todos os gastos efetuados pelo Estado, para melhorar o ensino, teriam sido em vão. Os licenciados desiludidos naturalmente iriam constituir um proletariado intelectual, que, como é sabido, se torna elemento indesejável da sociedade. Acentuo, por êsse motivo, de suma importância, que o Estado deveria admitir aos concursos para as vagas existentes em tôdas as escolas estaduais e em tôdas as outras sob inspeção estadual unicamente licenciados da Universidade e dos institutos oficializados. Sem a observância rigorosa de tais disposições, o futuro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com certeza, virá a ser comprometido. Sômente aos ricos é que seria então acessível o estudo das ciências naturais, exceptuando-se a química, com suas inúmeras possibilidades econômicas, pois é natural que uma pessoa moça, por mais entusiasmada que seja, considere também as probabilidades econômicas de seu futuro.

Naturalmente, ainda não é possível prever até que ponto se fará sentir a influência do Instituto na formação de pesquisadores zoológicos. São inúmeros os problemas, suficientes no

momento os recursos do Instituto, e grande o interêsse dos alunos. Se mantivermos inabalável a opinião que a qualidade representa *tudo*, e *nada* a quantidade; se evitarmos a poligrafia sem senso, como infelizmente a praticam algumas Universidades da América do Norte, onde as revistas se mostram repletas de artigos sem valor, simplesmente para satisfazer a vaidade de qualquer mecenas; parece-nos ser mais auspicioso, para o futuro, o número atualmente ainda muito limitado de nossos estudantes, mas dedicados e interessados, do que uma multidão sem contato íntimo com a ciência zoológica. Apreciando justamente os excelentes predicados dos nossos alunos, desejo também repetir a proposta formulada pelo Prof. Dr. Paulo Sawaya, no seu relatório do ano passado: a abolição do exame em Junho. Entre o método norte-americano, com seus exames freqüentíssimos, e o alemão e escandinavo com um único exame geral e final, parece-me que a norma de um só exame anual mantém o meio justo. O método alemão, bom em si, porque exige do estudante o máximo de responsabilidade pessoal, acarreta, não raras vezes, uma fadiga excessiva com a sua consequência: indisposição para o mesmo exame, prejudicial a um talvez ótimo trabalhador.

Além dos trabalhos de investigação sôbre determinados pontos de zoologia, que se encontram em curso no Instituto, tanto pelo Prof. Sawaya como por mim, não foi descuidada a parte da vulgarização zoológica, tendo sido feitas algumas comunicações e demonstrações de preparados na Sociedade de Biologia, no Instituto Biológico, no Clube Zoológico de São Paulo e de Santos. Houve também oportunidade de o Instituto contribuir com um trabalho do Prof. Sawaya para a «2.^a Semana Oto-rino-laringológica», realizada de 6-10 de Julho sob os auspícios da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Nos trabalhos técnicos, ocuparam o primeiro lugar os preparados microscópicos, a preparação de esqueletos e outro material para o Museu do ensino, tendo sido continuadas as excursões para o municinamento do Instituto com animais preferentemente da fauna local.

O curso do premédico realizou-se, como no ano anterior, em idêntica cooperação pessoal e local. Auferindo dos ótimos

resultados dessa cooperação, desdobrar-se-ão nas mesmas condições as atividades do Colégio Universitário, e esperamos, em breve, poder apresentar como professor, para a quinta Secção, um dentre os nossos próprios estudantes, preenchendo assim, desde já, uma das finalidades do Instituto. A posição de professor do curso preuniversitário facilitará a êsse futuro licenciado dedicar-se à preparação da sua tese.

Sôbre o Colégio Universitário, desejo ainda fazer algumas considerações. Nas condições atuais do ensino, e levando-se em conta as possibilidades econômicas, que não são de desprezar, e, acima de tudo, o maior proveito dos alunos, os cursos do Colégio Universitário, pelo menos no momento, só se pôdem realizar eficientemente se anexos à Secção de Ciências da Faculdade. A experiência até agora realizada, pelo menos na zoologia, demonstra o meu asserto, o que, aliás, não constitui novidade, pois é um regime habitual da maioria das Universidades européias. Mesmo em algumas grandes Universidades da América do Norte, há uma íntima ligação entre o curso preparatório e as Faculdades de Ciências. No nosso caso particular, a não anexação do referido curso preuniversitário, pelo menos nas cadeiras que exigem um laboratório, teria como resultado o ensino puramente teórico, que se processa atualmente nos ginásios, como já acima deixámos assinalado.

Na execução do programa que adotamos, para continuar a organização do Instituto dentro dos recursos que nos forem concedidos, pretendemos iniciar a construção de tanques cimentados para animais de água doce no terraço, e de gaiolas apropriadas para abrigar os animais terrestres necessários aos cursos, principalmente para as experiências fisiológicas. Além disso, é de nosso desejo instalar, na secção dos aquários, ao menos um com água do mar, para a manutenção de animais mais típicos da nossa fauna litorânea. Como é sabido pelo relatório do ano passado, iniciar-se-á, no próximo ano, o curso especial (3.º ano), para o qual haverá necessidade de um aumento do Instituto, e, conseqüentemente, o da verba. Desde já nos preparamos para a realização dêsse curso, o qual será um complemento à instrução dos estudantes de zoologia.

Sensível lacuna do nosso Instituto, como disse no relatório precedente o meu colega, continua a ser a biblioteca. A do Prof. Bresslau, felizmente adquirida, graças à benemerência do governo, foi uma biblioteca particular, e é somente, está claro, o complemento de uma biblioteca oficial, da qual o nosso Instituto tem necessidade imprescindível. Lógico é que um instituto novo não possa, de um dia para o outro, igualar-se, na sua biblioteca, aos velhos institutos científicos europeus, que, no decorrer de longos anos, atingiram um grau elevado de desenvolvimento. Por outro lado, não temos à nossa disposição as somas fabulosas, por meio das quais alguns institutos norte-americanos lograram conquistar, em pouco tempo, o monopólio bibliográfico, em certos ramos. Infelizmente, nem sempre são compreendidos, na sua extensão, a necessidade e o valor de uma biblioteca especializada, máxime num ambiente onde a ciência pura ensaia os primeiros passos. E' de se desejar, sem dúvida, uma correspondência perfeita entre a majestade e suntuosidade dos estabelecimentos científicos e a alma que os deve animar, isto é, a biblioteca. Felizmente para nós, é bem auspiciosa a declaração da mensagem presidencial, da passagem da parte zoológica do Museu Paulista para a Faculdade de Ciências. A sua notória e preciosa biblioteca virá facilitar sobremaneira os nossos trabalhos e os dos nossos estudantes, principalmente na preparação de suas teses. Ainda assim mesmo, muito há que fazer sob o ponto de vista bibliográfico, afim de tornar menos árdua a tarefa dos nossos pesquisadores. Não são poucos os grupos de animais brasileiros sobre os quais é mais fácil fazer pesquisas na Europa ou na América do Norte que aqui no Brasil, por faltarem aqui os livros com as descrições mais antigas. Como exemplo, cito a não existência, em tôdas as bibliotecas de São Paulo, de um exemplar dos «Resultados da expedição do «Challenger», sendo quasi impossível bem classificar um animal marinho sem êsse volume. Exige a nossa independência das bibliotecas estrangeiras grandes sacrifícios, cujos frutos abundantes beneficiarão as próximas gerações.

Utilíssimo seria, sem dúvida, à repercussão internacional, que o Instituto de Zoologia de São Paulo se apresentasse, com as

coleções e a biblioteca zoológica do Museu Paulista, no Congresso Internacional de Zoologia, a realizar-se em 1939 no Rio e em São Paulo. A êste respeito seja-me permitido lembrar que o Instituto, como órgão mais representativo da Universidade, deverá ter nesse Congresso uma atuação condigna, e daí a necessidade de providenciarmos desde já para que, em 1939, possamos bem acolher os cientistas que de tôdas as partes do mundo acorrerão ao Rio e a São Paulo.

E' desprovido absolutamente de qualquer espírito de crítica destrutiva, mas unicamente animado do desejo de bem servir à causa para a qual fui chamado, e à qual dedico todos os meus esforços, isto é, de fazer em São Paulo uma verdadeira escola de zoologia geral, como ciência pura, que teço aqui algumas rápidas considerações sôbre a parte da administração. Assinala a mensagem presidencial a reforma dos serviços administrativos. E' de todo o meu desejo, para o maior benefício do Instituto, que venha tal reforma simplificar o complicado sistema burocrático em voga. Lembro, apenas de passagem, a praxe que na Alemanha tem dado resultados práticos.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro fica no Tesouro, à disposição do Instituto, uma soma determinada. Todos os fornecedores podem, mediante a apresentação de fatura visada pelo Instituto, receber imediatamente seu dinheiro. Com êste pagamento direto, compreende-se fàcilmente, não é pequena a economia. A especificação rígida e imutável das verbas diferentes, como acontece aquí, traz, não raras vezes, sérios embaraços a quem tem a responsabilidade da direção de um instituto científico. Na reforma que se acha em andamento, seria indispensável, senão uma independência do Instituto na aplicação da sua verba, pelo menos, que se consignasse uma determinada quantia de que o Instituto pudesse dispor em qualquer momento. Compreende-se esta necessidade, pois, tratando-se de um estabelecimento, técnico, sômente o seu pessoal habilitado é que poderá adquirir material necessário, não só para o ensino, como para as investigações.

Num país, como é o Brasil, onde a zoologia aplicada já tem uma tradição respeitável, onde a luta contra os animais nocivos ao homem e às suas profissões, como a criação e o aperfeiçoa-

mento de animais domésticos, deixa ver sucessos indiscutíveis, a zoologia geral, sem dúvida, não pretende possuir, diretamente, a chave para a riqueza futura. E' imponderável o valor da zoologia geral, como o de cada ciência pura, mas, justamente por isso, posso falar aqui, neste último parágrafo, sem a reserva que geralmente convém ao estrangeiro.

As imponderabilidades são de suma importância em todos os países, e em todos os tempos. Especialistas que vivem a tropeçar nos seus caminhos, por terem argueiros nos olhos, aqui certamente não são necessários, e não é nosso objetivo formá-los. Os dedicados à zoologia, estudo científico das criaturas, têm os olhos dirigidos para o alto. Espero que seja assim o fruto do nosso trabalho, formando estudiosos interessados na ciência pura, prestando dêste modo ótimo serviço ao Brasil. Como os exageros da civilização unilateralmente verbal, o homem, desenganado, também abandonará os exageros da civilização técnica. Preparemos a cultura do futuro,, a cultura humana: eduquemos!

IDÉIAS E SUGESTÕES

PELO

PROF. PAUL VANORDEN SHAW

Mais e mais os governos e os centros intelectuais da América estão percebendo o profundo valor de conhecimentos abalizados sôbre a civilização americana. Em várias partes da América Latina estão-se estabelecendo Centros de Estudos Americanísticos, e em mais de cem Universidades e Colégios norte-americanos há cursos ou secções dedicados exclusivamente à história, às condições sociais e econômicas e aos problemas da América Latina.

Três motivos explicam esta tendência nos Estados Unidos, nestes últimos vinte anos. Em primeiro lugar, casas comerciais, bancárias e industriais chegaram à conclusão de que o êxito dos seus negócios, na América Latina, dependeria, no futuro, de um conhecimento mais vasto e mais adequado da civilização latino-americana. Em segundo lugar, o govêrno federal chegou à conclusão de que tôdas as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, especialmente as diplomáticas e econômicas, só poderiam melhorar depois da criação de uma opinião pública inteligente quanto à sociedade e à evolução dos povos latino-americanos. Em terceiro lugar, colégios e universidades norte-americanos começam a interessar-se pela América Latina, porque descobriram que a evolução dos povos de lingua portuguesa, espanhola e francesa no Novo Mundo era sumamente interessante, do ponto de vista do estudioso. Ainda que tardiamente, perceberam que era necessário a todo o homem culto conhecer melhor a história dos povos vizinhos, com os quais os laços econômicos se estavam tornando cada vez mais estreitos, do que a de povos

longínquos, ou de civilizações já desaparecidas. A última razão dêste novo interesse nas Universidades estriba-se no fato de que um número crescente de norte-americanos se tornou amigo sincero e esclarecido da civilização latino-americana.

Numa palavra, muitos elementos intelectuais nos Estados Unidos, nestes últimos quinze anos, têm verificado a necessidade — indispensável para o bem-estar econômico e diplomático dos Estados Unidos — de se conhecer a civilização da América Latina. E parece-nos que, com igual ou maior razão, todos os países da América Latina devem vir a conhecer os seu vizinhos, e especialmente os Estados Unidos da América do Norte.

O apêlo que fazemos aqui é para uma ampliação dos estudos americanísticos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Esta ampliação pode ser feita de dois modos: aumentando o número de cursos dentro da própria cadeira, ou estabelecendo-se um grande Centro de Estudos Americanísticos na cidade de S. Paulo.

Mas, antes de apresentar os argumentos justificativos, desejamos relatar certos resultados concretos já obtidos, apesar de tôdas as dificuldades inerentes à organização de um curso novo. No semestre findo, nas aulas desta cadeira, abeirámo-nos do problema do Negro na América. Os resultados objetivos foram estes: — Em longas discussões entre os alunos sôbre a questão da existência de preconceitos contra o Negro no Brasil, houve comparações não sômente entre êsses preconceitos aquí e nos Estados Unidos, mas também comentários das diferenças entre o tratamento e a condição do Negro no Brasil e nos Estados Unidos. Em segundo lugar, por causa do interesse suscitado, e para escreverem um trabalho sôbre o Negro na América, vários alunos, por conta própria, têm procurado e comprado livros sôbre o problema e com certo entusiasmo os emprestam ou mostram ao professor. Vê-se aí, ainda que seja em ponto muito pequeno e em linhas muito gerais, que o estudo de *um* problema americano, no sentido mais lato da palavra *americano*, tem atraído a atenção de estudantes brasileiros sôbre um aspecto dêste problema no seu próprio país e lhes tem proporcionado certos dados para compa-

rar as soluções ou falta de soluções no Brasil e nos Estados Unidos.

Os argumentos que desejamos apresentar são os seguintes:

I. Uma grande nação americana, como é o Brasil, não pode deixar a nações estrangeiras o trabalho de estudos, pesquisas e sistematizações sobre o continente em que vive. Não se pode conceber que a Europa deixasse para a América ou a Ásia o trabalho fastidioso de investigar as suas origens, a sua cultura e a sua história. Ainda não existe no Brasil um grande centro como os que existem em outros continentes, e que se dedicam exclusivamente ao estudo da civilização americana.

II. Um fim da Universidade de São Paulo, e especialmente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é preparar não somente pessoas com certa cultura elevada, como também líderes que no futuro vão reger os destinos da nação, por meio de sua ação como professores ou, diretamente, em posições de alta responsabilidade no governo da pátria. Enquanto a economia do Brasil for a de nação por excelência exportadora de café algodão e de outros produtos agrícolas, ou de matérias primas, as suas relações diplomáticas, para promover os seus interesses econômicos, farão parte importantíssima da vida total do país.

Assim, sendo os Estados Unidos um dos maiores fregueses do Brasil, sendo outros países latino-americanos seus concorrentes mais fortes, é de sumo valor prático para todos os brasileiros responsáveis pelo bem estar do seu país, conhecer o ambiente continental não só nas suas modalidades culturais mas também nas econômicas, e igualmente conhecer melhor o seu próprio país em relação aos outros.

III. As tendências do momento, e que talvez se venham a tornar permanentes, são no sentido de uma aproximação mais forte entre todos os países da América. Mas nenhum país americano se deve enquadrar num sistema americano sem conhecer a fundo o lugar que vai ocupar nessa nova entidade. Um «sistema americano ou continental» é um todo cujas partes ou unidades são as nações do continente. Estas nações todas têm suas características raciais, culturais, necessidades econômicas e aspi-

rações culturais e sociais. Um «sistema continental» só poderá ser construído na base de certos sacrifícios e ajustamentos nacionais, assim como na sociedade o homem tem de perder certa liberdade de ação pessoal, para se ajustar ao meio social em que vive. Sem conhecer a fundo os países que farão parte deste «sistema continental», é impossível planejar de antemão a política a ser seguida e obter para êle, o sistema, o necessário apoio popular. O «sistema ideal» será aquele que tenha o máximo de vantagens para as partes componentes; para alcançar êste resultado, é necessário tomar em conta, com antecedência, todos os fatores da situação. Os fatores principais são justamente as ambições, as necessidades e as psicologias das outras nações americanas, e que geralmente as afastam dos acordos diplomáticos e cooperativos.

IV. Mas o valor cultural da matéria, em si mesma, merece ser considerado como um dos maiores argumentos para amplificar a secção dedicada ao assunto. Um conhecimento de todos os problemas da evolução da América é, já de si, uma universidade, porque, para obter uma compreensão, sumária que seja, é necessário recorrer a quasi tôdas as ciências sociais, como sejam a etnografia, a antropologia, a sociologia, a psicologia coletiva, etc., etc. Se os estudos integrados têm valor educativo, como nos ensinam os pedagogos modernos, é êste um dos cursos que proporcionam melhores meios de se fazerem investigações integradas.

O alvo das amplificações, na Faculdade, dos estudos sobre a América seria: 1) preparar professores para ensinar a matéria em escolas primárias, secundárias e nos centros de altos estudos; 2) preparar jornalistas para escreverem com inteligência e entendimento sobre as questões diplomáticas, económicas etc., que concernem à América e sobre relações do Brasil com os outros países do continente; 3) preparar diplomatas para fazerem melhor a sua representação do Brasil em outros países do continente; 4) preparar especialistas na matéria, os quais, por meio de suas produções, desvendariam problemas importantes sobre a América e tomariam o seu lugar ao lado de outras autoridades sobre a matéria. Grande valôr teriam as

consequências deste último projeto. Seria uma contribuição valiosíssima para um ramo de estudos muito atrasado, e do qual tirariam proveito tanto os americanos em geral como o Brasil em particular; e seria uma contribuição importante para a cultura da humanidade.

Além das vantagens óbvias de um Centro de Estudos Americanísticos, haveria outras indiretas, mas de sumo valor: 1) seria uma excelente propaganda para o Brasil; 2) chamaria ao Brasil americanistas de todo o mundo e poria o Brasil na dianteira de todos os países americanos em questões americanas; 3) é concebível que chamaria a S. Paulo estudantes dos Estados Unidos e de outros países, para fazerem aqui os seus estudos de aperfeiçoamento. Êste seria um resultado inevitável, se houvesse um centro do tipo descrito; se a Faculdade concedesse o grau de doutor aos que fizessem estudos especializados na matéria; e se os trabalhos saídos do centro fôsem de um nível alto por excelência. Mesmo com o custo das passagens nos vapores dos Estados Unidos para cá, enquanto o câmbio permanecer como está e o custo da vida continuar mais ou menos no nível em que se encontra agora, estudantes norte-americanos poderiam estudar aqui, por menos do que lhes custaria em Nova York. Num centro como êste poder-se-iam formar, como parte integral, cursos de verão que trariam estudantes e turistas para esta cidade. Além disso, um centro assim organizado poderia fazer um intercâmbio de valôr com instituições de elevado nível cultural nos Estados Unidos, na Europa e em outros países da América.

O IDEAL. OS PROFESSORES E O SEU PREPARO

Esta cadeira deveria estar a cargo de um grupo de especialistas, cada um dos quais se encarregaria de uma fase especializada da matéria. Assim como em muitas Universidades há especialistas na História Antiga, na Medieval e em várias modalidades da História Moderna Européia, deveria haver especialistas e professores da História Antiga Americana, da História do Império Espanhol e das Repúblicas Hispano-Americanas, da His-

tória do Império Britânico e dos Estados Unidos da América do Norte. A quarta especialização refere-se à História de Portugal e do Brasil e esta, no Brasil, constitui cadeira separada.

Tratando-se, no parágrafo acima, de um ideal que será atingido aos poucos, porque já há tendências nesse sentido na Europa e nos Estados Unidos, deve-se insistir também em que esse estudo da História da Civilização Americana precisa ser feito com a cooperação ativa de especialistas nas ciências sociais, cujas disciplinas versam diretamente sobre fenômenos sociais e biológicos do Novo Mundo. Os antropólogos, os etnólogos, os sociólogos e os peritos em psicologia individual e coletiva, etc., deveriam trabalhar de mãos dadas com os historiadores, para que os resultados tivessem valor científico e autêntico.

Sem prescindir dos métodos de pesquisa e de redação de historiadores clássicos e de certos padrões e normas deixados por eles, a História da Civilização Americana deve ser estudada e sintetizada em moldes modernos e inteiramente diferentes das obras clássicas sobre a Europa. A história e a evolução da América Latina, em especial, por causa da natureza do meio e das raças que aqui se encontraram, não têm paralelo na história de hoje, mas apenas certa semelhança com a Europa na época das invasões dos bárbaros, quando infelizmente as invenções modernas e as novas ciências sociais não eram conhecidas como hoje e não estavam ao dispor dos historiadores de então.

Tratando-se de uma civilização *sui generis*, e para o estudo da qual não há as fontes convencionais e costumeiras, porque os índios e os negros não escreveram livros, e porque a mistura biológica de sangues não se manifesta em documentos que se possam arquivar, o historiador da civilização americana, que deseje recriar toda a história passada do continente americano, terá de lançar mão da mais importante documentação ao seu dispor, que é a proporcionada pela arqueologia, pela antropologia e por outras ciências sociais.

Este ponto de vista não precisa de defesa, visto que hoje a tendência nos grandes círculos acadêmicos é para se fazerem histórias da *cultura* ou da *civilização* de povos, nações ou tribus. O novo ponto de vista é que a história política de um povo, a mais

generalizada até hoje, era somente um aspecto da vida de pequeno grupo nas sociedades que se descreviam. A história da civilização peruana, por exemplo, onde a maioria da população é ameríndia ou mestiça, não pode ser escrita dentro dos moldes clássicos. Assim como a história precolombiana daquela república está sendo reconstruída por arqueólogos, a história da época colonial das massas tem de ser reconstruída por antropólogos e historiadores trabalhando juntos. Conforme pensa distinto sociólogo peruano, professor Uriel Garcia, a vida espiritual, moral e intelectual dos ameríndios andinos daquela nação acha-se gravada nos ponchos, na indumentária, nas canções e nas tradições da gente.

Portanto, o historiador da civilização americana tem de apossar-se de todos os meios modernos ao seu dispor, para fazer pesquisas no campo, coligir dados que tomem o lugar de documentos escritos, e que, em vez de serem conservados em arquivos convencionais, irão para os laboratórios adjuntos às bibliotecas do pesquisador. Para o trabalho de campo, máquinas fotográficas e cinematográficas, aparelhos de reprodução de som e meios de colecionar material de museu, são absolutamente necessários.

Devido à falta de um Centro Americanista e à natureza do assunto, são imprescindíveis e inteiramente urgentes e insubstituíveis as expedições às várias regiões do continente americano. Novas descobertas arqueológicas, freqüentes mudanças na vida política e social nas repúblicas modernas, e outras circunstâncias desta natureza constituem imperativos para constantes viagens de estudo e investigação. Esta necessidade explica-se, em parte, também pelo estado atrasado de muitos arquivos nacionais, pela falta de livros e por outras deficiências que só podem ser supridas por estudos no próprio campo.

O ENSINO

O ensino da história da civilização americana deve ser ministrado de conformidade com o interesse e o propósito dos alunos que fizerem parte da classe. Aqueles que pretendem apro-

fundar-se em questões de civilização americana, com o intuito de ensiná-la ou de se tornarem peritos ou de usarem de seus conhecimentos no jornalismo e na diplomacia, devemos proporcionar e exigir: longos estudos na bibliografia da matéria, como sejam as fontes primárias e a vasta biblioteca de obras secundárias; exaustivos trabalhos de campo ou de museu; e íntimo contato constante e pessoal com o professor, ou professores, que precisam de adaptar para cada aluno, neste grupo, uma técnica especial. Para tais alunos, as aulas semanais devem ser de secundária importância.

Este grupo, especialmente da parte dos que pretendem tornar-se especialistas como professores ou historiadores da matéria, necessita obter, em cooperação com outras secções da Faculdade, conhecimentos e princípios básicos nas disciplinas auxiliares, que aqui ficarão resumidas sob o título de ciências sociais.

Para outros alunos, cujo interesse principal é somente obter um apanhado da história da civilização americana, para cultura própria, as aulas e certos trabalhos escritos serão a sua principal ocupação.

Tanto estes como os outros devem aprender que a responsabilidade principal de obterem proveitos do seu curso recai nos seus próprios ombros, e que a função do professor consiste apenas em inspirar, estimular e ajudar a solução de problemas técnicos de estudo e pesquisa. Parece que o ideal mais moderno não é encher a mente do aluno com centenas de fatos e dados, mas, sim, ensinar-lhe onde estão milhares deles e como usá-los.

Uma vez montada a biblioteca, instalado um museu-laboratório, as aulas deverão ser lugares em que os alunos e os professores troquem idéias sobre o material que aqueles já vieram a conhecer, ou no trabalho prático ou nas horas de leitura. O professor, de sua parte, usará das aulas para apresentar aos alunos novos tópicos e problemas destinados a esse fim, projeções, fitas cinematográficas, discos e peças de museu.

E' sumamente importante que o professor estabeleça freqüentes contatos pessoais com todos os seus alunos. Acredita-se hoje que o ensino deve ser puramente pessoal e completamente adaptado à mentalidade, às necessidades e às capacidades de ca-

da aluno. Logo que for possível, deverá haver grupos de professores e assistentes, especialistas em vários ramos da história da civilização americana, que tenham o tempo necessário para dedicar-se aos alunos individualmente.

UMA AULA MODELO

Esta aula dá-se no escritório do professor, onde êle tem a sua biblioteca particular, a sua mesa de trabalho, máquina de escrever, dez cadeiras confortáveis e macias, e onde há uma atmosfera de informalidade. Ao mesmo tempo, a sala deve dar a impressão de ser um local de meditação e produção intelectual. Os alunos entram, dispõem-se indiferentemente nas cadeiras, e, se fôr permitido que fumem, acendem os seus cigarros ou cachimbos. Digamos, por exemplo, que é propósito do professor dissertar sobre o desenvolvimento da nova língua haitiana que se chama «creole». Fala sobre a significação do desenvolvimento da linguagem falada e faz comparação entre as línguas modernas que contribuíram para a formação do novo idioma que está discutindo. Sem formalidade, apaga as luzes do gabinete, e faz projeções mostrando tipos haitianos tanto das classes baixas como das altas, que falam êsse «creole». Procede então à disposição, num quadro negro, de certas palavras ou frases da nova língua, mostrando as suas origens. Uma vez feito isto, reproduz no gramofone, em discos feitos pelos proprios haitianos, o som e as vozes dêsse povo. Sem tensão nervosa, sem se preocupar em que está aprendendo, e numa base de completa igualdade com o professor, o aluno não somente apreende certos fatos intelectualmente, como obtém, ao mesmo tempo, um sentimento, uma emoção do fenômeno ou do episódio de que se trata. Uma vez que o professor tenha acabado de expor aquilo que tinha no seu programa, troca idéias com os alunos sobre a exposição feita. Esgotado o assunto do dia, e sem esperar campainhas ou aviso, os alunos saem para outras aulas ou para a biblioteca, onde, por conta própria, procuram mais fatos a respeito do «creole».

OUTROS MÉTODOS — O «PROJECT METHOD»

«Aprender, fazendo» parece ser uma das maneiras mais proveitosas de se aprender. Uma vez que esteja ao dispor dos alunos e do professor o material de que se necessita para o bom encaminhamento da cadeira, deve-se cogitar de duas formas de ensino que têm dado resultado em outras instituições. Uma é o «project method», ao qual esta cadeira se presta de maneira interessante e proveitosa. Por exemplo: pedir-se-á a um aluno que se ponha no lugar de um ministro do governo federal, a quem compete resolver o seguinte problema: — Qual deve ser a política cafeeira do Brasil em vista de novas tendências no mercado dos Estados Unidos e da concorrência dos países cafeeiros do Caribe? O aluno que puder responder a esta pergunta, com inteligência, terá aprendido muito sobre certas fases da história e do desenvolvimento dos Estados Unidos e de repúblicas como a Colômbia e a Costa Rica. Ao mesmo tempo, terá obtido uma visão realística de certas necessidades do Brasil e conhecimentos mais práticos de certos problemas brasileiros.

DRAMATIZAÇÃO

Um segundo modo que tem valores indiretos e de extraordinária importância educativa é o da dramatização de fases da evolução da civilização americana. Os dramas e as comédias seriam escritos, sob a direção do professor, pelos próprios alunos; todo o trabalho de encenação, com os costumes da época de que se trata, também seria feito pelos alunos; procurar-se-ia recriar a atmosfera intelectual e moral de um dado momento histórico e, por meio do estudo de quadros e desenhos, até a própria gesticulação de tempos idos. Seria reviver a história: a maneira mais eficiente de se conhecer o passado. Para fazer essas peças com um estímulo interessante, e que o leva a aprender sem que perceba o esforço dispendido, o aluno bebe nas fontes primárias e secundárias da matéria.

Os valores indiretos, do ponto de vista da cadeira de História da Civilização Americana (mas sumamente «diretos», do

ponto de vista da Faculdade, que é o do desenvolvimento de cultura e disciplina pessoal) são inúmeros e importantes. Em primeiro lugar, o aluno aprenderá a sujeitar-se a fazer certos sacrifícios de glória pessoal para o bem de uma causa. É a lição de cooperação social. Em segundo lugar, aprenderá a ocupar de boa vontade um lugar secundário, quando o seu talento seja de tal natureza que não lhe permita sobressair em papel que não lhe compete — objetividade quanto a si mesmo. Todos trabalhando juntos, com um só fim, aprenderão a satisfação que vem de trabalhos cooperativos em prol duma causa — patriotismo e civismo. Se fôr bem feito êste trabalho, criará amor ao verdadeiro teatro e uma apreciação das artes dramáticas. E se, por acaso, uma classe produzir um drama e o representar com certa dextreza, poderá servir de publicidade, com representações em outras partes do estado, não só para a cadeira como para a Faculdade.

O ideal é a participação ativa do estudante na matéria. Nem que seja com o único fim de obter aprovação no fim do ano, os três métodos mencionados acima servem melhor do que as maneiras convencionais e antigas de ensinar para desenvolver os conhecimentos, a utilidade, a disciplina do individuo. Um professor atrás de uma mesa, num estrado, já perde *ipso facto* o contato entre si e seus alunos, que é necessário para a transmissão de inspiração e de conhecimentos. Em todo o mundo, e em tôdas as nacionalidades, tem-se descoberto que número enorme de alunos aprende mais e lembra-se mais das divagações do professor do que das suas conferências formais. “Divagações dirigidas», para usar um térmo tão vulgar atualmente, constituem um ideal do pedagogo novo. Criar a aparência de que tudo é divagação interessante é o segredo do bem ensinar. A «aula modelo», o «project method» e a dramatização prestam-se a «divagações dirigidas».

LÍNGUAS

Para o máximo proveito e para a máxima participação do aluno, é indispensável que se exija, no futuro, que o aluno que pretenda especializar-se na história da civilização americana

conheça tôdas as línguas do continente. Francês e espanhol não oferecem obstáculos ao estudante brasileiro; mas, em geral, são poucos os que têm conhecimentos suficientes do inglês para usar as muitas obras de importância fundamental que estão publicadas nessa língua. O conhecimento do inglês é necessário não apenas aos alunos que querem conhecer a história dos Estados Unidos, como àqueles que querem aprofundar-se na história da civilização dos outros países do continente. Quási todos os trabalhos recentes sôbre arqueologia e, entre êles, alguns dos melhores no ramo, estão escritos em inglês. E, por maus que sejam alguns, há uma infinidade de outras obras, escritas por norte-americanos em inglês, que enchem lacunas na bibliografia existente e são, portanto, indispensáveis ao estudioso da matéria. E como um dos fins ultteriores desta cadeira é ensinar ao estudante brasileiro a relação existente e a relação que deve existir entre o Brasil e os outros países do continente, e mormente os Estados Unidos, o conhecimento da língua inglesa tem valores secundários que não precisam ser enumerados aqui.

BIBLIOGRAFIA PARA A CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA

Omitiremos neste memorial alusão à parte portuguesa e brasileira.

Para o perfeito funcionamento da cadeira são necessários milhares de volumes e documentos que podem ser classificados da seguinte forma:

- 1) Documentos primários e manuscritos sôbre a Espanha antes e depois da descoberta da América;
- 2) Documentos primários e manuscritos sôbre a Inglaterra antes e depois da fundação da primeira colônia inglesa na América do Norte;
- 3) Documentos primários e manuscritos sôbre a França antes e depois de 1696;
- 4) Documentos primários e manuscritos das vinte e uma repúblicas americanas desde a data de emancipação em diante;

- 5) Obras e coleções sôbre o ameríndio e o africano;
 - 6) Coleções de descrições, viagens e explorações, coleções de relatórios de jesuítas e outros religiosos;
 - 7) Obras secundárias sôbre a América em geral, América Latina, os Estados Unidos, ou sôbre tópicos especializados que se refiram direta ou indiretamente a problemas do Novo Mundo;
 - 8) Trabalhos, no campo das ciências sociais, que façam referência direta ou indireta aos problemas primordiais da civilização americana;
 - 9) Miscelânea; revistas, jornais e, monografias;
 - 10) Fotografias e fitas cinematográficas;
 - 11) Discos e gravações;
 - 12) Peças de museu;
- etc., etc., etc.

Este material deve ser colecionado em obediência a um plano de cinco ou dez anos e de conformidade com o desenvolvimento da cadeira. Seria aconselhavel decidir-se até que ponto o propósito da cadeira é servir um fim prático e até que ponto um fim cultural. E se fôr decidido, por exemplo, que um dos valores primordiais da cadeira seja preparar pessoas competentes para encaminhar ou aconselhar em tudo que se refere às relações diplomáticas do Brasil, mormente com os Estados Unidos e as nações vizinhas como a Argentina, as compras de documentos e livros limitar-se-ão, nos primeiros anos, a estas regiões e aos tópicos de mais interesse.

Os documentos primários são absolutamente necessários, se fôr intenção da Faculdade organizar cursos de pesquisas que conduzam ao doutoramento em história. Muitos são imprecindíveis, mesmo para os alunos que não pretendam especializar-se na matéria. Quasi tão necessários são os acessórios arqueológicos e antropológicos de que já falámos.

MAPAS

É indispensavel uma coleção de mapas da América inteira. As coleções devem ser de mapas antigos e modernos e de toda a espécie.

INSTALAÇÃO

Para a máxima eficiência, nas pesquisas relacionadas com esta cadeira, seria aconselhável que no plano de construção da cidade universitária se tomassem em consideração as necessidades da história da civilização americana e as de um futuro centro de estudos americanísticos. Na eventualidade de ser criado um centro desse gênero, eis o que principalmente importaria: um prédio próprio ou a secção de um prédio em que houvesse: 1) biblioteca americana; 2) anfiteatro com máquinas de projecção, para filmes sonoros, e gramofones; 3) gabinete do professor; 4) sala de seminário e de estudo; 5) pequenos gabinetes para uso de certos estudantes que tenham o propósito de especializar-se na matéria.

Não sendo possível uma instalação completamente separada, seriam aconselháveis, pelo menos, uma biblioteca especializada, um gabinete para o professor e para os seminários, e sala de aula com os aparelhos de projecção e reprodução mencionados acima.

CÁTEDRA DE DIREITO POLÍTICO

DIREITO POLÍTICO

PELO

PROF. ANTÓNIO DE SAMPAIO DÓRIA

Um povo, seja qual fôr a sua idade e as suas tradições, mas sem o império do direito, é uma horda de selvagens. E é selvagem não só o povo que se compõe, por hábito, de autônomos anarquizados, como o que se forma, por índole, de autômatos obedientes.

O império do direito requer autonomias disciplinadas. Autonomia sem disciplina é anarquia. Disciplina sem autonomia é senzala. Pouco vale o progresso material, a ordem material, a disciplina material, onde se eclipsar a liberdade e anoitecer a justiça.

O problema político por excelência, em tôda parte, é o da coexistência harmônica da autoridade com a liberdade. O poder público, que, através das idades, tem emergido em cada povo, só se naturaliza, só se legitima, quando assegure a cada associado o poder de fazer, ou deixar de fazer, o que, facultado a todos, não desagregue ou possa desagregar a sociedade, nem lhe trave o progresso incessante. A autoridade pública é, por natureza, um meio, e não um fim, posto que, quanto mais forte, mais segura seja a liberdade. Sem autoridade, a liberdade é um anseio vago, aspiração, ou ideologia sem o senso da vida. E só a eficiência do poder do estado dá corpo e alma à liberdade dos indivíduos.

O difícil, na prática, é organizar, no estado, com a máxima liberdade, a máxima autoridade. E' a incógnita suprema do direito político.

Com os olhos postos nesta incógnita, cabe aos juristas distinguir, entre as causas e os efeitos dos fatos sociais, as leis do direito político. Com os olhos postos nela, cumpriria aos políticos, para o bem dos povos, dirigir, por entre as paixões populares, a nau do estado, para os horizontes da liberdade.

E o professor ?

Esse está diante de um grupo de moços, que, em regra, ignoram o direito político, de que apenas é provável terem as noções vulgares, e que, provavelmente, ainda não se contaminaram das artimanhas dos partidos. Mas propõem-se iniciar-se nos mistérios do direito político. E o propósito do professor, que os tem sob sua palavra, é fazer-lhes a iniciação, de modo que, no fim do curso, fiquem inteirados da matéria.

Fiquem inteirados. Não, memorizando normas e preceitos; não, conhecendo de cor opiniões e doutrinas. Nem mesmo apenas ouvindo o que os outros dizem. Mas sabendo, quanto possível, de ciência própria. Tanto quanto possível, observando os fatos, e, por assim dizer, redescobrimdo as leis que os regem. Sem a atividade pessoal dos alunos, sem as suas iniciativas, sob a orientação do mestre, o ensino é, quasi sempre, como um traçado na água. Não deixa vestígios.

Ninguém aprende direito político para mera contemplação romântica de como têm os povos organizado os estados sob que vivam. Aprende-se direito político para agir, para dirigir, para construir. Para construir, muitas vezes destruindo as obras de tamancaria política, com que os espertos ou os alucinados, para satisfazer as suas ambições, ou por amor de suas ideologias, tenham sacrificado a liberdade. Mas não basta destruir. O que urge, o que fica, o que salva, é a construção do estado, para o império sem contraste do direito.

Sem consciência jurídica, não é civilizado um povo, nem o é o indivíduo, por mais que blasonem e se presumam. Na justiça se resume toda a civilização.

Sem a convicção do direito político, sem o discernimento entre o crime da política e o direito da política, sem a adesão íntima da consciência ao direito, e o horror ao crime político, o moço saído de uma escola de direito, para a vida social, que

o espera, não seria um cidadão ativo, com as insígnias da dignidade cívica, mas essa cousa horrenda: um negativo, um apolítico, e, como tal, cúmplice dos males partidários de sua terra e sua gente.

Daí dever o professor de direito político, ao lado da clareza com que exponha, fazer que os discípulos observem; ensejar a que distingam por si mesmos e formem opinião própria; a que sejam, em suma alguém autônomos e não autômatos, criaturas que pensem e saibam querer, em vez de mentalidades coloniais, repetidores da ciência alheia, criaturas nascidas para serem mandadas, seres apáticos, sombras de homens.

E' êste o sôpro de vida, que, nestes duros tempos de anarquia mental, deve animar o recinto das escolas de direito político.

E não só o Brasil, mas todos os povos, ou seguirão estes rumos na formação da mocidade, ou terão da liberdade e da civilização os dias contados.

O ENSINO DA ESTATÍSTICA NA UNIVERSIDADE DE S. PAULO

PELO

PROF. LUIGI GALVANI

A inclusão do ensino da estatística entre as matérias fundamentais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, na Sub-Secção de Ciências Sociais e Políticas, constitui um novo e eloqüente reconhecimento da sempre crescente importância que esta disciplina vem adquirindo na vida moderna. Todavia, a simples denominação de «estatística» não é suficiente para estabelecer o conteúdo, a orientação e o âmbito de seu ensino, afim de que possa ser atingido, do melhor modo, o duplice fim visado por qualquer disciplina universitária.

Tende, de fato, todo o ensino universitário a fornecer, antes de mais nada, as bases e os conhecimentos teóricos da disciplina à qual se refere e, subordinadamente, a colocar os alunos na condição de saberem aplicar as teorias assimiladas aos fatos concretos, particularmente, àqueles fatos que constituirão a matéria profissional em que os estudantes, uma vez concluído o curso, deverão exercer as suas atividades. Estes dois objetivos são, de maneira especial, nitidamente perceptíveis no caso da estatística, que, com o tratar do estudo quantitativo dos fenômenos coletivos, deve ensinar de que maneira a inquirição de tais fenômenos precisa ser feita em geral e, em seguida, como aplicar, efetivamente, esta forma de investigação às varias categorias de fatos que a comportam.

Tendo presente esta indeterminação inicial do objeto do nosso ensino — aliás, oportuna em uma escola universitária,

onde o ensino deve ser totalmente entregue, com a ressalva do necessário controle, ao professor responsável — cabe a êste definir os contornos da tarefa que pretende realizar. E é assim que, agradecendo a honra, que nos foi conferida, de ministrar pela primeira vez numa Faculdade desta jovem, mas florescentíssima Universidade, o ensino da estatística, passamos a expor alguns dados e considerações que nos permitirão estabelecer as diretrizes gerais, segundo as quais julgamos dever desincumbir-nos da alta missão que nos foi confiada.

* * *

Antes de mais nada, uma vez que largo proveito se deve sempre auferir da experiência própria e da alheia, daremos uma idéia sumária da extensão e da profundidade do atual ensino universitário de estatística, em vários dentre os principais países. Esta vista de conjunto demonstrará não somente que alto grau de consideração disfruta hoje a nossa disciplina, mas servirá também para fornecer úteis indicações referentes aos critérios mais vantajosos para o seu ensino.

Como se sabe, o ensino científico da estatística, considerada como disciplina autônoma, conquanto dentro de um significado mais restrito e um tanto diverso do atual, foi iniciado em algumas Universidades alemãs: primeiro, em meados do século XVII, na de Helmstadt, por obra de Conring, o qual realizou o seu curso para descrever e examinar as cousas mais notáveis do Estado (Staatsmerkwürdigkeiten), e posteriormente em outras Universidades, entre as quais a de Jena, onde ensinou Schmeitzel, e a de Gotinga, que teve como professor Achenwall, famoso em virtude de sua versatilidade, e ao qual cabe também o mérito de ter dado à nova disciplina o nome definitivo de «Estatística», que êle faz derivar da célebre obra «Razão de Estado» do italiano Giovanni Botero. Uma primeira aproximação ao atual conceito da nossa disciplina foi realizada por Schlözer, que substituiu a diretriz de Conring, segundo a qual a estatística era uma descrição puramente literária das cousas mais notáveis do Estado, pela de descrição numérica, separando a parte teórica da parte applicativa.

Entretanto, à semelhança de quanto sucedia nas outras ciências, porém com rapidez ainda maior, ia-se alargando enormemente o campo da nova disciplina: apareceram primeiro os «aritméticos políticos», que acrescentaram à estatística descritiva a «investigativa», no intento de descobrirem as leis quantitativas que governam os fatos da população e da sociedade; sucessivamente, consolidou-se a orientação matemática, segundo a qual se fez metódico emprêgo dos meios técnicos oferecidos pela análise, e especialmente pelo cálculo das probabilidades, no estudo dos fenômenos de massa ou coletivos; enfim, tendo crescido extraordinariamente o conteúdo, por obra de novas achegas e por extensão das já existentes, reconheceu-se a substancial divisão da estatística em duas grandes partes. A primeira é, atualmente, o conjunto doutrinário de todos os processos metodológicos e técnicos que devem ser empregados no estudo quantitativo dos fenômenos coletivos; como se compreende, a fecundidade destes processos é enorme, uma vez que são aplicáveis a qualquer das inúmeras classes de fenômenos coletivos. A segunda parte, que se fragmenta em múltiplos componentes, compreende, precisamente, o volumoso acervo das aplicações da metodologia estatística: aplicações que propiciam, todos os dias, os mais largos desenvolvimentos, chamando para si a atenção não somente dos estudiosos, mas também das pessoas de cultura comum. É natural que os fenômenos de população e de sociedade sejam aqueles que nos toquem mais de perto e sejam, portanto, aqueles a que a metodologia estatística tenha sido aplicada de mais remota data, quer por iniciativa particular, quer por obra dos governos, os quais, tendo reconhecido na estatística um subsídio de primeira ordem para a sua ação, criaram repartições apropriadas e institutos larga e convenientemente aparelhados. É pela mesma razão que ainda hoje o «Institut International de Statistique», com sede na Haia, considera no seu estatuto, como forma de atividade estatística, somente aquela que se refere ao estudo «numérico» dos fatos «sociais». (*)

(*) Também o ilustre autor brasileiro Bulhões Carvalho, que pode ser tido como um autorizado representante da opinião mais largamente difundida entre os profissionais da estatística nacional, julga, com oportuna reserva, que a estatística deve mirar os fatos sociais, e afirma que, embora «compreenda nos

Mas é certo que o método estatístico, o qual tende a eliminar tudo que pode ser acidental nos singulares elementos duma coletividade e a colher e reter somente aquilo que é essencial e comum aos próprios elementos, estende sempre mais as suas aplicações, mesmo nos campos mais distantes do considerado inicialmente. Hoje, pois, estudam-se com método estatístico não só os fenômenos de população, encarada como conjunto de seres humanas (demografia) e os de sociedade, considerada como conjunto de seres associados para a consecução de fins individuais e coletivos (estatística social), mas também inúmeros fenômenos pertinentes à economia (econometria), aqueles que se manifestam nas várias espécies biológicas, sempre que constituídas de massas de indivíduos observados nos seus caracteres físicos quantitativos (biometria e antropometria), muitos fenômenos referentes à psicologia (psicometria), à física, à astronomia, e, num campo de ordem prática, à administração das organizações agrícolas, industriais, comerciais, bancárias. A amplitude destes campos de investigação justifica a difusão e a profundidade sempre maiores que vai adquirindo o ensino universitário da estatística, a começar na sua parte teórica, que deve, se necessário, criar novos métodos de investigação para os problemas concretos que, passo a passo, se apresentem. Ademais, o ensino universitário de qualquer matéria não deve limitar-se à exposição daquilo que nela se fez até o presente, mas deve também indicar os possíveis rumos do seu desenvolvimento futuro e os critérios de investigação que a estes se tiverem de aplicar.

Neste conceito genérico se inspira o ensino superior da estatística, onde quer que seja praticado; e não será, por certo, na Universidade de S. Paulo, que se queira transgredir esta norma. Pôsto isto como premissa, eis alguns aspectos da difusão

seus limites o estudo quantitativo dos fatos naturais, visa especialmente, todavia, a análise qualitativa e quantitativa dos fatos sociais, investigados por meio de observações sistematicamente repetidas, afim de destacar do conjunto, como uma unidade representativa, o elemento típico dos fatos ou fenômenos observados». («Estatística, método e aplicação», pag. 40).

e dos processos do ensino universitário da estatística, como é atualmente realizado em diversos países (*).

EUROPA

Na *Austria*, cada Universidade possui uma cátedra de estatística, dotada dum laboratório para exercícios e investigações científicas.

Na *Baviera*, existem cátedras da matéria na Universidade, na Escola Politécnica, na Escola Superior de Comércio de Múnaco, como também na Faculdade de Direito de Würzburg e na de Filosofia de Erlangen. A Universidade de Múnaco e a Faculdade de Filosofia de Erlangen dispõem de laboratórios agregados à cátedra de estatística.

Na *Bélgica*, quatro Universidades possuem cátedra de estatística e, entre elas, a de Lovaina é dotada de laboratório, que se aplica especialmente ao estudo dos problemas econômicos.

A *Dinamarca* possui cátedras de estatística, tanto na sua única Universidade (Copenhague) como na Escola Militar e na Escola Superior de Agricultura. A cátedra universitária, instituída em 1788, conta hoje com um laboratório.

Na *França*, o ensino da estatística é ministrado em Paris no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios e na Escola Livre de Ciências Políticas. Ademais, em 1922, estendendo o conteúdo e a importância do ensino universitário da estatística, o qual até àquele momento pertencera à Faculdade de Direito da Universidade de Paris, criou-se, na mesma cidade, um grande Instituto de Estatística, subordinado às Faculdades de Direito, de Ciências, de Medicina e de Letras. Tal instituto apresenta um completo e moderno aparelhamento e, além de organizar cursos, conferências, exercícios práticos, funciona como observatório econômico e fornece diplomas de perito em estatística. Outros cursos, conquanto não regulares, são realizados junto aos institutos de instrução superior.

Na *Grécia*, existem cátedras de estatística na Universidade de Atenas e na de Salônica.

(*) Esses dados são extraídos, em grande parte, da obra «L'insegnamento della Statistica», de M. Saibante (no «Trattato elementare di Statistica», dirigido por C. Gini, Milão, 1936) a qual julgamos a única publicação que sintetize especificadamente o objeto em questão.

Na *Espanha*, (omitem-se, naturalmente as precárias condições atuais), a estatística é ensinada em quasi tôdas as Universidades e em quasi todos os Institutos Superiores. Existem, em particular, cátedras de estatística matemática nas Universidades de Madrid e Barcelona, e cursos dedicados às aplicações atuariais da estatística nas Escolas Superiores de Estudos Comerciais de Madrid, Barcelona, Valencia, Malaga, Bilbao e La Coruña.

A *Holanda* deve ser particularmente lembrada como sede do Instituto Internacional de Estatística, na Haia. Esta circunstância lhe favorece a presença de excelentes cultores da estatística, aos quais compete, entre outras cousas, cuidar das publicações do Instituto.

Na *Hungria*, a estatística constitui matéria obrigatória de exame em tôdas as Universidades e Institutos Superiores, onde é geralmente ensinada com a Economia Política e com a Ciência das Finanças. Todavia, contam com cátedras autônomas da matéria, as Universidades de Budapest e de Pes, providas de laboratórios, e a de Debreczen.

Na *Inglaterra*, o ensino de estatística é ministrado em tôdas as Universidades e tambem na «London School of Hygiene and Tropical Medicine». Tanto o «University College» como a «London School of Hygiene» dispõem de apropriados laboratórios, largamente aparelhados; além disso, a Universidade de Londres e a de Cambridge empreenderam a observação e o estudo sistemático da conjectura econômica.

Na *Itália*, o ensino da estatística nas principais Universidades não é recente; contudo êle recebeu novo impulso após-guerra, fôsse em virtude da instituição de novas cátedras, fôsse em consequência da dotação destas novas e das antigas de laboratórios e de Institutos de Estatística, convenientemente providos do maquinário e do aparelhamento necessários á realização do ensino teórico e prático da matéria, para se estar em condições de proceder às elaborações e pesquisas mais complexas. Atualmente, o ensino superior da Estatística é ministrado — claro que com orientação diversa, segundo as várias escolas — nas Faculdades de Direito (curso anual), nas de Ciências Po-

líticas e Sociais (curso anual), nas Faculdades de Economia e Comércio (curso biennial): estatística metodológica no primeiro, estatística econômica no segundo ano) e nas Escolas de Estatística (agregadas às Universidades de Roma, Pádua, Florença e Bolonha). Nestas últimas, realiza-se um curso anual de estatística metodológica, outro de demografia e um terceiro de estatística biométrica e social. Laboratórios de estatística funcionam atualmente nas Universidades de Cagliari, Pádua, Roma, Florença, Bolonha, Trieste, Napoles, Bari, no Instituto Superior de Ciências Econômicas e Comerciais de Veneza, na Universidade Católica e na Universidade «Bocconi» de Milão, e em outras partes. Modêlo, entre todos estes laboratórios, quer pela riqueza do aparelhamento mecânico, quer pela dotação de livros e de recursos financeiros, quer ainda pelo número de assistentes postos à sua disposição pelas diversas Faculdades interessadas, é o da Universidade de Roma, fundado e dirigido por Gini, que foi também o criador dos de Cagliari e Pádua.

Na *Romênia*, existe uma só cátedra de estatística na Academia de Altos Estudos Comerciais de Bucarest. Foi, porém, criada, no Instituto Social Romeno, uma secção de estatística, a qual, conquanto não destinada ao ensino, reúne muitos especialistas e estudiosos da matéria e publica os resultados das próprias pesquisas.

Na *Suécia*, existem cátedras de estatística nas Faculdades de Filosofia de Upsala e de Lund e nos Institutos Superiores de Gotenborg e Stocolmo, entre os quais este último possui também uma cátedra de estatística matemática e de matemática atuarial. O ensino teórico é sempre associado a cursos de exercício prático, especialmente na Universidade de Lund e na de Stocolmo, as quais dispõem de adequados laboratórios estatísticos. São, ainda, realizados cursos acessórios de estatística nas Faculdades de Medicina e de Economia, bem como nas Escolas Superiores Florestais.

Na *Tchecoslovaquia*, é ministrado, com regularidade, o ensino da estatística em todos os estabelecimentos de instrução superior, mas, particularmente, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Políticas e na Faculdade Alemã de Direito, de Praga,

na Faculdade de Direito de Bratislávia, na Faculdade de Ciências Políticas e na Escola Superior de Agricultura de Brno. Nas escolas de Ciências Políticas de Praga e de Brno são efetuados cursos de estatística matemática; nessa última cidade realizam-se no estio cursos de exercitação prática de estatística.

U. R. S. S. — Faltam-nos informações precisas sôbre o ensino da nossa disciplina na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas; mas é certo que a organização política, econômica e social da União exige um vasto e eficiente aparelhamento estatístico e, implicitamente, uma larga difusão do ensino estatístico. A União conta, aliás, com grandes estatísticos e teóricos da matéria, tais como Ptoukha, Schokalsky, Stepanoff, Romanowsky e outros.

AMÉRICA

Além do *Brasil*, onde existem eminentes cultores da estatística, como Barbosa Carneiro, Bulhões Carvalho, Gusmão Calvalcanti e outros, o ensino superior da estatística é praticado nos Estados Unidos, no México e na Argentina.

Na *Argentina*, pelo que nos consta, o ensino da matéria é realizado na Universidade Nacional de Buenos Aires e na do Litoral.

No *México*, existem cursos regulares da estatística em sua capital, nomeadamente na Faculdade universitária de Ciências Políticas e na Escola Superior de Agricultura.

Mas é sobretudo nos *Estados Unidos* que o ensino superior da estatística tem atingido larguíssima difusão, especialmente no que concerne à parte applicativa. E, se ha sômente cátedra de estatística na Columbia University e na Harward University, são, porém, efetuados cursos regulares de estatística teórica e applicada em tôdas as Faculdades de Ciências Econômicas, de Matemática, Sociologia, Psicologia, Biologia, Astronomia, de Ciências Atuariais, de Higiene, de Agricultura. A estes cursos são ligados mais de 100 laboratórios, amplamente aparelhados, com todos os meios necessários para que os estudantes possam exercitar-se na applicação das noções teóricas, que receberam, às diversas ordens de fatos concretos que permitem tais applicações.

ASIA

Não sabemos como está organizado o ensino superior da estatística no *Japão*. Sabemos, contudo que na Universidade Imperial de Tóquio o ensino se processa regularmente por obra de Takarete.

Nas *Índias Inglesas*, a nossa matéria é ensinada na Universidade de Bombaim por Shirras, e na de Mysore por Madhava.

ÁFRICA

Quanto ao *Egito*, sabemos que brilham lá na Universidade e na Administração Central do Cairo, insignes cultores da estatística. Também na *União Sul Africana*, designadamente em Pretória, há distintos estatísticos.

AUSTRÁLIA

A mesma cousa se pode dizer com referência à *Australia*, que teve como orientador de seus serviços estatísticos o especialista Knibos, recentemente falecido, e que foi, sobretudo, um dos mais provetos estudiosos e divulgadores da teoria matemática da população.

A exposição acima não é completa, pois grandes cultores da estatística figuram no ensino superior de varios países como professores doutras matérias. E não se deve também deixar de considerar que da obra de difusão da estatística, especialmente no que diz respeito às suas aplicações práticas e ao seu emprêgo como meio de observação dos fatos sociais, participam, larga e eficazmente, muitos estatísticos que também não pertencem ao ensino universitário, mas que desempenham um papel relevante na organização estatística de seus países. Isto ressalta, em particular, no Brasil, onde o reconhecimento da utilidade da estatística, mesmo nas esferas officiais, não é recente, e tanto assim que este país figura entre os poucos (11 ao todo) que, em 1885, tiveram a iniciativa da fundação do Instituto Internacional de Estatística. A esta já remota manifestação pode-se, idealmente, ligar a iniciativa da criação do Instituto Nacional de Estatística, destinado a coordenar todos os serviços estatísticos de interesse geral; e é já notável o volume de trabalho realizado neste curto espaço de tempo pelo próprio Instituto, presidido e orientado pelo ministro Macedo Soares.

Mas aquilo que importa, especialmente, salientar em primeiro lugar, é que em todos os países mais adiantados o ensino superior da estatística não se limita à exposição catedrática de seus princípios teóricos (estatística metodológica), mas compreende também, freqüentemente, através de cursos adequados, as principais aplicações do método estatístico às diversas ciências em que intervém a consideração dos fenômenos coletivos. Em segundo lugar, não se deve esquecer que às cátedras da matéria são quasi sempre anexados laboratórios ou institutos apropriados, nos quais os alunos, além de se exercitarem na utilização prática das teorias aprendidas, realizam, sob a direção do professor e com o auxílio dos assistentes, pesquisas originais, que merecem, com freqüência, a publicação pela imprensa e pelos periódicos de estatística ou de matéria afim.

* * *

Além do conhecimento, embora sumário, dos diferentes critérios de organização do ensino superior da estatística, outro fato é conveniente ter em conta, quando se queira iniciar na escola a exposição da nossa matéria, afim de que, no modo mais satisfatório, tal exposição corresponda ao duplice fim, formativo e informativo, dos jovens estudantes. Nos pacíficos reinos da Ciência, acendem-se animadas discussões, em que os contraditores defendem com muito calor as suas convicções e os seus pontos de vista, sem conseguir, as mais das vezes, entrar em acôrdo. Versam, em geral, tais discussões, não tanto sobre as conquistas científicas já realizadas, quanto sobre os métodos e sobre a divisão do trabalho mais vantajosa para alcançar novas conquistas. Também em nosso campo não faltaram e não faltam controvérsias dêste gênero, e entre elas nos interessa particularmente a que surgiu entre dois grupos de estudiosos, no primeiro dos quais prevalecem em número os «teóricos» e no segundo os «práticos» da estatística.

Sustentam os primeiros que é indispensável um perfeito conhecimento e domínio dos métodos estatísticos para que se possa, com segurança, estabelecer os processos mais idôneos para o estudo das diversas questões concretas (da Economia, da Socio-

logia, da Antropometria, etc.), nas quais os próprios métodos possam encontrar aplicação; e que, portanto, cabe principalmente aos estatísticos propriamente ditos não apenas a tarefa de aprofundar e desenvolver as teorias, mas também a de executar as aplicações às diferentes ordens de fatos coletivos. Acrescentam êles que é mais fácil a um estatístico apreender, nos vários domínios científicos que contêm estes fatos, o suficiente para que possa ser feita a aplicação dos métodos e dada a interpretação dos resultados, do que possa ser, inversamente, aos cientistas que pertencem àqueles vários domínios a apreensão das subtilezas dos métodos estatísticos, para interpretar, com acêrto, os resultados.

Sustentam os outros que os estatísticos teóricos devem limitar-se ao estudo e aperfeiçoamento dos métodos e dos processos técnicos, deixando aos especialistas das outras matérias a utilização daqueles métodos nestes campos. E', por exemplo, de tal opinião, Schott, que, num seu manual de estatística muito conhecido, não hesita em afirmar que a tarefa do estatístico termina, quando êle tenha pôsto à luz as eventuais regularidades na estrutura e no desenvolvimento das séries estatísticas, relevando as diferenças de configuração apresentadas pelas partes homogêneas, nas quais uma totalidade pode ser fracionada, e provando as relações entre as diversas séries. Êle desejaria que a interpretação dos resultados da estatística fôsse objeto das ciências particulares às quais pertencem os fatos observados. O campo das aplicações é tão vasto, considera Schott, que não poderia ser inteiramente explorado e exaurido por uma só inteligência.

Aceitando o ponto de vista dêsse segundo grupo de estudiosos, o ensino universitário deveria, pois, limitar-se à estatística metodológica, ao passo que a exposição de algumas entre as principais aplicações da mesma deveria possuir um caráter puramente exemplificativo. Contudo, isto não excluiria, ao contrário exigiria dos alunos um tirocínio prático, que seria obtido em laboratórios convenientemente aparelhados. Por outro lado, concordando-se com a idéia expressa pelo primeiro grupo, o ensino da estatística resultaria muito mais extenso do que o agora indicado.

Entre as duas distintas tendências, talvez o justo esteja, também desta vez, no meio. Se é verdade que, às vezes, por obra de estudiosos deficientemente versados no conhecimento dos métodos estatísticos, foram feitas aplicações inconcludentes e erradas ou foram mal interpretados os resultados — contribuindo, mesmo involuntariamente, para projetar uns laivos de descrédito sobre a estatística, que ainda hoje repontam na vaga e instintiva desconfiança do grande público, o que proporciona certa dose de razão aos sustentadores da primeira tese —, não é menos verdade que o estudo de alguns fenômenos coletivos e, particularmente, de alguns fenômenos sociais, não se exaure através da técnica estatística, mas reclama ainda aquela forma de indagação essencialmente qualitativa, que não se pode nem realizar nem exprimir mediante números. Êste último motivo demonstra que também os adeptos da segunda tese não estão destituídos de alguma razão. E' que, à medida que se alarga e se aprofunda a análise científica dos fatos, a síntese conclusiva vai-se tornando como que um privilégio de poucas inteligências excepcionalmente elevadas, mais que de academias ou congressos dos quais participem especialistas das várias matérias e dos vários processos de estudo. Conquanto seja verdade que o método estatístico tende hoje a aplicar uma forma numérica de indagação também a fatos qualitativos (e a psicometria, em particular, pode ser tida como uma aplicação dêste critério), precisamente porque os números, ao contrário dos atributos qualitativos, podem ser submetidos a exatos processos de cálculo, todavia, não se pode negar que no estudo de certas classes de fenômenos, feitas mesmo tôdas as possíveis aplicações do conceito de número, sobra sempre qualquer coisa que se esquivava a uma precisão numérica total.

E' certo que uma condição ideal e perfeita seria aquela em que o estudioso de uma determinada ordem de fatos (e particularmente de fatos coletivos) tivesse à própria disposição todos os subsídios das demais ciências e, em nosso caso, pleno conhecimento do método estatístico. Na verdade, sempre mais à observação do fato isolado se procura substituir a de massas de fatos análogos, para se colher, não o que é contingente da uni-

dade, mas essencial da massa, o que se enquadra, exatamente, nas finalidades daquele método. Porém, na prática, dificilmente se verifica êste feliz conúbio, e, por outro lado, não faltam bons exemplos de estudiosos que, entrados na arena com um conjunto de conhecimentos relativos a uma determinada disciplina, acabaram — levados numa veemente paixão por uma diferente ordem de estudos — atingindo, nessa disciplina, um grau de perfeição superior àquele de que podiam gabar-se no início. Basta, em nosso campo, citar o nome de K. Pearson, o qual, do estudo das leis, passou ao da estatística e particularmente ao da biometria, criando, para a indagação dos problemas inerentes a esta disciplina, processos matemáticos de grande engenhosidade e delicadeza. Concluindo, a aplicação do nosso método de investigação, conquanto refinado em algumas de suas partes, não pode ser privilégio dos que só de tal método fizeram a sua especialidade, tanto mais que, entre os meios dos quais êle se vale, alguns são de emprêgo bastante fácil, como, por exemplo, os que com freqüência utiliza a estatística puramente descritiva, e nos quais surgem os conceitos de média, dos outros valores característicos de uma distribuição estatística, da relação entre a intensidade de dois fenômenos, etc.

E' precisamente esta facilidade que suscita em alguns estudiosos a pretensão de se julgarem um pouco estatísticos: pretensão um tanto exagerada, como a de quem se tem na conta de matemático, pelo fato de saber fazer bem as operações aritméticas. Na estatística, as dificuldades começam, sobretudo, quando os dados colhidos devem ser submetidos a elaborações, a comparações, a críticas, e quando, de tudo isto, se queira deduzir interpretações e, eventualmente, leis que governam os fatos observados; quando, em uma palavra, se passa da estatística descritiva à investigativa. E' aqui que os estatísticos improvisados, entusiasmados pela facilidade do início, caem frequentemente nos erros mais grosseiros e, não obstante a honestidade de sua intenção, são impelidos a «fazer falar» os números colhidos segundo as suas idéias preconcebidas, em lugar de «deixá-los falar» com absoluta objetividade, afim de que êles digam tudo e somente aquilo que podem dizer. Mas isto não significa,

em absoluto, que o conhecimento do método estatístico não deva ter a máxima divulgação possível, especialmente entre os cultores daquelas ciências em que êle pode encontrar aplicação. Esses cultores devem, com efeito, ser colocados em condições de poder efetuar, pelo menos, as mais fáceis de tais aplicações, de maneira a só recorrerem aos técnicos profissionais, quando as questões são muito árduas e superiores às suas forças, devendo, assim mesmo, estabelecer com estes uma fecunda colaboração, uma vez que o raciocínio mais penetrante nem sempre é suficiente para fornecer os resultados exatos, se não se apoia no emprêgo de processos técnicos perfeitos e delicados, que somente um especialista pode, em geral, conhecer, e, se necessário, criar e aplicar.

CONCLUSÕES

As conclusões às quais se chega, a respeito do conteúdo, amplitude e difusão que se deve dar ao ensino da estatística nesta Universidade condicionam-se à maneira de interpretar as disposições regulamentares vigentes a tal propósito, de forma a serem umas as conclusões, se os itens regulamentares forem observados de um modo restritivo, «ad litteram», e outras, se se desejar encará-los num sentido mais amplo e extensivo, e, diremos mesmo, mais conforme à atual orientação da estatística metodológica e aplicada.

Em virtude do decreto n.º 7.089, de 6 de Abril de 1935, o qual aprova o Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o ensino da estatística foi agregado à Secção de Ciências, na Sub-Secção de Ciências Sociais e Políticas. Tal agregação se apresenta, indubitavelmente, como a mais oportuna, se se levam em conta as aplicações, que são, precisamente, no campo social, em sentido lato, as mais antigas e talvez as mais copiosas. Porém, a parte metodológica, em que prevalece a matemática, seria mais razoável agregá-la à Sub-Secção de Ciências Matemáticas. De qualquer modo, mesmo para evitar um pernicioso desmembramento, a questão de se agregar o ensino da estatística a uma ou outra Sub-Secção, Secção ou Faculdade, seria mais de forma que de substância, se se chegasse à deter-

minação de tornar obrigatório ou facultativo o estudo da nossa disciplina em um campo universitário mais amplo que o atual. Para sufragar a oportunidade desta extensão, é útil examinar a resenha das Faculdades e dos modos por que o ensino da estatística é realizado nos mais importantes centros universitários de todo o mundo. Resulta dessa resenha, na qual se destacam particularmente os dados referentes à Italia, França e Estados Unidos, que a estatística vai muito além de quanto possa interessar ao âmbito das ciências sociais e políticas. O próprio Schott, já citado, é explícito no afirmar que a «estatística se emprega como elemento auxiliar de conhecimento em todo o âmbito da experiência humana... Reservar a estatística para as ciências sociais ou considerar somente a estatística social como atividade científica é uma arbitrariedade injustificada: as idéias normativas do método estatístico são sempre as mesmas».

E', portanto, oportuno considerar, embora rapidamente, as possibilidades de desenvolvimento do ensino da estatística nesta Universidade, seja de acôrdo com as limitadas disposições do Regulamento atual, seja como efeito de uma interpretação mais extensa.

A) — No primeiro caso, isto é, se se considera a estatística como uma matéria que deva ser utilizada somente pelos estudantes de ciências sociais e políticas, então todo o curso a ser desenvolvido em um biênio deverá compreender, no primeiro ano, a metodologia e, no segundo, as principais aplicações que podem ser feitas no campo demográfico, no econômico e no social propriamente dito.

Para a estatística metodológica, já apresentámos um minucioso programa, correspondente à duração normal de um ano lético, compreendendo, por alto, além de uma introdução de caráter geral e de alguns necessários complementos matemáticos (noções de cálculo combinatório, conceitos fundamentais da geometria analítica, do cálculo infinitesimal, representações gráficas, interpolações, elementos do cálculo das probabilidades) o estudo quantitativo dos fenômenos estatísticos (intensidade de um fenômeno, relações entre as distribuições de dois fenômenos, relações entre as singulares modalidades das distribuições de dois fenô-

menos) e a interpretação e elaboração lógica dos dados estatísticos (erros e sua correção, comparação dos dados, leis estatísticas). Este programa para o corrente ano letivo teve de sofrer uma certa redução, em virtude de se terem iniciado as aulas de estatística somente no dia 25 de Maio.

Quanto às aplicações do método estatístico, às quais o Director da Faculdade, Dr. Almeida Prado, reservou o ano vindouro, elas compreenderão, sumariamente indicado, o seguinte:

... *Estatística econômica* — Volume e distribuição das rendas e da riqueza nacional — Estatística e cadastros agrários e florestais — Estatísticas industriais e comerciais — Transportes terrestres, marítimos e aéreos — Mercado financeiro — Comércio internacional e balanço dos pagamentos — Finanças do Estado e pressão tributária — Dinâmica dos preços — Índices do estado e do progresso econômico de um país.

Estatística social, propriamente dita: estatística do trabalho e da desocupação operária — Salários, balanços de família, consumos, custo da vida — Moléstias sociais e assistência social — Estatísticas intelectuais — Estatísticas judiciárias, criminais, etc.

B) — No segundo caso, o curso de estatística deveria ser obrigatório (ou pelo menos facultativo) também para os estudantes das Faculdades de Medicina e de Direito, e sobretudo para os de uma eventual Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais, se tal Faculdade viesse a ser instituída, como várias vezes foi afirmado. Aceitando-se tal extensão das limitadas disposições ora vigentes, o que levaria a estatística ao conhecimento da maior parte dos estudantes, que podem dela tirar as mais largas vantagens, o ensino da metodologia, no conteúdo e na duração já indicados, deveria ser efetuado para todos esses estudantes, e não apenas para os da Sub-Secção de Ciências Sociais e Políticas.

Quanto à Estatística aplicada, ela deveria ser desenvolvida em um segundo ano de estudo e compreender, além dos argumentos já mencionados sumariamente — e que não interessam, evidentemente, só aos estudantes de ciências sociais —, pelo menos as principais aplicações no campo da biometria e antropometria; dois ramos vigorosos, que, brotados recentemente do grande

tronco comum da estatística, especialmente por obra de Quetelet, Galton e Pearson, não apenas adquiriram grande desenvolvimento como doutrinas autônomas, mas, através dos problemas práticos que se lhes apresentaram, influíram também, larga e fecundamente, sobre a criação de métodos idôneos para o estudo de fenômenos coletivos em geral, enriquecendo a estatística metodológica de novos e interessantes capítulos. A introdução dos princípios da biometria e da antropometria imporia certa limitação no ensino das outras aplicações acima indicadas, a menos que se quisesse reservar ao curso das aplicações um horário maior que o atual, ampliando-o para quatro ou cinco lições semanais. Melhor ainda, afim de dar ao ensino da estatística tôda a extensão de que é digno, se poderia elevar a quatro lições semanais tanto o curso de metodologia como o de aplicações estatísticas. E destas aplicações poderiam, evidentemente, aproveitar, além dos estudantes de ciências sociais, os de outras Faculdades, isto é: os de Medicina, para o que diz respeito ao estado e movimento da população, causas de morte, tábuas de sobrevivência, balanços de família e consumos, molestias sociais, assistência social, estatística criminal, etc.; os de Direito, para o que diz respeito ao volume e distribuição das rendas e riquezas nacionais, mercado financeiro, finanças do Estado e pressão tributária, estatísticas do trabalho e da desocupação, estatísticas judiciárias e criminais, etc.; e os alunos enfim, de uma eventual Faculdade ou Secção de Ciências Econômicas e Comerciais, para o que diz respeito a todos os argumentos indicados relativamente à estatística econômica, além de bôa parte dos referentes à estatística demográfica, uma vez que a maior parte dos fenômenos econômicos mantém estreita conexão com os fenômenos demográficos.

* * *

Depois de ter indicado, por alto, o conteúdo e a extensão que o ensino da estatística deveria, a nosso ver, possuir nesta Universidade, seja na hipótese «A», mais restrita, seja na hipótese «B», mais larga e mais conforme às necessidades de um ensino moderno, cabe-nos o dever de declarar que o próprio en-

sino não poderá atingir tôda a sua eficiência e utilidade, se não fôr, a partir do próximo ano, dotado de subsídios adequados.

a) Em primeiro lugar, deveria ser instituído um gabinete ou laboratório de estatística, fornecido de uma especializada biblioteca estatística, embora não vasta, mas selecionada, e dotado também de algumas máquinas para cálculos, de material para desenho dos gráficos e de todo o aparelhamento necessário, afim de que os estudantes pudessem, com ordem e horario preestabelecido, exercitar-se na aplicação das matérias estudadas e realizar também pesquisas próprias, sob a orientação do professor e vigilância dos assistêntes. A prática de laboratório, com normas a serem estabelecidas, deveria tornar-se obrigatória para todos os estudantes que devessem ou pretendessem submeter-se ao exame de estatística.

b) Em segundo lugar, o que é implicito em «a», seria necessário instituir um lugar ou mais de assistente da cadeira de estatística, na proporção do número de estudantes que deverão freqüentar o laboratório. Tal lugar ou lugares poderiam ser conferidos por concurso, ou então por escolha do professor da cadeira, entre os estudiosos de estatística residentes na Capital — isso, naturalmente, de acôrdo com as autoridades competentes. Além dos assistentes efetivos, poder-se-iam admitir voluntários não remunerados, escolhidos com as mesmas cautelas dos primeiros e sujeitos também, êles próprios, a deveres que seriam estabelecidos em regulamentos. O corpo de assistentes poderia constituir o viveiro dos futuros professores ou profissionais da estatística, mas seria, antes de mais nada, um órgão de atividade complementar da desenvolvida pelo professor, na esfera do ensino teórico e prático.

c) Em terceiro lugar, seria necessário dispor de meios para a publicação dos trabalhos mais importantes, realizados no laboratório. Um periódico autônomo, especialmente dedicado a tais publicações, talvez fôsse de mais. Porém, se se resolvesse a publicação de um periódico da Secção de Ciências Sociais ou de outra Secção, à qual não fôsse estranho o ensino da estatística, uma parte poderia ser reservada aos trabalhos desta matéria.

d) Seria necessário, enfim, que a biblioteca do laboratório tivesse a possibilidade de adquirir, além das principais obras estatísticas que aparecesssem, também os principais periódicos estatísticos publicados no exterior; portanto, o laboratório de estatística deveria contar com uma verba ordinária anual, para providenciar quanto àquelas aquisições e para permitir o seu regular funcionamento.

* * *

Na iminência de terminar o ano letivo, sentimo-nos, conquanto a nossa experiência universitária nesta terra não seja longa, na favorável condição de poder afirmar que o ensino da estatística na Universidade de S. Paulo poderá ser verdadeiramente profícuo, quer pela vivacidade mental que pude observar nos jovens, quer pelo seu vivo desejo de aprender, manifestado através de um largo interêsse pelas minhas lições, interêsse que pude constatar mesmo em ouvintes que não eram obrigados a frequentar as aulas e em funcionários da administração pública, estranhos à Universidade. Acrescentamos que o ensino da Estatística possui o seu ambiente mais favorável nesta Capital, em consequência das largas possibilidades oferecidas aos estudantes da nossa matéria, de poderem, não somente observar o funcionamento de numerosas repartições estaduais e municipais que desenvolvem acentuada atividade estatística, mas também obter das próprias repartições grande quantidade de dados para os seus exercícios e estudos. Assim, um futuro laboratório de estatística poderia eficazmente colaborar com a Comissão Central do Recenseamento, com a Diretoria de Estatística da Secretaria da Agricultura, com a Secção de Estatística do Departamento Municipal de Cultura, com o Instituto do Café e outros centros de atividade estatística.

Animados pelo propósito de corresponder, na melhor forma, à prova de confiança que nos foi dada, chamando-nos, para aqui, da distante e gloriosa Universidade de Napoles, bem como pelo propósito de dar ao curso tôda a eficiência consequente

dos necessários subsídios a que fizemos menção, estamos certos de poder colher copiosa messe no fecundo campo que nos foi entregue. E será sempre para nós motivo de orgulho o ter contribuído, embora modestamente, para a grandeza da Universidade de S. Paulo, a qual, conquanto muito jovem, já saíu da fase de simples promessa e é uma poderosa afirmação do nobre povo brasileiro, na vontade de conquistar também no domínio das ciências as posições mais altas e ambicionadas.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES ACÊRCA DO ENSINO DA LITERATURA

PELO

PROF. OTONIEL MOTA

I

E' uma honra e um prazer ensinar a literatura luso-brasileira. Se circunstâncias históricas — que não vêm de molde estudar aqui — levaram a nossa língua a ser «a um tempo esplendor e sepultura», na frase pungente de Bilac, nem por isso deixa ela de vestir uma das mais belas manifestações de inteligência e de cultura.

Portugal tem razão para se orgulhar dos filhos que o enalteceram nas letras. Nação pequenina em território e população, sufocada nos seus surtos por uma série de circunstâncias, foi ela a que primeiro se utilizou de modo eficiente da grande descoberta de Guttenberg — antes mesmo da Alemanha; foi ela a criadora da história na pessoa de Fernão Lopes, segundo um escritor francês, do teatro, segundo outro escritor francês, na pessoa de Gil Vicente. E no século XVI, quando apenas se calava o gênio satírico do grande comediógrafo, iluminou o mundo com o gênio multiforme de Camões, que, olhando sobranceiro no cenário da Europa de seu tempo, só enxergava, para lhe fazer sombra parcial, o não menos genial Ariosto (porque a *Gerusalemme* de Tasso *nondum nata erat*).

Quando estas coisas se passavam, Portugal contava apenas um milhão de habitantes, ao passo que a França, ainda relativamente apagada nas letras, contava dôze.

E Portugal, dali por diante, nunca deixou de produzir obras de valôr, na poesia como na prosa. Nenhum outro país de igual extensão geográfica e de tão exígua população pôde empanar-lhe o brilho literário. E o Brasil, seu filho, civilização ainda nascente, com graves taras a depurar, vacilante como tudo o que principia, sem ainda a medida do justo, que só adquirem as civilizações amadurecidas, o Brasil, contudo, não envergonha a mãe que Deus lhe deu, naquilo que já produziu. Nenhuma civilização — e portanto nenhuma literatura — *já nasce feita*, como diz o povo. Mas o que já fizemos bem mostra que vamos trilhando a estrada por onde passaram civilizações hoje acrisoladas, com as mesmas hesitações que elas tiveram, mas com a esperança firme de atingir o que elas, com o tempo, conseguiram.

E' preciso que o digamos, alto e bom som, à nossa gente moça, que, deslumbrada pelo brilho incontestável de outras literaturas, bem pôde vir a esquecer ou menoscar os valores nossos, os valores luso-brasileiros. Nenhuma literatura moderna possui uma linha ancestral mais fidalga do que a nossa. Cumpre-nos honrá-la, fixá-la, ampliá-la com a segurança do futuro.

II

Por uma fatalidade que urge desaparecer, a cadeira de literatura luso-brasileira é talvez, em nosso meio, a que luta com maiores dificuldades no momento, pelas razões que passo a expor.

a) As nossas bibliotecas públicas são por demais deficientes em obras luso-brasileiras. O descaso do passado neste particular é imperdoável. E' palpável e não convém perdermos tempo em realçá-lo. Tornam-se difíceis, e às vezes impossíveis, pesquisas neste domínio. Palpei ainda há pouco esta realidade dolorosa no desempenho da tarefa que me foi posta sôbre os ombros, como professor desta matéria em nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por mais de uma vez tive de abandonar a idéia de pedir à classe exercícios fortes e utilíssimos, de pesquisas interessantes que alargariam a visão do estudante,

abrindo-lhe a inteligência e apurando-lhe a faculdade crítica e o gosto literário.

Felizmente, a nossa Faculdade está empenhada em sanar esta gravíssima lacuna, que burla a boa vontade do mestre como a da classe. Em breve cessarão os clamores.

b) As obras portuguesas de real valor, as antigas como as modernas, por uma série de motivos — inclusive até as transformações políticas de Portugal — cada vez mais escasseiam em nosso mercado de livros. Procurem-se, por exemplo, as obras de Teófilo Braga — indispensáveis para a disciplina de que falamos —, e ver-se-á que só por acaso se encontrará uma ou outra, e isso mesmo, quási sempre, em livrarias de segunda mão. E' aflitivo e fatal êste estado de coisas, tão grave para uma Faculdade de Letras, e para as letras em geral, que chega a reclamar a interferência pronta do próprio Governô Federal.

c) O preparo deficiente de nossos moços é outro real entrave ao bom andamento dos estudos. Quem lecionou há quinze anos no Ginásio de Campinas, palpa de modo inconfundível a depressão que de lá para cá se operou no ensino secundário, mormente no que diz respeito ao cultivo da língua e da literatura luso-brasileira. Desgraçadamente estamos, com os nossos programas, criando ou pelo menos alimentando êsse descabro, até onde me é dado sondar. Um realismo mal entendido, um materialismo funesto, um pragmatismo deprimente, dão-se as mãos para achatar o ideal educativo do jovem, acoroçoando a idéia — que reputo imoral — de que êle aprende *para ganhar a vida*, concepção não só mesquinha, mas claramente atentatória do futuro nacional.

Vêm para a Universidade moços que redigem os seus exercícios e as suas teses em estilo de grupo escolar. Não sabem onde colocar, com segurança e lógicamente, uma vírgula comezinha.

Nunca leam nada de Camões, nem do lírico nem do épico. Os programas secundários não lho exigiram. A cultura literária que trazem — e alguns a trazem suficiente — é fruto de uma reação pessoal; de uma visão individual mais alta a respeito do destino do jovem numa democracia; de um autodidatismo que,

apesar dos seus defeitos, ainda é uma tábua de salvação no descalabro. Fomenta-se a preguiça mental, tão natural numa época intelectualmente desordenada.

Como desenvolverá uma tese literária quem não sabe para que serve uma vírgula? Como apreciará o valor literário de um soneto quem não teve jamais idéia das leis que regem a métrica luso-brasileira? quem nada sabe da técnica do verso? Como pode o professor ministrar um curso profícuo de literatura nesse ambiente vazio de material primário de que êle necessita por necessidade precípua?

Tive de lutar com essa deficiência numa classe em que havia alunos inteligentes e esforçados, ao estudarmos a gênese da literatura lusitana, o lirismo dos trovadores registado nos Cancioneiros. Um dilema se apresentou à minha consciência de mestre: ou passar adiante, sem me importar com os resultados colhidos pelos alunos com o substrato deixado, e que constitui o real aproveitamento, e alargar assim a esfera de estudos mal digeridos, ou parar e ministrar aquelas noções, limitando assim o meu campo, mas incutindo nos espíritos noções claras e duradouras daquilo que universitários não podem ignorar.

Para um professor consciencioso a escolha não se fez esperar: êle opinará pelo segundo alvitre. Foi o que fiz, com grande dôr de coração. Esse critério se me impunha até por um clamor de justiça, uma vez que a lacuna não podia ser atribuída a descaso dos alunos, senão à deficiência do nosso programa secundário.

d) A estas dificuldades vem juntar-se a vastidão da matéria, brigando com a escassez do tempo: impõe-se ou o desdobramento da cadeira, ou o desdobramento do tempo.

Só a obra de Camões encheria o tempo atual, se se quiser dar-lhe a atenção que ela reclama; e tempo virá em que a nossa Faculdade terá a sua cadeira camoniana, exclusivamente consagrada ao grande épico lusitano, honra e esperança de nossa raça. Honrá-lo é honrar-nos a nós mesmos e dizer ao mundo que o sangue que correu nas veias do glorioso vate não degenerou nos pósteros de além e de aquém mar: é uma profissão de fé no futuro que nos aguarda.

e) Ajunte-se agora a escassez de seletas bem feitas, com excertos mais ou menos longos e bem escolhidos dos melhores escritores em prosa e verso, para o manuseio em aula, uma vez que não se pode exigir que um universitário adquira, durante o seu curso de estudos, uma biblioteca rica em autores lusos e brasileiros, coisa que só com o tempo, e com muito dinheiro, se conseguirá obter.

Nosso govêrno terá de cuidar logo, sob pena de mancar o ensino, da confecção de uma serie de manuais neste departamento intelectual. Urge que, no estudo de nossa língua e literatura, possam os nossos alunos gozar, pelo menos, as vantagens que gozam no que toca, por exemplo, à língua francesa, em que a coleção *Larousse* presta relevantísimos serviços. Mas seria tempo perdido, cremos, esperar que essas coleções se façam por iniciativa particular, visto que, em nosso meio, elas ainda não oferecem campo seguro para o emprêgo rendoso de capitais, porquanto a procura ainda seria limitada.

III

As considerações que acabo de fazer acêrca de coisas que são palpáveis a todos quantos quizerem verificá-las, mostram claramente as principais lacunas que o nosso ambiênte apresenta, dificultando grandemente, a um professor de boa vontade, o bom desempenho de sua missão. São lacunas de tal natureza e complexidade, que reclamam o esforço oficial de Portugal e do Brasil, agindo em separado ou num conjuntamento de fôrças, num entendimento franco e largo. Porque é preciso ver e confessar corajosamente que o átual estado de coisas projeta luz pouco favorável sôbre um e outro país, fomentando lá fora certo juízo deprimente que se faz de nós e de nossa futura civilização. Damos a impressão de que nem sequer sabemos prezar e conservar o que nossos maiores armazenaram em tempos menos favoráveis; que deixamos apagar-se em nossas mãos o facho que êles atearam no cenáculo dos povos e com o qual se impuseram ao seu respeito. E' pueril dizer que a civilização e letras sem o amor intenso dos livros, sem bibliotecas ricas, a se renovarem

com afã de ano em ano, cheias de preciosidades que se conservam com acendrado carinho — é coisa que não pode existir.

A Portugal toca a tarefa honrosa de pôr a lume as preciosidades que ainda dormem desconhecidas na Torre do Tombo, no Mosteiro de Alcobaça e alhures. Alguma coisa apreciável nestes últimos anos se tem feito; mas ainda resta muito por fazer. E' de lamentar que sejam americanos, e não portugueses ou brasileiros, os que estão publicando os documentos inéditos do reinado de D. Manuel, e o mais doloroso é que as nossas bibliotecas, se não erramos, ainda não possuem os três alentados volumes que já saíram na América do Norte, e que sòmente vi numa biblioteca particular.

Impõe-se de qualquer maneira uma edição popular, a preços módicos, das poesias líricas de Camões, em geral desconhecidas de nossa juventude, fato estranho e lamentável, inconcebível em povos civilizados de outras línguas, no que respeita aos gênios que os exaltaram.

Urgê que se reeditem, em edições cuidadas, porém baratas, outras obras clássicas desaparecidas do mercado literário. Mas tudo isto, repetimos, não será feito por emprêsas particulares, pelas razões já apontadas. A carência de tais obras continuará clamorosa, se o elemento oficial não tomar a peito solucionar o caso.

IV

Dada a escassez de tempo e a vastidão do campo, o estudo de uma literatura como a luso-brasileira tem de constituir uma seleção de matéria. O professor mal terá tempo de levar a classe a visitar os cumes de cada época literária, estudando apenas os expoentes máximos do pensamento e despertando o gôsto, para que os alunos, depois e por si, façam o mesmo com os demais escritores. A missão do professor — aliás, a de todo verdadeiro mestre — será apenas a de nortear com segurança a marcha futura da classe em que êle não será mais o guia

NOTICIÁRIO — VIDA DIDÁTICA

I

ABERTURA DOS CURSOS

Revestiu-se de grande brilho a sole-
nidade da abertura dos cursos da Uni-
versidade de S. Paulo no presente pe-
ríodo letivo. Presidiu à sessão o Sr.
Reitor, Prof. Reynaldo Porchat, em
mesa na qual se sentaram o Sr. Se-
cretário da Educação, Prof. Cantídio
de Moura Campos, Prof. Francisco
Morato, Diretor da Faculdade de Di-
reito, e mais representantes oficiais do
poder público, vendo-se também, entre
os presentes, grande número de profes-
sores universitários.

Aberta a sessão, e após a leitura do
minucioso relatório do Sr. Reitor, no

qual se deu notícia dos principais even-
tos ocorridos na vida dos institutos
congregados, tomou a palavra o Prof.
Antonio de Sampaio Doria, catedrático
de Direito Político na nossa Faculdade,
e que realizou a lição oficial de aber-
tura dos cursos, inserta no presente vo-
lume, e subordinada ao tema «O mé-
todo nas ciências sociais».

Falou ainda o acadêmico João Paulo
Arruda, representante do Directorio Cen-
tral dos Estudantes, exaltando o papel
e a utilidade do regime universitário.

MATRÍCULAS

Damos abaixo o total das matrículas
realizadas, em 1936, com a distribuição
pelas diferentes secções:

	1.º ano	2.º ano	3.º ano
Secção de Filosofia	10	14	11
Ciências Matemáticas	5	5	6
Ciências Físicas	2	—	1
Ciências Químicas	15	4	—
Ciências Naturais	19	7	—
Geografia e História	16	17	8
Ciências Sociais e Políticas	13	19	1
Letras Clássicas e Português	6	5	3
Línguas Estrangeiras	5	15	2
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	91	86	32
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total geral			209

II

EXAMES VESTIBULARES E BOLSAS DE ESTUDO

Em virtude de resolução tomada pelo Conselho Universitário no ano de 1935, realizaram-se, no corrente ano, nesta Faculdade, duas séries de exames vestibulares. Na primeira, inscreveram-se os candidatos à matrícula regular nos vários cursos em que ela se divide; na segunda, tiveram inscrição os candidatos a bolsas de estudos e a comissionamento, como professores normalistas com cadeira no magistério do Estado, escolhidos de acôrdo com a regimentação publicada no volume anterior dêste Anuário. Embora existissem vinte bolsas de estudos em concurso e trinta e três lugares para comissionados, o rigor dos exames permitiu o ingresso apenas a sete candidatos a bolsas e a nove professores comissionados, os quais preencheram os requisitos regulamentares, inclusive a média mínima de sete, adquirindo, dessa forma, direito a tais regalias. Posteriormente, como existissem sobras na verba respectiva, foram deferidos alguns requerimentos de outros alunos pelo Sr. Secretário da Educação, que lhes concedeu regalias idênticas, a título precário, à vista dos resultados apresentados pelos mesmos durante o curso.

III.

NOVAS CÁTEDRAS E NOVOS PROFESSORES

Ao iniciar-se o período letivo, novos professores, nacionais e estrangeiros, foram chamados para ocupar as cátedras criadas obrigatoriamente pelo funciona-

mento dos cursos relativos ao 3.º ano da Faculdade.

Entre os primeiros, foram contratados o prof. Otoniel Mota para a regência da cadeira de Literatura Luso-Brasileira, e o prof. Antonio de Sampaio Doria, catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito, para a de Direito Político, na nossa; entre os segundos, vieram, da Itália, os professores Giacomo Albanese, da Faculdade de Matemática da Universidade de Pisa, para a cátedra de Geometria (analítica e projetiva) e História das Matemáticas, e Luigi Galvani, da Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Nápoles, para a de Estatística, e o prof. Paul Vanorden Shaw, da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, para a cadeira de História da Civilização Americana.

Em substituição dos professores Edgard Otto Gothsch, cujo contrato terminou, e Ernst Bresslau, falecido em princípios de 1935, vieram os professores François Perroux, da Faculdade de Direito de Lião, para a cadeira de Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Económicas, e Ernst Marcus, da Universidade de Berlim, para a de Zoologia, ficando, assim, quasi preenchido o quadro didático da nossa estrutura fundamental, faltando apenas, para a sua completa integração, o provimento das cátedras de Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã e Língua e Literatura Espanhola, na Secção de Letras.

A cadeira de Botânica teve o seu quadro didático enriquecido com o contrato do Dr. Karl Arens, vindo da Alemanha, para ocupar o cargo de assistente científico.

IV

TÍTULOS, PRÊMIOS E PROMOÇÕES CONFERIDOS A PROFESSORES

Vários professores foram distinguidos com títulos, prêmios e acessos na carreira do magistério universitário.

Assim, o prof. Felix Rawitsch, catedrático de Botânica, foi eleito membro da Academia Brasileira de Ciências, pelas magistrais conferências realizadas naquele alto cenáculo científico. O prof. Heinrich Rheinboldt, de Química, além de ter sido eleito «Foreign-Editor» e representante, no Brasil, do «Journal of Chemical Education», da American Chemical Society, recebeu, da parte da «Fundação Van't Hoff», da Academia de Ciências de Amsterdão, um prêmio de estímulo, devido às suas pesquisas sobre compostos orgânicos do enxofre. O catedrático de História da Civilização, prof. Fernand Braudel, teve acesso a uma cátedra na «E'cole des Hautes Études», da Sorbona, uma das mais altas aspirações do magistério superior francês; e agora, em período terminal de férias, chega-nos de Paris a grata notícia de que a Faculdade de Direito da Universidade daquela Capital acaba de designar, por quasi unanimidade de votos, o nome do prof. François Perroux, para suceder ao prof. Truchy na cadeira de Economia Política. É uma honra excepcional, e que, de certo modo, se reflete sobre a nossa Faculdade, a que acaba de alcançar o nosso eminente professor. Finalmente, o prof. Francesco Piccolo, catedrático de Língua e Literatura Italiana, por ato recentíssimo do Governo

do seu país, acaba de alcançar uma cátedra na Universidade de Messina.

V

COLÓQUIOS QUÍMICOS E SEMINÁRIO MATEMÁTICO E FÍSICO

Prosseguiram as atividades internas da cadeira de Química, de Matemática e de Física, sob a forma de Colóquios, a primeira, e de Seminário, as outras.

SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS QUÍMICAS

a) — Departamento de Química

Movimento interno — Colóquios químicos

Na expectativa da reforma e aumento apontados como urgentemente necessários já no Anuário precedente, não se providenciou nenhum melhoramento das instalações, apesar de algumas delas já se terem tornado impréstáveis com apenas dois anos de uso, sobretudo os canos de esgoto, as pias e as torneiras para água e gás. Adquiriram-se, porém, porque requeridos com urgência, armários de ferro para guarda-roupa dos estudantes, os quais, por falta de lugar no próprio Departamento, foram colocados no porão da Faculdade de Medicina, com a amável autorização do diretor da mesma o prof. Aguiar Pupo.

Decorrido o segundo ano de funcionamento do Departamento, chegámos ao ponto em que é impossível a continuação de um ensino regular e eficaz sem que sejam postas à disposição dêle as dependências necessárias. Este requisito, pôsto já no início da ativi-

dade do mesmo, alcançou hoje a sua absoluta justificação, pois que a afluência sempre crescente de novos alunos provou o seu direito de existir.

O pessoal do Departamento

O pessoal de que dispôs o Departamento foi o seguinte: o diretor; um assistente científico, o qual, além de suas funções como tal, foi encarregado de uma parte das da 2.^a cadeira de Química; um assistente técnico, que funcionou como assistente das aulas experimentais e (no segundo semestre) também do curso da análise qualitativa; uma preparadora; um servente técnico; e um servente.

O ensino

Como já foi exposto no Anuário precedente, o plano de ensino original teve de ser totalmente reformado, ampliado e adaptado à formação de químicos científicos. Também no segundo ano não houve, entre os alunos recém-matriculados, nenhum que se quisesse preparar para o cargo de professor de química de escola secundária. Este fato é deplorável, pois que está indubitavelmente no interesse da Faculdade o fornecimento de professores competentes para o bom ensino de química nas escolas.

No ano de 1936 foram dadas as seguintes aulas:

- 1) *H. Rheinboldt*, «Química inorgânica experimental (fim) e química orgânica (1.^a parte)» — 5 aulas por semana.
- 2) *H. Hauptmann*, «Físico-química» — 2 aulas por semana.
- 3) *H. Hauptmann*, «Química para es-

tudantes das Ciências Naturais» — 1 aula por semana.

Além destas aulas regulamentares, realizaram-se, sempre que necessários, diversos colóquios de repetição.

O curso dos trabalhos de laboratório abrangeu, para a 1.^a turma, 37 horas semanais, e, para a 2.^a turma, 18 horas. A 1.^a turma terminou a análise qualitativa e iniciou, no segundo semestre, a análise titrimétrica. Surgiram, então, infelizmente, desagradáveis dificuldades, causadas pelas falhas na instalação da sala de laboratório, falhas essas que perturbam sensivelmente um trabalho químico quantitativo exato. A 2.^a turma ocupou-se com a iniciação experimental na química inorgânica e com a análise qualitativa.

Colóquio Químico

Realizaram-se, sempre às 17 horas, no anfiteatro E, da Faculdade de Medicina, 7 reuniões do Colóquio Químico, cuja sessão inicial teve lugar a 3 de outubro de 1935. As reuniões foram em geral bem freqüentadas pelos químicos de vários institutos e da indústria, e as conferências foram quasi sempre seguidas de animada discussão. Sendo os Colóquios Químicos um valioso meio de ensino para iniciar os estudantes nos problemas atuais da ciência e apresentar-lhes as modernas maneiras de pesquisar, considerouse obrigatória a sua freqüência para a 1.^a turma.

Nas diversas sessões foram feitas as seguintes conferências:

2.^o Colóquio — 26.III.1936.

- a) *H. Rheinboldt* — Homenagem a Victor Grignard.

- b) Dr. *Geraldo H. de Paula Sousa* — Sobre a vitamina C na dieta brasileira.
- 3.º Colóquio — 23.IV.1936.
- a) Prof. Dr. *Jaime R. Pereira* — Sobre as modificações do poder oxidante dos óleos sob a influência oligodinâmica da prata e da radioatividade.
- b) Prof. Dr. *Jaime R. Pereira* — Sobre um novo reagente geral para alcaloides.
- c) Prof. Dr. *H. Rheinboldt* — Discussão da nomenclatura química brasileira.
- 4.º Colóquio — 28.V.1936.
- Prof. Dr. *H. Rheinboldt* — Discussão da nomenclatura química brasileira.
- 5.º Colóquio — 30.VII.1936.
- a) Dr. *Henrique Tastaldi* — Dosagem de cloretos no sangue. Considerações sobre o método de Whitehorn.
- b) Prof. Dr. *Quintino Migoia* — Phosphoro ou fósforo?
- 6.º Colóquio — 27.VIII.1936.
- Prof. Dr. *H. Hauptmann* — Sínteses diênicas.
- 7.º Colóquio — 1.X.1936.
- H. Stettiner* — Preparação de fôlhas de esterres de celulose.
- 8.º Colóquio — 29.X.1936.
- Dr. *Maurício Rocha e Silva* — Oxidações exercidas pelos corantes fluorescentes irradiados.

A fim de dar a conhecer a um círculo maior a matéria tratada, fizeram-se, de tôdas as reuniões, relatórios que foram publicados na «Revista Brasileira de Química»; vide Vol. I, 16-19, 150-154, 193-201, 209, Vol. II, 84-86, 140-147, 252-255, 287-292.

Excursões científicas

Visitaram-se, com a 1.ª turma, os laboratórios científicos e os laboratórios de fabricação do «Laboratório Paulista de Biologia». O professor da cadeira prevalece-se da oportunidade para agradecer ao diretor dêste estabelecimento, Snr. *Valentim Giolito*, o amável consentimento para a visita, e ao Snr. Prof. Dr. *Quintino Migoia* a gentileza de se ter oferecido como guia.

A biblioteca de consultas do Departamento

Adquiriu-se neste ano, além de alguns livros necessários ao ensino, o «*Chemisches Zentralblatt*», anos 1873 a 1925. Visto que os volumes dos anos seguintes, até à presente data, se acham na parte da biblioteca particular do diretor, guardada nas dependências do Departamento, tem-se a possibilidade de estudar os trabalhos químicos aparecidos desde 1873, pelo menos em extratos, cousa que antes não era possível em São Paulo. A importância desta aquisição pode ser ilustrada pelo fato de o «*Chemisches Zentralblatt*» ter sido freqüentemente consultado, na biblioteca do Departamento, por membros de outros institutos e da indústria. Comprou-se também a série completa do «*Journal of*

Chemical Education», vols. I (1924) a XI (1934). Tomou-se assinatura dos anos de 1935 e 1936, e o mesmo se fará com os seguintes, de modo que se encontrará completa na biblioteca a melhor revista do mundo sobre o ensino químico.

Do Sr. *Antonio José Levy*, de São Paulo, o Departamento recebeu o valioso presente de 127 volumes dos «*Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft*», 24 volumes da «*Zeitschrift für angewandte Chemie*» e 3 volumes da revista «*Acetylen*». O Sr. Dr. *Antonio Furia* ofereceu os volumes I e II (1933 e 1934) da revista «*Chimica e Industria*», de que era redator, o «*Laboratório Paulista de Biologia*» e os números da revista «*Archivos de Biologia*», de sua publicação. A Casa Zeiss, a série completa da sua revista «*Zeiss-Nachrichten*» (Julho 1932 a Janeiro 1936).

A todos os doadores sejam aqui reiterados protestos de gratidão.

O diretor do Departamento ofereceu à biblioteca do mesmo um exemplar do livro de sua autoria «*Chemische Unterrichterversuche*» e uma coleção de separatas de vários autores.

O museu

Neste ano desenvolveu-se uma atividade especial, afim de dar início a um museu químico por meio de doações de amostras, etc., por parte dos fabricantes ou de seus representantes. Felizmente, estes esforços tiveram de todos os lados o mais liberal apoio. Sejam expressos a todos os doadores os mais sinceros agradecimentos.

Para abrigar estes donativos, foram adquiridos dois grandes armários de exposição.

A seguir, uma relação dos amáveis doadores e do material oferecido:

I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, Frankfurt a. M. (Alemanha). Várias amostras de magnésio metálico e de ligas de alumínio, «*Hydronalium*» e «*Electron*» — 22 vidros com produtos importantes da indústria inorgânica e orgânica — 34 vidros de corantes inorgânicos — 116 vidros de corantes orgânicos — 30 vidros de produtos auxiliares para tecelagem e tintura — 5 amostras de tipos diferentes de carvões ativos — um grande quadro da genealogia dos corantes do alcatrão.

A *Chimica Bayer*, São Paulo: 35 vidros de medicamentos sintéticos e das substâncias puras neles contidas — 2 quadros sinóticos da síntese de antipiréticos e analgésicos e de hipnóticos e sedativos — um retrato emoldurado de Emil von Behring.

Cia. Brasileira de Carbureto de Cálcio, Santos Dumont (Estado de Minas): 10 amostras de Ferro-Silício, Ferro-Manganéz e carbureto de cálcio.

Klingler & Cia., representantes da «*Gesellschaft für Chemische Industrie Ciba*» em Basel (Suíça): 50 vidros de corantes orgânicos — 12 vidros de produtos químicos auxiliares para tinturaria — 12 catálogos com amostras tintas por corantes «*Ciba*».

Elcheiros S. A., São Paulo: 48 vidros com produtos químicos industriais fabricados nas usinas desta sociedade.

Enia, Estabelecimento Nacional Indústria de Anilinas, São Paulo: 17 vidros com amostras de corantes orgânicos e produtos intermediários.

Alexander Keene & Cia., São Paulo: grande coleção de minérios e minerais brasileiros.

Aços Roechling, São Paulo: 2 coleções de aços especiais para os diversos fins industriais (23 peças).

Cia. Geral de Minas, São Paulo: 8 amostras de bauxite e coleção de amostras de minérios de titânio, zircônio, etc., dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Sociedade Technica Bremensis, São Paulo: 15 vidros com matérias primas, semi-produtos e produtos da fabricação de corindon artificial e de carbetto de silício, marca «Orox».

S. A. Indústria de Seda Nacional, Campinas: mostruário da criação do bicho da seda — 2 mostruários de casulos do bicho da seda — diversas peças avulsas de seda natural e tinta.

M. Hamers, São Paulo: 16 vidros com produtos inorgânicos e orgânicos industriais.

Maizena Brasil S. A., São Paulo: 8 amostras de produtos de fabricação de amidos, etc.

Moinho Santista, Santos: Coleção de amostras demonstrando o aproveitamento do caroço de algodão.

Sambra, S. A. de Marmores Brasileiros, São Paulo: Coleção dos tipos mais importantes de mármore preparados pela sociedade.

Schering-Kahlbaum Ltda., São Paulo: 43 vidrinhos com diversas drogas officinais e industriais.

Fernando Hackradt & Cia., São Paulo: 9 amostras de adubos artificiais.

Johann Faber, Fabrica de Lapis, São Carlos (Estado de S. Paulo): 10 amostras de grafite de diversas proveniências.

S. A. Fabricas Orion, São Paulo (por intermédio de Genésio Figueiroa): Amostras da fabricação da borracha e cautchú.

Emprêsa Comercial de Goiás (Representação de São Paulo): Amostras de minérios de Goiás.

Cia. de Mineração do Iporanga, São Paulo: Amostra de chumbo de obra e de minérios da mina da Companhia.

Cia. de Cerâmica Industrial de Osasco, São Paulo: Coleção de matérias primas, semi-produtos e produtos da fabricação de louças.

Cia. Paulista de Louças «Ceramus», São Paulo: Amostras de matérias primas da fabricação de louças.

Cia. de Gás de São Paulo, Amostras de hulha e produtos da sua destilação.

Casa Trommel, P. Buckup & Cia., São Paulo: Peça de vidro cru.

Adolpho E. Reichelt, São Paulo: Amostra de enxofre do Chile.

Arthur Sievers & Cia., São Paulo: Amostra de metal para fundição de tipos.

Oswaldo Frugoli, Santos: Uma barra de alumínio.

Stahlunion Ltda., São Paulo: Um grande bloco de hulha alemã — diversos pedaços de ferro forjável.

Wolffmetall Ltda., São Paulo: Amostra do metal alpaca Wolff.

J. Pini & Cia., São Paulo, Representante de E. I. Du Pont Nemours & Co., Inc.: 5 catálogos de amostras tintas com corantes sintéticos «Du Pont».

O diretor do Departamento ofereceu ao museu dois grandes bustos, um de *Justus Liebig* e outro de *A. W. v. Hofmann*. Transferiu também para o

Departamento uma grande coleção histórica da tinturaria química, abrigada em 35 caixas, a qual ele receberá de um amigo especialista neste ramo.

Comprou-se para o museu uma série de substâncias odorantes naturais e sintéticas.

Aparelhos e produtos químicos adquiridos

Adquiriram-se os seguintes aparelhos de valor: diversos utensílios de platina — um barômetro de precisão — um fotômetro Leifo — um refratômetro segundo Pulfrich. Infelizmente, estes aparelhos ainda não puderam ser montados e aproveitados por falta de lugar apropriado. Comprou-se uma grande coleção de produtos químicos orgânicos, necessários ao ensino da química orgânica, iniciado neste ano.

— A «Aliança Comercial de Anilinas», São Paulo, ofereceu ao Departamento, para fins de pesquisa, 17 produtos químicos em quantidades de 0,25 até 10 kilos.

Publicações saídas do Departamento durante o ano de 1936

1. H. *Rheinboldt* — Homenagem a Victor Grignard. Rev. Bras. Quim. I, 150-153 (1936).
2. H. *Rheinboldt* — Nomenclatura química, parte I: Os nomes dos elementos químicos. «Rev. Bras. Quim. II, 129-139 (1936).
3. H. *Rheinboldt* — As principais fases do desenvolvimento do ensino químico nas universidades. «Filosofia, Ciências e Letras» I, N.º 1, 45-61 (1936).
4. H. *Rheinboldt* — Orientação do ensino da Química na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. «Anuário da Faculdade», 1934-1935, 47-59.
5. H. *Hauptmann* — «Sínteses diênicas». Rev. Bras. Quim. II, 140-147 (1936).
6. H. *Stettiner* — Preparação de folhas de esteres de celulose. Rev. Bras. Quim. II, 252-255 (1936).

Uma série de trabalhos acha-se atualmente em vias de publicação em revistas do país e do estrangeiro.

Pesquisa científica

Deu-se início, em período de férias, a dois trabalhos experimentais, cujos resultados, contudo, só poderão ser expostos no próximo ano. Na execução de pesquisas científicas de valor, é que se nota, sobretudo, a falta de espaço. Trabalhos e investigações experimentais eficientes só podem ser levados a termo depois de realizada a conveniente ampliação do Departamento.

b) — ATIVIDADES DO SEMINÁRIO MATEMÁTICO E FÍSICO

Retomando iniciativa do ano anterior, continuaram em 1936 as reuniões do Seminário Matemático e Físico, realizadas semanalmente no salão gentilmente cedido pelo Instituto de Engenharia. Nestas reuniões são expostos, em palestras ou conferências, certos temas científicos que não cabem num curso normal, como sejam resultados de pesquisas recen-

tes, o estado atual de certas teorias ou experiências interessantes de física aplicada. E' também em reuniões desse seminário que os alunos, professores ou assistentes, têm oportunidade de expor os seus trabalhos originais.

As conferências pronunciadas durante o ano de 1936 foram as seguintes:

- 1.^a reunião — 14 de maio.
Prof. Gleb Wataghin — Idéias sôbre a constituição dos núcleos.
- 2.^a reunião — 20 de maio.
Mário Schenberg — Interpretação física das características das equações de derivadas parciais.
- 3.^a reunião — 27 de maio.
Prof. G. Wataghin — Nova teoria da luz.
- 4.^a reunião — 10 de junho.
Omar Catunda — Generalidades sôbre funções elíticas.
- 5.^a reunião — 5 de agosto.
Prof. L. Fantappiè — Os métodos modernos da teoria dos «quanta».
- 6.^a reunião — 12 de agosto.
Mário Schenberg — Nova teoria do campo electro-magnético.
- 7.^a reunião — 2 de setembro.
Mário Schenberg — Interação entre os electrons.
- 8.^a reunião — 9 de setembro.
Omar Catunda — Sôbre funções de funções de matrizes.

9.^a reunião — 24 de setembro.

Prof. G. Albanese — Sôbre os conceitos fundamentais da Geometria.

10.^a reunião — 30 de setembro.

Prof. G. Wataghin — Teoria de electrons.

11.^a reunião — 7 de outubro.

Yolande Monteux — Generalização de um teorema sôbre diferenciais exatas.

12.^a reunião — 21 de outubro.

Fernando J. Larrabure — A televisão; seus princípios e seu estado atual.

c) — JORNAL DE MATEMÁTICA

Assinalou o corrente ano, ainda, na Secção de Ciências Matemáticas, o aparecimento do «Jornal de Matemática pura e aplicada», redigido pelos professores de Matemática e de Física e administrado pelo dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, assistente científico da cadeira de Geometria. E' o seguinte o sumário do único número aparecido (junho de 1936):

PRIMEIRA PARTE — *Memórias e Notas originais*

Beniamino Segre — Proprietà in grande delle linee piane convesse.

Silvio Cinquini — Sopra le equazioni funzionali non lineari nel campo complesso.

SEGUNDA PARTE — *Notícias várias* —
Atividade do Seminário Matemático e
Físico da Universidade de São Paulo
(ano 1935)

Prof. Luigi Fantappiè — Teoria Matemática da Luta pela Vida.

Prof. Gleb Wataghin — Sobre o desenvolvimento das teorias físicas.

Omar Catunda — Exposição de uma memória de Abel sobre funções simétricas e teoremas de adição.

Cândido Silva Dias — Demonstração do teorema de Lindemann.

Mário Schenberg — Números trans-finitos.

Miguel Ângelo Aguiar — Números complexos com um número qualquer de unidades.

Prof. Luigi Fantappiè — O desenvolvimento da Matemática nos últimos cinquenta anos e no futuro próximo.

Prof. Gleb Wataghin — Radioatividade artificial.

Fernando J. Larrabure — Células fotoelétricas.

Omar Catunda — Demonstração do teorema de Jordan sobre curvas fechadas.

Júlio Rabin — Sobre a diferenciabilidade total das funções de mais de uma variável real.

Prof. Luigi Fantappiè — Origem e desenvolvimento da teoria dos Funcionais.

Fernando Furquim de Almeida — Estudo dos pontos singulares das funções analíticas pelo desenvolvimento em série de potências.

VI

CRIAÇÃO DOS «BOLETINS»

Tendo em vista a unificação e a distribuição uniforme das publicações científicas dos diversos departamentos da Faculdade, o Diretor resolveu criar «Boletins», correspondentes a cada cátedra, podendo também reunir material de mais de uma delas, quando afins, publicação flexível, de aparecimento eventual e sem número de páginas fixo, cuja periodicidade se regulará pela produção original de cada disciplina ou departamento.

A vantagem deste gênero de publicação está em dar ampla liberdade à produção e em permitir permutas com periódicos congêneres, o que se não conseguiria, por exemplo, em uma revista que condensasse artigos científicos de matérias diferentes.

Havendo já, porém, o «Anuário», que se reserva à vida social e didática da Faculdade, o «Boletim», estritamente científico, deveria, todavia, entrosar-se com êle de certa maneira, afim de que um fôsse o espelho vivo da Faculdade em seu conjunto e outro o reflexo das atividades científicas de cada cadeira. Assim, julgou-se indispensável que no «Anuário» figurassem fichas bibliográficas de todos os artigos e estudos aparecidos anualmente nos diferentes boletins. Uma comissão de professores, nomeada pelo Diretor, adstrita às linhas dessa orientação, codificou e ampliou a publicação dos boletins, nos seguintes itens:

Regimento da Comissão de Publicações

I — Fica oriada uma Comissão de Publicações, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, que terá a seu cargo o «Anuário» e os «Boletins Científicos».

II — A Comissão será composta de membros nomeados pelo Diretor por um ano. Compete ao Diretor convocá-la por iniciativa própria ou a pedido de um de seus membros.

III — Os Boletins publicados pelos professores da Faculdade devem ser todos do mesmo formato — 8.º — ter as suas capas da mesma cor e os títulos em letras idênticas. As capas trarão o título: «*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*». Um sub-título eventual ficará à escolha da direção de cada Boletim.

IV — Os Boletins terão caráter estritamente científico.

V — Será enviado à Secretaria um resumo dos artigos saídos nos Boletins para ser publicados no «Anuário». A ordem para impressão dos Boletins só será dada quando preenchida esta indispensável exigência.

VI — Nenhum pormenor da vida social e administrativa da Faculdade figurará nos Boletins. Estas publicações são reservadas exclusivamente ao «Anuário».

VII — Cada professor, em princípio, tem o direito de publicar um Boletim. Alguns Boletins poderão ser reunidos em uma só publicação.

VIII — Compete exclusivamente ao arbítrio da Comissão autorizar e pronunciar-se sobre a oportunidade e modalidade da publicação.

IX — A Comissão, antes de 1.º de outubro, fará anualmente uma lista das publicações que deverão aparecer no ano seguinte. O fim dêsse trabalho é fornecer dados para organização orçamentária, praticamente realizável.

X — Cada Boletim receberá, no começo do ano, as importâncias que lhe são atribuídas no orçamento geral.

XI — A responsabilidade material e legal será da Direção de cada Boletim.

XII — O regulamento interno de cada Boletim será submetido à aprovação da Comissão.

XIII — Será conferida a maior liberdade a cada Boletim, no quadro de seu regulamento próprio, para a publicação dos seus trabalhos, organização material e direção científica.

XIV — A tiragem máxima de cada Boletim será a de mil exemplares, dos quais duzentos deverão ser entregues à Biblioteca da Faculdade.

XV — Todos os casos não previstos por esta regimentação serão resolvidos pela Comissão, que dará conhecimento deles ao Diretor.

A Comissão:

(aa.) Plínio Ayrosa
F. Rebêlo Gonçalves
F. Rawitscher
Fernand Braudel
Luigi Fantappiè

Aprovado.

A. de Almeida Prado

VII

CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

De acôrdo com os precedentes já estabelecidos nos anos anteriores, realizaram-se, êste ano, as conferências pú-

blicas feitas pelos professores da nossa Faculdade.

No primeiro semestre, os profs. Ottoniel Mota e Rebêlo Gonçalves realizaram duas conferências cada um: sobre «As origens da poesia lírica portuguesa», o primeiro, e «O lirismo horaciano» e «O sonho na poesia clássica», o segundo. Os profs. Luigi Galvani e Paulo V. Shaw discorreram, respectivamente, sobre «O conceito moderno da estatística» e «A política externa e americana dos Estados Unidos em vista dos seus graves problemas internos», desdobrada esta última em três conferências, com a seguinte distribuição: 1 — «A situação interna dos Estados Unidos»; 2 — «A recente evolução da diplomacia dos Estados Unidos»; 3 — «Um «sistema americano» e a Conferência de Buenos Aires».

No segundo semestre, por entendimento com o Dr. Fernando de Azevedo, Diretor do Instituto de Educação, ficou assentado que a segunda série de conferências públicas se realizasse naquele Instituto, afim de que fôsem tratados assuntos pertinentes à pedagogia secundária.

Foram realizadas treze conferências, nos meses de setembro e outubro, dentro dessa nova orientação. Damos, a seguir, os assuntos escolhidos pelos professores escalados para a realização dessas conferências:

Mês de setembro:

Fernand Braudel — «Concepção da história e pedagogia da história»;

Fernand Braudel — «A pedagogia da história adaptada à civilização brasileira»;

Jean Mauqué — «O ensino da filosofia na escola secundária»;

Jean Maugüé — «O ensino da filosofia na escola secundária»;

Pierre Monbeig — «O ensino da geografia na escola secundária»;

Gleb Wataghin — «O ensino das ciências físicas»;

Michel Berveiller — «As humanidades clássicas no ensino secundário».

Mês de outubro:

Pierre Hourcade — «A literatura francesa no ensino secundário»;

Ernst Marcus — «A zoologia como elemento de ensino rural»;

Felix Rawitscher — «A botânica no ensino secundário»;

P. Arbousse-Bastide — «O ensino da sociologia nas escolas secundárias»;

Luigi Fantappiè — «As matemáticas na escola secundária»;

Rebêlo Gonçalves — «Rumos velhos e rumos novos no ensino secundário da língua».

VIII

COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

No presente período letivo deu-se a instalação da Secção de Letras (5.ª Secção) do Colégio Universitário anexo à Faculdade de Filosofia, e abriram-se matrículas para outras Secções, anexas à Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Faculdade de Direito.

Funcionando ao mesmo tempo o 1.º e o 2.º ano, de acordo com sugestões do Diretor, aprovadas pelo Conselho Uni-

versitário, conforme adiante se verá, o Colégio recebeu, em suas diferentes Secções, trinta e dois alunos, todos matriculados na 1.ª série. Valendo-se de deliberação ulterior do Conselho, passaram para a 2.ª alguns alunos, aqueles que tinham concluído o curso secundário até 1934.

Os alunos admitidos ao Colégio assim se distribuíram:

1.ª secção		1.ª série	2.ª série
Secção de Filosofia	2	7	
Ciências Sociais e Políticas	2	—	
Geografia e História	5	2	
2.ª secção			
Ciências Naturais	6	6	
3.ª secção			
Ciências Matemáticas	5	2	
Ciências Físicas	2	1	
Ciências Químicas	17	9	
5.ª secção			
Letras Clássicas e Línguas Estrangeiras	3	4	
	—	—	
Total	42	31	73

Da Secção de Letras, a única anexa a esta Faculdade, funcionou com relativa frequência apenas a 1.ª série; a segunda, pela debandada total dos alunos, foi praticamente inexistente. As outras Secções tiveram frequência e regular desenvolvimento, na 1.ª série; quanto à segunda, foi deminuto o numero de alunos fornecido aos cursos da Faculdade.

Assim, entraram no 1.º ano da Faculdade, em 1937, procedentes do Colégio Universitário, 12 alunos, distribuídos da maneira seguinte:

	Alunos
Secção de Filosofia	2
Sub-secção de Ciências Matemáticas	2
Sub-secção de Ciências Físicas	1
Sub-secção de Ciências Naturais	1
Sub-secção de Ciências Químicas	6
Sub-secção de Geografia e História	1
	—
	12

IX

SESSÃO CAMONIANA

Consagrou a Faculdade, em 30 de junho, uma sessão universitária solene a Camões, o sumo poeta da raça. Presidida pelo Vice-reitor da Universidade e assistida pelos Secretarios da Educação, da Justiça e da Agricultura e mais representantes dos poderes oficiais, por professores universitários, pelo cônsul de Portugal e grande número de pessoas gradas, revestiu-se de grande pompa esta festa de alta intelectualidade.

Ao abrir a sessão, o Dr. A. de Almeida Prado, Diretor da Faculdade, pronunciou as seguintes palavras:

DISCURSO DO PROF. DR. A. DE ALMEIDA PRADO

«Vulto representativo de uma época aventureosa, encarnação grandiloqua de uma raça, Camões acolheu em sua lira tanto o bramido heróico dos feitos gloriosos dos homens do seu século, a epopéia gigantesca do ciclo dos descobrimentos, como a ressonância das vozes e do sentir do povo, a sinceridade emo-

tiva, a brandura de coração, a meiguice do idioma, tôda a ingênua poesia da alma portuguesa.

Tão grande lírico como épico, no seu estro vibram tôdas as cordas da sensibilidade humana, o episódio amoroso ao lado da invocação patética, a modéstia ao lado da violência, a simplicidade descritiva de par com a eloquência, a singularidade da forma em contraste com os tesouros da erudição.

Como todos os poetas máximos, Camões não envelheceu e não envelhecerá jamais: é de tôdas as gerações e de todos os tempos. Os próprios iletrados, a multidão ignara que nunca o leu nem o procurou sequer compreender, têm a noção instintiva de sua grandeza; e, sendo um altíssimo artista, um mestre da língua, o seu maior clássico, foi sempre um poeta popular.

A estrutura do seu frasear, emprestando-lhe ao estilo um sabor acentuadamente proverbial e aforístico, cunhado em sentenças e locuções que passaram para o uso corrente, e que acodem em citações forçadas no linguajar de todos os dias, concorreu para essa familiaridade da turba com o excelso poeta; e o caráter genuinamente racial do seu poema imarcescível, de cujas páginas transluzem não só os grandes fastos, mas também as lendas e as tradições, as reminiscências históricas que viveram sempre na memória popular, acabou por dar aos «Lusiadas» a função cívica de um verdadeiro breviário da nacionalidade.

E' a missão simbólica dos gênios. Guia e lustre dos povos, são também resultantes deles: provêm da raça e do meio, como certas árvores seculares, cujas raízes se embellem profundamente no seio da terra.

As estrofes camonianas fixaram o papel civilizador de Portugal no mundo.

Mas o que assombra em Camões é, sobretudo, a vastidão de seus conhecimentos. Tôda a ciência da antiguidade — a astrologia, a teologia, a mitologia, a história, a geografia, a literatura, a arte militar, a filosofia, a náutica, — era-lhe conhecida, e de tudo isso há vincos profundos em inúmeros passos dos «Lusiadas».

O saber enciclopédico de Camões tem desafiado a argúcia e o furor exegético de não poucos pesquisadores e comentadores do texto da celebrada obra. Filólogos, gramáticos, artistas, cientistas, em intermináveis análises, têm descido às fontes da inspiração e da erudição camonianas, e o filão nunca se esgota.

E' imensa a bibliografia de Camões. Sobre a geografia, a botânica, a oceanografia dos «Lusiadas» existem volumes, sem falar, claro está, na parte filológica, em que a epopéia é o livro primacial e modelar da língua. Sobre a medicina dos «Lusiadas», Afrânio Peixoto excavou material bastante para uma substanciosa conferência. Humboldt, grave mentalidade de sábio, admira as descrições de Camões, especialmente marítimas, quer pelo colorido realístico, quer pela precisão científica com que o Poeta soube ver os fenômenos da natureza. À volta da tecnologia, da mitologia, da ornitologia, da zoologia dos «Lusiadas», criou-se uma verdadeira biblioteca.

De onde vem êsse imenso prestígio e o singular destino reservado ao poema na história da nacionalidade?

E' que, afora o substrato nacionalístico, os «Lusiadas» condensam o sofrimento

mento, a ansiedade, as desilusões de uma vida cheia de revezes, de uma alma heróica, temperada ao calor da adversidade e ao sôpro do infortúnio, mas de imponente e austera grandeza. No meio da poesia dessorada e palaciana do tempo, surgiram como a obra de um homem que viveu, amou e sofreu, e cuja trajetória, pelo amor à sua terra e à sua gente, se identificou com a da própria nacionalidade.

Camões, além disso, foi um humanista, um espírito de formação universitária; e a sua cultura clássica geral, sobretudo do latim, dilatou-lhe o horizonte para uma poesia mais alta, mais vasta, mais profundamente humana e subjetiva. Finalmente, contando a História de Portugal, através da narrativa do descobrimento das Índias Orientais, que é a ação central do poema, fez uma obra universal.

Bem merece êle, pois, a devoção que Portugal lhe tributa e o culto incessante de todos os que falam a língua portuguesa.

Se, como em referência a si próprio disse Napoleão, «os gênios são meteoros destinados a arder para iluminar o século em que vivem», Camões ardeu para glorificar Portugal. A sua vida foi um longo e esplendoroso poema erigido à nacionalidade e ao valor de sua gente. E, na festa que hoje aqui lhe consagramos, portugueses e brasileiros se irmanam para louvarem e exaltarem o sumo poeta, honra da raça e imortal consolidador do idioma comum às duas pátrias».

«O SONHO DE D. MANUEL»

Em seguida, o Prof. Rebêlo Gonçalves, da Universidade e da Academia das

Ciências de Lisboa, e catedrático de Filologia Portuguesa, produziu a seguinte conferência, intitulada «O sonho de D. Manuel»:

«O destino que faz dos «Lusíadas» a maior das epopéias históricas não é destino que possa ser olhado e admirado singularmente, na simples condição da sua pródiga natureza. Com a idéia da história que o poema camoniano recorreu e perpetuou, converge sempre, em harmonia claríssima, a idéia dessa fantasia ao mesmo tempo impressionante e deliciadora, unida por Camões, com os mais artísticos liames, à formosura, ao colorido, à viveza, à suntuosidade de muitas das suas evocações.

Admirável encontro de duas belezas num só e primoroso efeito de beleza, do qual deriva, por maior realce, a fortuna de serem os «Lusíadas» uma textura sem excedente e sem par na numerosa série dos poemas clássicos. Vemos que, nesse aspecto, a nossa epopéia fica bem à parte dos cantos homéricos, de conteúdo mitológico e lendário; como, igualmente, fica à parte da «Eneida», poema de uma lenda grandiosa e de mitos inúmeros, onde a história só nos aparece em raras construções figurativas; como ainda difere e se distancia da «Farsália», onde a história toma vulto, mas onde a mitologia se empobrece e se desfigura, à mercê de uma nova concepção da arquitetura épica. E, vendo-a dêste modo — epopéia inconfundível no seu gênero, dotada com o privilégio de congraçar genialmente a verdade e a fábula —, o ideal não será apenas que a contemplemos numa longa cena animada ou num vasto quadro da natureza, senão que a fitemos de lugar para lugar, numa sucessão

movimentadíssima de cenas e de quadros, para termos o entendimento claro de como se repete, e de como se renova na repetição, e de como se reaviva no próprio renascimento, a arte de entrelaçar as memórias prestigiosas e o prestígio memorável das ficções.

Dir-se-ia que, de tanto se juntarem, a história e a fantasia se tomam mutuamente, em passos sobre passos dos «Lusiadas», as qualidades que mais as distinguem. A história, impressionante sempre na sua realidade, e a fantasia, constantemente bela na sua mesma irrealidade, como que ficam ambas, vezes sem conta, num aproveitamento recíproco de virtudes: uma, para parecer mais bela; outra, para quasi aparentar de verosímil.

Melhor aliança não se poderia de certo ambicionar. Mas também não se poderia admitir, por um instante que fôsse, uma aliança menos forte e expressiva, porque, se não a quisessem grande, como foi, o gênio e a cultura do Poeta, reclamá-la-ia bem grande a própria natureza da epopéia. Já alguém escreveu — e foi um erudito historiador dos Descobrimentos, Mário de Albuquerque — que a nossa maior matéria épica, justamente a dos «Lusiadas», possui, por si só, um arcabouço comparável ao de qualquer mitologia grandiosa, mormente ao daquela que Camões revivesceu. Há nela toda a identidade com os quadros típicos das efabulações mitológicas, tão clara e tão salientemente, que à costumada luta contra prodígios equivale — dá-lo ainda o mesmo erudito — a luta contra as resistências naturais simbolizadas pelo Adamastor; que às clássicas riquezas encantadas corresponde, novo velocino de ouro, a Índia; e que até à demanda de tesouros místicos, à ma-

neira da busca do Santo Graal, se equipara, por forma viva e palpitante, a caminhada devota de alguns portugueses para as bandas lendárias do Preste João.

Tinham, pois, as sombras do passado real e as sombras da mitologia fascinadora de se reunir, por imposição natural, em magno conjunto, uma vez que a índole da epopéia era o primeiro motivo a aproximá-las. Postas umas e outras em realce, não houve fantasias que adulterassem a imponência dos feitos ou dos heróis. O resultado só foi o que deveria ser: mesmo quando as ficções não iluminaram a história, já de si fulgurante, tornaram-se, ao menos, em factos ou luzeiros que lhe avivaram as galas e os reflexos.

Assim aconteceu por todos os dez cantos dos «Lusiadas», quer fôsem restaurados os velhos expedientes mitológicos, quer tomasse lugar uma imaginativa de molde novo. A prova, sugestiva e variada, está na majestade dos concílios olímpicos, como na intervenção graciosa das deidades inferiores; está no gigante do Mar Tenebroso, como na faustosa animação policrômica e polifônica da Ilha de Vênus; está no discurso do velho do Restelo, contraste da epopéia para seu maior relêvo, como ainda perdura e sobressai na visão magnífica do Rei Venturoso.

* * *

Que outro exemplo mais notável, para tão elevado aspecto dos «Lusiadas», que esse episódio do sonho de d. Manuel — sinopse realística de uma grande aspiração heróica, e ao mesmo tempo, pela arte sábia que o alindou, engalanamento esplendoroso dessa aspiração?

Ele tem, para mais, esse episódio fundamental, uma nítida vantagem que

se deve julgar bem camoniana. E' que o gênio descritivo de Camões, pelo qual nunca saíu desvirtuado o panorama histórico, soube aí fixar, como em tantos outros lugares, um tipo equilibradíssimo de paisagem maravilhosa. Paisagem ideal de certo modo, conjecturada em parte, como importa às circunstâncias, mas que delicadamente se humaniza com a humana figuração que nela passa e até com a curiosa verosimilhança das suas figurações simbólicas. Paisagem para nos fazer pensar em certos desenhos ainda mais ricos do poema camoniano, — nesse, por exemplo, da ilha encantada, que nos aponta, em justas proporções, as maravilhas naturais do universo, se é que não pretende ser também um modelar resumo delas próprias, apresentado em tôda a singeleza e em tôda a frescura.

* * *

Começando por pintar uma paisagem maravilhosa, o sonho de D. Manuel é belo por isso mesmo, antes até que o vejamos na posse doutras roupagens: solene e grave no que reflecte de história, cintilante e suntuoso no que espelha de fantasia. A primeira contemplação de D. Manuel, quando o Poeta o supõe subindo à região lunar, à «prima esphera», e alongando a vista às distantes paragens levantinas, onde o seu império chegará, é do melhor que nos poderia dar Camões numa perspectiva larga e dominadora. Ou não houvesse aí, em vista rápida e impressiva, um conspecto da máquina do mundo, o espetáculo da Ásia, as montanhas onde nascem o Indo e o Ganges, a estranha beleza agreste de uma vida animal e vegetal desconhecida. Ou não

houvesse aí também — síntese de linguagem a par com a síntese de pensamento! — formas de descrição notáveis por sua eloqüente brevidade, tal como o esbôço pictural dêsses «antigos, longinquos e altos montes» que se apresentam à régia visão, e no qual o conciso estilo camoniano diz tudo sôbre a grandeza da cena imaginada.

Neste passo, três simples adjetivos bastam para delinear e resumir, em tôda a sua majestade, as eminências vetustas do Himalaia. Atentando na propriedade dêsses epítetos, que tão bem descrevem uma serra, Joaquim Nabuco extasia-se e comenta: «antiga», porque de suas fraldas nasceu a humanidade primitiva; «longinqua», porque está no seio da Ásia; e «alta», porque perde-se no ceu com sua coroa eterna de neve virgem».

Em frente a pinturas dêste gênero, também nós poderemos lamentar, com o camonista José Silvestre Ribeiro, a falta de tantíssimas belezas «que Camões derramaria no seu poema, se porventura... houvesse exercido o divino pincel no debuxo das radiantes cenas das regiões do Orientex».

Mas a beleza descritiva continua. Agora é a perfeita representação de dois deuses fluviais, o Indo e o Ganges deificados, emergindo de suas águas, e a surpresa de os vermos a ambos em figura austera — o cabelo revoltado e gotejante, a fronte coroada de ramos e ervas, a barba hirsuta —, um tanto ao modo da imagem que costumam tomar os rios nalgumas tradições populares.

Depois é a fluência e a vibração do oráculo do Ganges, promessa de novos domínios dilatados para a coroa portuguesa. O discurso tem ardor especial, onde alguma coisa se revê da alma do

Poeta; e constitui, só por si, objeção bem forte a quantos pretendem ser o tom fundamental dos «Lusiadas» meramente objetivo, de historiador. Não se esquece, além disso, que o precede uma nota claríssima de sentimento pessoal, na estância onde se descreve a natureza virgem do Oriente, — indício certo de não ter havido apenas uma preocupação narrativa, em detrimento das íntimas vibrações.

Estamos diante de um subjetivismo natural e iniludível. A-pesar-disso, os que lhe negam a importância quási lhe obscurecem também a espontânea natureza. Com que injustiça, se o vemos em plena evidência no decurso de tantos episódios da epopéia, se o vemos neste mesmo do sonho manuelino, quando soberbamente se figura a paisagem índica! A sensibilidade do Poeta levou-o a juntar ao desenho da natureza selvagem uma recordação da sua cultura religiosa, testemunho de emoção pessoal, muito mais que fortuita amostra de sabedoria:

*Aves agrestes, feras e alimarias
Pello monte selvatico habitavão,
Míl arvores sylvestres e ervas varias
O passo e o trato aas gentes atalhavão;
Estas duras montanhas adversarias
De mais conversação, por si mostravão
Que desque Adão peccou aos nossos
[annos
Não as romperão nunca pés humanos.*

A evocação de uma cena bíblica deixou mais formosa a narrativa. Mais formosa, sim, porque mais variada, porque mais animada, e porque mais humanamente expressiva.

* * *

Assim ficamos vendo, através de várias reflexões, como o panorama em que a visão se espraia, e como o oráculo que a domina, nos apparecem belos primeiro até que os admiremos nos seus processos de estrutura artística.

Belos e grandiosos — importa acrescentar. Mesmo sem a análise da sua construção especial, o sonho de D. Manuel é logo para nós de incomparável magnitude, pelo efeito que se vê causarem no espírito do monarca as sombras da visão radiosa.

Há quem pretenda — e ainda há pouco assim pensava um humanista da Polónia — que os acontecimentos realmente graves, decisivos, ao contrário da prática dos antigos e do italiano Tasso, nunca são motivados em Camões pelas forças sobrenaturais. E' isto um erro, se se quer affirmá-lo de forma absoluta, pois o desmentido maior aí está no sonho régio, através das aparições em todo o sentido transfiguradoras. Na fantasia alevantada do poema, o sonho é exatamente um móbil para D. Manuel, sem que as crenças literárias do épico vão, por isso, afetar as suas crenças pessoais.

O resultado da visão é unir ainda mais o plano histórico ou humano e o plano fantástico dos «Lusiadas». Dando-se a união, não deixa a idéia fantasiosa de ficar e brilhar em grande altura. Mas uma nota de humanidade, simbolicamente histórica, descobre-se na ardente impressão do despertar, ao modo dos sonhos da vida real, pois é ela que faz o Rei Venturoso levar-se à empreza extraordinária da Índia, para os portugueses irem ver com os próprios

olhos o que êle visionou no seu áureo leito — um cenário rútilo de glória.

Acrescentemos que êsse descortino se comunica a nós próprios, a qualquer leitor, e em nossos olhos se amplifica, não havendo maneira de desfitarmos o seu empolgante objeto nem de nos quedarmos distraídos de reflexos inúmeros e inevitáveis. O episódio projeta diante de nós, como em fotografia vívida e luminosa, as imagens quasi sobrenaturais e o fastígio preclaro da expansão lusitana, página característica e definidora da história moderna. E nessa passagem de vultos, que a nossa memória recompila, como que divisamos, reconhecemos, entre os muitos heróis celebrizados, as figuras, para nós tão vulgares, da chegada a Calecú e do império de Albuquerque, com os mesmos envoltórios de epopéia que não se deslustram no evolover dos séculos; êsse magno horizonte de lutas e aventuras indômitas, gravura originalíssima em que não temos apenas o transunto de uma empresa triunfal, mas o resumo inexcédível de uma idade inteira, pródiga de heroísmo virtuoso e de virtudes heróicas, tôda ela alimentada e aquentada pela seiva das mais firmes audácias e das ânsias mais varonis.

* * *

No despertar de tantas impressões, é justo que se veja também a parte desempenhada pela linguagem. A propriedade do vocabulário, já há pouco reconhecida, tem primores de equivalência na natureza dêsse mesmo vocabulário, vulgar e correntio quando a simplicidade se pode elevar em eloquência, culto e ataviado quando fica bem seguir na esteira da tradição poética. E a elegancia da frase? A melhor e a mais

tersa que Camões saberia obter, aqui tão adequada à singeleza descritiva como à necessaria ênfase declamatória. E o metro? O mais fluente e harmonioso, rico dos melhores efeitos que se podiam alcançar com a nobreza forte da oitava rima.

Nunca, na verdade, a arte lingüística de Camões foi tão perfeita em ficções análogas. Também o não pedia, evidentemente, a grandeza menor de certas matérias, como aconteceu no sonho do Gama, do canto II, mero aviso de Mercúrio sobre perigos iminentes; ou como na fantasia mais graciosa que elevada de uma elegia da «Lírica», onde a História do Brasil de Pero de Gandavo e a sua dedicatória a um capitão da Índia foram pretexto para a imaginação de um sonho alegórico, atribuído à pessoa do historiador. A graça, que neste sonho sobreleva a grandeza, está bem realçada na aparição de Marte, presunçoso e desvanecido com a glória dos dotes belicosos; na opposição imediata do vulto de Apolo, que blasona da arte e da sabedoria; e na intervenção final de Mercúrio, a quem cabe dirimir o pleito, com a harmonia de umas e outras virtudes, e provocar a conclusão de que tôdas se retratam no capitão ilustre.

* * *

Ao fim destas vistas perliminares, acerquemo-nos agora, pròpriamente, da ampla concepção do sonho, para podermos descobrir Camões na plena pujança do seu método.

Êste é aqui, em principio, o que sempre foi: um poder inexcédível de organização ideológica. Dêle poderíamos dizer o que ainda há pouco disse de Vergílio uma eminente filóloga france-

sa: «O gênio do poeta é menos um poder de criação a «nihil» do que uma força extraordinária de organização da matéria, análoga ao «nôus» de Anaxágoras».

Por outro lado, a intenção de organizar e a capacidade de realizar não ficam distantes entre si. Se há poemas que sejam maiores pela concepção que pela feitura, não é êsse o caso dos «Lusíadas».

* * *

Qual a íntima natureza da concepção do sonho?

O costume de se olhar para a antiguidade, em cada folheio dos «Lusíadas», poderia fazer crer que já agora fôssemos ficar, em rendida postura, recordando e restaurando a nobreza de algum exemplar antigo. Não podemos, porém, começar assim, que alguma coisa se antecipa, em nosso juízo e sentimento, a qualquer influxo natural da cultura clássica, e é precisamente a lição calorosa e fúlgida da história, servindo de «idéia-mater» a Camões e aviventando-lhe os transportes e os arroubos épicos. Não uma história especial, que, iluminando-se na letra dos compêndios, tenha a pretensão de julgar real o sonho, na forma e na situação que Camões lhe deu. Tão pouco uma história que se entretenha a esmiúçar, no conteúdo de cada verso ou de cada frase, passadeiras lembranças das velhas crônicas quincentistas. Mas aquela que se entretete com a cultura tradicional das gerações; aquela história que, neste caso, nos consente, pela idéia da grande ambição manuelina — visão de tôdas as horas, não apenas sonho de uma noite —, e igualmente pela certeza da sua

funda impressão na alma popular, conceber que uma longa reminiscência se formou, resumindo e consubstanciando essa aspiração, que ela se foi transmitindo, como se fôra um raro prestígio de lenda, da época de D. Manuel até ao tempo de Camões — três quartos de século de sentimento ardoroso apurando a memórial —, e que ela mesma, pois, prenderia a si a concepção de um episódio camoniano, tornando-se a base de que êle havia de depender, por necessidade imperiosa e irresistível.

Encontramo-nos neste ponto com uma tese consagrada de Fidelino de Figueiredo, tese triunfante que fez ver todo o valor da tradição na arquitetura dos «Lusíadas». O ilustre mestre assinalou que a epopéia de Camões, no ingente volume da sua matéria histórica, é muitas vezes o resultado de uma longa obra coletiva, construída pelo povo e pelo povo fixada com tôda a riqueza espontânea da sua memória, — a obra de imprimir nos grandes fatos nacionais um típico vulto definidor, comunicativo e perpetuável, e de lhes dar ao mesmo tempo, na recordação vulgar, expressão tão forte e tão impressionante, que não os sobrepuja o colorido das construções mitológicas.

Fundada naturalmente neste princípio, aparecendo aqui e além como se fôsse a glosa das tradições, mostrando traduzir em vários passos as fortes emoções populares, como que mitizadas na sua ingênua transmissão, a epopéia representa assim, em grande parte, um copioso çabedal que não se teria perdido mesmo se não recebesse a luz da perpetuação literária. E alguns episódios dos

«Lusíadas» sobredouram-se, por isso, com o maior brilho que lhes vêm da contribuição tradicional: o Adamastor deve muito à fantasia de Camões, mas não deve menos à plebe anônima, que havia sugerido, pelas superstições do Mar Tenebroso, a idéia de um grande monstro simbólico; o velho do Restelo é uma ficção bem camoniana, mas também pertence ao povo, que já lhe havia preparado a effigie na figura de cada protestante, no calor de cada receio e no pessimismo de cada dúvida, ao tempo que se ia preparando, avassaladora, a arrancada portuguesa para a Ásia.

Porque não havemos de ver também no sonho de D. Manuel, reprodução surpreendente do delírio da Índia, retrato ideal daquilo que um rei ambicionou, mas que um povo igualmente sonhou, e fantasiou com dimensões gigantescas, e coloriu com a sua imaginação, um prolongamento imediato da alma e da mente vulgar, quente ainda da mesma flama em que elas arderam?

Porque não havemos de ver no sonho a arte poderosa de compilar juntando-se à arte de criar, provando que o poeta excelso foi também um rapsodo genial, atestando que a matéria escolhida já se enraizara, antes de passar à epopéia, nos mais íntimos recessos do sentimento popular, e frondescera logo, espontaneamente, na cultura singela da grei?

A suposição faz-se mais forte quando, ao evocarmos o conteúdo do sonho, cuidamos no paralelo que êle já tinha, para admiração de Camões, em certas narrativas tradicionais. Lembrado delas, o Poeta tomá-las-ia como

apêgo ainda maior às impressões do vulgo. E outra não haveria, de certo, mais influente, mais portadora de um sópro popular à inspiração ardente do episódio, que a transmissão lendária de um sonho do Infante D. Henrique, — sonho em tudo grande, igual na grandeza ao de D. Manoel, e digno, portanto, de vivificar êsse mesmo no seio do poema camoniano com as tintas que êle próprio ganhara na retentiva dos portugueses.

Tinham de falar dêle os velhos livros, como falam, realmente, o «Esmeraldo» de Duarte Pacheco e as «Décadas» de Barros, estas últimas apontando, quasi logo à entrada, a ânsia do Infante de devassar a África ocidental, e como «esta empresa mais lhe fora revelada, que por elle movida». O melhor e o mais impressionante é que ainda alude a essa visão o rei d. Manuel, lembrando-a na carta ao Samorim, e dando-nos, com a sua crença no favor divino, que fez os portugueses casarem o Mar e a Terra, tôda a latitude de um sonho pelo Infante começado e por êle engrandecido.

É curioso que o primeiro grande camonista, Faria e Sousa, sedentíssimo sempre de achar lugares de que haja reminiscência nos «Lusíadas», admite a afinidade entre o sonho infantilino e o sonho régio. O episódio camoniano fá-lo dizer que é costume do Poeta «apropriar os casos de diversas pessoas a uma só»; e ao mesmo tempo evoca a notável tradição descrita por Barros. Estava, todavia, bem longe de imaginar um sistema especial de contextura histórica: — êsse pelo qual a cultura rica das gerações, fixa e cristalizada no correr dos tempos,

se converteu em matéria de uma arte, que dela fez símbolos ou expressões altíssimas, e lhe deu, senão a vida eterna, que ela a si mesma se assegurava, uma eterna presença de formosura, só capaz de ser dada pelas artes cleitas.

* * *

Agora, já a nossa vista se pode reverter à antiguidade, em busca de símiles para a estrutura artística do sonho ou de moldes conformáveis com alguns dos seus aspectos mais salientes. O que importa é que nos abeiremos de semelhanças puras e indeléveis, sem o excesso de abrangermos no classicismo remoçado a vaga poeira de analogias fortuitas.

Todos nós andamos, com relação aos «Lusiadas», saciados de mais de três séculos de crítica de fontes literárias. A saciedade não viria tanto do número das pesquisas como dos exageros avultados. De um modo ou doutro, cansou-nos o revolver incessante de paralelos, a febre tantas vezes insana de comparar, o confronto sem largueza, a equiparação sem horizonte; e mal vai a rebusca de modelos clássicos, se ela continua a satisfazer apenas a curiosidade exaustiva de pormenores.

Não quero dizer que os camonistas, inquirindo e reinquirindo identidades de pensamento, não estejam embebidos e enlevados numa idéia de beleza. Estarão mesmo — quem sabe? — enamorados dela, extasiando-se com as minúcias como quem se deleita nos mil pequeninos pontos duma paisagem. Carecem porém, a cada passo, do imprescindível equilíbrio estético todos êsses que não têm o engenho erudito de Afonso Lopes

Vieira nem a erudição engenhosa de José Maria Rodrigues; observadores pacientes a quem quasi só importam semelhanças avulsas, um conceito que se prende a outro conceito, uma forma de dizer apegada a outra forma, como se o classicismo dos «Lusiadas» fôsse apenas um imenso e estranho calidoscópio, onde as imagens geomêtricamente se associassem duas a duas.

Entretanto, uma coisa é ver os «Lusiadas» em dependência, outra coisa é vê-los em escravidão do classicismo. Na dependência normal, está contido de direito um princípio de arte, e não podemos desfigurá-la a bel-prazer de racionalismos inoportunos. Os que a desfiguraram esquecem que para um poeta novi-clássico a idéia da arte trazia sempre consigo, necessariamente, a idéia de uma cultura. Camões só foi artista completo porque soube ser, em plena florescência do classicismo, sábio de tôdas as sabedorias poéticas quinhentistas, exercitadas por êle desde verdes anos, no meio das opulentas humanidades que lhe ensinaram em Coimbra, onde se praticava, como êle próprio diz, «o valeroso officio de Minerva».

Êste exercício era a norma comum da época. E era, afinal, o seguimento de um velho sistema a que os antigos tinham amoldado a composição literária. Os poetas do século XVI não só imitavam os temas das letras clássicas, mas ainda, ao menos parcialmente, a própria faculdade de imitar, que elas lhes apontavam nos primordiais caracteres, mostrando, por singular entendimento do prazer estético, a imitação preferida à criação, os gostos tradicionais antepostos à tendência

original, o prestígio do tema conhecido ou reconhecível vitorioso sobre a exuberância da matéria nova.

Por sinal que a teoria da imitação, entre os antigos, comportava nas escolas e continuava a abranger na vida literária dois princípios fundamentais. Um, a que os gregos deram o nome de «agôn», era a luta, o esforço íntimo e vibrante para igualar ou ultrapassar um modelo. Outro, era o engenho crescente com que se devia reímitar um modelo várias vezes imitado, maneira de o autor ser émulo de si próprio e de preparar numa luta incessante de espírito a progressão infundável da sua arte. Se Camões, tão fiel ao primeiro ditame, não obedeceu por teoria ao segundo, foi pelo menos até êle por impulso natural, aumentando com a ciência de renovar-se — tão patente nas repetições! — a sua primorosa concepção artística, nutrida fartamente e avigorada pela aspiração pagã do Renascimento.

* * *

Nas vestes greco-latinas que enobrecem o episódio, há belezas dispersas; e há uma beleza mais forte, que as domina a tôdas, por ser a mais envolvente e trazer em si a marca suprema da imitação.

Um relance pelas menores aviva-nos a outra. Logo nos encanta um aspecto simples de latinidade, quando se descrevem as primeiras visitas com que Morfeu povoa o sonho do rei:

*Aqui se lhe apresenta que subia
Tão alto que tocava aa prima Esfera,
Donde diante varios mundos via,
Nações de muita gente estranha, e fera.*

E' naturalmente ciceroniana a latinidade que aí se descobre e nos deslum-

bra, pois não custa a crer que Camões estivesse lembrando o quadro do «Sonho de Cipião», cuidando na altura celestial onde remontara o filho de Paulo Emilio, e ainda no seu encanto de ver bem de perto o dossel dos astros, na vastidão do seu cosmorama, no seu olhar sobranceiro á terra. O diverso fim dos dois quadros não perturba a semelhança com que êles se emparelham na sua situação elevadíssima.

Depois desta descrição, e quando o desenho camoniano já vai retratando um monte oriental, as águas do Indo e do Ganges e os próprios rios tornados deuses, surge uma recordação curiosíssima do verso antigo. E' a lenda do rio Alfeu e da fonte Aretusa, rio da Arcádia e fonte da Sicília, que haviam sido outrora um deus apaixonado e uma ninfa esquiva, e que, mau grado o desamor da ninfa, acabaram juntando as suas águas, desde quando Alfeu, não contente de findar no Peloponeso, resolveu correr até Siracusa por occulta via submarina:

*Dambos de dous a fronte coroada
Ramos não conhecidos e ervas tinha,
Hum delles a presença tras cansada
Como quem de mais longe ali caminha,
E assi a agoa com impito alterada
Parecia que doutra parte vinha,
Bem como Alfeo de Arcadia em*

[Siracusa

Vay buscar os abraços de Aretusa.

O mito leu-o Camões em Vergílio, em Ovidio. Leu-o naturalmente — que sei eu? — até na «Arcadia» de Sannazaro, que o recontava com gentileza. A lembrança saíu-lhe, porém, engrandecida, pois a transfigurou magistralmente para servir a uma comparação deliciosa. E esta ganha aos nossos olhos

proporções soberbas, em virtude de uma imagem que nos desperta. Como Alfeu, que vem de longe abraçar Aretusa, também o Indo e o Ganges nos parecem abraçar, em ímpetos de assombrosa, de infinita ardência, outra ninfa sedutora, — a terra portuguesa, refletida e exalçada na pessoa do rei.

Vem logo o discurso do Ganges. — Os discursos são clássicos em Camões, como o foram na epopéia em geral, como o foram na história, e como o foram em ambos esses gêneros por uma imprescindível tradição helênica, fundada, afinal, na vida de uma sociedade amável, onde a palavra oratória era freqüentemente natureza antes de ser arte. Mas, reparando agora num discurso oracular, tanto o vemos clássico pelo emprêgo como por se envolver no tom consagrado de velhas falas preditivas. Ele tem a ênfase, o empolamento de todos os grandes oráculos que se faziam ouvir nos sonhos épicos e se gravavam imorredouramente na lembrança dos heróis:

*O' tu a cujos reinos e coroa
Grande parte do mundo está guardada,
Nós outros, cuja fama tanto voa
Cuja cerviz bem nunca foy domada,
Te avisamos que he tempo que já* [mandes
A receber de nós tributos grandes.

*Eu sou o illustre Ganges, que na terra
Celeste tenho o berço verdadeiro.
Est'outro he o Indo Rei, que nesta serra
Que vês, seu nascimento tem primeiro:
Custartemos com tudo dura guerra,
Mas insistindo tu por derradeiro,
Com não vistas victorias, sem receyo
A quantas gentes vês porás o freyo.*

Ao discurso bastava assim a pompa declamatória para lhe dar virtudes antigas. Acontece, porém, que uma alusão fortuita mais realça os preceitos tradicionais, embora nela não se recorde nem se aponte qualquer matéria greco-latina. E' a alusão ao paraíso terreal como se êle estivesse onde nasce o Ganges, — desacôrdo evidente com outros versos canonianos, que o diziam na Armênia, mas desacôrdo intencional, como tantos o foram nos «Lusíadas», e preso à velha regra de arquivar poéticamente as variantes de um mito, de uma lenda, de uma tradição.

A arte clássica, harmoniosa por excelência, também achara uma norma para as diversidades e para os contrastes. Ei-la assim, em Camões, formosa e grácil na própria natureza dos elementos contraditórios. Não foi o êrro que se fez engenho: foi a variedade que se fez arte, e o gosto de admirá-la que se pôde erguer à altura de sentimento estético.

Acabado o discurso, vem o despertar do rei e o quadro esplendente da alvorada, curiosa de ver em côres vulgares que nos lisongeiam a memória:

*Não disse mais o rio illustre e sancto,
Mas ambos desperecem num momento,
Acorda Emanuel cum novo espanto
E grande alteração de pensamento:
Estendeo nisto Febo o caro manto
Pelo escuro Emisperio somnolento.
Veyo a menhã no ceo pintando as côres
De pudibunda rosa e roxas flores.*

A aurora, que Homero pintara sempre com dedos róseos, que Vergílio e outros poetas colocavam numa rósea quadriga, aparece, mais uma vez, envolta em formas consagradas do seu co-

lorido poético, gentil nos seus tons rosados, e fascinante na graça de ostentar, bem vermelha — «roxa» na velha acepção do verso quincentista, — cambiantes fortes de carmesim. E a aurora assim nascida, figurada em beleza pelo Poeta, dá-nos a mercê de, por nosso lado, a figurarmos mais viva, de a supormos simbólica, de a fazermos deixar, em pensamento, os encantos da natureza, para transpor sorridente o limiar magnífico da história. Ela é bem, nesse simbolismo, a aurora nítida da Índia portuguesa, tal como o sol pleno, o meio-dia glorioso, é na epopéia a glória tóda da viagem do Gama, com a vasta grandeza que o nauta conquista e com aquela que uma ninfa lhe anuncia na ilha dos Amores, do alto de um monte, sorrindo ao futuro triunfal.

* * *

Quando chegamos a este ponto, já o nosso espírito se preparou para uma impressão maior de classicismo. A viveza das pequenas imitações, das secundárias influências greco-latinas, foi-nos dispondo, pouco a pouco, a abarcar o longo alcance da influência primeira, — aquela pela qual se revê a celebridade de um velho processo e a projecção eterna de um grande modelo. E' ela um fruto vivaz do culto à antiguidade, que mais vivaz o não podia ser a imaginação do sonho como um recurso característico de epopéia e a sua arquitetura ao modo e ao jeito da visão vergiliana de Enéias.

Por fortuna, quer dependa da epopéia em geral, quer derive de Vergílio, a fantasia do sonho de d. Manuel representa bem uma das duas facetas da concepção mitológica, — a retratação

de sombras do pensamento nebuloso; e não empalidece ao pé da outra faceta, embora mais vulgar, — a artística divinização dos elementos vivos do universo. Já o notou brilhantemente Oliveira Martins, reparando na animação com que as reminiscências do sonho, fantasmas com visos de realidade, podem surgir nos «Lusíadas» ao lado das imagens nascidas do mundo: como o Adamastor, que irrompe do mar, e como os deuses que personificam as belezas, os dons, as graças, a vida calma ou agitada da terra.

Moldando-se em Vergílio, o sonho de d. Manuel toma à visão de Enéias, do canto VIII da epopéia latina, o melhor que podia tomar-lhe. Aproveita-lhe o modelo da divindade fluvial, do rio Tibre arvorado em deus oracular, e faz dessa imagem — bela imagem figurativa entre os grandes vultos dos sonhos heróicos, como outra não conhecera o verso romano — o exemplar das figuras do Indo e do Ganges. O resultado é aparecerem ornados como o Tibre, uma coroa de folhagem na fronte, os dois grandes rios do Indostão, e ambos, como êle, apresentarem a majestade que convém ao brilho da metamorfose.

Dêsse mesmo porte majestoso trans-luz o aparato da cena. E, ainda que êle não fôsse um reflexo vergiliano, como o pedia a grave velhice e a austeridade da «flumen Tiberinus», seria, em compensação, um elemento a mais para a nobre tessitura do episódio, transbordante de altiva solenidade.

Que importa que não pensasse assim a minúcia erudita de alguns antigos e que ela se desse a especular, inglôriamente, sôbre a propriedade e a conveniência das aparições fluviais? Queria um erudito de Seiscentos que o poeta

lhes houvesse preferido a figura da Índia, pois não via que os rios dessem tributo aos príncipes, mas ao mar... Nós sorrimos, embora com respeito, perante quem esquece que os nomes dos rios tantas vezes valiam os nomes das pátrias e que, se não os igualassem metonimicamente, os podiam igualar, por favor poético, nas metáforas ricas do ideal.

O Indo e o Ganges representam, pois, muito bem, a imagem da Índia, tal como o Tibre na «Eneida» representa a Itália, e se expande, por ela, em promessas de fortuna à ambição de Enéias. Nem por serem de diversa estirpe os heróis que sonham, num quadro o troiano audaz a quem cabe inaugurar os fastos de Roma, noutro o rei português venturoso das venturas que o elevavam elevando a pátria, nem por isso as aparições dos dois sonhos e os ideais em que elas se envolvem deixam de ficar entre si em perfeita equivalência de grandeza.

Já isto vale muito, e mais não temos que ambicionar. Outros, todavia, levarão mais longe o seu paralelo, pretendendo sob todos os aspectos a vantagem camoniana. Podemos certamente resistir a essas vozes discrepantes e responder, sem vãos preconceitos de nacionalismo literário, que o que mais importa é os dois quadros serem eternos e perfeitamente se corresponderem na sua eternidade.

Não é que a natureza de alguns pormenores não dê ao sonho de D. Manuel certa primazia. Mas esta se funda, inevitavelmente, em razões de sensibilidade nova e de novo gosto, em condições de mais amplo horizonte conceptual; e tudo nela são lucros que Vergílio não saberia nem poderia alcançar.

Uma vantagem está com certeza na liga maravilhosa de sempre: nas sombras greco-latinas que Camões enfeixa com as reminiscências cristãs, mais uma vez se adornando a cruz, no dizer de Malheiro Dias, «com as grinaldas de rosas colhidas nos vergeis reverdecidos do paganismo». De novo se juntam duas crenças: a religião que serve à arte e a religião sentida que move à glória. E' ver a primeira nas dispersas alusões a entidades da fábula. E' ver a outra na menção curiosa do paraíso terrestre; na preferência do Ganges, que lá teria o berço, para as honras augustas do vaticínio; na lembrança, já assinalada, de um conhecido quadro bíblico; enfim, na idéia cristã que sobrepára a todo o episódio e logo se apresenta à sua entrada como o guia primeiro das aspirações manuelinas:

*Parece que guardava o claro Ceo
A Manoel, e seus merecimentos,
Esta empresa tão ardua, que o movco
A subidos e illustres movimentos...*

Outra vantagem será talvez a proeminência em que foi posto o vulto do rei. Vergílio leva Enéias a um lugar e nêsse mesmo lugar lhe apresenta um deus, que o impele ao triunfo, o exorta, o anima. Camões mantém d. Manuel no seu leito real e faz que duas divindades vão até êle, em preito rendido. Fôsse outra a perspectiva imaginada, e haveria menos por onde ver a transformação, a adaptação, a renovação prodigiosa de um velho recurso poético.

Se há mais vantagens, que não estas, sobre o sonho vergiliano, serão porventura a concisão expressiva e a cálida ligeireza do discurso do Ganges, qualidades ainda sobejas para Camões levar

a palma à legião dos seus imitadores, ofuscando com a singeleza o estilo difuso e a preocupação divagadora de quantos lhe quiseram seguir o fingimento admirável.

* * *

Seja como fôr, o sonho de D. Manuel impõe-se na sua mesma grandiosidade. Ele é o fulcro, a base aparatosa da suprema parte dos «Lusiadas», o magno pretexto que no seio do poema faz ascender à maior altura a estesia épica.

Supõe Fidelino de Figueiredo que a epopéia marítima portuguesa, no íntimo das forças que a geraram, fôsse um mixto de energia lutadora e amplo sentimento contemplativo, o resultado de um espírito heróico que se pusesse ao serviço de um grande impulso lírico interior. À constante idéia de luta que alimenta, por exemplo, o velho heroísmo castelhano — espelho de uma ânsia e de um fervor de movimento externo e retrato, afinal, de raça tipicamente combativa — opor-se-ia, dêsse modo, uma grande aspiração heróico-lírica, heróica na intensa vibração humana da sua essência, e lírica na sua atitude sonhadora perante a natureza desconhecida, o mistério oceânico, a massa ignota dos mundos. Se assim é, e se também na alma dos «Lusiadas» se caldeia o heroísmo operoso com o lirismo impulsionante, nem assim o sonho de d. Manuel se diminui, podendo reproduzir a um tempo a avidez devaneadora e a força ativa e deixar subentender, a-pesar-dessa aliança, um brilho maior para a energia real em que se transfunde.

O sonho está todo na descrição da epopéia marítima, em realidade imensa

e perene, talqualmente essa epopéia fica logo no sonho, visionada, presentida, antevivida. O engenho do poeta soube unir magistralmente a visão e a realidade, enleando-as num só véu de esplendor.

Há sonhos de epopéia que são ornatos supérfluos, maquinismos extravagantes com que se preenchem os vazios da história. Êste, o sonho de d. Manuel, tem de olhar-se como matéria viva e imprescindível, porque reflete a própria história, a ação verdadeira e eternizada.

Poucas vezes, no decurso de um poema, se juntaram tanto uma imagem e o seu reflexo, a ponto de quasi se confundirem na mesma expressão de luz. E só por obra do gênio poderia êsse abraço luminoso, prolongado e forte, exprimir tão clara uma glória tamanha que resiste aos séculos: glória que pulsa e canta em versos e versos dos «Lusiadas»; ressalta, ovante e senhora de si, nas veemências eternas da epopéia; revoa e ressoa nos ecos infinitos com que a voz camoniana ultrapassa radiante os limites triunfais do seu poema; glória que se desentranha em cintilações continuas da idéia pátria, orgulhosa de ser lustre e alento e rumo para as almas e para os olhos ansiosos volvidos ao futuro promissor; glória que se reanima e se reaviva com tôda a fulgência da paisagem que a viu gerar, — das cumiadas altas esplendendo em vizinhança com o céu, dos areais onde as pedras reverberam como lantejoulas, dos campos e dos rios irisados pela luz matutina, das frondes batidas pelo sol; glória, finalmente, para ver de bem alto, como Camões a fez antever a d. Manuel na sua fantasia deslumbradora.

OUTRAS COMEMORAÇÕES

O sr. Octacílio de Barros, aluno do curso de Letras Clássicas, falou a seguir sobre «Camões, estudante de Coimbra». A aluna da Faculdade, sta. Cleonice Coutinho Seroa da Mota, e a sta. Ivone de Freitas, disseram belos versos e prosas de escritores portugueses e brasileiros, uma vez terminada a conferência do sr. Octacílio de Barros.

A sra. consulesa de Portugal, d. Alice Reichner von Beringer Henriques, especialmente convidada, cantou lindos trechos de Viana da Mota e Hermínio do Nascimento, inspirados sobre redondilhas de Camões e escritos propositalmente para a solenidade.

CONFERÊNCIA DO PROF. OTONIEL MOTA SOBRE «O LIRISMO NOS «LUSÍADAS»

Por fim, dando remate à festa, o Prof. Otoniel Mota, catedrático de Literatura Luso-Brasileira, discorreu sobre *O Lirismo nos Lusíadas*:

«Ainda uma vez me cabe a honra e o prazer de tomar parte numa festa camoniana. Tem-se dito que a comemoração repetida do grande vate lusitano pode contribuir para diminuir o respeito que se lhe deve: o sagrado tende a tornar-se profano com a muita luz e familiaridade. Não foi de balde que o Santo dos Santos em Jerusalém era no escuro; que nêle só penetrava o sumo-sacerdote e uma única vez por ano.

E' possível que haja nessa crítica seu tanto de justiça. Eu, porém, por minha parte, muito me alegro com esta comemoração pelo que ela vale no mo-

mento. Explico-me. No pragmatismo infeliz que tende a orientar o nosso ensino, a nossa língua, por uma singular incoerência — pois nada mais pragmático do que a língua neste mundo — se vai tornando cada vez mais estropiada e os nossos padrões excelsos, como Camões, cada vez mais ignorados. Já chegámos a um ponto em que os mais triviais pensamentos camonianos, que há vinte anos todo o mundo conhecia e recitava, não é bastante que venham entre aspas: torna-se mister dizer às claras a fonte de que dimanam, porque poucos, sem isso, atinariam com ela. Nessa ignorância do poeta genial, que brilha na cúspide da raça como a estrêla da alva no cume da montanha, não é de admirar que andemos a dar a primazia no século XVI a poetas de outros povos, que são manifestamente inferiores ao lusitano. Que epopéia no século XVI pode ser, com justiça, colocada acima dos «Lusíadas», sejam quais forem os defeitos que este poema porventura encerre?

E a lírica de Camões não receia coitejo com as mais aprimoradas do seu tempo em qualquer nação civilizada. Erguendo-se em meio do século XVI, Camões podia, até certo ponto, exclaimar ao mundo:

*«Cesse tudo o que a antiga musa canta
que outro valor mais alto se levanta».*

porque no seu tempo só o gênio de Ariosto lhe poderia fazer alguma sombra, uma vez que a *Gerusalemme* de Tasso ainda não existia.

Desconhecê-lo é cometer uma injustiça. Que outros o façam, ainda se tolera; mas nós, lusos e brasileiros, não podemos fazê-lo sem nos aviltarmos.

a nós mesmos. Seria como se, com as nossas próprias mãos, ajudássemos a arrancar a coroa de louros que cinge a fronte de Santos Dumont e Bartolomeu de Gusmão.

E' mais do que lamentável essa ignorância. Começa a dar-se com o Camões, em nosso meio, o que se dá com a Bíblia, cujos versículos mais comezinhos, para não serem tomados como de Maomé ou de Buda, precisam trazer a indicação clara do livro em que se encontram. E' incrível o que se passa neste particular. Um ilustre político, não há muito, colocava Jesus no monte Sinai a doutrinar as massas; um conhecido literato, membro da Academia Brasileira, avistou, com um binóculo mágico, um templo com colunas de mármore e portal de bronze, construído por Moisés no monte Sinai; outro ilustre literato descobriu um relatório militar em que os trezentos de Gedeão passaram a ser quatrocentos; e numa sessão, a que tive a honra de presidir, certo espírito dos mais cultos e lúcidos da geração atual citava o primeiro verso do evangelho de S. João da seguinte forma: «Como dizia Moisés: — No princípio era o Verbo».

O que nos consola é que esta ignorância não é privilégio do Brasil; também existe em terras em que não há botocudos...

Antigamente, nos tempos ominosos em que o ano letivo se findava com a festa na qual a mesa de doces tinha no centro, dependurada do teto, enfeitada de fitas ou refolhos de papel, a *santa Luzia* — que mais do que ninguém reclamava as suas férias —, naqueles tempos tôda a gente recitava o *episódio de Inês de Castro*, o *Sete anos de*

pastor, e outras margaridas imortais do escrínio camoniano. E se mais não se recitava do seu lirismo, era porque a sua obra lírica não se fizera, como ainda não se faz — e com quanta mágoa o digo! — acessível às escolas e ao grande público. Parece mesmo que a deficiência cada vez mais se agrava. Ainda há pouco foi publicada uma edição das poesias líricas, expurgada de muita bagaceira que andava a correr mundo com o nome de Camões, mas também privada de algumas jóias, como o célebre soneto, *Fermoso Tejo meu*, que, de tão belas, foram surripiadas a outros poetas para se acrescentar a glória de Camões. Essa edição, que traz a responsabilidade do grande camonista Dr. José Maria Rodrigues, não a possui, jamais a pude possuir.

Lamento, porque Camões, o lírico, quando acessível, seria mais lido e mais amado do que o épico. E isto porque êle era principalmente, essencialmente lírico.

Só depois de abeberado no lirismo do poeta é que um estudante poderá, de fato, procurar a epopéia, não como obrigação imposta, mas como prazer real, porque ela se lhe tornará leve e radiosa.

Camões, repito, é visceralmente lírico, tão lírico que ainda nos transe nos patéticos de sua epopéia lá nos reponta, quando menos o esperamos, aquele outro *eu*, que é o genuíno, «ille ego qui quondam gracili modulatus auena».

E' dêste que tenho de falar-vos esta noite, e para isto puseram-me desca-ridosamente num leito de Procu-... Pediram-me que vos falasse do lirismo contido nos *Lusíadas*, e para tal me deram um quarto de hora ou um pouca-

chinho mais... Lembrei-me logo da
imortal canção em que o poeta disse:

«Não mais, canção, não mais que irei
[falando
sem o sentir, mil annos; e se acaso
te culparem de larga e de pesada,
não pode ser (Ihes diz) limitada
a agua do mar em tão pequeno vaso».

E como não posso falar mil anos,
mas apenas 900 segundos, que a tanto
monta o quarto de hora, só me resta
colher às cegas, aqui e ali, algumas
florinhas do seu jardim soberbo. E
assim tenho boa desculpa para não tra-
zer à baila, esta noite, alguns dos seus
passos mais lindos e mais líricos; mas
também... mais escabrosos, que tive de
suprimir na minha edição escolar dos
Lusíadas, tal como outros o fizeram
antes e depois de mim.

Ergamos ferro, enfunemos velas aos
zéfiro galernos, e principiemos a der-
rota.

A armada, durante a fala do eni-
gmático velho do Restelo, pôsto na
praia «com um saber só de experiencias
feito», fala essa do mais tocante liris-
mo e de conceitos os mais profundos,
— algo que nos lembra as impressio-
nantes invetivas de Amós ou de Isaías
— a armada singra,

«Estas sentenças taes o velho honrado
vociferando estava, quando abrimos
as azas ao sereno e sossegado
vento e do porto amado nos partimos.
E como é já no mar costume usado,
a vela desfraldando, o céu ferimos,
dizendo: «Boa viagem!» — Logo o
[vento
nos troncos fez o usado movimento.

*Já a vista pouco e pouco se desterra
daqueles patrios montes que ficavam;
ficava o caro Tejo e a fresca serra
de Sintra, e nela os olhos se alongavam.
Ficava-nos tambem na amada terra
o coração, que as magoas lá deixavam,
e já depois que tudo se escondeu,
não vimos mais em fim que mar e ceu.*

Quem possui um coração sensível e
já teve de deixar por largo tempo o
seu torrão querido, e nêle todos os te-
souros de ternura em que a vida se re-
sume — êsse bem pode apreciar a beleza
e o sentimento dêste lirismo comovente.
Cedamos a palavra, como que para co-
mentá-lo, a um poeta brasileiro. Ca-
semos, nesta comemoração, as duas mu-
sas, mãe e filha, e vejamos o que pode
a filha quando se inspira na mãe.

«Ria a manhã no céu, quando o navio,
as pardas velas túmidas de vento,
erguia o ferro.. O oceano luzidio
era como um inverso firmamento.

*Aquele triste passaro erradio
deixava, ao se afastar saudoso e lento,
como penugem, pelo mar vazio,
uns rastilho de espumas alvacento.*

*No tombadilho, palpitava um lenço...
Ail que saudade, e que pesar imenso
traduz no mar um lenço que flutua!*

Êsse, talvez guardasse a alma dorida
de quem, deixando a patria estremecida,
nela deixa uma alma irmã da sua».

I. i, há perto de quarenta anos, êsse
soneto, num recorte de crítica literária
de João Ribeiro, pregado na capa de um
volume que me viera de cambulho
com outros de uma pequena biblioteca

que eu arrematara. Não vinha o nome do poeta, que ficara linhas acima na outra parte da referida crônica. Nunca pude saber-lhe o nome, e me é grato, confesso, guardar este diamante facetado num halo de mistério.

Prossigamos.

Havia a frota transposto o promontório Prasso — o cabo Delgado — quando começam de avistar-se algumas ilhas, e em seguida batéis dos gentios rumam em direção às naus alvoroçadas. São chegados a Moçambique. Sobem os visitantes pelas cordas e entram em camaradagem com os lusitanos, curiosos por saber quem eram estes recém-vindos. Satisfeita a curiosidade, retiram-se, de mandam a terra, para voltarem no outro dia com o regedor da ilha. Fale o poeta:

*«Da lua os claros raios rutilavam
pelas argenteas ondas netuninas;
as estrellas os céus acompanhavam
qual campo revestido de boninas;
os furiosos ventos repousavam
pelos covas escuras peregrinas,
porem da armada a gente vigiava
como por largo tempo costumava.*

*Mas assim como a aurora marchetada
os fermosos cabellos espalhou
no céu sereno, abrindo a roxa entrada
ao claro Hiperionio que accordou,
começa a embandeirar-se toda a armada
e de toldos alegres se adornou
por receber com festas e alegria
o regedor da ilha que parti»...*

Nesta bela página de lirismo descritivo há uma pequena nota que merece referência passageira: são os toldos *alegres*. Mais de uma vez Camões fala nesses toldos, que se colocavam nos dias festivos sôbre o castelo da pôpa. Eram

alegres porque *purpúreos*. Em Camões a côr *alegre* ou *contente* é sempre a purpúrea. No canto VII, estância 74, êle escreve:

*«Purpureos são os toldos, e as bandeiras
do rico fio são que o bicho gera».*

E' curioso que nunca me foi dado ver na arte portuguesa uma gravura de nau em festa que se quadrasse com os versos camonianos. Vi, porém, em gravuras espanholas e numa inglesa da época, representando a nau embandeirada por ocasião do descobrimento de uma ilha.

A púrpura predomina em tudo nas naus portuguesas e espanholas daquelle tempo: nas vestes, nos toldos, nas bandeiras, e Camões chama-lhe mesmo «*côr hispana*», isto é, da Península.

À chegada no reino Melinde, no dia da Páscoa, em plena primavera, quando o sol entrava no signo do Touro, encontramos ainda a bela descrição:

*«Era no tempo alegre quando entrava
no roubador de Europa a luz febeia,
quando um e outro corno lhe aqueitava
e Flora derramava o de Amalteia.*

.....
*Quando chegava a frota áquella parte
onde o reino Melinde já se via,
de toldos adornada e leda de arte
que bem mostra estimar o santo dia.
Treme a bandeira, voa o estandarte,
a côr purpurea ao longe apparecia.
Soam os atambores e pandeiros,
e assim entravam ledos e guerreiros».*

Em Mombaça corre a frota gravíssimo perigo por causa da traição dos mouros. O Gama ia caindo incautamente numa cilada da qual foi livre pelo socorro de Venus.

«As ancoras tenazes vão levando
com a nautica grita costumada;
da proa as velas sós ao vento dando
inclinam para a barra abalisada.
Mas a linda Ericina, que guardando
andava sempre a gente assinalada,
vendo a cilada grande tão secreta,
voa do céu ao mar como uma seta.

Convoca as alvas filhas de Nereu
com toda a mais cerulia companhia,
que porque no salgado mar nasceu,
das aguas o poder lhe obedecia.
E propondo-lhe a causa a que desceu
com todas juntamente se partia,
pera estorvar que a armada não chegasse
aonde pera sempre se acabasse».

Como se vê, tudo aqui é vida, fôrça,
movimento. Como que se entrelaçam
o épico e o lírico descritivo.

«Já na agua erguendo vão com grande
[pressa
com as argenteas caudas branca escuma;
Cloto com o peito corta e atravessa
com mais furor o mar do que costuma;
salta Nise, Nerina se arremessa
por cima da agua crespa em força suma;
abrem caminho us ondas encurvadas
de temor das Nereidas apressadas».

As Nereidas tinham por missão so-
correr aos navegantes em situações di-
fíceis, bondosas como Nereu, seu pai.
Mas a idéia de Nereidas não permite ao
lusitano ouvir por muito tempo os can-
tos de Caliope. Escutai:

«Nos hombros de um tritão, com gesto
[acceso,
vae a linda Dione furiosa.
Não sente quem a leva o doce peso,
de soberbo, com carga tão formosa.

Já chegam perto donde o vento teso
enche as velas da frota belicosa.
Repartem-se e rodeiam nesse instante
as naus ligeiras que iam por diante.

.....
Quais pera a cova as providas formigas,
levando o peso grande accommodado,
as forças exercitam, de inimigas
do inimigo inverno congelado,
(Alli são seus trabalhos e fadigas,
alli mostram vigor nunca esperado)
taes andavam as ninfas estorvando
á gen'e portuguesa o fim nefando».

Nereidas aquí se apresentam com
argêntas caudas ao lado dos tritões.
Detenhamo-nos um pouco. Caudas, a
princípio, só as haviam os tritões. Cau-
das de peixe, em corpo de peixe com
rosto humano. Mais tarde é que a mi-
tologia criou umas *tritões* — como lhe
chamo — que no século VII se passa-
ram a denominar *sereias*. Mas Camões
assim não lhes chamou, *et pour cause*.
Três vezes êle fala em *sirenas* no seu
poema, porém jamais com a idéia de
divindades marítimas com corpo de pei-
xe e rosto de mulher. Não fôsse êle
Camões! Bem sabia o poeta que, es-
tritamente falando, as sereias eram ape-
nas duas, ou três, e eram *aves com
rosto de mulher*. Homero coloca-as num
prado, e a conhecida pintura da anti-
güidade, que as representa a cantar
sobre Ulisses amarrado ao mastro do
navio, no-las mostra uma sobre o cor-
doame, outra flechando de cabeça para
a nave e outra, ainda, assentada sobre
a ribanceira.

Divindades tutelares dos sepuleros,
eram nêles colocadas as suas imagens,
com as asas semi-abertas, exatamente
como os anjos de hoje. No meu livri-

nho *O lirismo grego*, traduzi um fragmento da poetisa Erina, que a lenda fez discípula de Safo, mas que era de procedência dórica. Sobre o túmulo da jovem Baucida escreveu ela êste epigrama:

*«Columnas e Sereias minhas, e urna
funeraria, que encerras um pugilo
de cinzas, dae bemvinda aos visitantes
do meu sepulchro, cidadãos amigos
que vem de outras cidades!
E dizei-lhes tambem que, ainda virgem,
a tumba aqui me guarda;
que a voz paterna me chamou Baucida,
mas o povo Tenia, como é fama.
Dizei-lhes mais que Erina, a
[companheira,
na tumba me gravou este epigrama».*

No século VII começam a chamar *sereias* às *tritoas*. Aqui permitam-me uma aparente digressão. Tritão era a princípio um só, filho de Poseidon e Anfitrite. Aos poucos foram-se criando outros e por fim as referidas *tritoas*, isto é seres com rosto de mulher e cauda de peixe. As *Nereidas*, as filhas de Nereu, eram ninfas, cinqüenta (mais tarde duzentas), mas possuidoras de corpo de mulher, que a arte grega representava ora nuas, ora veladas com um véu transparente. Não tinham cauda de peixe. Na narrativa camonianiana, portanto, estão cruzadas essas duas concepções mitológicas, as *nereidas* e as *tritoas*.

O nosso Bento Teixeira, na sua *Prosopopéia*, escrita vinte anos depois de Camões — a quem várias vezes imita — descreve uma cena em que Tritão vem acompanhado de «soberba pompa», deuses e ninfas do oceano; mas não as

faz *pisci-caudatas* e distingue-as das *sereias-tritoas*:

*«Tetis que em ser formosa se recreia,
traz das Ninfas o coro brando e doce...
.....
Após os quais, cantando, vêm Sereias».*

Ora bem, porque foi que do século VII em diante desapareceram as *sereias aves*, e passou-se a chamar *sereias* às *tritoas pisciformes*? Nunca encontrei explicação para o fato, mas parece-me patente. A Igreja, querendo matar o uso pagão das *sereias* nos túmulos, substituiu-as pelos anjos que hoje vemos e fez a traslação do vocábulo para as *tritoas* de tardia criação. Aí fico, até que me dêem explicação mais natural ou mais histórica.

Percebida a trama que se evitara, o Gama impreca a proteção divina, sem a qual tudo é baldado. As suas palavras piedosas foram ouvidas por Venus, sempre alerta.

*«Ouviu-lhe estas palavras piedosas
a fermosa Dione, e commovida
de entre as Nymphas se vae, que sau-
[dosas
ficaram desta subita partida.
Já penetra as estrellas luminosas,
já na terceira esphera recebida
avante passa, e lá no sexto céu
para onde estava o Padre se moveu.*

*E como ia afrontada do caminho,
tão fermosa no gesto se mostrava,
que as estrellas, e o céu, e o ar vizinho
e tudo quanto a via namorava.
Dos olhos, onde faz seu filho o ninho,
uns espiritos vivos inspirava,
com que os polos gelados accendia
e tornava de fogo a esphera fria».*

O que se segue é mais lírico, mais belo, porém menos pertinente, pelo intenso realismo, que, por certo, a delicadeza manda omitir numa festa de caráter público, em que éle constrangeria ao orador e ao auditório.

No canto III vem êsse mimo adorável que é o episódio de *Inês de Castro*. E' por demais conhecido para que eu nele me detenha. O canto é todo Marte, em que troa de estancia em estância a tuba canora e belicosa. Estrepitam no solo os cascos dos corcéis frementes, farfalham aos ventos os pendões ovan-tes, retinem armas a faïscar nos ares. Súbito, a nênia imortal do *Estavas, linda Inês, posta em sossego*, em que vamos de emoção em emoção, até aquele final maravilhoso:

«Bem poderas, ó sol, da vista destes
teus raios apartar naquelle dia...
como da seva mesa de Tiestes
quando os filhos por mão de Atreu

[comia!

Vós, ó concavos vales, que podestes
a voz extrema ouvir da bocca fria,
o nome do seu Pedro, que lhe ouvistes,
por muito grande espaço repetistes.

Assim como a bonina, que cortada
antes do tempo foi, candida e bella,
sendo das mãos lascivas maltratadas
da menina que a trouxe na capella,
o cheiro traz perdido e a côr murchada,
tal está morta a palida donzela,
seccas do rosto as rosas e perdida
a branca e viva côr com a doce vida».

No canto V se nos depara a linda descrição da tromba marinha, que tem para mim — permiti-me esta nota pessoal — um singular encanto. Fenômeno raro,

foi-me dado no entanto o privilégio de contemplá-lo na costa da Paraíba, em companhia de José Carlos de Macedo Soares e outros brasileiros a bordo de um vapor inglês.

Pude apreciar a estupenda precisão e verdade da narrativa camoniana. Gozei o fenômeno em silêncio, rememorando as estâncias que tantas vezes me fôra dado admirar. Recordemo-las e admiremo-las de novo.

«Contar-te longamente as perigosas
coisas do mar, que os homens não en-
[tendem,
subitas trovoadas temerosas,
relampagos que o ar em fogo accen-
[dem,
negros chuveiros, noites tenebrosas,
bramidos de trovões que o mundo fen-
[dem,
não menos é trabalho que grande êrro,
ainda que tivesse a voz de ferro.

Os casos vi, que os rudos marinheiros
que têm por mestra a longa experiêcia
contam por certos sempre e verdadei-
[ros,
julgando as coisas só pela apparencia,
e que os que tem juizos mais inteiros,
que só por puro engenho e por sciên-
[cia
vêem do mundo os segredos escondidos
julgam por falsos ou mal entendidos.

«Vi claramente visto o lume vivo
que a marítima gente tem por santo
em tempo de tormenta e vento esquivo,
de tempestade escura e triste pranto.
Não menos foi a todos excessivo
milagre, e coisa certo de alto espanto,
ver as nuvens do mar com largo cano
sorver as altas aguas do oceano.

*Eu o vi certamente — e não presumo
que a vista me enganava — levantar-se
no ar um vaporzinho e subtil fumo
e do vento trazido rodear-se.*

*Daqui levado um cano ao polo sumo
se via, tão delgado que enxergar-se
dos olhos facilmente não podia:
da materia das nuvens parecia.*

*Ia-se pouco a pouco accrescentando,
e mais que um largo masto se engros-*

[*sava;*

*aqui se estreita, aqui se alarga, quando
os golpes grandes de agua em si chu-*

[*pava.*

*Estava-se com as ondas ondeando,
em cima dele ãa nvem se espessava,
fazendo-se maior, mais carregada
com o cargo grande da agua em si to-*

[*mada.*

*Qual roxa sangue-suga se veria
nos beiços da alimaria, que impru-*

[*dente*

bebendo a recolheu na fonte fria,

fartar com o sangue alheia a sêde ar-

[*dente*

(chupando mais e mais se engrossa e

[*cria,*

alli se enche e se alarga grandemente),

tal a grande columna, enchendo, aug-

[*menta*

a si e a nuvem negra que sustenta.

*Mas depois que de todo se fartou.
o pé que tem no mar a si recolhe,
e pelo céu chovendo em fim voou,
porque com a agua a jacente agua*

[*molhe.*

*As ondas torna as ondas que tomou,
mas o sabor do sal lhe tira e tolhe.*

*Vejam agora os sabios na escriptura
que segredos são estes da Natura!*

E' perfeita na observação, é magnífica na arte: o poeta do mar é exímio na descrição dos fenômenos marítimos!

* * *

No mesmo canto se lê o episódio de Fernão Veloso, mosaico de lirismo jocoso, enxertado num poema de fatos heróicos e solenes. E' uma como flâmula, clara e leve, içada a súbitas no tope de um edificio massiço de cantaria; uma como réstea de sol coada de surpresa através do intricado majestoso de uma floresta densa. Passara a armada «do Semicapro peixe a grande meta», isto é, transpusera os limites do trópico de capricórnio. Amainam velas, desembarca a chusma, que se derrama pelo sítio,

*ede ver coisas estranhas deseja
da terra que outro povo não pisou».*

Não leva muito tempo e um grupo se apodera de um pobre negro, que andava pelo monte apanhando mel silvestre. Trazem para a armada o mísero prisioneiro, apavorado com aquela aventura tão inesperada. Mas os portugueses recebem-no com mostras de amizade, cumulam-no de presentes: contas, cascavéis, um barrete vermelho, côr contente. Deixam-no afinal partir em liberdade. No outro dia, porém, vem todo o bando de estorninhos — a expressão é camoniana — a reclamar também os seus presentes. Parecem de tal modo amigos, que Veloso se aventura a enfiar-se com eles mato a dentro, a sondar a terra e o trato da região que pisam.

«E' Veloso no braço confiado,
e de arrogante crê que vae seguro;
mas, sendo um grande espaço já pas-
[sado
em que algum bom signal saber pro-
[curo.
estando a vista alçada, com o cuidado
no aventureiro, eis pelo monte duro
apparece, e segundo ao mar caminha,
mais apressado do que fora vinha».

Bem se pode imaginar a surriada que
houve entre os marujos com a aventura
do bravatoso companheiro, pois as clas-
ses menos cultas sabem gozar à sacie-
dade de episódios dessa espécie nos
quais, aliás, todos fazem o que fez Ve-
loso...

«Disse então a Veloso um companheiro
(começando-se todos a sorrir);
— «Olá! Veloso amigo, aquelle outeiro
é melhor de descer que de subir».
— «Sim é», responde o ousado aventu-
[reiro;
mas quando eu fara cá vi tantos vir,
daquelles cães, de pressa um pouco
[vim,
por me lembrar que estaveis cá sem
[mim...»

E' ainda no mesmo canto, ao lado
desta cena pitoresca, que se encontra o
episódio do gigante Adamastor, misto
de epopéia e de tragédia, em que o épi-
co e o lírico se disputam a primazia,
com aquelle pungente desfecho de um
amor intenso, incendiado por uma pro-
messa fagueira, mas fermentida, que
Doris lhe fizera com relação a Tetis co-
biçada. No seu delírio uma noite êle vê
a ninfa peregrina.

«Como doudo corri, de longe abrindo
os braços, para aquella que era a vida
deste corpo, e começo os olhos bellos
a lhe beijar, as faces e os cabellos»

Oh! que não sei de nojo como o contel
que crendo ter nos braços quem amava,
abraçado me achei com um duro monte
de aspero matto e de espessura brava.
Estando com um penedo fronte a
[fronte,
que eu pelo rosto angelico apertava,
não fiquei homem, não, mas mudo e
[quedo
e junto de um penedo outro penedo.

O' Nympha, a mais fermosa do oceano!
já que minha presença não te agrada,
que te custava ter-me neste engano.
ou fosse monte, nuvem, sonho, ou nada?
Daqui me parto, irado e quasi insano
da magoa e da deshonra allí passada,
a buscar outro mundo onde não visse
quem do meu pranto e de meu mal se
[risse».

* * *

E que dizer da Ilha dos Amores?
Alí não há escolher, e tão sòmente para
recitar-lhe as estâncias ser-me-ia ne-
cessario dobrar o tempo que me assiste
nesta noite.

Graves críticas têm sido feitas ao
fantástico episódio. O lirismo ali é tão
abundante e sustentado, que temos a im-
pressão de que o vate, cansado de Ca-
líope, que êle mais estima do que ama,
cansado do troar das bombardas, das
panelas sulfúreas, e de tudo que

«é fumo, ferro, flama e alarido»,

volta a repousar saúdoso no regaço
ameno das musas amorosas, e alí se

acha tão feliz e no que lhe é tão próprio, que não deseja mais abandonar «a agreste avena e frauta ruda». Tanto lirismo — dizem — como que efemina uma epopéia. Nem Homero nem Vergílio fizeram coisa semelhante. O pomar de Alcino é, certo, um suave remanso na epopéia de Homero, uma linda página comparável com a de Camões, porém mais sóbria; e nem ali, nem em parte alguma, rendeu o poeta grego tamanho tributo a Eros, como fez Camões.

Voltaire foi dos que mais severamente criticaram a criação camonianiana, enxerto fora de propósito, que só poderia idear-se por um poeta português, pela *libido* da raça: a *Ilha dos Amores* era-lhe um como atestado *freudiano*. E' possível que haja alguma razão nessa crítica descaroavel. Os «Lusiadas», com serem isso que é, um monumento genial da capacidade artística da raça — o que só desconhecem os míopes ou insensíveis — não será de certo isento de senões. Também os há na *Eneida* de Vergílio, que o imortal autor, agonizante, pedia aos amigos fôsse reduzida a cinzas, o que só não se consumou graças à interferência de Augusto.

Não sei se a França de Voltaire seria mais casta do que a Lusitânia de Camões; mas uma coisa sei, e é que, se houvesse na *Henriade* uma *Ilha dos Amores*, o poema teria passado à posteridade com fama bem diversa...

Nem posso comprehender a procedência da crítica num autor que tanto louvou o gênio inegável de Ariosto e do seu poema *Orlando Furioso*, pois tenho para mim que foi a célebre ilha de Alcina, dêsse poema, a que inspirou a cria-

ção camonianiana; e o encontro de Rogério e Alcina vale em beleza, mas também em realismo, o que se encontra no episódio dos *Lusiadas* criticado por Voltaire. Mas o que neste não se encontra são os exageros e as extravagâncias do genial modelo italiano. Em Ariosto o humano passa, freqüentemente, e de modo chocante, para o domínio mitológico; em Camões o mitológico como que desce, suavemente, ao domínio das realidades humanas. Camões é gôsto, bom-senso, equilibrio. Não posso, como disse, demorar-me na análise do episódio camonianiano; o seu lirismo é exuberante.

Dêsse escrínio tiremos apenas algumas gemas, por amostra. Venus cogita em dar descanso e gôzo aos heróicos e lassos navegantes:

*«Isto bem revolido, determina
de ter-lhe aparelhada lá no meio
das aguas alguma insula divina,
ornada de esmaltado e verde arreio».*

Para realizar o seu intento reúne os seus cisnes e as suas pombas:

*«No carro ajunta as aves que na vida
vão da morte as exequias celebrando,
e aquellas em que já foi convertida
Peristera, as boninas apanhando.
Em derredor da Deusa já partida
no ar lascivos beijos se vão dando;
ella, por onde passa, o ar e o vento
sereno faz com brando movimento .*

Desce em Chipre onde o filho, Cupido, estava então ajuntando os meninos perigosos — os Amores — para um assalto em regra às ninfas do oceano, afim de as inflamarem pelos portugueses.

«Nãs fragoas immortal onde forjavam
para as settas as pontas genetravaes,
por lenha corações ardendo estavam,
vivas entranhas, inda palpitavam.
As aguas onde os ferros temperavam
lagrimas são de miseros amantes;
a viva flama, o nunca morto lume
desejo é só, que queima e não con-
[sume].»

Assim a deusa os encontra, nesse
afã, sem o qual o mundo seria inferno
e que tantas vezes faz inferno o mun-
do...

«Mas já no verde prado o carro leve
punham os brancos cisnes mansamente,
e Dione, que as rosas entre a neve
no rosto traz, descia diligente».

Insta com o filho e afinal persuade-o.

«Assim Venus propôs e o filho inico
pera lhe oberecer já se apercebe;
manda trazer o arco ebúrneo, rico,
onde as settas de ponta de ouro embebe.
Com gesto ledo a Cípria e impudico,
dentro no carro o filho seu recebe;
a rédea larga ás aves cujo canto
a Faetonteia morte chorou tanto».

E o ataque principia com ardor e
prosegue numa rajada de setas certei-
ras e inclementes, de tal maneira que
«geme o mar com os tiros». Era pre-
ciso um esforço especial para quebrar a
resistência de Tetis pelo que o deus me-
nino

«Os cornos ajuntou da ebúrnea lûa
com força o moço indomito excessiva,
que Tetis quer ferir mais que nenhũa,
porque mais que nenhũa lhe era es-
[quiva].»

Já não fica na aljava setta algũa,
nem nos equoreos campos Nympha
[viva;
e se feridas ainda estão vivendo,
será pera sentir que vão morrendo».

Avança a frota e então

«De longe a ilha viram fresca e bella
que Venus pelas ondas lh'a levava,
bem como o vento leva branca vela,
pera onde a forte armada se enxer-
[gava].»

A armada dirige-se para «onde a cos-
ta fazia uma enseada — curva e quieta,
cuja branca areia — pintou de ruivas
conchas Citeréia».

«Tres fermosos outeiros se mostravam
erguidos com soberba graciosa,
que de gramineo esmalte se adornavam
na fermosa ilha alegre e deleitosa.
Claras fontes e limpidas manavam
do cume, que a verdura tem viçosa;
por entre pedras alvas se deriva
a sonora lympha fugitiva».

Mas é tempo de amainar as velas, pois
creio que ando já pela casa dos mil se-
gundos... Bem percebo a deficiência
e o desalinhave desta dissertação; mas
duvido que alguém se saísse da incum-
bência satisfeito consigo mesmo. Pa-
ga-me esta consciência do malôgro a es-
perança de ter ao menos reavivado no
auditório — nos jovens especialmente
— algum interêsse pelo vate, alguma
centelha de entusiasmo por aquilo que
constitui um patrimônio sagrado de
nossa raça.

X

**SESSÃO DIDÁTICA DA CON-
GREGAÇÃO**

Realizou-se, a 28 de setembro, uma sessão da Congregação, com exclusivo caráter didático. Não existindo, por enquanto, a verdadeira Congregação regulamentar, que deverá ser formada de professores catedráticos de nacionalidade brasileira, entendeu o Diretor, apesar disso, que seria interessante congregar os seus professores em reunião conjunta para tratar de interesses gerais do ensino. Dando conhecimento a todos que acolheria, com agrado, sugestões relativas ao assunto, deu por aberta a sessão, da qual foi lavrada a seguinte ata:

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO
DOS PROFESSORES DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS
E LETRAS.**

«A 28 de setembro de 1936, às 10 horas, expressamente convocados pelo sr. prof. dr. A. de Almeida Prado, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, reuniram-se na Sala da Congregação da Faculdade de Medicina, cedida para esse fim pelo prof. dr. J. de Aguiar Pupo, Diretor dessa Faculdade, professores e assistentes científicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A' mesa, tomaram lugar o prof. dr. A. de Almeida Prado, Diretor, e o dr. Rui Bloem, Secretário da Faculdade de Filosofia, tendo comparecido à reunião os profs. Paul Arbousse-Bastide, Michel Berveiller, Pierre Hourcade, Pierre Monbeig, Claude Levi-Strauss, Fernand Braudel, Jean Maugué, François Perroux, Luigi Galvani, Gleb Wataghin, Ettore Onorato, Fran-

cesco Piccolo, Luigi Fantappiè, Heinrich Rheinboldt, Felix Rawitscher, Ernst Marcus, F. Rebêlo Gonçalves, Paul Vannorden Shaw, Affonso de E. Taunay, André Dreyfus, A. de Sampaio Doria, A. Soares Romêo, Giacomo Albanese, Otoniel Mota, professores, e assistentes científicos, drs. Omar Catunda, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Fernando Jorge Larrabure, Paulo Sawaya, H. Hauptmann e Edgar Barroso do Amaral.

Aberta a sessão, o prof. dr. A. de Almeida Prado fez uma exposição dos motivos que determinaram a convocação dessa primeira reunião, em forma de congregação didática, dos professores da Faculdade de Filosofia. Dentro da letra regulamentar, não existe propriamente congregação da Faculdade, uma vez que todos os professores atuais são contratados, caso em que o Conselho Universitário funciona como congregação. Mas urgia fazer-se uma reunião geral de todos os professores para o efeito de lhes comunicar que o Governo do Estado solicita a todos eles a sua contribuição para um plano de reforma do Regulamento da Faculdade de Filosofia. Pedira-se-lhes primeiramente essa colaboração sob a forma de artigos, que serão publicados no «Anuário da Faculdade», já no prélo. Mas esses artigos serão, tão somente, um subsídio para o estudo do problema educacional. Nêles, os professores, dentro da solicitação que lhes foi feita pela Direção da Faculdade, criticaram livremente a atual organização do ensino, tanto superior como pré-universitário e secundário, em face das leis vigentes. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é, porém, uma instituição inteiramente nova na organização universitária brasileira. A primeira criada no país,

tem-se visto embaraçada pela farta legislação, sobretudo federal, que impede-lhe seja dada a liberdade de ação desejável. Essas mesmas dificuldades estão embaraçando a organização, no Rio de Janeiro, de uma Faculdade de Filosofia.

O Governo do Estado, por intermédio do Exmo. Sr. Governador, dr. Armando de Sales Oliveira, autorizou a Faculdade, contudo, a estudar um plano amplo de reforma, de maneira a reorganizá-la nos moldes mais úteis ao ensino. Para isso, poderão os srs. professores organizar um plano ideal, como se não existisse lei alguma restritiva, federal ou estadual. À vista desse plano, serão estudadas então as reformas a serem solicitadas ao Governo do Estado e, por intermédio deste, ao Governo Federal.

Submetida essa sugestão aos Srs. Professores, foi a mesma unânimemente aprovada.

O sr. prof. dr. A. de Almeida Prado tomou então novamente a palavra e disse que, para boa execução desse trabalho, se tornava necessária a nomeação de uma comissão, composta de cinco membros, que se incumbisse de recolher as sugestões de todos os srs. professores. Propunha, assim a respectiva eleição.

Pedindo a palavra, o prof. dr. A. de Sampaio Doria sugeriu que a comissão fosse nomeada pelo próprio Diretor da Faculdade, no que todos os srs. professores aquiesceram.

Falando pela ordem, o dr. Paulo Sawayá consultou o Sr. Diretor sobre o critério com que devia essa comissão, a ser nomeada, encarar o problema dos cursos complementares. O prof. dr. A. de Sampaio Doria discorreu sobre o assunto, sustentando que, em face das

leis federais vigentes, os cursos complementares são anexos aos cursos ginasiais. Assim, entendia que, em lugar de se criarem cursos complementares subordinados à Faculdade de Filosofia, como era pensamento do sr. Diretor, expresso em aparte ao dr. Paulo Sawayá, seria melhor que o Governo do Estado anexasse tais cursos, dentro do espírito da legislação federal, ao Ginásio do Estado.

O prof. dr. A. de Almeida Prado, falando igualmente sobre o assunto, explica o seu ponto de vista: no seu entender, desde que se trata de estudar uma remodelação do ensino referente à Faculdade, partindo do princípio de que nada exista, não se deve cuidar do que diz a lei federal. Parece-lhe que o ideal é a organização de um Colégio Universitário — padrão, anexo à Faculdade de Filosofia, destinado a preencher as finalidades dos cursos complementares a que se refere a lei federal. Embora esta tenha anexado tais cursos aos ginasios, fazendo-os complementares do curso ginasial e não preparatórios dos cursos superiores, a experiência demonstrara a conveniência, mesmo de ordem econômica, de que o Colégio Universitário — padrão ficasse anexado à Faculdade de Filosofia. Os laboratórios desta servirão também para os cursos complementares, com apreciável economia de instalação. E o ensino poderá ser ministrado pelos assistentes dos professores das várias cadeiras, sofrendo assim o influxo direto dos cursos superiores a que se destinam os alunos. Além do mais, a existência desse curso complementar proporcionará oportunidade para se ir criando o espírito universitário, uma vez que os candidatos aos cursos superiores, desde que deixam os giná-

sios, e até obter matrícula em escolas diferentes, se reúnem num único edifício, durante dois anos, para a preparação complementar necessária. Isso não impedia, contudo, que, de acôrdo com a lei federal vigente, continuassem a existir cursos complementares anexos aos ginásios. Os alunos desses cursos viriam disputar, com os do Colégio Universitário, as vagas existentes nos cursos superiores. Mas, a ter-se um curso complementar padrão, seria mais indicado funcionasse o mesmo anexo à Faculdade de Filosofia, dada a universalidade das suas cátedras, do que anexo ao Ginásio do Estado, onde haveria maior dificuldade de se imprimir ao ensino a orientação dos professores dos cursos superiores.

Falam ainda sôbre o assunto, defendendo o mesmo ponto de vista do Diretor, os profs. drs. André Dreyfus e Luigi Fantappiè.

Finalmente, encerrando o debate em tôrno do assunto, o prof. A. de Almeida Prado declara que, de acôrdo com a autorização dos srs. professores, nomeava para a comissão incumbida de recolher as sugestões e preparar o ante-projeto os seguintes professores: A. de Sampaio Doria, Luigi Fantappiè, Paul Vanorden Shaw, Felix Rawitscher e Paul Arbousse-Bastide.

Anunciada a composição dessa comissão, o prof. Fernand Braudel propõe que o critério seja um pouco diferente, escolhendo-se um representante de cada Sub-seção para a composição da mesma. O prof. A. de Almeida Prado explica que esse critério já está quasi alcançado com a organização da comissão, em que existem representantes das Secções de Ciências Sociais, de Geografia e História, de Ciências Naturais,

de Ciências Matemáticas, além do dr. A. de Sampaio Doria que, pertencendo à Sub-seção de Ciências Sociais, era, também, um profundo conhecedor da legislação brasileira de ensino, cuja colaboração seria de grande valor para a redação final do ante-projeto. Faltariam, na comissão, contudo, um representante da Secção de Filosofia, que só poderia ser o prof. Jean Maugüé, encarregado dessa Cadeira, e outro da Secção de Letras. Por proposta do sr. prof. Pierre Hourcade, foi então nomeado o prof. dr. F. Rebêlo Gonçalves como representante da Secção de Letras.

A comissão definitiva ficou, portanto, assim organizada: profs. drs. A. de Sampaio Doria, Luigi Fantappiè, Paul Vanorden Shaw, Felix Rawitscher, Paul Arbousse-Bastide, Jean Maugüé e F. Rebêlo Gonçalves. Para secretariar a comissão, onde também será o representante dos assistentes, o sr. Diretor nomeou o dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior.

O prof. Ernst Marcus consultou, a seguir, o sr. Diretor sôbre a interpretação do Regulamento, na parte referente ao encerramento das aulas, visto como, encerrando-se as provas parciais a 5 de novembro, e iniciando-se os exames finais a 15 do mesmo mês, havia dúvidas se seriam dadas aulas no intervalo. O sr. Diretor declarou que o Regulamento devia ser cumprido, realizando-se aulas nesse intervalo.

Antes de encerrar a sessão, o prof. A. de Almeida Prado comunicou aos srs. professores que está sendo executado, sob a direção do prof. dr. Ernesto de Sousa Campos, com a colaboração do prof. Hipólito Pujol Júnior, o projeto

do edificio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Todos os srs. professores deverão encaminhar àqueles técnicos as suas sugestões quanto às necessidades materiais de ensino das respectivas cadeiras, afim de que o plano do edificio seja, quanto possível, completo, atendendo a todos os requisitos indispensáveis a um bom ensino, em todos os setores atingidos pelos cursos da Faculdade.

A seguir, levantou-se a sessão, devendo ser convocada oportunamente uma outra, para conhecer das sugestões apresentadas pela Comissão de Professores, nomeada pelo dr. Diretor.

E, por contar, foi lavrada por mim, Rui Bloem, secretário da F. de Filosofia Ciências e Letras, a presente ata, que é subscrita também pelo prof. dr. A. de A. Prado, Diretor.

PLANOS DE REFORMA DE ENSINO

Como consta da ata, da sessão resultou a nomeação de uma comissão para o estudo do assunto. Após varias reuniões, a Comissão apresentou ao Diretor uma declaração de que, não lhe tendo sido possível um ponto de vista que congregasse tôdas as opiniões, ficara deliberado que cada um apresentasse o seu parecer em separado.

O professor Luigi Fantappiè, coadjuvado pelo seu assistente, dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, elaborou dois projetos, um pertinente ao nosso Regulamento e outro em que se propõem reformas de caráter geral ao ensino secundário.

PROJETO DE REFORMA DOS ESTATUTOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS, APROVADOS PELO DECR. N.º 39 DE 3 DE SETEMBRO DE 1934 DO GOVERNO FEDERAL

Da Faculdade de Letras e Ciências

Art. 1.º — A Faculdade de Letras e Ciências dividir-se-á em 2 Secções:

a) *Letras* (Letras clássicas, letras modernas, filosofia, disciplinas sociais, matérias históricas, geográficas e antropológicas).

b) *Ciências* (Ciências matemáticas e Naturais).

Art. 2.º — A Secção de Letras abrangerá as seguintes Sub-secções:

- 1 — Letras clássicas
- 2 — Letras modernas
- 3 — Filosofia
- 4 — Disciplinas sociais
- 5 — História
- 6 — Geografia
- 7 — Antropologia.

Art. 3.º — A Secção de Ciências abrangerá as seguintes Sub-secções:

- 1 — Matemática
- 2 — Física
- 3 — Química
- 4 — Botânica
- 5 — Zoologia
- 6 — Mineralogia
- 7 — Geologia.

Art. 4.º — O funcionamento didático-científico da Faculdade será da competência exclusiva dos seguintes órgãos:

a) Congregação, composta de todos os professores catedráticos da Faculdade e presidida pelo Diretor.

b) Conselhos das Secções, compostos, cada um, de todos os professores catedráticos da respectiva Secção;

c) Conselhos das Sub-secções, compostos, cada um, de todos os professores catedráticos da respectiva Sub-secção;

Art. 5.º — Os conselhos de que tratam as letras *b* e *c* escolherão um diretor de entre os seus membros, ao qual competirá convocar e presidir as reuniões (em pé de absoluta igualdade com os colegas), quando estas se tornarem necessárias, ou a pedido de qualquer de seus membros.

§ 1.º — Os diretores da congregação e dos conselhos deverão incluir no aviso de convocação a respectiva ordem do dia dos trabalhos.

§ 2.º — Todos os trabalhos e decisões dos órgãos precedentes serão registrados em um livro de atas pelo membro mais novo presente à sessão.

§ 3.º — Os atuais diretores de todas as Sub-secções da Secção de Ciências, exceto a de matemática, ficarão no cargo, afim de assegurar a continuidade administrativa nos respectivos laboratórios, salvo renúncia ou falta grave devidamente provada em inquérito.

Art. 6.º — O funcionamento administrativo da Faculdade estará a cargo do Diretor, auxiliado pela Secretaria.

Art. 7.º — Competirá ao conselho de cada Sub-secção:

a) organizar o plano dos programas e os horários dos cursos que competem à Sub-secção;

b) propor os orçamentos e distribuir as despesas dentro das verbas aprovadas;

c) decidir sobre qualquer questão que interesse ao funcionamento da Sub-secção.

§ 1.º — As decisões tomadas por unanimidade, quando não envolvam interesses de outras Sub-secções nem despesas que ultrapassem os orçamentos previstos, deverão ser imediatamente cumpridas pela Secretaria;

§ 2.º — O diretor da Sub-secção será o natural representante da mesma e assinará todos os papéis a ela referentes.

Art. 8.º — Competirá ao conselho de cada Secção:

a) discutir e resolver todas as questões que interessem duas ou mais Sub-secções, pertencentes à respectiva Secção;

b) decidir as questões nas quais os membros de uma mesma Sub-secção não tenham chegado a acôrdo unânime.

§ único — As decisões tomadas por maioria do conselho de cada Secção, quando não envolvam interesses da outra Secção, nem despesas que ultrapassem os orçamentos previstos, deverão ser imediatamente cumpridas pela Secretaria.

Art. 9.º — Além das atribuições legais comuns a todas as congregações dos Institutos pertencentes à Universidade de São Paulo, competirá à congregação da Faculdade de Letras e Ciências organizar e dirigir um «Seminário Pedagógico», destinado a ministrar o preparo pedagógico aos alunos da Faculdade candidatos aos diplomas de habilitação ao exercício do magistério secundário;

§ 1.º — No início de cada ano letivo, a congregação designará uma comissão de seus membros para dar cumprimento ao disposto neste Artigo.

§ 2.º — A comissão de que trata o parágrafo precedente, estabelecerá ime-

diatamente um plano de conferências sobre assuntos pedagógicos, seja de caráter geral, seja de caráter próprio às diferentes matérias (uma conferência por semana, no máximo), assim como um plano de aulas práticas a serem ministradas pelos alunos em estabelecimentos oficiais ou oficializados, na presença de professores ou assistentes especialmente designados pela comissão para tal fim.

§ 3.º — A comissão de que trata o parágrafo 1.º, outorgará um certificado de aproveitamento pedagógico aos alunos que, durante um dos anos de sua permanência na Faculdade, tiverem:

a) Frequentado com assiduidade as conferências de que trata o parágrafo 2.º.

b) realizado com eficiência, a juízo da referida comissão, o número de aulas práticas por ela determinado.

Art. 10.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Letras Clássicas os seguintes cursos:

- 1 — Filologia latina;
- 2 — Literatura latina;
- 3 — Filologia grega;
- 4 — Literatura grega;
- 5 — Gramática comparativa do grego e do latim;
- 6 — Filologia portuguesa;
- 7 — Literatura portuguesa;
- 8 — Literatura brasileira;
- 9 — História do Humanismo do Renascimento.

Art. 11.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Letras Modernas os seguintes cursos:

- 1 — Língua e literatura francesa;
- 2 — Língua e literatura italiana;
- 3 — Língua e literatura espanhola;

- 4 — Língua e literatura inglesa;
- 5 — Língua e literatura alemã;
- 6 — Gramática comparativa das línguas românicas;
- 7 — Gramática comparativa das línguas germânicas.

Art. 12.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Filosofia os seguintes cursos:

- 1 — Filosofia geral;
- 2 — História da filosofia;
- 3 — Filosofia das ciências;
- 4 — Psicologia.

Art. 30.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Disciplinas Sociais os seguintes cursos:

- 1 — Sociologia geral;
- 2 — Direito político;
- 3 — Estatística metodológica;
- 4 — Estatística demográfica e econômica.

Art. 14.º — Ficarão a cargo da Subsecção de História os seguintes cursos:

- 1 — História oriental e grega;
- 2 — História romana;
- 3 — História medieval;
- 4 — História moderna;
- 5 — História contemporânea;
- 6 — História da arte;
- 7 — História da América precolombiana.

Art. 15.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Geografia os seguintes cursos:

- 1 — Geografia física;
- 2 — Geografia humana.

Art. 16.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Antropologia os seguintes cursos:

- 1 — Etnografia geral;
- 2 — Etnografia brasileira e língua tupi-guaraní;
- 3 — Arqueologia;

Art. 17.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Matemática os seguintes cursos:

- 1 — Análise matemática;
- 2 — Complementos de análise matemática;
- 3 — Geometria analítica e projetiva;
- 4 — Geometria descritiva e complementos de geometria projetiva;
- 5 — Análise superior;
- 6 — Geometria superior;
- 7 — Matemática complementar;
- 8 — Cálculo vectorial;
- 9 — Mecânica racional;
- 10 — Física matemática;
- 11 — Mecânica superior;
- 12 — Geodésia e Astronomia;
- 13 — Matemática para químicos e naturalistas;
- 14 — Cálculo das probabilidades e aplicações.

Art. 18.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Física os seguintes cursos:

- 1 — Física geral e experimental (bienio);
- 2 — Física superior;
- 3 — Física teórica;
- 4 — Física para naturalistas e agricultores.

Art. 19.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Química os seguintes cursos:

- 1 — Química geral;
- 2 — Química inorgânica;
- 3 — Química orgânica;
- 4 — Química física;
- 5 — Química inorgânica especial;
- 6 — Química orgânica especial e bioquímica.

Art. 20.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Botânica os seguintes cursos:

- 1 — Anatomia e morfologia;

- 2 — Botânica sistemática;
- 3 — Fisiologia e ecologia;
- 4 — Fisiopatologia.

Art. 21.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Zoologia os seguintes cursos:

- 1 — Invertebrados;
- 2 — Vertebrados;
- 3 — Embriologia e anatomia comparada.
- 4 — Genética.

Art. 23.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Geologia os seguintes cursos:

- 1 — Mineralogia geral e descritiva;
- 2 — Petrografia.

Art. 23.º — Ficarão a cargo da Subsecção de Geologia os seguintes cursos:

- 1 — Geologia geral;
- 2 — Paleontologia.

Art. 24.º — Os cursos de que se trata nos Arts. de número 27 a 41, serão instituídos sucessivamente segundo as possibilidades, podendo reunir-se provisoriamente alguns dêles em um mesmo curso.

§ único — A estes cursos poderão ser anexados, como parte integrante, cursos de exercícios práticos cujo desenvolvimento ficará sob a orientação e responsabilidade do professor do curso correspondente.

Art. 25.º — Os professores atualmente contratados para reger as seguintes cadeiras, previstas nos Estatutos até esta data vigentes, passarão a reger os cursos dispostos em frente, os quais serão considerados equivalentes aos anteriores para todos os direitos e obrigações resultantes dos respectivos contratos:

Cadeiras e Cursos equivalentes

Para os conselhos das Secções completarem o quadro, propõe-se, por exemplo:

Geometria (Projetiva e analítica)
História das Matemáticas; equivalente a

Geometria analítica e Projetiva.

Geometria descritiva e complementos de Geometria projetiva.

Análise matemática; equivalente a
Análise matemática.

Complementos de análise matemática.

DIPLOMAS

Art. 26.º — A Faculdade outorgará diplomas de habilitação ao exercício do magistério no ensino secundário, para os seguintes grupos de matérias:

- 1 — Português, Latim e Grego;
- 2 — Matemática e Física;
- 3 — Química e História Natural;
- 4 — História e Geografia;
- 5 — Filosofia e Sociologia;
- 6 — Francês, Italiano e Espanhol;
- 7 — Inglês e Alemão.

Art. 27.º — O diploma para cada um dos grupos de que trata o Art. anterior, poderá ser outorgado aos alunos da Faculdade após 3 anos de curso, uma vez satisfeitas as exigências seguintes:

a) apresentarem os candidatos o certificado de aproveitamento pedagógico para o respectivo grupo de matérias de que trata no Art. 9.º, § 3);

b) terem conseguido aprovação nos cursos abaixo indicados para cada um dos diferentes grupos:

(Aos conselhos das Secções, para decidir sobre o assunto)

Art. 28.º — Além do título de «doutor honoris causa» que pode ser concedido pela Universidade de São Paulo com as modalidades constantes dos Estatutos agora vigentes, a Faculdade de Letras e Ciências outorgará dois tipos de dignidade doutoral:

- a) grau de doutor;
- b) título de doutor.

Art. 29.º — Estas dignidades doutorais poderão ser concedidas para as seguintes especialidades:

(Aos conselhos das Secções)

Art. 30.º — Para conseguir o grau ou título de doutor em qualquer das especialidades do Art. precedente, deverá o candidato apresentar uma tese original e, além disto, satisfazer as seguintes exigências:

(Aos conselhos das Secções)

Art. 31.º — As inscrições na Faculdade só poderão ser feitas com o intuito de conseguir um dos diplomas de que trata o Art. 26.º ou o grau de doutor em uma das especialidades constantes do Art. 29.º, apresentando o candidato os seguintes documentos:

- a) certidão de idade, provando ter, no mínimo, 17 anos;
- b) prova de identidade;
- c) prova de sanidade;
- d) prova de idoneidade moral;
- e) prova do pagamento das taxas exigidas;
- f) certificado de aprovação na segunda série do curso complementar da

1.ª Secção (Filosofia e Letras para os candidatos aos diplomas de:

- 1.º) Português, Latim e Grego;
- 2.º) História e Geografia;
- 3.º) Filosofia e Sociologia;
- 4.º) Francês, Italiano e Espanhol;
- 5.º) Inglês e Alemão.

(e para os candidatos ao doutoramento em 1.º)

(Aos conselhos das Secções para completar o quadro)

Art. 32.º — Uma vez que os candidatos inscritos na Faculdade satisfaçam, no início de cada ano, ao pagamento das taxas devidas, poderão matricular-se nos cursos exigidos nos anos sucessivos, para a obtenção do diploma de habilitação ou ao grau de doutoramento para que fôr feita a inscrição.

Estes candidatos poderão ainda matricular-se gratuitamente, cada ano, em um ou mais cursos facultativos, ouvindo previamente o conselho da Secção.

DO REGIME ESCOLAR:

Art. 33.º — A frequência às aulas teóricas da Faculdade será absolutamente livre a qualquer pessoa, contanto que não perturbe o normal desenvolvimento das mesmas.

§ único — Quando houver afluência excessiva de assistentes, terão preferência as pessoas regularmente matriculadas.

Art. 34.º — A nota definitiva de cada curso da Faculdade, será atribuída em base a um único exame prestado perante uma banca de 3 professores, sobre toda a matéria do curso e sem sorteio de pontos.

§ 1.º — O exame de qualquer curso da Faculdade deverá sempre constar de pelo menos uma prova oral.

§ 2.º — As notas eventualmente obtidas pelos alunos durante o ano serão exclusivamente informativas, em nada concorrendo para a formação da nota final.

Art. 35.º — A matrícula em qualquer curso da Faculdade dará direito à prestação do exame relativo em épocas sucessivas ao término do curso, contanto que não seja excedido o prazo normalmente exigido para a obtenção do diploma ou do grau de doutor.

§ único — O candidato que ultrapassar o prazo referido neste Artigo, pagará uma taxa especial de exame.

Art. 36.º — Os exames dos cursos seguintes deverão efetuar-se em uma época sucessiva àquela em que o candidato fôr aprovado nos cursos escritos em frente:

(Aos conselhos das Secções)

Por exemplo:

Complementos de análise matemática depois de Análise matemática.

Análise superior depois de Complementos de análise matemática, etc.

Art. 55.º — Os alunos não são obrigados a frequentar as aulas, mas, para poderem apresentar-se ao exame do curso, deverão munir-se de um certificado de aproveitamento mínimo, outorgado pelo professor respectivo.

§ único — Os critérios em base aos quais são outorgados estes certificados deverão ser apresentados pelos professores ao conselho da Secção e por este aprovados.

PROJETO DE REFORMA DO
ENSINO SECUNDÁRIO

E' o seguinte o projeto de reforma do ensino secundário de caráter formativo, apresentado à Comissão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, pelos professores Luigi Fantappiè e Ernesto Luiz de Oliveira Júnior:

Em substituição ao Decreto 21.241 de 4/4/32, propõe-se o seguinte:

Capítulo 1.º

DOS CURSOS E DA SERIAÇÃO

Art. 1.º — O ensino secundário só será reconhecido enquanto satisfizer aos termos da presente lei.

Art. 2.º — O ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar, o primeiro com cinco anos e o segundo com dois.

Art. 3.º — As matérias e o respectivo número de horas semanais de seu ensino, nas diferentes séries do curso fundamental, serão as seguintes:

Matérias	1.a série	2.a série	3.a série	4.a série	5.a série
Português	4	4	4	4	4
Latim	3	3	3	3	3
Francês	} duas a escolha	2	2	2	2
Italiano		2	2	2	2
Inglês		2	2	2	2
Alemão		2	2	2	2
Espanhol					
História	2	2	2	2	2
Geografia	3	2	2		
Matemática	3	3	3	3	3
Física				3	3
Química					3
História Natural			3	3	2
Desenho	2	2	2	2	
Música	2	2	1		
Total das horas semanais	19	22	24	24	24

§ único — Durante o ano letivo haverá ainda, no curso fundamental dos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de educação física obrigatórios para tôdas as séries.

Art. 4.º — O curso complementar será dividido em três Secções:

- 1.ª Secção: Filosofia e Letras.
- 2.ª » Ciências Biológicas.
- 3.ª » Ciências Exatas.

Art. 5.º — As matérias e o respectivo número de horas semanais de seu ensino nas duas séries da primeira Secção do curso complementar serão as seguintes:

Matérias	1.a série	2.a série
Português	3	3
Latim	3	3
Grego	3	3
História	2	2
Geografia	2	2
Filosofia	3	3
Matemática	2	2
Francês	} uma à escolha	2
Italiano		2
Inglês		2
Alemão		2
Outra língua estrangeira à escolha entre as precedentes, ou Sociologia	2	2
História Natural	2	2
Total das horas semanais	24	24

Art. 6.º — As matérias e o respectivo número de horas semanais de seu ensino, nas duas séries da segunda Secção do curso complementar, serão as seguintes:

<i>Matérias</i>	<i>1.a série</i>	<i>2.a série</i>
Português	2	2
Inglês ou Alemão	2	2
Italiano ou Francês	2	2
Filosofia	3	3
História	2	2
Matemática	2	2
Física	2	3
Química	3	2
Biologia (Zoologia, Botânica, Genética)	4	4
Geologia e Mineralogia	2	2
— —		
Total das horas semanais	24	24

Art. 7.º — As matérias e o respectivo número de horas semanais de seu ensino nas duas séries da terceira Secção do curso complementar serão as seguintes:

<i>Matérias</i>	<i>1.a série</i>	<i>2.a série</i>
Português	2	2
Italiano ou Francês	2	2
Inglês ou Alemão	2	2
Filosofia	3	3
História	2	2
Matemática	6	6
Física	2	3
Química	3	2
Desenho	2	2
— —		
Total de horas semanais	24	24

Art. 8.º — O certificado de aprovação na segunda série de uma das Secções do curso complementar, dará direito à matrícula em um dos estabelecimentos de ensino superior conforme o quadro seguinte:

Primeira Secção:

- Faculdades de Direito
- » » Ciências Sociais

- » » Ciências Políticas
- » » Ciências Econômicas
- Secção de Letras das Faculdades de Letras e Ciências.

Segunda Secção:

- Faculdades de Medicina
- » » Farmácia
- » » Odontologia
- » » Agricultura e Subsecções de Ciências Naturais da Secção de Ciências das Faculdades de Letras e Ciências.

Terceira Secção:

- Faculdades de Engenharia
- Escolas Politécnicas e Subsecções de Matemática, Física e Química da Secção de Ciências das Faculdades de Letras e Ciências.

§ único — O Ministro da Educação e Saúde Pública resolverá, em caso de dúvida, qual a Secção que deverá ser cursada pelos candidatos à matrícula em institutos de ensino superior.

Art. 9.º — Para melhor orientação e organização do ensino, ficam reunidas e a cargo de um mesmo professor as matérias afins, da mesma série, da maneira seguinte:

- Português e Latim;
- Matemática e Física;
- Química e História Natural;
- História e Geografia;
- Filosofia e Sociologia;
- Francês, Italiano e Espanhol;
- Inglês e Alemão.

§ 1.º — Enquanto não houver professores especializados em grupos de línguas estrangeiras, os cursos relativos poderão ficar a cargo de professores distintos para cada língua.

§ 2.º — Quando houver professores especializados em Português, Latim e

Grego, o ensino destas matérias, na mesma série da 1.ª Secção do curso complementar, será ministrado pelo mesmo professor.

Art. 10.º — Os professores de cada matéria deverão acompanhar as suas turmas nos anos sucessivos, salvo caso de força maior.

Art. 11.º — Os programas do ensino secundário, as instruções sobre os métodos de ensino, assim como as revisões que se tornarem necessárias, serão expedidas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, observadas as seguintes exigências que traduzem os fins característicos do ensino secundário formativo:

1.º) Os programas de cada matéria deverão conter apenas *assuntos fundamentais* e os *conceitos básicos*, deixando de lado qualquer consideração de utilidade prática imediata.

2.º) Êsses assuntos fundamentais e conceitos básicos deverão ser *harmônicamente encadeados* dentro de cada grupo de matérias afins a cargo do mesmo professor, afim de fornecerem ao jovem uma ossatura absolutamente orgânica de cultura, sobre a qual possa êle apoiar os seus futuros conhecimentos e a formação de sua própria personalidade.

3.º) Deverão ser excluídos do ensino todos os detalhes que não sejam necessários aos objetivos dos parágrafos anteriores e que poderiam desvirtuá-los, distraíndo a atenção dos alunos.

4.º) Deverá ser absolutamente evitada a fragmentação dos programas em pontos, afim de impedir, na medida do possível, que o ensino degenerem em uma série de perguntas e respostas mais ou menos fixas.

Capítulo 2.º

DOS PROFESSORES SECUNDÁRIOS

Art. 12.º — Para exercer o magistério nos estabelecimentos autorizados a ministrar o ensino secundário oficialmente reconhecido, é necessário possuir autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública, que êste outorgará, respeitando as disposições dos artigos seguintes:

Art. 13.º — O Ministério da Educação da Saúde Pública manterá um registro dos Professores que podem exercer o magistério secundário, em cada uma das Unidades da Federação; dêste registro também constarão todos os fatos relacionados com a atividade profissional do professor.

Art. 14.º — O registro poderá ser concedido, para cada Unidade da Federação, em uma ou mais matérias, contanto que pertencentes a um único dos seguintes grupos:

- 1.º Português, Latim e Grego;
- 2.º Matemática, Física e Desenho;
- 3.º Química e História Natural;
- 4.º História e Geografia;
- 5.º Filosofia e Sociologia;
- 6.º Francês, Italiano e Espanhol;
- 7.º Inglês e Alemão;
- 8.º Música;
- 9.º Educação Física.

Art. 15.º — A inscrição no Registro de Professores será obtida mediante requerimento, instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de identidade;
- b) prova de idoneidade moral;
- c) atestado de idade;
- d) diploma de habilitação ao magistério secundário para as matérias requeridas, outorgado por um Instituto

superior devidamente autorizado pelo Governo Federal;

e) quaisquer títulos ou diplomas científicos que possua o candidato, bem como exemplares de trabalhos publicados.

§ 1.º — Em vez do diploma de que trata a letra d), poderão ser apresentados pelo candidato títulos, outorgados por estabelecimentos superiores nacionais e estrangeiros, que sejam reconhecidos equivalentes pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 16.º — Em caso de falta cometida por um professor e apurada por um inspetor federal, poderão ser aplicadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública as seguintes penalidades:

a) censura;

b) censura com multa de 50\$000 a 500\$000;

c) cassação do registro.

§ 1.º — Estas penalidades serão comunicadas ao professor e serão transcritas no Registro de que trata o Art. 13.º.

§ 2.º — As penalidades de que tratam as alíneas b) e c) só poderão ser aplicadas depois de inquérito aberto pela autoridade competente.

Disposições transitórias

Art. 17.º — Aos professores atualmente registrados a título provisório, somente será concedido registro provisório para lecionarem, em uma determinada unidade da Federação, uma ou mais matérias em que já tenham registro, contanto que pertencentes a um único dos grupos de que trata o Art. 14.º.

§ único — Estes professores deverão, portanto, escolher imediatamente a Unidade da Federação e as matérias de um mesmo grupo em que possam continuar registrados a título provisório, sob pena de cancelamento de todos os respectivos registros.

Art. 18.º — Os professores atualmente registrados a título provisório, em qualquer matéria do ensino secundário, deverão submeter-se, no prazo de três anos, a um concurso de habilitação, para cada matéria, perante uma Faculdade ou Instituto Superior, especialmente autorizado para isso pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

§ 1.º — O Ministério da Educação e Saúde Pública baixará imediatamente as Instruções e os Programas mínimos a serem exigidos neste concurso, decorrendo o prazo de três anos, de que se trata, do dia da publicação do programa de cada matéria no Diário Oficial.

§ 2.º — Obtida aprovação neste concurso, terá o candidato direito ao registro definitivo na respectiva matéria, respeitado sempre o disposto no Art. 14.º.

§ 3.º — Ficam excluídos das exigências deste artigo os professores catedráticos dos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal, os quais obterão registro definitivo imediato nas respectivas matérias, respeitado sempre o disposto no Art. 14.º.

Art. 19.º — Para as Unidades da Federação onde houver Faculdades ou Institutos Superiores autorizados pelo Governo Federal a outorgar diplomas de habilitação ao magistério secundário em algumas matérias, fica proibida a expedição de novos certificados de re-

gistro provisório nessas matérias, salvo para candidatos que provem estar regularmente matriculados em estabelecimentos da categoria acima e, ano por ano, justifiquem aproveitamento nos cursos necessários, para conseguirem o diploma nas matérias em que requereram registro.

§ único — Este registro provisório será renovado anualmente, respeitadas as condições acima, e no máximo por três vezes.

Art. 20.º — Nas Unidades da Federação, e para as matérias referidas no Art. anterior, o registro provisório só permitirá ministrar o ensino no curso fundamental, excetuadas as pessoas que satisfaçam integralmente as condições do Art. precedente, as quais poderão ministrar o ensino das matérias em que possuam registro provisório, também no curso complementar.

Capítulo 3.º

DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

Art. 21.º — Fica mantido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o serviço de inspeção aos estabelecimentos que pretenderem ministrar o ensino secundário oficialmente reconhecido.

Art. 22.º — O serviço de inspeção, em cada Unidade da Federação, será exercido por inspetores especializados, pertencentes a uma das seguintes categorias:

- 1.ª Inspectores para Português, Latim e Grego.
- 2.ª Inspectores para Matemática, Física e Desenho.
- 3.ª Inspectores para Química e História Natural.

4.ª Inspectores para História e Geografia.

5.ª Inspectores para Filosofia e Sociologia.

6.ª Inspectores para Francês, Italiano e Espanhol.

7.ª Inspectores para Inglês e Alemão.

8.ª » Administrativos.

Art. 23.º — A nomeação para o exercício do cargo de inspetor de ensino, em uma das categorias de que trata o Art. 22.º, será feita depois de concurso, aberto pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, do qual participarão somente candidatos que apresentem requerimento instruídos com os seguintes documentos:

a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) atestado de idade provando ser maior de 21 anos;

c) atestado de sanidade firmado por junta médica do Departamento Nacional de Saúde Pública ou de reparição de Higiene Estadual, declarando ausência de defeitos físicos que impossibilitem o exercício do cargo;

d) atestado de idoneidade moral;

e) diploma de habilitação ao exercício do magistério secundário nas matérias do grupo correspondente, para as categorias 1.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, e 7.ª; diploma de habilitação ao exercício do magistério secundário em Matemática e Física para a segunda categoria; diploma de bacharel em Direito para a oitava categoria.

f) documento comprovando o depósito ou remessa ao Ministério da Educação e Saúde Pública da taxa de inscrição.

§ único — As normas para estes concursos serão baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 24.º — Os inspetores nomeados nas condições do Art. 23.º serão funcionários efetivos da União e terão seus vencimentos consignados em verba do orçamento do Ministério da Educação e Saúde Pública.

§ único — Fica abolida a quota anual de inspeção, atualmente a cargo dos estabelecimentos de ensino.

Art. 25.º — Em cada unidade da Federação, os inspetores de cada uma das 7 primeiras categorias superintenderão e orientarão o ensino das respectivas matérias, em um número de estabelecimentos de ensino compatível com o bom andamento do serviço, para cumprimento do que:

a) visitarão durante todo o período letivo os estabelecimentos de ensino confiados aos seus cuidados, assistindo a aulas, chamadas, exercícios, provas, etc., em cada uma das matérias da respectiva especialidade;

b) trocarão idéias com os professores de cada uma das matérias da respectiva especialidade, sobre a orientação dos métodos de ensino, critérios de notas e tôdas as demais atividades docentes;

c) depois de cada visita, apresentarão à autoridade superior um relatório completo sobre tudo o que lhes fôr dado observar, e no qual proporão as medidas necessárias para corrigir eventuais defeitos notados no ensino, estando entre estas eventualmente incluídas as propostas de punições para professores nos termos do Art. 16.º;

d) reverão as provas escritas dos exames das respectivas matérias, a êles distribuídas pela autoridade superior.

Art. 26.º — Em cada unidade da Federação, os inspetores administrativos (da 8.ª categoria) velarão pela obser-

vância das leis, regulamentos, instruções, etc., relativos ao ensino secundário, em um número de estabelecimentos compatível com o bom andamento do serviço.

§ único — Competir-lhe-á também velar por que seja bem ministrado o ensino da Música e a prática dos exercícios físicos.

Art. 27.º — Aos inspetores de qualquer das oito categorias, caberão também os serviços (inspeções prévias, inquéritos, etc.), que a êles sejam confiados pela autoridade competente.

Art. 28.º — Em caso de falta cometida por um inspetor, devidamente apurada em inquérito presidido pela autoridade federal competente, será aplicada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública uma das seguintes penalidades:

a) censura;

b) censura com multa de 100\$000 a 500\$000;

c) suspensão do cargo pelo prazo de um a três meses, com perda dos respectivos vencimentos;

d) demissão do cargo.

§ único — Qualquer destas penalidades constará da folha de serviço do inspetor.

Disposições transitórias

Art. 29. — Os inspetores do ensino secundário, atualmente em serviço há mais de dez anos, serão incluídos na oitava categoria.

Art. 30 — Os inspetores de ensino secundário nomeados por concurso deverão imediatamente escolher uma das categorias de que trata o Art. 22.º, desde que contenha ao menos uma das ma-

térias em que são especialistas, ficando definitivamente incluídos nesta categoria.

Art. 31.º — Os inspetores de ensino secundário atualmente em serviço e nomeados interinamente deverão submeter-se, no prazo de três anos, a um concurso obedecendo às normas seguintes :

a) Para os candidatos a inspetores de uma das sete primeiras categorias do Art. 22.º, o concurso abrangerá as matérias das respectivas categorias e será prestado com os mesmos programas e exigências previstas no Art. 18.º para os professores do ensino secundário.

b) Para os candidatos a inspetores da oitava categoria, será exigido somente um concurso que abrangerá toda a legislação do ensino secundário no Brasil.

§ 1.º — Para os candidatos a inspetores da primeira categoria será suficiente submeter-se aos concursos para Português e Latim;

§ 2.º — Para os candidatos a inspetores da segunda categoria será suficiente submeter-se aos concursos para Matemática e Física;

§ 3.º — Para os candidatos a inspetores da sexta categoria será suficiente submeter-se aos concursos para duas das matérias do grupo.

§ 4.º — O Ministério da Educação e Saúde Pública baixará as instruções para a execução do concurso de que trata a letra b) d'este artigo, decorrendo o prazo de três anos do dia da publicação destas instruções no Diário Oficial.

§ 5.º — Obtida a aprovação nos concursos de que trata a letra a) d'este Art., os candidatos às sete primeiras

categorias serão imediatamente efetivados na categoria correspondente.

§ 6.º — Obtida a aprovação no concurso de que trata a letra b) d'este Art., os candidatos à oitava categoria serão efetivados na mesma, em ordem de mérito, até o número necessário ao serviço, ficando autorizado o Ministro da Educação e Saúde Pública a efetivar os restantes em um cargo de caráter administrativo do mesmo Ministério.

Capítulo 4.º

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO

Art. 32.º — Os estabelecimentos autorizados a ministrar o ensino secundário oficialmente reconhecidos serão classificados em uma das seguintes categorias :

1.ª — estabelecimentos oficiais, mantidos pela União, pelo Distrito Federal ou pelos Estados;

2.ª — estabelecimentos livres, mantidos pelas Municipalidades, associações ou particulares;

3.ª — estabelecimentos sob a inspeção preliminar.

Art. 33.º — Cada estabelecimento de ensino secundário poderá manter somente o curso fundamental ou este e uma ou mais Secções do curso complementar.

§ 1.º — As Faculdades ou Institutos superiores, que tiverem autorização para expedir diplomas habilitando ao exercício do magistério secundário, poderão manter as Secções do curso complementar que preparem alunos para os seus respectivos cursos.

§ 2.º — Nas unidades da União que não possuem Faculdades ou Institutos de que trata o parágrafo anterior ou nas quais esses Institutos não mantenham determinadas Secções do curso complementar, poderão ser estas Secções mantidas junto às escolas superiores a que preparam candidatos.

Art. 34.º — Os estabelecimentos oficiais, classificados na 1.ª categoria do Art. 31.º, deverão satisfazer às seguintes exigências essenciais:

1.ª — Dispor de edificio, instalações e material didático em acôrdo com as normas estabelecidas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública;

2.ª — Ter professores inscritos no Registro de Professores e nomeados por concurso, nos termos da Constituição da República;

3.º — Garantir aos professores a qualidade de funcionários públicos com tôdas as responsabilidades e vantagens que dela derivam, tais como remuneração condigna, aposentadoria, monte-pio, e, além disto, a inamovibilidade;

4.ª — Manter como diretor do estabelecimento um dos professores cate-dráticos do mesmo;

5.ª — Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecido nesta lei e nos regulamentos e instruções a êste respeito baixados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

§ único — Os diretores efetivos de estabelecimentos oficiais, em exercício ao ser promulgada esta lei, serão mantidos no cargo, mesmo que não preencham a exigência 4.ª dêste Art.

Art. 35.º — Os estabelecimentos livres, classificados na 2.ª categoria do

Art. 32.º, deverão satisfazer as seguintes exigências essenciais:

1.ª — Dispor de edificio, instalações e material didático em acôrdo com as normas estabelecidas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública;

2.ª — Ter professores inscritos no Registro de Professores;

3.ª — Garantir aos professores remuneração condigna;

4.ª — Garantir estabilidade de cargo e remuneração aos professores que, a qualquer título, contem três anos de exercício no estabelecimento, salvo falta grave devidamente apurada em inquérito instaurado pela autoridade Federal competente, a requerimento do Diretor do estabelecimento;

5.ª — Manter, na sua direção, em exercício efetivo, pessoa que apresente atestado de idoneidade moral;

6.ª — Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos;

7.ª — Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecido nesta lei e nos regulamentos e instruções a êste respeito baixados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 36.º — Para a abertura de um estabelecimento de ensino secundário, seja oficial, seja livre, é preciso apresentar ao Ministro da Educação e Saúde Pública um requerimento instruído com a documentação completa que prove a possibilidade de o estabelecimento funcionar satisfazendo as exigências da respectiva categoria, referidas nos dois artigos precedentes.

§ 1.º — O requerimento e a relativa documentação deverão ser apresentados ao Ministro da Educação e Saúde Pú-

blica durante o mês de Dezembro, devendo no decurso do mês de Janeiro proceder-se, por parte da autoridade competente, às verificações dos requisitos exigidos.

§ 2.º — As despesas necessárias para as verificações de que trata o parágrafo anterior, correrão por conta do estabelecimento requerente e serão arbitradas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública; não podendo, entretanto, exceder de um conto e quinhentos mil réis por curso fundamental ou cada uma das Secções do curso complementar.

Art. 37.º — Uma vez despachado favoravelmente pelo Ministro de Educação e Saúde Pública o requerimento de que trata o Art. precedente, o estabelecimento será classificado, pelo prazo de dois anos, prorrogável por mais um, como estabelecimento sob inspeção preliminar, na 3.ª categoria do Art. 32.º.

Art. 38.º — No decurso do período de inspeção preliminar, o estabelecimento deverá funcionar sob o regime dos Art. 34.º ou 35.º, conforme a categoria em que, finalmente, pretenda ser classificado.

§ único — A autoridade federal competente providenciará para que a fiscalização dos estabelecimentos sob regime de inspeção preliminar seja particularmente rigorosa e freqüente, podendo o Ministro, a qualquer momento, fechar o estabelecimento sob regime de inspeção preliminar, desde que seja verificada a impossibilidade de o mesmo funcionar dentro das normas exigidas.

Art. 39.º — Terminado o período de inspeção preliminar, a autoridade federal competente designará uma comissão de três inspetores que será incumbida

da revisão das condições enumeradas nos Arts. 34.º e 35.º.

§ único — O relatório apresentado pela comissão de que trata este artigo, bem como todos os documentos relativos ao estabelecimento, serão submetidos à apreciação do Conselho Nacional de Educação.

Art. 40.º — Os estabelecimentos de ensino secundário que preencham as condições do Art. 38.º, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação, aprovada por dois terços dos seus membros, serão classificados, por decreto do Governo Federal, em uma das duas primeiras categorias do Art. 32.º.

Art. 41.º — A autoridade federal competente notificará aos estabelecimentos de ensino secundário a eventual inobservância de qualquer dos dispositivos ou das exigências da legislação federal do ensino, impondo-lhes ainda, conforme a gravidade da infração ou reincidência na falta cometida, uma das seguintes penalidades:

- a) multa de 200\$000 a 2:000\$000;
- b) suspensão pelo prazo ainda restante do período letivo;
- c) fechamento do estabelecimento.

§ 1.º — De qualquer das penas aplicadas haverá recurso para o Ministro da Educação e Saúde Pública dentro do prazo de 60 dias.

§ 2.º — O arquivo escolar de qualquer estabelecimento de ensino secundário, a que fôr imposta uma das penas de que tratam as alíneas b) ou c) deste Art., será recolhido e guardado pela autoridade federal competente.

§ 3.º — Aos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário que sofrerem as penas referidas nas alíneas b)

ou c) dêste Art., será permitida a transferência para outros estabelecimentos em qualquer época do ano, devendo nestes casos ser expedidas pela autoridade federal competente as respectivas guias de transferência.

Capítulo 5.º

DO REGIME ESCOLAR

Art. 42.º — O candidato à matrícula na 1.ª série do curso fundamental, prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

§ 1.º — A inscrição neste exame será feita de 1.º a 15 do referido mês, mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º — Constarão no requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3.º — O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variolica recente, do recibo de pagamento da taxa de inscrição e da certidão do registro civil, provando ter o candidato a idade de onze anos, ou que a completará até 30 de junho do ano em que requerer inscrição.

Art. 43.º — Não será permitida inscrição em exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento de ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão dêste dispositivo.

§ 1.º — O exame de admissão realizar-se-á no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula.

§ 2.º — O exame de admissão prestado nos estabelecimentos da primeira categoria será válido para a matrícula na 1.ª série do curso fundamental de

qualquer outro estabelecimento de ensino.

Art. 44.º — O exame de admissão constará de provas escritas, uma de Português (redação e ditado) e a outra de Aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais.

§ 1.º — Cada uma das provas escritas referidas neste Art. será eliminatória, ficando definitivamente excluído das demais provas o candidato que em qualquer das provas escritas não atingir a nota 50 sobre 100.

§ 2.º — A banca examinadora será constituída por três ou mais professores do estabelecimento, sob a fiscalização de um inspetor federal.

Art. 45.º — A matrícula em qualquer série do curso secundário será processada de 1.º a 14 de Março.

Art. 46.º — O requerimento de matrícula virá instruído com os seguintes documentos:

a) certificado de habilitação no exame de admissão, para a matrícula na 1.ª série do curso fundamental, ou certificado de habilitação na série anterior para a matrícula nas demais séries;

b) atestado de sanidade, especificando que o candidato não sofre de doenças contagiosas da vista;

c) recibo do pagamento da taxa de matrícula.

§ único — No caso de transferência, o documento referido na alínea a) será substituído pela guia de transferência.

Art. 47.º — A transferência será permitida de um para outro estabelecimen-

to de ensino secundário, e só se efetuará nos períodos de férias, salvo o caso previsto no parágrafo 4.º.

§ 1.º — A transferência se fará mediante guia expedida pelo estabelecimento de ensino em que esteja matriculado o aluno e da qual deverá constar minuciosa informação sobre a sua vida escolar, de acordo com o modelo expedido pela autoridade federal competente.

§ 2.º — Pela guia de transferência o estabelecimento só poderá cobrar a taxa fixada pela autoridade federal competente.

§ 3.º — As guias de transferência, para que possam produzir efeito, deverão ser visadas pela autoridade federal competente.

§ 4.º — Os filhos de militares ou de funcionários públicos poderão ser transferidos para estabelecimentos de outras cidades, em qualquer época do ano letivo, quando a isso obrigados para acompanhar seus pais.

Art. 48.º — Será permitida a matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário aos alunos transferidos de estabelecimentos estrangeiros de ensino, desde que fique oficialmente comprovado que o curso seguido no estrangeiro, em seu final, permite a inscrição em institutos oficiais de ensino superior do país de onde provém o candidato.

§ 1.º — A matrícula prevista neste Art. será concedida à vista dos certificados do estabelecimento estrangeiro, devidamente autenticados pela competente autoridade consular brasileira ou pelo representante diplomático do país em que estiver situado o instituto de ensino cursado pelo candidato.

§ 2.º — Aceita a transferência, será o candidato classificado na série do curso secundário correspondente a que teria direito se continuasse seus estudos no estabelecimento de origem, submetendo-se, em época legal e pagas as devidas taxas, a exames das disciplinas de que não possua certificados de habilitação e exigidas para a sua adaptação ao curso secundário brasileiro.

Art. 49.º — O candidato à licença em uma das seções do curso complementar que apresentar certificado estrangeiro permitindo a matrícula em estabelecimento de ensino superior em seu país de origem, submeter-se-á, em um dos estabelecimentos de ensino secundário da 1.ª categoria do Art. 32.º, na época legal e pagas as devidas taxas, aos exames de Português, Corografia do Brasil, História do Brasil e das matérias da seção escolhida do curso complementar que não figurem com suficiente desenvolvimento no programa dos estudos feitos pelo candidato.

Art. 50.º — O ano letivo obrigatório começará em 15 de março e terminará em 14 de novembro, não podendo haver modificação destas datas senão por motivo de força maior, mediante autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública.

§ 1.º — Nos estabelecimentos que iniciam os cursos em data anterior à fixada neste Art., a execução integral dos programas de ensino deverá ser feita dentro do período letivo obrigatório.

§ 2.º — A segunda quinzena de junho, embora pertencente ao período letivo, será considerada período de férias.

Art. 51.º — Em dezembro de cada ano o Ministro da Educação e Saúde Pública baixará um calendário oficial para o ano seguinte, no qual estarão fixados todos os dias do ano em que, por qualquer motivo, não funcionarão os estabelecimentos de ensino secundário.

§ único — Sòmente por decreto do Presidente da República deixarão as aulas de funcionar em dia que não esteja mencionado no calendário referido neste Art.

Art. 52.º — O horário escolar será organizado pelo diretor antes da abertura dos cursos, fixada em 50 minutos a duração de cada aula, com intervalo obrigatório de 10 minutos, no mínimo, entre uma e outra.

§ único — Nos cursos noturnos a duração de cada aula poderá ser limitada a 40 minutos, sendo, porém, obrigatório o intervalo a que se refere este Art.

Art. 53.º — Será obrigatória a frequência das aulas, não podendo prestar exame, no fim do ano, o aluno cuja frequência não atingir metade das aulas obrigatórias para cada disciplina da respectiva serie.

Art. 54.º — Haverá durante o ano letivo arguições, exercícios e trabalhos práticos com atribuição de notas graduadas de zero a cem, exceto para Música.

§ 1.º — Durante os períodos de 15 de março a 15 de junho, 1 de julho a 31 de agosto, 1 de setembro a 31 de outubro, deverá ser atribuída a cada aluno e em cada disciplina, pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa a arguições, exercícios ou trabalhos práticos.

§ 2.º — Essas notas serão, no fim de cada período, comunicadas aos pais dos alunos.

§ 3.º — Essas notas terão exclusivamente caráter informativo para as famílias e professores, não sendo computadas diretamente nas notas finais de aproveitamento dos alunos em cada matéria, exceto para Desenho.

Art. 4.º — A falta de nota em dado período, por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equiivale à nota zero.

Art. 55.º — O aproveitamento em cada disciplina, exceto desenho, música e exercícios físicos, será avaliado com um exame final sobre toda a matéria do curso anual, prestado perante uma banca de pelo menos três professores do estabelecimento, em primeira ou segunda época.

§ 1.º — Cada exame constará de uma prova escrita e outra oral, ou prático-oral, sendo a nota final da matéria a média destas duas notas.

§ 2.º — A nota final de desenho em cada série será simplesmente a média aritmética das notas obtidas em todos os trabalhos executados no correr do ano.

§ 3.º — Não haverá nota nas cadeiras de música e exercícios físicos.

§ 4.º — Os exames de primeira época terão início no dia 16 de novembro e os de segunda época no dia 1.º de março.

Art. 56.º — Estará a cargo dos inspetores federais para isso designados, a superintendência geral dos exames, cabendo-lhes tomar as medidas que julgarem necessárias para a completa moralidade dos mesmos.

§ 1.º — Os inspetores federais de que trata este Art., quando observarem irregularidades no decorrer de qualquer das provas, aplicarão ou proporão imediatamente a aplicação de uma das penalidades previstas no Art. 16.º, a todos os membros da respectiva banca examinadora.

§ 2.º — Se os inspetores federais de que trata este Art. constatarem irregularidade grave no decorrer de qualquer prova, por parte dos membros da banca examinadora, além de tomarem as providências previstas no parágrafo precedente, deverão anular o respectivo exame, que só poderá ser repetido em um dos estabelecimentos da primeira categoria de que trata o Art. 31.º.

Art. 57.º — Para ser promovido à série seguinte ou licenciado no curso fundamental ou complementar, deverá o aluno conseguir nota não inferior a 50 sobre 100 em todas as disciplinas da respectiva série, com exceção de música e exercícios físicos, respeitando-se sempre, porém, o disposto no Art. 52.º.

Art. 58.º — Quando um aluno não alcançar nota suficiente para promoção, em primeira época, em uma ou duas matérias no máximo, poderá repetir os ditos exames em segunda época.

A respeito da reforma proposta ao ensino secundário, o prof. Pierre Hourcade apresentou as observações que se lêem abaixo:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO

«Estudei atentamente o projeto de reforma do Ensino Secundário, elabo-

rado em outubro de 1936 por meu eminente colega prof. Luigi Fantappié e seus assistente, dr. Ernesto Luis de Oliveira Júnior.

A leitura do projeto sugeriu-me, sobre a matéria de minha competência, as sugestões ou objeções abaixo expostas. Fique bem claro que todos os artigos não mencionados merecem minha inteira aprovação. O espírito dentro do qual foi a reforma concebida, a oposição a que o ensino se torne enciclopédico, o lugar reservado às disciplinas humanísticas, a questão dos horários, o alívio e a distribuição dadas aos mesmos, em suma, as diretrizes gerais correspondem plenamente a meus votos e, assim, o quero crer, aos de meus colegas, em sua unanimidade. Julgo, de início, dever acentuar o fato.

Friso que, ara clareza em minha exposição, seguirei, artigo por artigo, a ordem do projeto do prof. Fantappié.

Da análise do artigo 3.º sobressai: a) que as cinco línguas vivas, geralmente ensinadas, foram colocadas em um mesmo pé de igualdade; — b) que o aluno fica obrigado ao estudo de duas de entre elas, à sua escolha, mediante duas horas semanais, para cada uma, durante quatro anos; — c) que, assim sendo, a primazia que, até então, cabia à língua francesa, desapareceria.

Operou-se, portanto, radicalmente, uma transformação no estado de coisas existente. Este estabelece três línguas vivas ensinadas nos ginásios brasileiros (francês, inglês e alemão) e concede ao francês 9 horas; 3 horas no 1.º ano, 3 no 2.º e 1 no 4.º. Em tese, nenhuma dificuldade se me depara em admitir a igualdade dos horários, e acrescento a mais que, no projeto do prof. Fantap-

piê, a divisão dêstes me parece mais racional do que a atualmente adotada, porque, sendo as línguas vivas ensinadas do 2.º ao 5.º ano, não haverá para estas disciplinas solução de continuidade entre o curso fundamental e o curso complementar. Folgo igualmente ao ver a língua italiana reintegrada no ensino secundário, depois de haver sido do mesmo temporária e injustamente excluída. Declaro-me, todavia, mais céptico no que diz respeito à necessidade do estudo do espanhol e, o que mais é, em completa igualdade com as demais línguas.

Para um aluno de língua portuguesa, o espanhol é demasiadamente fácil, não oferece real valor educativo. De mais a mais, embora espanhol em minha primeira formação, não faço injúria à cultura espanhola, dizendo que sua extensão e sua variedade não justificam um horário tão completo quanto o reservado ao francês ou ao inglês, por exemplo. Antes que me objetem encontrarse o Brasil rodeado de países de língua espanhola, responderei: 1.º) que o critério que deve orientar a escolha das matérias a serem ensinadas nos estabelecimentos secundários é o valor considerado do ponto de vista de formação intelectual, e não de utilidade prática; 2.º) que a experiência prova que, em caso de necessidade, um brasileiro culto rãpidamente domina êste idioma mesmo sem o haver estudado no ginásio. Assim sendo, proponho a supressão do espanhol dos programas de línguas vivas e, se razões de fraternidade sul-americana, perfeitamente respeitáveis e legítimas, pesam no prato oposto, deixem-no como língua viva suplementar e facultativa, com uma hora semanal durante quatro anos.

Disse há pouco que o princípio de igualdade dos horários para o ensino das línguas vivas era, em teoria, perfeitamente justo e admissível. Fora de propósito, entretanto, não seria, na prática, levar em conta a maior ou menor dificuldade entre as línguas estudadas. Claro que, por exemplo, um jovem aluno paulista aprenderá muito mais o italiano, e menos o alemão ou o inglês, quiçá mesmo o francês, tais as razões de afinidade entre a duas línguas, sem falar na ascendência italiana de não pequeno número de estudantes. Cairíamos, assim, na desigualdade, que o projeto pretende evitar, entre duas culturas estrangeiras ministradas durante o curso. Quanto ao francês, juiz e parte, em minha dupla qualidade de professor francês e professor de francês, devo tocar no assunto com o máximo escrúpulo e grande discreção. Solicitarei, única e exclusivamente, ao examiná-lo, considerem a experiência do passado, os serviços prestados pelo ensino desta língua e o estudo de seus grandes escritores clássicos e modernos à cultura nacional e às numerosas gerações de jovens espiritos brasileiros, serviços que constituem a melhor garantia de seu valor educativo. Além disto, estou intimamente convencido de que a solução a ser adotada pelas altas autoridades paulistas, seja qual fôr, surgirá como a mais justa e a mais conforme aos interesses do ensino nacional.

2.º — A propósito da questão dos horários (artigos 3 a 7) desejaria fixasse o texto definitivo do decreto da Reforma, em um título especial, um horário mínimo e um horário máximo de todos os professores, nos estabelecimentos colocados sob a fiscalização do Governo Federal e determinasse quais

as condições em que um professor poderia ser autorizado a lecionar simultaneamente em vários estabelecimentos. Objetar-se-á que os atuais professores do ensino secundário são os primeiros a multiplicar, tanto quanto podem, suas horas de aulas, a isto arrastados por questões econômicas, uma vez que os vencimentos a eles concedidos não lhes permitem trabalhar em um único estabelecimento de ensino.

Seria, portanto, infuquo adotar uma medida como a que ofereço, a não ser integrada em um conjunto de medidas próprias a levantar o nível material do professorado secundário e a valorizar moralmente esta função de tamanha relevância social. Cumpre, por via legal, pôr um paradeiro à exploração do professorado, levada a efeito por diretores de colégios faltos dos mais comzeinhos princípios de justiça e de escrúpulo. Um destes, durante o Congresso de Diretores de Ginásios, no Rio de Janeiro, em 1935, chegou a sustentar, como foi publicado em relatório, que um professor podia perfeitamente dar 8 horas de aula por dia. Enquanto, impunemente, campear semelhante mentalidade, as reformas, por mais bem concebidas que sejam, tornar-se-ão improficuas, e os professores, formados embora pelos melhores estabelecimentos de ensino superior, jamais conseguirão, conscienciosamente, desempenhar os seus deveres. O horário semanal máximo, além do qual um professor não ensina, mas empreende um trabalho «em série», varia segundo as especialidades, mas parece-me razoável fixar o número em 20 aulas semanais.

Sob este critério, e tão somente sob esta condição, poderão exigir se dedique um corpo docente competente à sua

tarefa, e a ela se consagre exclusivamente. O preparo das lições, a correção cuidadosa dos trabalhos escritos, a abolição dos sistema absurdo de «pontos», a vontade e a possibilidade de seguir e apressar o progresso de cada aluno, jamais o conseguirão, a não ser deste modo. Mas, insisto, esta regulamentação de um horário máximo torna-se inconcebível, a não ser acompanhada de um aumento geral nos vencimentos fixados, segundo uma escala progressiva, em que se levem em conta a antiguidade e o mérito. De mais a mais, nunca encontraremos alunos de valor para as Secções da Faculdade de Filosofia, cujo fim único é o ensino secundário, salvo se lhes garatirmos uma posição digna dos esforços empregados para atingi-la. E, sem um professorado competente e dedicado, não há Reforma possível.

Acentúe-se que as medidas a que acima aludí deveriam estender-se, não só aos estabelecimentos públicos, mas ainda, e principalmente, aos estabelecimentos particulares, oficialmente fiscalizados, isto é, que se encontram sujeitos à fiscalização federal.

Assim reza o artigo 8.º:

«Para melhor orientação e organização do ensino, ficam reunidas e a cargo de um mesmo professor as matérias afins, da mesma série, da maneira seguinte: Francês, Italiano, Espanhol».

Compreendo o raciocínio dos redatores do projeto: cumpre evitar a multiplicação das especialidades e as categorias de licenciados, e também impedir o aumento do número de professores, levando em conta o número mais que

limitado de candidatos matriculados na Faculdade de Filosofia. Há, portanto, vantagem em agrupar matérias afins, em confiar o ensino das três línguas latinas, assim como o das duas línguas germânicas, alemão e inglês, a um mesmo professor, especializando-se este, desde a Faculdade, não no estudo de tal ou tal língua, mas em «línguas latinas» ou em «línguas germânicas».

Muito embora se nos afigure lógico este ponto de vista, baseado na experiência, declaro, a contra-gosto, que ao bom funcionamento do ensino causam prejuízos e não vantagens. É claro: há conveniência em se evitar a especialização prematura, em dar-se aos candidatos ao ensino uma cultura cuja base seja a maior possível. Mas após este estágio em sua formação, não é menos evidente que dêles se deve exigir uma especialização bastante sólida e de molde a lhes permitir o perfeito domínio da matéria que pretendem ensinar. Tenho como certo que um mesmo professor deve ensinar o latim e a língua nacional, como acontece na França e na Itália. Estas duas disciplinas se completam. Não é possível a gramática histórica, o estudo, sumário embora, da evolução da língua, sem a inteligência dos clássicos, sem constantes referências ao latim. Outro, e bem diverso, o caso referente ao francês, ao italiano e ao espanhol; são disciplinas complementares, mas vizinhas, distintas mas paralelas, *pelo menos no que diz respeito ao estudo da língua e de seus rudimentos*. As três culturas, em sua evolução, se encontram inteiramente ligadas entre si, mas igualmente ligadas às culturas inglesa e alemã, e, tomando por base este raciocínio, não há motivos, sob tais condições, para

evitar venha o professor, que ensina inglês ou alemão, a ensinar também francês, italiano ou espanhol. No estudo das línguas vivas, e, para lhes conservar o verdadeiro valor educativo, há conveniência em graduar as dificuldades. Ao ensino superior cabe fazer a síntese das culturas e deixar patente sua solidariedade, analisando suas relações e seus pontos de contato, perante estudantes já familiarizados com os autores de varias dentre elas. Assim se explica, em uma Faculdade de Letras, a criação de uma cadeira de «literatura comparada». O professor secundário, está claro, não poderá evitar este contato sugestivo. Como, por exemplo, poderia o professor de francês mandar lessem seus alunos Ronsard, sem evocar o papel capital, essencial, representado pela Itália do século XV no fenômeno europeu da Renascença?

Não menos exato no que diz respeito aos clássicos portugueses do «Quinhentismo». A pretexto de que Garrett e os primeiros românticos brasileiros são tributários de Lamartine, seria possível confiar o ensino do italiano e do francês também ao professor de portugueses?

Tão somente um sólido conhecimento de cada uma das línguas e das literaturas, cada uma estudada de per si, permitiria alcançar esta ordem de considerações. Eis a meta almejada: um professor de línguas, por mais diligente e bem formado que seja, jamais conseguiria dominar perfeitamente e ensinar de maneira absolutamente correta mais de uma língua viva. Não há negar, existem brilhantes exceções, e nada mais útil do que valer-se delas. Um projeto, entretanto, como o que elaboramos neste momento, não pode basear-

se em casos isolados. O inglês e o alemão são duas línguas germânicas, mas partir desta premissa e chegar à conclusão de que um mesmo professor seja capaz de ensinar a pronúncia, o vocabulário, a gramática, as expressões idiomáticas de ambos, eis o que não posso admitir. Devem elas ser ensinadas nos grandes autores e pelos grandes autores, e até êles chegaremos após haver assimilado os rudimentos técnicos da língua, e sob a direção de um professor que os possua perfeitamente. Permitam-me um exemplo pessoal. Estudei e pratiquei o português e o espanhol; familiarizei-me com ambas as culturas. Para ser capaz de falar corretamente e posteriormente ensinar uma delas, fui obrigado a uma escolha: especializei-me em filologia luso-brasileira. Nem por isso abandonei a cultura espanhola. Tentando, todavia, dedicar-me simultaneamente ao estudo de ambas e de ambas adquirir conhecimento igual, concluí que jâmais conseguiria conhecer convenientemente as duas.

Peço, assim, que se conserve a separação que atualmente existe entre as diversas línguas vivas, e, portanto, proponho permaneça intato o disposto no § unico do artigo 16.º do Regulamento da Faculdade, segundo o qual «o aluno poderá matricular-se, preenchidas as formalidades legais, em uma ou várias cadeiras de línguas estrangeiras». Nossos estudantes, em sua maioria, aproveitaram a liberdade a êles outorgada: a especialização em duas línguas estrangeiras. Ao cabo de dois anos de estudo, quasi todos abandonaram a tentativa, e reconhecem não só que o trabalho imposto por um curso de cultura geral e o estudo de uma língua absorvem tôda sua atividade, mas ainda

têm como certo não lhes ser possível adquirir um conhecimento igual, indispensável ao ensino de duas línguas estrangeiras. Não faltará quem pondere que a reforma atual, desenvolvendo, nos cursos fundamental e complementar, o estudo das línguas vivas, dentro em pouco fornecerá à Faculdade alunos mais bem preparados e mais aptos a enfrentar vários cursos desta matéria. Sem repisar os argumentos anteriormente expostos, responderei que os efeitos desta reforma não serão imediatos, e principalmente que a condição essencial desta melhoria depende precisamente do nível mais alto dos estudos das línguas estrangeiras, e êste, por sua vez, depende da competência dos professores. Ora, esses professores serão justamente os alunos que, atualmente, passam pela Faculdade. Menosprezando a teoria, cumpre-nos encarar o fato debaixo do ponto de vista restrito das condições atuais. Ainda: não devemos afugentar os candidatos à Sub-seção de línguas vivas, duplicando as dificuldades aos mesmos impostas. Tendo êles mesmos verificado não lhes ser possível estudar sèriamente mais de uma língua viva na Faculdade, formemos bons professores de italiano, de francês, etc.; caso contrário, teremos apenas professores medíocres, ensinando mal várias línguas simultaneamente, ou então correremos o risco de ver completamente esgotado nosso recrutamento. Assim, será inúcia qualquer reforma.

Os artigos 18 (§ 1.º) e 19 estabelecem para os professores interinos a obrigação, num prazo de três anos, de concurso perante uma Faculdade ou Instituto Superior, devidamente habilitado para tal fim pelo Ministério da

Educação, para que possa obter sua inscrição definitiva nos quadros do ensino secundário. Bastante sensata me parece esta proposta, mas, em boa lógica e com a justiça, deveriam completá-la as disposições que esclarecem o sentido do artigo 15 letra d. Entendo, assim, que o «diploma de habilitação» previsto no citado artigo, deveria ser identificado, no que concerne à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a licença de ensino, concedida no termo do curso, aos alunos matriculados nesta Faculdade, fim primordial de seus estudos neste estabelecimento. Em outros termos, considero ilógica a legislação atual, segundo a qual nossos alunos, uma vez licenciados, são obrigados a novo concurso antes de sua nomeação para tal ou qual cadeira. Se nossa Faculdade goza, de acordo com o projeto, do direito de aquilatar do valor dos professores interinos nomeados anteriormente à sua fundação, e até mesmo, (artigo 19), de um direito que a habilita a julgar os títulos dos futuros professores interinos, — porque novos professores não mais poderão ser nomeados a não ser que provem sua inscrição nesta Faculdade — com mais forte razão os alunos, aos quais fôr concedido o grau, devem ser considerados, *ipso facto*, e sem outra formalidade, aptos para o ensino, e, portanto, automaticamente, lhes caberia uma cadeira, não fôsse o texto expresso da Constituição Federal, que, para ingresso no funcionalismo público, exige o concurso. Ainda: a esta exigência da Constituição Federal responderei, 1.º) que a licença, tal qual a concedemos, é uma espécie de concurso, com não pequeno numero de eliminações; 2.º) que promessas formais, nesse sentido, foram feitas aos professores es-

tagiários, atualmente matriculados como alunos da Faculdade, prova evidente de que, em dado momento, as autoridades consideravam tal medida como possível e, o que mais é, como legal.

Não há temer, pelo menos nas especialidades literárias, venha o número de candidatos a ser superior ao dos cargos a ser preenchidos; o contrário, infelizmente, nos causa certo receio. E, como o ensino secundário, oficial ou oficializado, tende a um desenvolvimento considerável, é provável que exista uma proporção entre o número de licenciados, embora sofra um aumento, e o número de cargos postos à sua disposição.

Dando de barato se torne impossível a supressão dos concursos, tomaria a liberdade de lembrar a sugestão por mim oferecida a S. Excia. o sr. Governador, em outubro último, e pelo mesmo acolhida de modo cativante para seu autor. Tinha por fim esta sugestão garantir aos professores comissionados, licenciados após as exigências do curso, um cargo que lhes permitisse a permanência na Capital até que lhes fôsse possível, uma vez pelo menos, enfrentar as dificuldades de um concurso. De fato, sendo precária a situação financeira de não poucos de entre eles, ver-se-iam, terminados seus estudos, obrigados a reassumir seus cargos no magistério primário, no interior do Estado, e, assim, carentes dos meios adequados para o preparo de um concurso: perdidos, portanto, todos os esforços. Claro que não se trata de uma disposição legal a ser incorporada no projeto da reforma, mas assim de uma simples medida de ordem prática. Confesso, além disso, que minha primeira proposta de supressão pura e simples do con-

curso para os licenciados e sua nomeação automática para os cargos vagos ou recém-criados no ensino secundário, ainda me parece preferível.

Desejaria, enfim, definisse o projeto a situação e os direitos das licenciadas. Este problema se me afigura tanto mais digno de interesse quanto o elemento feminino constitui a quasi totalidade da Secção de Letras da Faculdade de Filosofia. Às licenciadas, parece-me, deveria ser permitido o ingresso nos estabelecimentos de caráter masculino, à medida e no limite dos lugares vagos, por deficiência de candidatas do sexo masculino. De modo contrário: 1.º) sendo limitado o número de estabelecimentos femininos de ensino secundário, oficiais ou oficializados, essas professoras, em sua quasi totalidade, ficariam sem função; 2.º) sendo notoriamente insuficiente o número de professores licenciados para essas especialidades, algumas cadeiras de português e latim, e principalmente as de línguas vivas, permaneceriam vagas, e assim, por falta de professores imbuídos do espírito da Reforma, a própria Reforma, em tais condições, não passaria de letra morta.

* * *

Tais as sugestões que me ocorreram à leitura do projeto do prof. Fantappié. De modo algum prejudicam as observações que poderia apresentar a respeito da Reforma do Regulamento da Faculdade (que até agora não me chegou às mãos), de modo especial na parte referente aos períodos de estudos, organização da licença, estágio de ensino, conferências pedagógicas, regime e condições de prerrogativas de doutoramento, etc. Não passam elas de uma

contribuição eficaz e leal à reforma do Ensino Secundário, levando em conta a minha experiência pessoal e também as condições particulares do meio e, enfim, a importância primordial de semelhante assunto para a formação das elites e o progresso da cultura no Estado que muito me honrou, solicitando minha colaboração».

XI

RELAÇÕES COM O CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Como esta Faculdade não possui ainda a sua Congregação, o Conselho Universitário faz as vezes desta, motivo por que trazemos para estas páginas algumas das suas decisões mais importantes, aquelas, sobretudo, cuja solução possa assumir um caráter decisivo e que se reflita sobre interesses gerais do ensino.

A primeira, e a mais importante, refere-se a um plano de modificação na Secção de Ciências Naturais, ao modo de interpretação do art. 112 do nosso Regulamento, e a uma proposta de desdobramento de cátedra:

A — PLANO DE MODIFICAÇÕES PROPOSTAS AO REGULAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA E SUBMETIDAS À APROVAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Exposição de motivos

Senhores Conselheiros:

O Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sem similar no ambiente nacional, feito sob a pressão do tempo e sem certa elasti-

dade de execução, porisso que preso a pontos fixos do padrão federal, tinha que apresentar forçosamente imperfeições e falhas, algumas imprevisíveis no plano abstrato das regulamentações, e outras que resultariam da necessidade de desdobramento e maior expansão das cátedras, verificáveis somente ao compasso do desenvolvimento do ensino.

Não é de estranhar, portanto, que, não obstante o pouco tempo decorrido da aprovação do Regulamento, haja, desde já, motivo para que o Conselho, deliberando em sua sabedoria, reconsidere alguns pontos em que a prática já demonstrou a insuficiência da regulamentação atual, dispensando a acolhida que julgar acertada às soluções propostas na presente exposição.

a) — Sub-seção de Ciências Naturais

1. A Sub-seção de Ciências Naturais, desenvolvida em três anos, como todos os demais cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, necessita de uma revisão urgente na sua seriação, sob pena de falhar nas suas finalidades.

O art. 10 do dec. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a Universidade de São Paulo, distribui da seguinte forma as matérias da Sub-seção referida :

1.º ano — Física Experimental, Mineralogia (inclusive petrografia), Biologia Geral, Botânica, Zoologia ;

2.º ano — Geologia, Química Biológica, Botânica, Zoologia, Fisiologia Geral ;

3.º ano — Biologia Geral, Fisiologia Animal, Fisiologia Vegetal, Geologia.

Baseado nessa distribuição, o Regulamento da Faculdade, baixado com o dec. n. 7.089, de 6 de abril de 1935, assim estabeleceu, no seu art. 12, a nova distribuição de cadeiras :

1.º ano — Física Geral e Experimental, Química, Mineralogia, Biologia Geral, Botânica, Zoologia ;

2.º ano — Petrografia e Paleontologia, Biologia Geral, Bioquímica, Botânica, Zoologia ;

3.º ano — Geologia, Botânica, Zoologia.

Estabeleceu mais o art. 12 do Regulamento que, nas cadeiras de Zoologia, Botânica e Biologia, o ensino terá caráter rotativo.

2. De acôrdo com o Regulamento, pois, o primeiro ano da Sub-seção de Ciências Naturais compõe-se de seis cadeiras : quatro verdadeiramente de Ciências Naturais, que são as de Mineralogia, Biologia, Botânica e Zoologia, e duas complementares, que são as de Química e de Física. E' certo que o dec. 6.383 previra, no primeiro ano, apenas cinco cadeiras, que eram tôdas as constantes do Regulamento, menos a de Química. O espírito desse decreto, contudo, era o de estabelecer, paralelo ao curso de Ciências Naturais, o curso complementar, tanto assim que previa a cadeira de Química Biológica no segundo ano. Pareceu aos elaboradores do Regulamento que, dentro desse espírito, cabia e se impunha mesmo a criação também de uma cadeira complementar de Química, no primeiro ano, por ser matéria a que os alunos terão forçosamente de recorrer em tôdas as cadeiras da Sub-seção, cujo estudo se desdobra pelos três anos do curso, com

excepção da cadeira de Biologia Geral, que consta somente de dois anos.

3. Poder-se-ia talvez imaginar uma solução para o excesso de cadeiras no primeiro ano, passando a de Biologia Geral para o 2.^o e o 3.^o anos. Dêsse modo, no primeiro ano ficariam cinco cadeiras.

Mas essa solução é inexecutável. A cadeira de Biologia Geral é lecionada, como ficou dito, em dois anos, e é indispensável que os alunos estudem, em primeiro lugar, a primeira e em segundo lugar a segunda parte. Em outras ca-

deiras, em que também se estabeleceu o ensino rotativo, tal obrigação não existe, pois nenhum inconveniente resulta de ser o curso iniciado por esta ou aquela parte da matéria. Como isso, entretanto, não se dá com a Biologia, tornou-se forçada a inclusão da cadeira nos três anos, visto como, para os alunos que entrarem para a Faculdade nos anos ímpares, ela se lecionará no 1.^o e no 2.^o anos, e para os que entrarem nos anos pares ela se deslocará para o 2.^o e 3.^o anos. O quadro abaixo esclarece melhor a questão:

	1935	1936	1937	1938	1939
1.º anno	1.a parte		1.a parte		1.a parte
2.º anno		2.a parte	1.a parte	2.a parte	1.a parte
3.º anno				2.a parte	

Como se vê, as turmas matriculadas nos anos pares fazem a cadeira no 2.^o e 3.^o anos, e as dos anos ímpares fazem-na no 1.^o e no 2.^o anos, pois nos anos ímpares será lecionada a primeira parte e nos anos pares a segunda.

4. Outro alvitre, para evitar a sobrecarga de matérias, seria o desdobramento do curso. A cadeira de Mineralogia, Geologia e Petrografia poderia passar para as Sub-seções de Ciências Físicas e de Ciências Químicas, e as demais cadeiras do curso de Ciências Naturais permaneceriam fazendo parte desta, uma vez que tôdas são ciências biológicas. Alguns argumentos de ordem prática, entretanto, mostraram que não seria conveniente essa solução. Em primeiro lugar, sendo uma das finalidades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras formar professores aptos para o ensino secundário, isso

não se daria em relação aos que procurassem a Sub-seção de Ciências Naturais. Nos cursos ginasiais, como estão atualmente organizados, existe a cadeira de História Natural, em que se ensina, ao mesmo tempo, Zoologia, Botânica e Mineralogia. Excluir do curso da Faculdade a cadeira de Mineralogia importaria em formar professores de História Natural, que podiam ser excelentes no ensino da Zoologia ou da Botânica, mas que não poderiam ensinar a Mineralogia. Essa solução tinha, pois, de vir acompanhada de outra, de caráter geral, e que seria a reforma do ensino secundário nesse particular, com o desdobramento da cadeira de História Natural, de acordo com essa sugestão. Seria, pois, uma solução difícil e dispendiosa, visto como obrigaria à existência, nos ginásios, de dois professores de História Natural. O argumen-

to, porém, que com maior vigor repeliu essa sugestão foi o de que, por essa forma, afastando-se a cadeira de Mineralogia e Geologia da Sub-seção de Ciências Naturais, para colocá-la entre as Ciências Químicas e Físicas, se lhe tiraria o cunho naturalístico. E esse cunho é indispensável, sobretudo no Brasil, onde temos ainda poucos técnicos em Geologia e Mineralogia, e onde essas Ciências precisam ter um desenvolvimento considerável.

5. Anexos aos demais estabelecimentos de ensino universitário, já funcionam os cursos do Colégio Universitário, cujos resultados serão inegáveis em um futuro próximo. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, entretanto, esse curso prévio ainda não se acha instalado. Até 1937, está estabelecido que os candidatos aos seus cursos ficarão sujeitos apenas ao exame vestibular. Mas, por maior rigor que neste se empregue, não será fácil obter homogeneidade nas turmas — o que, sem dúvida, se alcançará com o Colégio Universitário. Na Sub-seção de Ciências Naturais, sobretudo, essa falha é mais sensível, porque, sem conhecimentos sólidos de Química, de Física e de Matemática, não poucas dificuldades se apresentarão ao aluno. O sistema estabelecido — dos cursos complementares de Química e de Física, paralelamente às demais cadeiras, — no primeiro ano da Sub-seção — não corrige essa falha, porque se torna quasi inútil o estudo simultâneo das matérias básicas e de outras em que estas são aplicadas no pressuposto de seu conhecimento completo. No mundo intelectual, como no mundo físico, os alicerces, por definição, têm que ocupar as bases e não os interstícios das construções.

6. Uma única solução, parece-nos, se impõe, para corrigir essa falha: a da criação de um curso prévio para os candidatos à Sub-seção de Ciências Naturais. Ou melhor: a elevação, para quatro anos, do curso de Ciências Naturais. No primeiro ano, far-se-á o estudo de Química, de Física e de Matemática, segundo programas organizados em colaboração com os professores de Ciências Naturais e em que estejam previstos todos os pontos indispensáveis aos respectivos cursos. Ministradas desse modo, amplamente, as bases imprescindíveis ao estudo das várias cadeiras fundamentais da Sub-seção de Ciências Naturais, o curso desta se iniciaria no segundo ano, com as mesmas cadeiras que atualmente a compõem, excluídas as complementares. Para os alunos, haverá toda a conveniência na solução proposta, porquanto, embora obrigados a mais um ano de estudos, não serão forçados a um pesada sobrecarga de matérias, sobretudo no primeiro ano. E o ensino ganhará extraordinariamente em eficiência, pois o estudo das Ciências Naturais se fará de modo normal, com a verificação real de conhecimentos básicos e sem a necessidade, notada no corrente ano, de voltarem os professores até às bases, avivando os conhecimentos dos alunos, para depois poderem explicar o ponto desejado.

7. Esse primeiro ano terá caráter facultativo. Os alunos que se julgarem em condições de entrar diretamente no segundo ano deverão sujeitar-se apenas, além dos exames vestibulares, às provas finais das matérias que constituem os programas do primeiro ano.

Esta nova disposição das cadeiras poderá ser acompanhada de uma regula-

menção mais concessiva quanto ao tempo e duração do curso, de modo que os alunos possam fazer os três ou quatro anos em seguimento contínuo ou descontínuo, à vontade. A licenciatura na Secção de Ciências Naturais obriga à freqüência e aprovação nas quatro cadeiras fundamentais. Mas, se ao aluno convier fazer o curso em maior tempo, que lhe seja facultada essa regalia. Apenas, se deve estabelecer que a licenciatura em Ciências Naturais será concedida somente ao aluno que tiver obtido aprovação em tôdas as cadeiras fundamentais, seja em três, em quatro ou mais anos.

b) — Aplicação da lei federal que concede ao aluno a possibilidade de cursar uma determinada disciplina, isoladamente.

8. Outro ponto de modificação no Regulamento, que submetemos à aprovação do Conselho, é o seguinte:

O seu art. 112, repetindo disposição do § unico do art. 111 da lei que criou a Universidade de S. Paulo, permite ao candidato

«inscrição em qualquer das Secções ou Sub-secções para fazer o curso completo, de três anos, ou o curso de uma ou mais disciplinas de escolha livre, segundo o critério da especialização».

A compreensão dêsse artigo, como já tivemos occasião de exarar, em face de casos concretos, parece que deva ser o seguinte. Cada curso, considerado isoladamente, é indissolúvel: dentro de um determinado curso, não é permitido ao aluno, portanto, escolher para freqüentação, tais e quais disciplinas, de

que se compõe a sua totalidade. Mas, ao lado disso, deve haver cadeiras independentes, a que se refere o disposto no Regulamento. Por outro lado, o fim da Faculdade não é exclusivamente o de formar professores, dos quais se deveria exigir uma cultura mais la'a, de caráter generalizado. E' também, e principalmente, o de formar homens de ciência, que possam aprofundar o estudo de uma única e determinada matéria. Haveria também vantagem em que, ouvidos os respectivos professores, fôssem especificadas, no Regimento Interno, quais as cadeiras que estariam em condições de serem consideradas independentes, para a applicabilidade do têxto legal.

A providência da lei é, pois, salutar e deve ser mantida. Mas o Regulamento atual, acolhendo essa disposição, não dá nenhum destino aos estudantes que se tenham valido dela para seguir o curso de uma só cadeira. Os que fizeram o curso completo — voltando ainda à Sub-secção de Ciências Naturais, que é a que melhor exemplifica o caso — obterão a licenciatura em Ciências Naturais, mas os que fizeram em uma cadeira apenas, a de Botânica ou a de Biologia, por exemplo, que título ou diploma lhes serão outorgados? Parece-nos que um certificado da terminação do curso e a possibilidade de doutoramento após a defesa de tese, de um trabalho de real valor científico ou uma contribuição intrinsecamente valiosa, feita dois anos depois da formatura, lhes poderiam ser conferidos com tôda a justiça. Surge aí, porém, outra dificuldade. Deverá o candidato que desejar doutorar-se defender tese perante uma banca constituída unicamente pelo professor em cuja disciplina se especia-

lizou? ou por uma comissão examinadora mais vasta? Cremos que o mais acertado seria obrigá-lo, por ocasião da defesa da tese, a fazê-la perante uma comissão presidida pelo examinador nato e mais dois professores da Secção, a cujas cadeiras, como matérias subsidiárias, estaria também obrigado a prestar exame final vago.

Os licenciados em Ciências Naturais, é bem de ver, continuarão a ter o direito ao doutoramento pelo processo que lhes garante o Regulamento: defesa de tese, à livre escolha, feita dois anos após a formatura e perante banca constituída na forma regimental. Receberão, então, o título de «doutor em Ciências Naturais», ao passo que os primeiros teriam o título de «doutor» em determinada disciplina.

c) — Desdobramento da cátedra de Literatura Luso-Brasileira

9. Finalmente, a cátedra de Literatura Luso-Brasileira, pela dificuldade de seu preenchimento, impondo, como o faz atualmente, conhecimento profundo das literaturas de dois povos, afins pela origem, pela tradição histórica e pela língua comum, mas afastados pela peculiaridade de seu desenvolvimento mental e literário, precisa ser desdobrada em cadeiras de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira.

Regulamentação

De tudo quanto ficou exposto, podemos extrair, sob a forma de artigos, a serem introduzidos no Regulamento, as seguintes conseqüências:

d) Emendas e aditivos ao Regulamento:

O art. 12 do Regulamento ficará assim redigido:

Art. 12 — E' a seguinte a distribuição da Sub-secção de Ciências Naturais:

- 1.º ano (Curso Facultativo) Física
Química
Matemática
- 2.º ano — Mineralogia
Biologia Geral
Botânica
Zoologia
- 3.º ano — Petrografia. Paleontologia
Biologia Geral
Bioquímica
Botânica
Zoologia
- 4.º ano — Geologia
Botânica
Zoologia

Acrescente-se, entre os arts. 12 e 13 do actual Regulamento, o seguinte:

Art. — O primeiro ano destina-se exclusivamente aos alunos que hajam feito os exames vestibulares e não tenham requerido a sua matrícula directamente no 2.º ano.

§ 1.º — Os alunos que requererem matrícula directamente no 2.º ano deverão, depois de aprovados em exame vestibular, submeter-se às provas finais das matérias que constituem o primeiro ano, de acôrdo com os respectivos programas, e, só se aprovados nas mesmas, poderão obter matrícula directamente no 2.º ano.

Acrescente-se, onde convier:

Art. — A licenciatura no curso de Ciências Naturais exige a frequência e

o exame das quatro matérias que lhe constituem a substância, podendo, no entanto, o aluno fazer o curso em três anos seguidos ou em mais tempo, conforme lhe convenha.

Art. — O candidato que houver feito o curso de uma disciplina isoladamente e obtido a aprovação final receberá um certificado de frequência no qual se registrarão as notas alcançadas, sendo-lhe ainda facultado doutorar-se na mesma disciplina se, ao cabo de dois anos, e observado o que preceitua o artigo 152 do Regulamento, defender tese perante uma banca examinadora, da qual façam parte, como membro nato, o professor da cadeira em questão, e mais dois professores de cadeiras afins da respectiva Secção, e que serão consideradas como disciplinas secundárias.

§ único — O agrupamento entre a cadeira fundamental e as que lhes devam ser consideradas subsidiárias, será discriminado no Regimento, bem como as cadeiras que devam ser consideradas independentes, para a applicabilidade do artigo 112 do Regulamento.

Art. — O candidato que defender tese, tendo feito o curso de uma só disciplina, receberá o grau de doutor, restringindo-se a enunciação do seu título à matéria cursada.

Art. — A cadeira de Literatura Luso-Brasileira fica desdobrada em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa.
São Paulo, 12 de dezembro de 1935.

a) *A. de Almeida Prado*

e) ANEXOS.

PROGRAMAS FEITOS A PEDIDO
DO DIRETOR PARA FUNCIO-

NAMENTO DOS CURSOS PREVISTOS NA MODIFICAÇÃO PROPOSTA

Programa para os alunos do curso de Ciências Naturais:

Química inorgânica

(Prof. H. Hauptmann, assistente contratado da cátedra de Química).

Noções fundamentais:

Elemento. Combinação. Mistura.
Átomo. Molécula.
Peso atômico. Átomo-grama.
Peso molecular. Molécula-grama

Leis fundamentais:

Lei da conservação da matéria.
Lei das proporções definidas e múltiplas.

O ar e seus componentes:

Oxigênio
Nitrogênio

A água e seus componentes:

Hidrogênio

Os metalóides mais importante; suas combinações e reações analíticas:

Cloro. Bromo. Iodo
Enxofre
Combinação do nitrogênio
Fósforo
Carbono
Silício

Os metais mais importantes; suas reações e combinações:

Sódio
Potássio
Cálcio
Alumínio
Zinco

Manganez
Ferro
Cobre
Mercúrio
Chumbo
Arsênico
Estanho

Assúcares e hidratos de
carbono
Corpos proteicos.

A lei da ação das massas e suas con-
seqüências:

Dissociação electrolítica
Produto da solubilidade
Teoria da precipitação

Química orgânica

Os princípios da análise química orgâ-
nica. As funções mais importantes da
série alifática:

p. e. Carbohidratos

Halogênatos
Alcoóis
Ácidos
Éteres
Aminas
Nitrilas
Aldeídos
Cetonas
Ureia

As funções mais importantes da série
cíclica:

p. e. Benzeno, Anilina, Fenol,
Ácido benzoico, Naftalina,
etc.

As funções mais importantes da série
hétero-cíclica:

p. e. Piridina, Pirol, Furan.

Combinações importantes encontradas
na natureza:

p. e. Graxas

Física

(Dr. Antonio Soares Romêo, encarre-
gado do curso de Física, da Secção
de Ciências Naturais).

1 — Introdução. Objeto e métodos
da física. Leis. Terias. A matéria,
seus estados. Hipótese molecular. Mas-
sa das moléculas. Número do avogro-
do. O movimento das moléculas e teo-
ria cinética dos gases. Noções sobre o
movimento browniano. Os átomos.

2 — Medida das grandezas físicas.

3 — Noções da cinemática e da es-
tática.

4 — Noção de trabalho e potência.
Energia.

5 — Noções sobre máquinas simples.
Gênero alavanca, gênero plano incli-
nado.

6 — Balança — pesagens.

7 — Dinâmica. Princípios e teore-
mas de dinâmica.

8 — Noção de pressão. Teorema ge-
ral da hidrostática. Teorema de Ar-
quimedes. Teorema de Pascal.

9 — Equilíbrio dos vasos comunican-
tes. Manômetros e barômetros. Medi-
das das pressões elevadas. Barômetro
truncado. Vacuômetro.

10 — Dessimetria.

11 — Tensão superficial — capilari-
dade.

12 — Mistura dos gases. Dissolução
dos gases nos líquidos.

13 — Noções de hidrodinâmica — Ciscosidade.

14 — Noções de trigonometria. Movimento harmônico. Movimento circular e uniforme. Representação vectorial. Composição de movimentos harmônicos. Representação cartesiana.

15 — Propagação do movimento harmônico. Noções sobre ondas e sua transferência. Ondas estacionárias.

16 — Noções de acústica. Qualidades dos sons. Cordas sonoras, tubos sonoros. Ondas estacionárias.

17 — Análise e síntese dos sons. Sons, ultra-sons, infra-sons. Instrumentos acústicos.

18 — Termometria. Dilatação dos sólidos e líquidos.

19 — Dilatação dos gases. Equação dos gases perfeitos.

20 — Calorimetria. Método das misturas. Método da fusão do gelo. Calores específicos. Poderes caloríficos. Termoquímica. Calor animal. Constante solar.

21 — Fusão e solidificação.

22 — Vaporização.

23 — Sublimação. Equilíbrio de um corpo em seus três estados. Ponto triplo. Temperatura crítica. Continuidade do estado líquido e do gasoso. Experiência de Andrews. Equação de Van des Waals.

24 — Liquefação dos gases. Hidrometria.

25 — Dissoluções. Soluções saturadas. Soluções diluídas.

26 — Osmose e pressão osmótica. Soluções coloidais.

27 — Condução, convecção e radiação do calor (energia radiante).

28 — Noções sobre termodinâmica. Princípio de conservação da energia. Princípio de equivalência.

29 — Princípio de Carnot. Princípio de Nernst. Princípio de Le Chaletier. Brawon.

30 — Noção sobre a teoria cinética dos gases.

31 — Ótica geométrica. Reflexão. Refração simples.

32 — Ótica física. Difração. Dupla refração. Interferências. Difusão da luz.

33 — Polarização. Polarização rotatória.

34 — Dispersão da luz. Análise espectral. Riscas do espetro. Espectros de emissão e de absorção.

35 — Eletricidade. Generalidades. Os 14 modos de eletrização. Atrações e repulsões. Localização da eletricidade na superfície dos condutores. Cilindro de Faraday. Eletroscópio. Densidade elétrica.

36 — Fenômenos de influência. Campos newtonianos ou coulombianos.

37 — Potencial e capacidade elétricas. Eletrômetros.

38 — Condensadores elétricos e máquinas eletrostáticas.

39 — Corrente elétrica. Ações químicas da corrente. Eletrólise. Leis de Faraday.

40 — Dissociação eletrolítica. Teoria de Arrhenius, o pH, sua determinação.

41 — Efeitos caloríficos da corrente. Lei de Joule. Resistência elétrica.

42 — Geradores e receptores de energia elétrica. Lei de Ohm. Leis das correntes derivadas. Ponte de Wheatstone.

43 — Polarização, pilhas hidroelétricas, acumuladores.

44 — Magnetismo. Campo magnético. Fluxo magnético.

45 — Eletromagnetismo. Lei de Biot et Savart. Lei de Laplace.

46 — Imantação. Intensidade e indução magnética. Histérese. Eletroímans.

47 — Galvanômetro e suas aplicações.

48 — Indução eletromagnética. Auto-indução. Leis de Faraday e de Lenz.

49 — Noções sôbre as máquinas dinamo alternadas. Impedancia. Intensidade e diferença de potencial eficazes. Correntes polifásicas.

51 — Noções sôbre os motores elétricos.

52 — Noções sôbre os transformadores. Bobinas de indução.

53 — Oscilações elétricas. Alta frequência.

54 — Descargas nos gases rarefeitos. Raios caóticos, raios positivos, raios X.

55 — Átomo de Bohr. Efeito foto-elétrico.

56 — Rádio-atividade. Transmutação dos elementos.

57 — As novas concepções da física. As teorias de Fresnel e de Maxwell. A relatividade de Einstein. Princípio da constância da celeridade da luz. Princípio de relatividade restrita e generalizada.

58 — Incandescência e luminescência. Hipótese dos «quanta». A átomo de Bohr e as riscas. Efeitos diversos: Compton, Raman, etc.

59 — Ondulações e «quanta». As ondas associadas. Mecânica ondulatória.

Observações

Os pontos ns. 57, 58 e 59, do presente programa serão complemento ao estudo da Física, mas não entrarão em exames. O curso será teórico-prático, principalmente prático, reduzindo-se ao mínimo o desenvolvimento matemático. As aulas serão em número de três por semana, sendo duas teóricas e uma prática.

Nas aulas práticas de laboratório, os alunos farão, por indicação do professor, *registos de experiências*, por meio de gráficos ou tabelas, para se habitua-rem ao verdadeiro método das ciências de observação.

Se o tempo o permitir, serão desenvolvidas algumas outras teorias importantes, tais como a da ionização dos gases, a das flutuações, etc.

Matemática

(Dr. Omar Catunda, assistente, científico da Cátedra de Ciências Matemáticas).

Álgebra

1 — Números inteiros; operações e suas propriedades. Números negativos e fracionários.

2 — Algoritmo algébrico. Monômios e polinômios. Produtos notáveis. Divisão por monômio.

3 — Equações e problemas do 1.º grau. Resolução analítica e gráfica.

4 — Desigualdade. Inequações do 1.º grau. Estudo elementar dos máximos e mínimos.

5 — Divisão de polinômios. Divisibilidade, fatoração, máximo comum divisor.

Frações algébrica. Divisão da fórmula $\frac{x^n + a^n}{x + a}$.

6 — Elementos de análise combinatória. Binómio de Newton. Aplicações. Noções elementares de probabilidade.

7 — Números irracionais, definição e operações. Radicais aritméticos. Exponentes fracionários e negativos. Exponentes irracionais.

8 — Extração de raízes de números e polinómios. Racionalização de frações.

9 — Função. Função inteira e racional. Sucessão. Limite de sucessão. Série. Função contínua.

10 — Igualdades, identidades e equações. Equações algébricas. Racionalização. Sistemas de Equações. Exemplos de equações que se reduzem ao primeiro grau.

11 — Equações do 2.º grau. Discussão completa do trinómio do 2.º grau. Gráfico. Problemas. Equações biquadradas.

12 — Inequações do 2.º grau. Questões de máximos e mínimos.

13 — Sistemas do 2.º grau.

14 — Função exponencial. Logaritmos e suas propriedades. Uso das tábuas. Mudança de base. Logaritmos neperianos. Cálculo de expressões por meio de logaritmos.

15 — Matrizes e determinantes. Propriedades.

16 — Sistemas de equações lineares com várias incógnitas. Resolução e discussão por meio de determinantes.

17 — Números complexos; definição e operações. Representação gráfica. Fórmula de Moivre. Resolução das equações binómias.

18 — Derivado de uma função. Funções algébricas e trigonométricas. Função primitiva.

19 — Equações algébricas de qualquer grau. Propriedades elementares. Cálculos das raízes por aproximação e por gráfico.

20 — Noções sobre as equações diferenciais. Exemplos tirados da Geometria e da Física.

Geometria

1 — Recordação dos princípios de geometria.

2 — Igualdade entre figuras planas, em particular, triângulos. Construções e problemas.

3 — Perpendiculares e paralelas. Propriedade do círculo. Problemas.

4 — Figuras equivalentes. Construções e problemas.

6 — Medida de segmentos. Relações métricas no triângulo e entre figuras proporcionais. Problemas.

7 — Perímetros. Polígonos regulares. Medida da circunferência. Medida de Ângulos.

8 — Cálculo de áreas do círculo, etc.

9 — Estudo elementar da elipse, hipérbola e parábola.

10 — Geometria no espaço. Retas e planos. Retas e planos ortogonais e paralelos. Ângulos.

11 — Igualdades entre figuras no espaço. Diedros e ângulos poliédricos.

12 — Figuras solidas. Superfícies equivalentes. Volumens equivalentes.

13 — Medidas de áreas e volumes. Prisma, pirâmide, cilindro, cone, esfera. Teoremas de Guldin.

15 — Semelhança e homotetia no espaço. Simetria.

16 — Transformação das figuras em geometria, homotetia, projeções, inversão. Aplicações.

17 — Noções de geometria descritiva. Reprodução de pontos, retas e planos. Interseções.

Trigonometria

1 — Funções circulares diretas e inversas. Gráficos.

2 — Projeções otogonais. Relações fundamentais entre as funções trigonométricas. Fórmulas de adição, multiplicação e divisão de arcos.

3 — Cálculo logaritmico das expressões trigonométricas. Uso das tábuas.

4 — Equações e identidades trigonométricas. Problemas.

5 — Resolução de triângulos planos. Problemas.

6 — Noção de vectos. Soma. Produto, escalas e vectorial.

7 — Fórmulas de trigonometria esférica.

8 — Resolução de triângulos esféricos. Problemas.

Geometria analítica

1 — Representação de um ponto sobre uma reta. Mudança de origem. Coordenadas cartesianas no plano. Equação de uma reta. Posições particulares.

2 — Intersecção de retas. Distâncias de dois pontos. Relações angulares. Equação normal de uma reta. Distância de um ponto a uma reta.

3 — Transformação de coordenadas. Coordenadas polares.

4 — Curvas planas. Curvas algébricas, ordem. Simetria em relação a um

dos eixos ou à origem. Tangente. Problemas.

5 — Equação da circunferência. Propriedades do círculo, deduzidas da sua equação. Equação em coordenadas polares.

6 — Elipse, hipérbole e parábola. Estudo analítico elementar.

7 — Estudo de outras curvas particulares, em coordenadas cartesianas ou polares: senoide, cicloide, curva exponencial, espirais, etc.

8 — Coordenadas cartesianas no espaço. Equações de retas e de planos. Interseções. Problemas.

9 — Condição para que um plano passe por um ponto ou uma reta.

10 — Relações angulares no espaço. Equação normal de um plano. Ângulos de retas e de planos. Problemas.

11 — Transformação de coordenadas no espaço. Coordenadas e cilíndricas.

12 — Lugares geométricos. Superfícies e linhas em geral. Superfícies e linhas algébricas. Ordem.

13 — Equação da esfera. Superfícies da revolução. Exemplos de equações de superfícies e linhas.

PARECER

A essa proposta, deu o Conselho Universitário a decisão constante dos termos do ofício, que abaixo transcrevemos:

Of. n.º 178 da Reitoria da Universidade de São Paulo. — 17-3-1936. — Senhor Diretor. Com referência ao ofício acompanhado um plano de reforma do Regulamento dessa Faculdade, tenho a honra de comunicar a V. Excia. que,

submetido esse plano à deliberação do Conselho em sessão de 12 de fevereiro p.p., com o respectivo parecer da Comissão de Legislação e Recursos, foi este parecer aprovado, com um aditivo do professor Fonseca Teles.—Para orientação de V. Excia, envic cópia desse parecer, que conclui pela aprovação das modificações propostas, nos seguintes itens: I — *Sub-Secção de Ciências Naturais*. Opinou a Comissão pela criação de um ano preuniversitário, facultativo, para os candidatos que apresentarem certificados de curso ginasial anterior a 1935, compreendendo as três matérias citadas (Física, Química e Matemática) cuja organização poderá efetuar-se no Cólegio Universitário, dentro de seus cursos regulares. Para o caso dos candidatos que concluírem o curso complementar, na forma da legislação federal em vigor. II — *Curso de uma disciplina isolada*: Opinou a Comissão favoravelmente à aplicação da lei federal, que concede ao aluno a possibilidade de cursar uma disciplina isoladamente, manifestando-se, porém, contrariamente ao doutoramento em uma só cadeira. Prevaleceu, neste particular, o aditivo do professor Fonseca Teles, que manda conferir ao aluno que concluir o curso de uma disciplina e defender tese o título de «graduado». III — *Desdobramento da cátedra de literatura luso-brasileira*. Foi aprovado o desdobramento proposto. — Rogando a V. Excia, providenciar a redação dos novos artigos do Regulamento desse Instituto, em conformidade com as resoluções do Conselho, apresento a V. Excia, os protestos de minha estima e consideração. a) Reynaldo Porchat. — Reitor.

B — BOLSAS DE ESTUDO E COMISSIONAMENTO

A Regimentação das Bolsas de Estudo e Comissionamento de professores, que figura no volume precedente, foi feita com fim predeterminado e com verba para isso especialmente votada no ano de 1936. Em 1937, não havendo possibilidade de se chamar à concorrência professores normalistas, porque a isso se opunha a legislação federal, em virtude do funcionamento obrigatório dos cursos complementares, pareceu a esta Diretoria que não poderia continuar a vigorar o mesmo sistema, quanto ao comissionamento. Em relação às «bolsas de estudo», foi enviada ao Conselho Universitário uma consulta consubstanciada no ofício que passamos a transcrever e a respectiva resposta dada pelo Conselho:

«Of. n. 597 — 5 de Agosto de 1936 — Senhor Reitor. Tenho a honra de solicitar a V. Excia. encaminhar ao nobre Conselho Universitário a consulta seguinte:

No ano pasado, o Conselho Universitário, por proposta do ilustre Diretor do Ensino, dr. A. de Almeida Junior, tomou a louvável iniciativa de fazer incluir no orçamento de 1936 uma verba especial destinada à concessão de «bolsas de estudo», regulamentando, ao mesmo tempo, os concursos de comissionamento de professores.

O regime de transição que estamos atravessando, em matéria de ensino, obriga-nos, contudo, a uma consulta relativamente à aplicação dessa idéia no próximo ano, bem como nos subsequentes.

Com efeito, em 1937 esgota-se o prazo concedido aos portadores de certificados de conclusão de curso ginasial, expedidos até 1934, para que obtenham matrícula direta no 1.º ano dos cursos superiores, com dispensa do curso complementar correspondente. E' de prever, portanto, seja muito reduzido o número de candidatos ao 1.º ano da Faculdade, no próximo ano. O maior número de inscrições dar-se-á, sem dúvida, no Colégio Univertitário, ao qual são obrigados os alunos que concluíram o curso fundamental em 1935 e 1936.

A consulta que desejamos fazer ao Conselho é a seguinte:

— Devem realizar-se no ano próximo os concursos de «bolsas de estudo» apenas para os candidatos que procurarem o 1.º ano da Faculdade, ou para os que se destinarem ao Colégio Univertitário?

Impõe-se a consulta porque, sendo reduzido o número dos candidatos, o concurso poderá tornar-se menos disputado.

O Regulamento dos concursos só prevê a existência de «bolsas» nos cursos universitários, sem se referir aos preuniversitários. Como, porém, a partir do próximo ano, estes, para a maioria dos alunos, são considerados obrigatórios, seria conveniente deixar claro se esse Regulamento deve ser interpretado de modo restritivo, aplicado somente ao curso propriamente universitário, ou si deve ter interpretação mais lata, abrangendo também os cursos preuniversitários.

Solicitando uma resolução do Conselho nesse sentido, reitero a V. Excia. os protestos de minha distinta consideração. a) Dr. A. de Almeida Prado —

Diretor. — Ao Exmo. Snr. Dr. Reynaldo Porchat — DD Reitor da Universidade de São Paulo».

«Of. n. 647/1059 da Reitoria da Universidade de São Paulo. — São Paulo, 5 de Setembro de 1936. — Senhor Diretor. — Cumpre-me comunicar a V. Excia. que o Conselho Universitário, em sessão de 3 do corrente, conhecendo da consulta a êle formulada por V. Excia. sobre a possibilidade de se estender o concurso para «bolsas de estudo» aos alunos que se destinarem ao Colégio Univertitário anexo a êsse Instituto, decidiu aprovar o parecer da Comissão de Ensino e Regimentos, nos termos da cópia inclusa. Tenho a honra de apresentar a V. Excia., os protestos de minha estima e consideração. — a) Reynaldo Porchat. Reitor.

«PARECER»

«O Dr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras consulta êste egrégio Conselho sobre se o concurso para «bolsa de estudo» deve realizar-se apenas para os alunos que procurarem o 1.º ano daquela Faculdade ou se, visto a possibilidade de pequeno número de candidatos no próximo ano, pelo regime em que estamos de transição do ensino, se deve estendê-lo aos alunos que demandarem o Colégio Univertitário anexo àquela Faculdade. — A «bolsa de estudo» foi criada para beneficiar alunos dos institutos universitários e, sendo o Colégio Univertitário um prolongamento do curso ginasial, parece, não se deve a êles estender aquela concessão. — São Paulo, 11 de agosto de 1936. — aa) Altino Antunes, Raul Briquet e J. Aguiar Pupo. — Aprovado

em sessão de 3-IX-36 a) Murilo Mendes — Secretario Geral».

À vista dessa decisão, foi incluída no orçamento de 1937 uma verba igual à consignada em 1936, para ser disputada entre os alunos que se destinassem ao 1.º ano da Faculdade.

C — CONCESSÃO CONDICIONAL DE MATRÍCULAS A ESTUDANTES CUJOS EXAMES VESTIBULARES FORAM FEITOS EM OUTRAS FACULDADES

O regime universitário pressupõe equiivalências de cursos idênticos, feitos embora em institutos congregados diferentes. O caso de que se trata no presente item é o de estudantes que, tendo feito exames vestibulares na Faculdade de Direito, pretendiam tê-los como válidos, comprometendo-se a completar os restantes nesta Faculdade. Transcrevemos abaixo a informação favorável que demos ao caso, acompanhada, ao ser remetido ao Conselho, do seguinte despacho: «Inscreeva-se condicionalmente o candidato, de acôrdo com a informação, consultado a respeito o Conselho Universitário».

«INFORMAÇÃO»

Requerimento: Inscrição em exame vestibular — Requerente: Noedy Krahenbuhl Costa — Embora as Instruções da Diretoria Nacional de Educação estabeleçam, no Capítulo «Exames Vestibulares», n.º 6, que «não há, em caso algum, dispensa de exame vestibular», quer-nos parecer que a inscrição do candidato, nas condições em que requer, poderá ser atendida. Realmente, pela certidão da Faculdade de Direito, que junta, prova êle ter sido admitido no Curso de Bacharelado mediante

exame vestibular de Latim, Psicologia e Lógica, Literatura, Geografia e Higiene. Para matrícula na Sub-Secção de Letras Clássicas e Português desta Faculdade, caber-lhe-ia prestar exames vestibulares de Latim, Grego, Literatura, História da Língua Portuguesa e Sociologia (lingüística e estética). Dentre êsses exames, o requerente já prestou, pois, os de Latim e Literatura, para ingresso em outro Instituto superior de ensino, pertencente também à Universidade de S. Paulo. Parece, pois, que não fugirá à exigência da Diretoria Nacional de Educação, se se dispensar a requerente dos exames vestibulares que já prestou, mandando que se submeta apenas aos demais. Com esta informação, sobe o processo a despacho do Sr. Diretor. — 15-2-936».

«INFORMAÇÃO» — Requerente: Carlos Nóbrega Duarte — Assumo: Inscrição em exame vestibular, com dispensa da matéria. — Embora as Instruções da Diretoria Nacional de Educação estabeleçam, no Capítulo «Exames Vestibulares», n.º 6, que «não ha, em caso algum, dispensa de exame vestibular», quer-nos parecer que a inscrição do candidato, nas condições em que requer, poderá ser atendida. Realmente, pela certidão da Faculdade de Direito, que junta ao requerimento, prova êle ter sido admitido no Curso de Bacharelado, mediante exame vestibular de Latim, Literatura, Psicologia e Lógica, Geografia e Higiene. Para matrícula na Secção de Filosofia, desta Faculdade, à qual se destina, caber-lhe-ia prestar exames vestibulares de Psicologia, Moral, Lógica, História da Civilização e Latim. Dentre êsses exames, o requerente já prestou os de Latim, Psicologia e Lógica, para ingresso

em outro Instituto superior de ensino, pertencente também à Universidade de S. Paulo. Parece, pois, que não se fugirá à exigência da Diretoria Nacional de Educação, se se dispensar o requerente dos exames vestibulares e de Moral. — Com esta informação, sóbe o processo a despacho do Sr. Diretor. 15-2-1936. — aa) Ruy Bloem — Secretário — A. de Almeida Prado — Diretor».

«INFORMAÇÃO» — Requerente: Lourival Gomes Machado — Assunto: Inscrição em exame vestibular, com dispensa de matérias. — O requerente pleiteia a sua inscrição no exame vestibular correspondente à Sub-Secção de Ciências Sociais e Políticas. Tendo já prestado, em 1934, como o prova com a certidão junta, exame de História da Civilização, Geografia, Psicologia, Higiene, Latim, Sociologia, Literatura, Lógica, História da Filosofia e Noções de Economia, no extinto Curso Prejurídico, anexo, à Faculdade de Direito, e tendo sido, mediante êsses exames, admitido à matrícula no curso daquela Faculdade, requer seja apenas submetido ao exame vestibular de Moral, para ingresso na Sub-seção referida. Nessa Sub-seção, seriam os seguintes os exames a que normalmente seria chamado: Elementos de Sociologia, Moral, Lógica, História da Civilização, Elementos de Economia e Estatística. Verifica-se, pois, realmente, que apenas não prestou o requerente, para ingresso na Faculdade de Direito, o exame vestibular de Moral. Embora as Instruções da Diretoria Nacional de Educação estabeleçam, no Capítulo «Exames Vestibulares», n.º 6, que «não há, em caso algum, dispensa de exame vestibular» quer-nos parecer que a inscrição do can-

didato, nas condições em que requer, deve ser atendida, visto como, nas matérias para as quais requer dispensa de exame, já obteve aprovação em prova vestibular para outro instituto superior de ensino, pertencente também à Universidade de São Paulo. — Sobre hoje o processo a despacho do Sr. Diretor, por só ter sido apresentada nesta data a certidão da Faculdade de Direito. — 19-2-1936. aa) Ruy Bloem — Secretário — A. de Almeida Prado — Diretor».

PARECER

«Of. n.º 185 da Reitoria da Universidade de São Paulo ao Exmo. Sr. Dr. A. de Almeida Prado, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — 19-3-1936. — Senhor Diretor. — Comunico a V. Excia. que o Conselho Universitário, em sessão de 18 do corrente, tomando conhecimento do Ofício n.º 489 de 19 de fevereiro p.p., dessa Faculdade, e, na conformidade do parecer oferecido pela Comissão de Ensino e Regimentos, deliberou aprovar as inscrições dos Srs. Lourival Gomes Machado, Noedy Krähenbül Costa e Carlos Nobrega Duarte, feitas nos exames vestibulares dêsse Instituto, à vista das informações que instruem as respectivas petições, que com o presente são devolvidas a V. Excia. — Apresento a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e consideração. a) Reynaldo Porchat — Reitor».

D — REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO ATINENTE À MANEIRA DE ADMISSÃO DOS PRIMEIROS ALUNOS À SECÇÃO DE LETRAS DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

Relativamente a êste assunto, em data de 13 de abril, mandámos ao Conselho

a seguinte representação: — «De acôrdo com o entendimento havido com o Sr. Secretário da Educação e os Diretores da Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Politécnica, ficámos encarregado, na qualidade de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de criar a Secção do Colégio Universitário (5.ª Secção) destinada aos alunos que desejarem cursar as Sub-secções de Letras Clássicas e Português e de Línguas Estrangeiras. As outras Secções — 1.ª, 2.ª e 3.ª — destinadas a fornecer alunos para as demais Sub-secções desta Faculdade, ficarão agregadas às Secções já existentes e em funcionamento na Faculdade de Direito, na Faculdade de Medicina e na Escola Politécnica, respectivamente. A Secção verdadeiramente nova, a ser instalada, é a que se refere à de Letras, desta Faculdade. Segundo dispõe a legislação federal, os alunos que concluírem o curso ginásial depois de 1934 serão obrigados a um curso complementar de dois anos, afim de poderem ingressar nas Faculdades superiores; ora, acontece que a aplicação rigorosa do texto legal iria criar uma solução de continüidade na vida escolar desta Faculdade. Os alunos que ingressarem no Colégio Universitário em 1936 passarão, em 1937, para o segundo ano do mesmo, e assim ficaria a Faculdade privada, por um ano, de receber alunos do Colégio Universitário. Em 1937, só poderiam matricular-se na Secção de Letras, bem como nas demais Secções de seu curso, os alunos, em número muito reduzido, que tivessem concluído o curso ginásial até 1934, e, em número ainda mais escasso, os que tiverem o curso de madureza. Além dêsses, poderão ainda entrar, sujeitos à obrigatoriedade de exa-

me vestibular, os diplomados por cursos superiores. Êsses, como se tem verificado até hoje, são também de número sempre minguaado. Tôdas essas circunstâncias convergem para reduzir ao mínimo a freqüência nessa Secção, como nas demais. — Para obviar a êsse inconveniente, propomos que, a exemplo do que se fez quando se instalaram as outras Secções do Colégio Universitário, sejam os alunos admitidos ao 1.º e ao 2.º anos das Secções, simultâneamente. No 1.º ano serão admitidos, se não exceder o número de candidatos ao de vagas prefixado, todos os alunos que houverem terminado o curso de ginásio depois de 1934, median'e simples requerimento. Os que houverem terminado o curso ginásial antes de 1934, e aos quais assiste mesmo o direito de pleitear, até o proximo ano, o ingresso direto ao primeiro ano da Faculdade, poderão ser admitidos ao 2.º ano do Colégio Universitário, independentemente de concurso. Os demais serão selecionados por provas de concurso. — Mas, para se realizar essa seriação inicial, que contraria o que dispõe a lei, a qual exige dois anos de curso complementar entre o ginásio e a escola superior, torna-se necessária a aprovação do Conselho Nacional de Educação às providências que lembramos aqui. — Propomos, pois, que, através dêste Conselho, sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Educação as seguintes sugestões: 1.º — Que, para o recrutamento de alunos das diversas Secções do Colégio Universitário, destinadas a preparar os futuros alunos desta Faculdade, seja permitido que, inicialmente, como medida excepcional, e só para o presente ano, haja matrículas no 1.º e no 2.º anos; 2.º — Terão o direito de entrar no 1.º ano,

mediante simples requerimento e prova de haver terminado o curso ginásial depois de 1934, todos os candidatos nessas condições; 3.º — Se o número de candidatos fôr maior que o prefixado (quarenta para tôdas as Sub-seções desta Faculdade, excepto as de Química, Física e Ciências Naturais, em que o limite é de vinte) haverá concurso de provas entre êles; 4.º para o segundo ano entrarão diretamente os alunos que hajam terminado o curso ginásial até 1934, inclusive, aos quais assiste o direito atual de entrar diretamente no curso superior, mediante exame vestibular; poderão também matricular-se no segundo ano os que tiverem curso de madureza e os que terminarem o curso ginásial em 1935, estes após provas seletivas de concurso, com programas organizados pelos respectivos professores do Colégio Universitário e atinentes às matérias ensinadas no 1.º ano do Colégio. — Pedimos ao ilustre Conselho Universitário que, compreendendo o alcance desta medida, essencial para a vida letiva da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ampare estas sugestões e as encaminhe ao poder competente, para que possam produzir efeitos imediatos na instalação da 5.ª Secção do Colégio Universitário, agora em organização, bem como nas demais Secções, já criadas e pelas quais deverão passar os candidatos às demais Sub-seções desta Faculdade. — a) Dr. A. de Almeida Prado — Diretor».

Em resposta a esta representação, recebemos o seguinte officio:

«Of. n.º 265 da Reitoria da Universidade de S. Paulo ao Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — 1936 — Senhor Diretor. —

Com referência ao seu officio n.º 529, de 14 do corrente, comunico a V. Excia. que o Conselho Universitário, em sessão de 17 último, aprovou a proposta dos Srs. Fernando Azevedo e Milton da Silva Rodrigues sôbre a criação da 5.ª Secção do Colégio Universitário e da qual vai inclusa uma cópia. Apresento a V. Excia. os protestos de minha mais alta estima e consideração. a) A. de Almeida Prado — Vice Reitor em exercício».

SOLUÇÃO APROVADA

«Proposta dos Srs. Fernando de Azevedo e Milton da Silva Rodrigues: Propomos que, para a constituição da 5.ª Secção do Colégio Universitário, que funcionará anexa à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sejam instalados os dois anos do curso complementar ou Colégio Universitário: o primeiro, de classe composta de alunos que tenham terminado o curso ginásial fundamental em 1935, e que serão obrigados, de acôrdo com a lei federal, ao curso complementar completo; e o segundo, de classes compostas de candidatos que tenham terminado o curso ginásial, em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, em 1934 e anteriormente, ou tenham feito exames de madureza, ou apresentem diplomas de cursos em Escolas Superiores. Em um e outro caso, se o número de candidatos fôr superior ao de vagas, proceder-se-á a exame vestibular ou concurso de seleção. — São Paulo, 17 de abril de 1936 aa.) Fernando Azevedo, Milton da Silva Rodrigues. Aprovado em sessão de 17-4-1936 — a) Murilo Mendes — Secretário Geral».

E — VALIDAÇÃO DE CURSOS IDENTICOS PROFESSADOS EM OUTRO INSTITUTO SUPERIOR UNIVERSITARIO

Dois alunos da Escola Politécnica requereram a matrícula no 2.º ano do curso de Ciências Matemáticas, alegando terem frequentado o 1.º em comum com os alunos da nossa Faculdade, no ano anterior. Apresentamos o caso à consideração do Conselho sob o seguinte teor:

«Of. n.º 531 de 15-4-1936 — Senhor Reitor. — Tenho a honra de passar às mãos de V. Excia., para que se digne encaminhá-los ao Conselho Universitário, nos termos do art. 188 do Regulamento desta Faculdade, os dois requerimentos inclusos, dos srs. Fernando José de Oliveira Escorel e João Augusto Breves Filho. — Alunos da Escola Politécnica, ambos cursaram aí, em 1935, o 1.º ano, sendo aprovados. Agora, alegando que as cadeiras do 1.º ano da Sub-seccção de Ciências Matemáticas desta Faculdade foram, em 1935, comuns aos alunos da Escola Politécnica, requerem sejam considerados válidos tais exames, para que tenham o direito de matrícula no 2.º ano daquela Sub-seccção. — Efetivamente, as matérias do 1.º ano da Sub-seccção de Ciências Matemáticas são as seguintes: Geometria projetiva e analítica; Análise Matemática (1.ª parte); Física Geral e Experimental (1.ª parte); Cálculo Vectorial. Lecionadas em comum para as duas escolas pelos professores Luigi Fantappiè e Gleb Wataghin, tais matérias figuram no atestado de aprovação fornecido pela Secretaria da Escola Politécnica. — Parece-nos que os requerentes poderiam ser atendidos. Mas,

para a efetivação da matrícula pelos mesmos requerida, é necessária a autorização do Conselho Universitário, se este resolver dar valor, ara o curso desta Faculdade, aos exames das matérias comuns prestados na Escola Politécnica. Reitero a V. Excia. os protestos de minha distinta consideração. — a) Dr. A. de Almeida Prado. Ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade de S. Paulo.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO

Esta nossa consulta recebeu a seguinte resposta: «Of. n.º 260, da Reitoria da Universidade de S. Paulo. — Sr. Diretor. Com referência ao seu officio n.º 531, de 15 do corrente, devolvendo o processo, comunico a V. Excia. que o Conselho Universitário, em sessão de 17 deste mês, deferiu os requerimentos dos Srs. João Augusto Breves Filho e José de Oliveira Escorel, pedindo sejam considerados válidos os exames prestados em 1935, a fim de se matricularem no 2.º ano da Sub-seccção de Ciências Matemáticas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apresento a V. Excia. os protestos de minha estima e consideração. a) A. de Almeida Prado. — Vice-reitor em exercício.

F — LIMITAÇÃO DE MATRÍCULAS

Manda o Regulamento, no seu art. 109, que se limite, em tempo oportuno, a matrícula aos diferentes cursos da Faculdade. O officio abaixo propõe ao Conselho o número de vagas a serem abertas nas diferentes secções da Faculdade. Of. n.º D/658. — 30-11-1936. — Senhor Reitor. — Estabelece o Regulamento desta Faculdade no art. 109:

«Art. 109 — A matrícula nos diversos cursos da Faculdade será limitada de acôrdo com a capacidade das instalações e com as possibilidades didáticas. — § único — Essa limitação será fixada por ato anual da Congregação, em sessão de 10 de dezembro». — Tendo o Conselho Universitário na forma do Regulamento, as funções de Congregação, rogo a V. Excia. encaminhar ao mesmo, para que delibere na sua sessão de dezembro, a seguinte proposta de limitação, que também se referirá ao Colégio Universitário: Secções teóricas (Filosofia, Ciências Sociais e Políticas, Geografia e História, Letras Clássicas e Português e Línguas Estrangeiras) — 40 vagas. Secções de laboratório (Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas e Ciências Naturais) — 20 vagas. — Reitero a V. Excia. os protestos de minha distinta consideração. a) Dr. A. de Almeida Prado — Diretor. Ao Exmo. Sr. Dr. Reynaldo Porchat, DD: Reitor da Universidade de São Paulo».

APROVAÇÃO DO CONSELHO

Transcrevemos a seguir a resposta à nossa proposição: «Of. 896, da Reitoria da Universidade de São Paulo. — Sr. Diretor. — Em resposta ao Ofício D/658, de 30 de novembro p.p., dessa Faculdade, em que V. Excia. apresentou uma proposta de limitação de matrículas para êsse Instituto, cumpre-me comunicar a V. Excia. que o Conselho, em sessão de 14 do corrente, aprovou por unanimidade o parecer da Comissão de Ensino e Regimentos que opinava pela aprovação integral da proposta de V. Excia. — Apresento a V. Excia. os protestos de minha elevada considera-

ção. a) Dr. A. de Almeida Prado — Vice-reitor em exercício.

G — DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS DO CONCURSO DE SELEÇÃO PARA O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

Dependendo a distribuição das matérias de resolução a cargo do Conselho Universitário, consultou o Diretor, em tempo oportuno, sôbre a maneira prática de pôr em execução o art. 40 do Regulamento do Colégio Universitário: «Of. n.º D/659. — 30. 11. 1936. — Senhor Reitor. — Dispõe o art. 40, § 1.º do decreto estadual n.º 6.829, de 30/11/34, que regulamentou o Colégio Universitário: «Art. 40 — Havendo pedidos de matrícula à 1.ª serie em número superior ao de vagas, proceder-se-á a concurso entre os candidatos. § 1.º — O concurso constará de prova escrita de 3 matérias do 5.º ano ginásial, fixadas pela Congregação do Instituto». — Na forma do Regulamento desta Faculdade, o Conselho Universitário funcionará como Congregação, enquanto esta não estiver constituída. — Rogo, pois, a V. Excia. solicitar do digno Conselho Universitário fixar as matérias da 5.ª série ginásial que deverão ser exigidas no concurso mencionado para as várias Secções em que se divide a Faculdade, a saber: Filosofia, Ciências Sociais e Políticas e Geografia e História (anexadas à 1.ª Secção do Colégio Universitário); Ciências Naturais (anexadas à 2.ª Secção do Colégio Universitário); Ciências Físicas, Ciências Químicas e Ciências Matemáticas (anexadas à 3.ª Secção do Colégio Universitário); Letras Clássicas e Línguas Estrangeiras (componentes da 5.ª Secção do Colégio

Universitário). — Cumpre acrescentar que, na conformidade do art. 3.º do decreto federal n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, são as seguintes as matérias da 5.ª serie ginasial: Português, Latim, Alemão (facultativo), Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho. Quanto à limitação do número de vagas, é feita consulta em separado. — Agradecendo a V. Excia. as providências que der junto ao Conselho Universitário para solução desta consulta, reitero a V. Excia. os protestos de minha distinta consideração. a) Dr. A. de Almeida Prado. — Diretor. Ao Exmo. Sr. Dr. Reynaldo Porchat — DD. Reitor da Universidade de S. Paulo».

APROVAÇÃO DO CONSELHO

«Of. n.º 897 da Reitoria da Universidade de S. Paulo. Senhor Diretor. — Com referência ao Ofício D/659, de 30 de novembro p.p., em que V. Excia. solicitou ao Conselho Universitário, funcionando como Congregação desse Instituto, que fixasse as matérias de exame para o concurso de admissão, em 1937, às diferentes Secções do Colégio Universitário anexo a essa Faculdade, cumpre-me comunicar a V. Excia. que o Conselho aprovou, em sessão de 14 do corrente, o parecer constante da cópia inclusa. Reitero a V. Excia. a expressão do meu distinto apreço. a) Dr. A. de Almeida Prado. — Vice-reitor em exercício. Ao Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras».

«Parecer da comissão de ensino e regimento. — De acôrdo com o solicitado pelo Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esta Comissão

é de parecer sejam fixadas as seguintes matérias para o concurso de admissão, em 1937, às diferentes Secções do Colégio Universitário, anexo àquela Faculdade:

1.ª Secção:

Filosofia, Ciências Sociais e Políticas e Geografia e História (Português, Geografia e História Natural).

2.ª Secção:

Ciências Naturais (Física, Química e História Natural).

3.ª Secção:

Ciências Físicas, Ciências Químicas e Ciências Matemáticas (Física, Química e Matemática).

5.ª Secção:

Letras Clássicas e Línguas Estrangeiras (Português, Latim ou Grego e Geografia).

São Paulo, 9 de dezembro de 1936.

aa) Altino Antunes, J. Aguiar Pupo, Raul Briquet».

H — SOBRE A EXECUÇÃO DO CONCURSO SELETIVO ENTRE ALUNOS PROVENIENTES DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO, DOS CURSOS COMPLEMENTARES E DE OUTROS QUE TÊM, ATÉ 1937, O DIREITO DE DISPUTAR A ENTRADA DIRETA NA FACULDADE

Of. n.º 585. — 28.7.1936. — Senhor Reitor. — O início do funcionamento do Colégio Universitário correspondente às várias Secções desta Faculdade veio criar para esta, em face do seu Regu-

lamento, um problema novo, a respeito do qual peço a V. Excia. ouvir o nobre Conselho Universitário. Trata-se do seguinte:

1. O § 1.º do art. 108 determina que «o curso complementar é facultativo até 1938». Para matrícula, estabelece o art. 113 quais as disciplinas exigidas no concurso para as diversas Secções, cumprindo acrescentar que foram as mesmas, em cada Secção, escolhidas entre as matérias lecionadas no Colégio Universitário correspondente.

2. No ano próximo, contudo, já haverá alunos, atualmente na 2.ª série do Colégio Universitário, que disputarão matrícula no 1.º ano das Secções da Faculdade a que se destinam. Ora, de acôrdo com o § único do art. 53 do dec. 6.829, de 30/11/34, que dispõe sobre o Colégio Universitário, e lhe dá Regulamento, — «se o número de candidatos à matrícula fôr superior ao número de vagas, haverá concurso, a que serão admitidos todos os inscritos, quer provenientes do Colégio Universitário, quer dos cursos complementares equivalentes existentes nos ginásios oficiais ou oficializados».

3. Em 1937, entretanto, haverá ainda alunos que, em virtude do regime de transição, que então se esgota, terão direito a ingresso direto no 1.º ano dos cursos, com dispensa de aprovação no Colégio Universitário. São os que, tendo feito exames de madureza, ou tendo concluído o curso ginasial até 1934, se encontram favorecidos, nos termos da legislação federal, pelo § 1.º do art. 108.

4. As consultas que nos parecem necessárias, para esclarecer a efetivação dos exames vestibulares no ano próximo, são as seguintes:

a) Devem tais exames ser realizados na forma do art. 113 para todos os alunos, provenham ou não do Colégio Universitário.

b) Deve aplicar-se êsse regime de exames, com programas limitados, apenas aos candidatos não obrigados ao Colégio Universitário?

c) Ou devem ser adotados, nos exames vestibulares, os programas estabelecidos para os cursos do Colégio Universitário?

5. O Regulamento do Colégio Universitário (lei n.º 6.829, citada) determina, no art. 61, n.º 2, que, «se o número de inscritos fôr superior ao de vagas, haverá concurso entre todos, sobre as matérias do exame de admissão, ressaltando o disposto no § 2.º do art. 59» (aplicável só em 1935).

Assim, para tornar bem claro o método que deve presidir à organização dos programas de admissão às várias Secções da Faculdade, pedimos a atenção do digno Conselho presidido por V. Excia., para a presente consulta.

Reitero a V. Excia. os protestos de minha distinta consideração.

a) *A. de Almeida Prado*, Diretor.

Of.n.º 816 da Reitoria da Universidade de São Paulo. — 17.11.1936. — Senhor Diretor. — Com referência à consulta do seu ofício n.º 585, de 28 de julho último, comunico a V. Excia. que o Conselho Universitário, em sessão de 13 do corrente, aprovou o parecer da Comissão de Legislação e Recursos que vai junto por cópia.

Apresento a V. Excia. os protestos de minha estima e consideração. (a) *Reynaldo Porchat*, Reitor.

PARECER

Parecer. — O Dr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras consulta se os exames vestibulares a realizarem-se em 1937, na forma do art. 113 do Regulamento dessa Faculdade, são necessários para todos os alunos que se candidatem à mesma, quer provenham do Colégio Universitário, quer não.

Pensamos que se deve responder à consulta declarando que, nos termos do art. 53 § único do Regulamento do Colégio Universitário, os candidatos que dêle provierem não estão sujeitos a concurso se o número de vagas a preencher fôr superior ao número de candidatos porém, se fôr inferior, sujeitam-se ao concurso seletivo para serem admitidos tantos alunos aprovados quantas forem as vagas a preencher. Quanto aos demais, não estão dispensados de concurso, conforme o citado artigo e parágrafo e o art. 61, n.º 2.

A segunda consulta indaga se nesse exame se adotam os programas limitados ou se os programas estabelecidos para os cursos do Colégio Universitário.

Pensamos que a consulta deve ser respondida no sentido de adotar os programas limitados, somente para essa prova de seleção referente ao que dispõe o art. 53, § único.

O terceiro ponto da consulta refere-se aos programas de exames vestibulares, indagando se devem ser os estabelecidos para os cursos do Colégio Universitário.

Pensamos que se deve responder que nos exames vestibulares os programas devem ser calcados nos programas estabelecidos para os cursos do Colégio

Universitário, e comportar grau de desenvolvimento eqüivalente, não sendo essencial, porém, que tais programas produzam *ipsis litteris* os estabelecidos para os cursos do Colégio Universitário. S. Paulo, 13 de outubro de 1936.

Os Membros da Comissão de Legislação e Recursos. (aa) *Jorge Americano* — *Francisco Morato*.

XII

LEGITIMAÇÃO DE MATRÍCULAS CONDICIONAIS

Devendo diplomar-se, em fins de 1936, a primeira turma de alunos da Faculdade, que contava em seu seio professores normalistas, matriculados condicionalmente «ad referendum» do Conselho Nacional de Educação, resolveu o Sr. Diretor solicitar ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública uma decisão definitiva daquele supremo órgão do ensino sobre a situação dos referidos alunos. Nesse sentido, enviou ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, a seguinte exposição, em ofício datado de 29 de outubro:

D/647 — 29/Outubro/36.

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública.

Ao se fundar, em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, resolveu a Secretária da Educação e da Saúde Pública do Estado autorisar o respetivo Diretor, então o eminente professor Dr. Teodoro Augusto Ramos, a permitir a inscrição de professores normalis-

tas, que se candidatassem aos exames vestibulares. Nesse sentido, foi publicado por aquele saudável educador o seguinte edital:

«Faço público, para conhecimento dos interessados, que os professores diplomados por escola normal oficial do Estado poderão inscrever-se para prestar exames vestibulares aos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos termos do edital já publicado. Uma vez aprovados, serão admitidos à matrícula, que será condicionada à aprovação do Conselho Nacional de Educação, ao qual vai representar a Faculdade. — S. Paulo, 15 de junho de 1934. — (a) *Teodoro A. Ramos, Diretor*».

Nos termos desse edital, inscreveram-se em exames vestibulares, sendo aprovados e matriculando-se nos cursos da Faculdade, condicionalmente, vários alunos que não provinham de cursos ginasiais, mas de escolas normais do Estado.

De entre os alunos matriculados em 1934, com dependência dessa aprovação das autoridades federais do ensino, alguns se acham atualmente cursando o terceiro ano das Secções da Faculdade. Concluindo, pois, agora, o seu curso, torna-se urgente deixar clara a situação dos mesmos.

Legalmente, se os seus diplomas de normalistas não forem equiparados aos certificados de 5.^a série ginasial, não poderão eles ter o seu curso, feito na Faculdade, reconhecido pelo Governo Federal, por não se terem apresentado ao exame vestibular e à matrícula com as condições exigidas pelo n.º I do art.

81 do dec. 19.851, de 11 de abril de 1931, isto é, certificado de curso fundamental de cinco anos. Mas, por outro lado, parece de justiça que se lhes conceda tal equiparação, à vista dos resultados pelos mesmos obtidos nos cursos desta Faculdade, — cursos rigorosos de ensino superior e distribuídos em três anos de estudos intensos, que não poderiam acompanhar se lhes faltasse a base ministrada nos cursos secundários, a que se refere a lei.

Além disso, tais professores adquiriram, mercê da matrícula na Faculdade, uma expectativa de direito, que cumpre ao Governo efetivar após a terminação dos respectivos cursos. Não seria honesto, da parte desta Diretoria, se, havendo recebido tais alunos nas condições precárias em que foram admitidos, não envidasse agora todos os esforços para homologação de um ato em que os mesmos não tiveram nenhuma participação.

Cumpra acrescentar que também em 1935 e 1936, dentro da mesma autorização, e de acordo com o Conselho Universitário, foram admitidos à matrícula novos professores normalistas, em idênticas condições, isto é, mediante exame vestibular e com matrícula condicional.

* * *

Justifica-se, aliás, facilmente o onto de vista que determinou essa inscrição condicional, autorizada pelas autoridades do ensino em S. Paulo. O próprio decreto do Governo Federal, que instituiu as universidades brasileiras, salienta, na exposição de motivos que o acompanha, apresentada ao Exmo. Chefe do Governo Provisório pelo então Ministro da Educação, a necessidade de se organizar um corpo de professores do ensino

secundário, apto para o exercício da importantíssima tarefa a seu cargo, — base, mesmo, de toda a reforma então iniciada :

«As lacunas do ensino brasileiro — escreveu, nessa exposição de motivos, o sr. dr. Francisco Campos — são exatamente relativas ao corpo docente e ao regime escolar. Quanto ao corpo docente, já mostrei as providências tomadas em relação ao do ensino secundário, cujo recrutamento se passará a fazer entre os licenciados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras».

Em outro ponto da mesma exposição de motivos, acentuava ainda com mais precisão o ilustre titular da pasta da Educação e da Saúde Pública :

«O ensino secundário, tal como o temos no Brasil, será, ainda por muitos anos, e por maiores que sejam os nossos esforços, um ensino pobre, ineficiente e muitas vezes nulo. O que *lhe falta sobretudo é corpo docente de orientação didática segura* e com sólidos fundamentos em uma tradição de cultura, particularmente no que se refere às Ciências básicas e fundamentais, sem cuja posse plena e desembaraçada se torna impossível elevar os andares superiores da grande, autêntica e alta cultura».

E ainda :

«A Faculdade de Educação, Ciências e Letras está, como se vê, destinada a exercer uma grande influência renovadora no

nosso sistema de ensino, concorrendo, de modo eficaz, para que em alguns anos de honesta e rigorosa execução se transforme, das fundações à cúpula, o arruinado edifício do nosso ensino secundário, indigno, sob todos os pontos de vista, da missão que *lhe é reservada em todos os países cultos, de elevar a cultura geral do povo ao grau das exigências e imperativos, cada dia mais urgentes e rigorosos, da civilização contemporânea*».

Instalando a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do País, com um curso anexo de Educação, dentro, portanto, da orientação renovadora traçada pelo Governo da União, o Estado de S. Paulo teve principalmente em mira concorrer, dentro do seu território, para a solução desse problema básico, que é formação do professorado secundário.

Para obter mais depressa esse corpo de professores secundários, pensou o Governo de S. Paulo em recorrer aos próprios professores primários, já orientados nos problemas educacionais, e que, ingressando nos cursos da Faculdade, para a necessária especialização, mediante rigorosos exames seletivos, permitiriam atingir-se desde logo aquela finalidade. Para esse efeito, autorizou a matrícula dos mesmos, nas condições mencionadas. E o aproveitamento demonstrado por esses alunos, os primeiros dos quais estão a concluir o curso no corrente ano, vêm pôr em evidência o acerto dessa decisão, que, para ser definitiva, necessita agora a aprovação do Governo Federal, com a equiparação dos diplomas desses professores, expedidos

por escolas normais do Estado, aos certificados de 5.^a série ginasial. Para tanto, nem seria necessário que essa equiparação se fizesse indistintamente para todos os portadores de diploma de escola normal oficial do Estado. Bastaria que uma lei federal estabelecesse tal regalia para aqueles que provassem haver-se matriculado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo com a apresentação daquele diploma, e haver concluído o curso da mesma Faculdade, — valendo este curso como a confirmação da sua aptidão inicial.

* * *

Outro ponto para o qual pedimos a atenção de V. Excia., Senhor Ministro, é o que se refere aos exames vestibulares. Determinam, com efeito, as instruções expedidas pela Diretoria Nacional de Educação, de maneira absoluta, que não haverá, em caso algum, sejam quais forem os títulos apresentados, dispensa de exame vestibular para ingresso nos cursos superiores.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, ao se fundar, em 1934, permitiu o ingresso de alunos, com dispensa de exame vestibular, desde que matriculados ou diplomados em cursos superiores correspondentes às secções a que se destinavam. Em 1935, fez outras matrículas em idênticas condições. Em 1936, contudo, em obediência às expressas determinações da Diretoria Nacional de Educação, suspendeu tal concessão.

Esta, no entanto, vinha demonstrando ser de grande alcance, porque colocava a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras como cúpula da Universidade. As qualidades culturais dos seus alunos, em grande parte já portadores de diplomas de outros cursos superiores, tornou mais alto o nível dos seus cursos.

A cassação dessa regalia determinou, como não podia deixar de acontecer, que os cursos da Faculdade fôsem procurados especialmente por alunos procedentes de ginásios e escolas normais, ainda sem a maturidade necessária para a realização de cursos de especialização. Realmente, um médico poderá fazer com maior eficiência o curso da Sub-secção de Ciências Naturais, ou um engenheiro o de Ciências Matemáticas, ou um advogado o de Filosofia ou Ciências Sociais e Políticas, do que um estudante recém-saído de um ginásio. A presença de tais elementos nos cursos torna, naturalmente, mais alto o nível destes.

Mas não é só esse o inconveniente demonstrado pela determinação mencionada. Tendo os cursos da Faculdade o cunho de ministradores de cultura desinteressada — porque o ensino secundário não chega a ser, para os alunos, uma finalidade prática, como qualquer outro curso superior, que confere automaticamente o direito do exercício de uma profissão — pouca atração oferecem ao estudante que, terminando os cursos ginasiais, busca, num curso superior, elementos para exercer uma profissão futura. Assim, não é, nem pode ser por enquanto, grande o número de alunos da Faculdade, particularmente em determinadas Sub-secções em que se divide o seu curso.

Acresce a circunstância de que a exigência, atualmente em vigor, de dois anos de curso complementar reduziu e

reduzirá ainda mais o número dos alunos que procuram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ginasianos de desenvolvimento mental ainda imaturo, jovens que terminaram apenas os seus estudos secundários, não têm ainda a alta compreensão dos estudos e das perspectivas práticas que os cursos da Faculdade possam outorgar.

Fechada que seja a Faculdade, como estabelece o rigór das instruções atuais, aos normalistas e aos diplomados por cursos superiores, os primeiros por falta de curso ginasial e os segundos pela exigência da passagem obrigatória pelos cursos complementares, — a Faculdade terá, ainda por muito tempo, vazios os seus cursos.

Ora, levando em consideração os gastos vultosos que o Governo do Estado tem feito para armá-la convenientemente, material e cientificamente, mantendo um corpo docente dos melhores do país e composto, em grande parte, de professores estrangeiros, seria um grave defeito se, limitando-se assim o número dos seus alunos ao mínimo, não se retirassem da sua organização didática todas as vantagens que seriam de esperar.

* * *

Solicitando, pois, a Vossa Excelência as necessárias providências no sentido de serem atendidas essas duas sugestões, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

Dr. A. de Almeida Prado

Diretor

Ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema.

A DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em 18 de janeiro de 1937, o Sr. Reitor da Universidade de S. Paulo, prof. dr. Reynaldo Porchat, enviou à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o seguinte officio, dando conta da decisão do Conselho Nacional de Educação:

«Senhor Diretor,

Junto envio a V. Excia. cópia do officio n. 90 da Diretoria Geral de Educação e do parecer n. 204, da Comissão de Legislação e Consultas do Conselho Nacional de Educação.

Apresento a V. Excia. os protestos de minha estima e consideração — (a) Reynaldo Porchat, Reitor».

São os seguintes o officio e o parecer a que se refere o Sr. Reitor:

«Secretaria de Estado da Educação e Saude Pública. — Diretoria Geral de Educação — N.º 90 — OM/MCS. 36/6369 — 22. — Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1937.

Exmo. Sr. Reitor da Universidade de S. Paulo. — Em anexo envio a V. Excia. cópia do parecer n. 204 da Comissão de Legislação e Consultas do Conselho Nacional de Educação, unânimemente aprovado em sessão de 23-12-936.

Comunico ainda que, em despacho ministerial de 4 do corrente, foi o parecer homologado nos seguintes termos: «Homologo o parecer. Dê-se conhecimento dos itens a e b ao Diretor da Faculdade. 4-1-937. (a) Capanema».

Rogo a V. Excia. dar conhecimento do assunto ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Atenciosas saudações. — (a) Antonio Leal Costa, respondendo pelo expediente da Diretoria Nacional de Educação.

Eis o parecer n. 204, acima referido:

«Conselho Nacional de Educação — 1936 — Comissão de Legislação e Consultas.

Cópia do parecer n. 204 — Processo n. 36/6369 — Lido em 16-12-936. Aprovado unânimemente em 23-12-36 — (a) A. Lacombe.

Resumo do processo

Em ofício, endereçado ao sr. ministro, o sr. A. de Almeida Prado, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, historiando os antecedentes da Faculdade e a sua situação atual, em face das leis do ensino, pleiteia a aceitação de duas sugestões, que apresenta, afim de incrementar a matrícula nos cursos da mesma Faculdade e, ao mesmo tempo, de salvaguardar interesses de alunos que nela se matricularam condicionalmente, e que estão prestes a concluir esses cursos nas respectivas Secções.

Tais sugestões podem resumir-se da seguinte maneira: Primeira: — Equi-paração dos diplomas de normalistas, expedidos pelas escolas Normais oficiais do Estado, aos certificados de exame de 5.^a série ginásial, para os efeitos do n. 1 do art. 81 do dec. n. 19.851, de 11 de abril de 1931, isto é, certificado do curso fundamental de cinco anos. — Segunda: — Dispensa de exame vestibular para os portadores de diplomas

de cursos superiores correspondentes às Secções em que se subdividem os cursos da Faculdade.

Discussão

A primeira sugestão desdobra-se em duas, que, para maior clareza da discussão e das conclusões, estudaremos separadamente, e que podem ser assim enunciadas: a) a aprovação das matrículas condicionais, efetuadas em 1934, 1935, «ad referendum» do Conselho Nacional de Educação, de alunos diplomados nos cursos normais oficiais do Estado e habilitados nos respectivos exames vestibulares; b) equi-paração pura e simples, e de caráter geral, dos diplomas expedidos pelas escolas normais do Estado aos certificados de exames da 5.^a série ginásial.

a) As matrículas de 1934 provieram da resolução da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, que autorizou o saúdoso professor Teodoro Ramos, então diretor da Faculdade, a permitir a inscrição de professores normalistas, que se candidatassem aos exames vestibulares, sendo, nesse sentido, baixado edital competente.

Nos termos do mencionado edital, inscreveram-se vários professores normalistas nos exames vestibulares, sendo aprovados e matriculados. Tal prática se repetiu em 1935 e 1936, dentro da mesma autorização e de acôrdo com o Conselho Universitário. As razões que motivaram essa deliberação, são óbvias, em se tratando de uma escola cuja finalidade é o preparo de professores de curso secundário e se acham longamente expostas a fls. 3 e 4 do memorial. Tais razões, expostas na frieza de um comentário, parecem aberrantes

das normas que legalmente deveriam ser seguidas. Entretanto, militam em seu favor circunstâncias praticamente ponderáveis, quais sejam: 1) o aproveitamento, como professores secundários, de indivíduos já exercitados no mais penoso e no mais absorvente dos magistérios: o primário; 2) poderemos considerar praticamente equivalentes o curso secundário fundamental e os cursos normais paulistas; 3) a aprovação desses professores nos exames vestibulares e o aproveitamento e a eficiência demonstrados pelos mesmos nos cursos da Faculdade. Sobre assunto idêntico já se manifestou, aliás, este Conselho, no parecer n. 130, da Comissão de Regimentos, unânime e aprovado em 15 de julho último, relativo ao pronunciamento sobre matrículas, nas mesmas condições, permitidas pelo Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras. Assim reza o parecer: «Quanto à observação, feita pela diretoria Nacional de Educação, relativa à conveniência de pronunciar-se este Conselho sobre a validade das matrículas aceitas com diplomas de escolas normais, pensa a comissão devem considerar-se válidas somente as matrículas nessas condições permitidas em 1936 e 1937 aos candidatos que tiverem concluído o curso normal até 1934». Concluindo dessa forma, a Comissão ressaltou a obrigatoriedade do curso complementar para os alunos a êle atualmente sujeitos.

b) a proposição que se inscreve sob a letra «b» não nos parece aceitável, nem na simplicidade do seu enunciado, nem sob o aspeto focalizado pela petição inicial, folha 4, «in fine», isto é, com caráter de regalia especial da Faculdade, e isso pelos seguintes motivos: 1) ser da alçada do Legislativo federal;

2) por não cogitar da obrigatoriedade do curso complementar, atualmente extinto para matrícula nos cursos superiores, como judiciosamente observa o auxiliar técnico, sr. Costa Ribeiro; 3) por estabelecer um privilégio não condizente com o regime.

Segunda sugestão

A segunda sugestão provém do fato de haver a Diretoria Nacional de Educação expedido instruções, nas quais se consigna proibição terminante da dispensa de exame vestibular, sejam quais forem os títulos apresentados. «Tal exigência teve como fundamento, informa o auxiliar técnico sr. Costa Ribeiro, um despacho ministerial (proc. 3205-35), que considerou como contrária ao art. 158 da Constituição Federal qualquer dispensa de exame vestibular nos institutos de ensino superior, mesmo em se tratando de candidatos à matrículas que já possuem diplomas de outros institutos superiores». Esse critério é perfeitamente justo e razoável, quando não se trate de cursos afins, com programas iguais ou semelhantes. Desde, porém, que haja afinidade entre o diploma de curso superior apresentado pelo candidato e o programa da Seção a que se destina o mesmo, não vemos, no caso, infração ao dispositivo constitucional, mas, apenas, o reconhecimento, por parte do poder público, da validade de provas de habilitação e de títulos outorgados sob sua fiscalização e que possuem tanto ou mais valor do que os exigidos para ingresso no novo curso. Assim, parece-nos que um medico poderia ingressar no curso de Ciências Naturais, um engenheiro no de Matemática e um advogado no de Filosofia ou de Ciências Políticas e Sociais, indepen-

dente de qualquer novo exame, visto como, mais do que qualquer aluno proveniente dos ginásios, aqueles candidatos estão em condições de obter a máxima eficiência nos estudos, já pelo preparo anteriormente adquirido, já pela maior autoridade de espírito. Pensamos não haver inconveniente, nem quebra de princípios, na adoção desse critério, desde que, como acontece atualmente, o número de vagas nos respectivos cursos seja superior ao número geral de candidatos de qualquer procedência. Desde, porém, que o número de vagas seja inferior ao de candidatos, impõe-se o exame vestibular para todos, como critério seletivo, que é, para nos fornecer os meios de aferir a capacidade de cada um, aproveitando os mais capazes. Seria uma solução de simples justiça.

Em conclusão

De acôrdo com o exposto, a Comissão de Legislação e Consultas é de parecer: a) que sejam aceitas as matrículas de professores normalistas diplomados antes de 1935, por não estarem sujeitos, na época da terminação do curso normal, ao curso complementar, para ingresso nos cursos superiores; b) que sejam, igualmente, aceitas as matrículas de portadores de diplomas de cursos superiores, independentes de exame vestibular, desde que se destinem a cursos afins e que o número de vagas, nesses cursos, seja superior ao número de candidatos de qualquer procedência, convido acrescentar que tais matrículas só deverão ser permitidas até 1936, data em que começarão a ingressar nos cursos superiores os alunos possuidores de curso complementar.

A Comissão aproveita a oportunidade para lembrar a conveniência de serem encaminhados, por intermédio das respectivas reitorias, todos os processos referentes a institutos de ensino incorporados às universidades. — Genaro Maciel, relator; Raul Leitão da Cunha, Anibal Freire, Cesário de Andrade (pelas conclusões do parecer).

Declaro que voto pela conclusão do parecer, mas entendo que o seu fundamento deve ser a falta de dispositivo legal relativamente às exigências para a matrícula nos cursos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. De fato, o dec. n. 19.852, de 11 de abril de 1931, quando trata desses cursos, nenhuma referência faz, quer ao curso secundário, quer às matérias do exame vestibular para os fins da matrícula, ao passo que se refere especificamente ao assunto, a propósito dos demais cursos universitários. Na falta de legislação explícita a respeito, parece que a solução apresentada é a que melhor atende aos interesses do ensino, devendo ser adotada até que nova lei estabeleça normas para o funcionamento desses cursos. — Cesário de Andrade».

Aprovado unânimemente, 23 de dezembro de 1936. — A. Lacombe, secretário».

XIII

FUNDAÇÃO DO «GRÊMIO» DOS ALUNOS DA FACULDADE E APARECIMENTO DA REVISTA «FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS»

Duas iniciativas acadêmicas marcaram o alvorecer ao ano de 1936: a fundação do Grêmio dos alunos e o apa-

recimento de uma revista que traz o mesmo título da Faculdade.

Do primeiro presidente do Grêmio, dr. Milton Lourenço de Oliveira, recebemos o seguinte sumário das atividades de um e de outra, no período aludido:

GRÊMIO DOS ALUNOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Suas atividades em 1936

«Atendendo ao apêlo que lhes foi dirigido pelo aluno da Secção de Ciências Políticas e Sociais, dr. Milton de Oliveira, os seus colegas das diversas secções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo se congregaram para a fundação de um grêmio, cuja primeira diretoria, eleita em novembro de 1935, tomou posse a 27 de abril de 1936.

As finalidades do grêmio

A sessão solene da posse da primeira diretoria realizou-se no salão nobre da Faculdade de Direito, com a presença do dr. A. de Almeida Prado, dos representantes do sr. governador de S. Paulo, dos srs. secretários de Estado, dos comandantes da 2.^a Região Militar e da Força Pública, do prefeito da Capital, de professores universitários, representantes de centros acadêmicos e da imprensa, e de inúmeros estudantes de nossas escolas superiores. A sessão foi presidida pelo prof. Almeida Prado, que, depois de congratular-se com o corpo discente da Faculdade de Filosofia pela fundação de sua agremiação, declarou empossada sua primeira diretoria na pessoa do presidente da mesma, dr. Mil-

ton de Oliveira, a quem passou a palavra.

O presidente do Grêmio, referindo-se às finalidades deste, proferiu as seguintes palavras:

«Aceitando o aforismo pedagógico de Tomás de Aquino que considera o mestre tão somente intermediário orientador entre o programa organizado pela escola e o elaborado pelo trabalho próprio do aluno, somos dos que pensam que um grêmio acadêmico pode e deve ter, no regime universitário, o importantíssimo papel de propiciador do campo de ação ao espírito de iniciativa do estudante. O que pretendemos, fundando nosso Grêmio, é facilitar a consecução das finalidades universitárias; é criar e consolidar, sobre a messe fecunda de conhecimentos que nos oferecem nossos professores, o sentimento de responsabilidade plena do estudante, de que fala Flexner, pelo desenvolvimento desse espírito de iniciativa, apatrimônio das classes e dos povos vencedores. O que desejamos, agremiando-nos, é, segundo declaram os estatutos de nossa agremiação, aproximar intelectual e socialmente alunos e mestres, propugnar por medidas que visem a difusão do ensino, organizando, para isso, instituições extra-curriculares e promovendo o intercâmbio cultural entre as Secções da Faculdade e desta com outros cursos universitários e institutos científicos e artísticos do país e do estrangeiro».

Falaram a seguir, os srs. Cristóvão Fernandes e Carlos Nóbrega, primeiro orador do Centro Acadêmico XI de Agosto e do Diretorio Central dos Estudantes, respectivamente, que saudaram a diretoria empossada. Foi dada a palavra, após, ao prof. Levi-Strauss, da Faculdade de Filosofia, que dissertou sobre o tema: «A colaboração entre professores e alunos no regime universitário». Falou, por último, o sr. Ubaldo da Costa Leite, que, em nome de seus colegas da Faculdade de Filosofia, agradeceu as saudações dos oradores acima mencionados.

A primeira diretoria do Grêmio estava assim constituída: presidente, Milton de Oliveira; vice-presidente, Rafael Grisi; secretário geral, Carlos Correia Mascaro; 1.^a secretária, Branca Caldeira; 2.^a secretária, Dina Cecconi; 1.^a tesoureira, Jandira França; 2.^o tesoureiro, Cândido da Silva Dias; Chefes de Departamentos: Michel Sawaya, Nelda de Filippi, Ubaldo da Costa Leite e Otacílio de Barros.

As atividades do Grêmio — A revista «Filosofia, Ciências e Letras»

As principais realizações do Grêmio no ano de 1936 foram: a publicação da revista «Filosofia, Ciências e Letras», órgão oficial da associação; promoção do Ciclo de Vulgarização Universitária e de conferências; visitas de estudos e excursões; formação da filmoteca e do quadro esportivo.

A revista «Filosofia, Ciências e Letras» mereceu da primeira diretoria do Grêmio os melhores esforços; foram publicados quatro números, com dupla tiragem do número inicial.

A revista teve ampla difusão, sendo enviada para todos os estados do Brasil e para as universidades da Argentina, Uruguai, Chile, Estados Unidos, França, Italia, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Suíça, México e Japão.

De suma importância para o êxito da revista foi, sem dúvida, a dedicada colaboração da diretoria e do corpo docente da Faculdade e o apoio do ilustre ex-governador do Estado, dr. Armando de Sales Oliveira. Damos a seguir a súmula dos artigos publicados:

No primeiro número: A. de Almeida Prado, «Apresentação»; A. Sampaio Dória, «A origem do poder»; Afonso E. Taunay, «Notas sobre o tráfico africano»; Arbousse-Bastide, «O espírito universitário e a colaboração internacional»; Claude Levi-Strauss, «Os mais vastos horizontes do mundo»; Felix Rawitcher, «A estação marítima de Nápoles». Heinrich Reinboldt «O desenvolvimento do ensino químico»; Pierre Monbeig, «O problema geográfico do cacau no sul da Baía»; Rebêlo Gonçalves, «Camões, humanista»; Alcides Matos Ferreira, «Lund na Caverna Maguiné»; Eduardo França, «A função histórica de S. Vicente»; João Dias Silveira, «O papel económico do Mediterrâneo»; Lavínia Costa Vilela, «Pode a sociologia fornecer regras práticas de conduta?»; M. R. S. Pinheiro, «A evolução da poesia de Ronsard»; Mário Shenberg, «Dualismo onda, — corpúsculo»; Raul F. de Mesquita, «A ciência da arte»; Simão Matias, «A colaboração no instituto de química»; Xenofonte de Castro, «Ensaio sobre toponímia paulista».

No segundo número: Ernst Marcus, «Porque estudamos Zoologia»; Francesco Piccolo, «Novalis»; Fernand Paul

Brandel, «Conceito de país novo»; Otoniel Mota, «Origens do lirismo português»; Paul Vanorden Shaw, «O ganhar a vida e os estudos por alto»; Plínio Airoso, «Bertoni e o tupi»; Antonieta de P. Sousa, «Uma grandiosa realização paulista»; Astrogildo R. de Melo, «Determinismo e geografia»; Ester de Mesquita, «Os estrangeirismos na língua portuguesa»; João Dias da Silveira, «O papel econômico do Mediterrâneo», conclusão; Rafael R. Grisi, Rápidas notas sobre o conceito e valor da Filosofia»; Raul de Moraes, «Instituto ou tabú?».

No terceiro número: François Perroux, «A propósito do equilíbrio francês»; Michel Berveiller, «E' a erudição mero jôgo?»; Otoniel Mota, «Origens do lirismo português, II»; Rebêlo Gonçalves, «O sonho de D. Manuel»; Francisca de Barros, «Galicismos de vocabulário e sintaxe na linguagem culta de Portugal e do Brasil»; Gila do Amaral, «Cícero na sua época»; Isabel B. Camargo, «O conceito de morte entre os primitivos»; Lívio Teixeira, «Mecanismo e finalidade na Evolução criadora de H. Bergson» Milton de Oliveira, «Política e violência»; Renato Silveira Mendes, «O Brasil e a restrição imigratória».

No quarto número: Guilherme de Almeida, «A poesia educativa de Amadeu Amaral»; Heinrich Hauptmann, «O que se pôde fazer com o algodão»; Omar Catunda, «Conceito moderno do rigor matemático»; Rebêlo Gonçalves, «O sonho de D. Manuel», continuação; Pierre Hourcade, «Um mestre da crítica contemporânea»; Isabel B. de Camargo, «O conceito de morte entre os primitivos», cont.; Paulo Matias, Armando Wohlers, Rui Ribeiro Franco e

Luciano Barzaghi; «Relatório de uma excursão de estudos mineralógicos».

E' de justiça salientar o valor do trabalho que empreendeu em prol da revista o sr. Carlos Mascaro, secretário geral do Grêmio.

Campanha de vulgarização universitária

Perante uma comissão composta dos srs. prof. A. de Almeida Prado, diretor da Faculdade de Filosofia, e dos professores Otoniel Mota, Rebêlo Gonçalves, Paul Vanorden Shaw, Heinrich Rheinboldt, Luigi Fantappié, e Arbouse Bastide, membros de corpo docente, o presidente do Grêmio, sr. Milton de Oliveira, expôs as finalidades da Campanha de Vulgarização Universitária, submetendo à crítica dessa douta comissão o plano elaborado pela diretoria da associação. A campanha, que teve a preciosa colaboração dos professores da Faculdade e que mereceu o apoio e os aplausos das autoridades governamentais e da imprensa da capital e do interior do Estado, tinha por objetivo: 1.º Extender aos principais centros intelectuais do Estado a cultura filosófica, científica e literária que se processa na Faculdade de Filosofia; 2.º — Tornar conhecidos os objetivos e a organização dos cursos da Faculdade; 3.º — Despertar na mocidade estudiosa do Estado o interesse por êsses estudos e o desejo de sua freqüentação. No desenvolvimento da Campanha realizaram-se visitas de missões universitárias compostas de professores e alunos da Faculdade à cidades de Campinas, Botucatu, Piracicaba e Ribeirão Preto, devendo proseguir as visitas a outras cidades do interior do Estado. Em Campinas

falaram o prof. Claude Levi-Strauss, sôbre o tema «A maravilhosa civilização maia», e o sr. Rafael Grisi, aluno da Faculdade, sôbre: «A importância dos estudos filosóficos». Em Botucatu, fizeram conferências o prof. Paul Vanorden Shaw e o aluno Raul de Moraes sôbre os temas: «Vinheta americanas» e «Como estudamos sociologia em nossa Faculdade». O prof. Otoniel Mota proferiu uma conferência em Piracicaba sôbre «Curiosidades filológicas» e o aluno Gilberto Galvão tratou de «Os estudos de ciências naturais na Faculdade de Filosofia de S. Paulo». Em Ribeirão Preto foram conferencistas o prof. Heinrich Hauptmann que falou sôbre «O que se pôde fazer com o algodão» e o aluno Sálvio de Figueiredo, que tratou de «Os nossos estudos de História da Civilização».

Em Campinas, Ribeirão Preto e Botucatu, os universitários foram considerados hóspedes das prefeituras locais; e em Piracicaba, do Centro do Professorado Piracicabano, recebendo em tôdas essas cidades inequívocas provas de amizade e consideração por parte de suas autoridades e de suas elites culturais.

Conferências promovidas pelo Grêmio

O Grêmio convidou para fazerem conferências os distintos intelectuais srs. Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, professores A. Pacheco e Silva, Silveira Bueno, A. de Almeida Junior, Fernando de Azevedo e dr. Marcondes Machado.

Já fizeram conferências os ilustres poetas paulistas Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia, falando respectivamente sôbre os temas: «A poesia edu-

cativa de Amadeu Amaral» e «A revolução literária de 22 e sua influência no pensamento brasileiro».

Visitas de estudo

Também no desenvolvimento do programa que se traçou, a diretoria do Grêmio promoveu visitas de estudo à Penitenciária do Estado, acompanhados os alunos pelos professores Vanorden Shaw, Francesco Piccolo, Heinrich Hauptmann, Heinrich Rheinboldt, Herbert Stettiner e exmas. senhoras.

A 20 de agosto o Grêmio realizzou uma visita ao Hospital de Juqueri e Manicômio Judiciário, sendo recebidos cordialmente pelos drs. prof. Pacheco e Silva e Marcondes Vieira, respectivamente, diretor e vice-diretor desses estabelecimentos. Acompanharam os alunos nessa visita os profs. Afonso E. Taunay e Vanorden Shaw. Acedendo gentilmente a pedido do Grêmio, o prof. Jean Maugué deu uma aula preparatória desta visita sôbre «Classificação das doenças mentais».

OUTRAS REALIZAÇÕES

Filмотeca

A diretoria do Grêmio fez os primeiros esforços pela formação de sua filмотeca; conta já com o filme da excursão ao Salto das 7 Quedas, oferecido mui gentilmente pelo prof. Levi-Strauss e com os das excursões ao Hospital do Juqueri e Manicômio Judiciário, e à Cantareira.

Esportes

O Departamento de Esportes do Grêmio muito se beneficiou com a genero-

sa e entusiástica assistência do ilustre professor dr. Reinaldo Saldanha da Gama, que, num gesto extremamente simpático, ofereceu medalhas para serem disputadas pelas turmas de cestobol da associação. As atividades esportivas do Grêmio encontraram, também, valioso incentivo na boa vontade do prof. Almeida Prado, digno diretor da Faculdade, e do aluno sr. Rui Ribeiro Franco.

Realizou-se, também, promovida pelo Grêmio, uma partida de cestobol entre a turma de nossa Faculdade e a de Botucatu.

A diretoria do Grêmio entendeu-se repetidas vezes com a do Grêmio Osvaldo Cruz, no sentido de obter d'este licença aos alunos da Faculdade de Filosofia para praticarem esportes no estádio da Faculdade de Medicina. Não obstante a boa vontade dos diretores do Centro Osvaldo Cruz, essa concessão não pôde ser feita, pois que era a mesma absolutamente defesa pelos estatutos dessa agremiação. Procurando minorar esta deficiência, a diretoria do Grêmio conseguiu do Club R. Tietê abatimento nas mensalidades aos consócios que desejarem freqüentar seus campos de esporte.

Corpo orquestral e orfeão

Em fins de setembro a Diretoria do Grêmio confiou à dedicada consócia Sta. Jandira França a organização do corpo orquestral; inscreveram-se neste 20 sócios com os quais a referida consócia combinou a realização dos primeiros ensaios. A superveniência dos exames veio impedir se prosseguisse nos trabalhos preparatórios desse corpo. Também em outubro, o presidente do Grêmio entendeu-se com o ilustre maestro professor Fabiano Lozano, obtendo des-

te a honrosa promessa de tomar a seu cargo, a qualquer tempo, a organização do orfeão da Faculdade.

Estandarte do Grêmio

Em novembro o presidente e o secretário foram honrados com um convite do sr. José Carlos de Macedo Soares, digníssimo ex-Ministro do Exterior do Brasil, para comparecerem à sua residência, nesta Capital. S. Excia., depois de mostrar seu entusiasmo pela publicação de «Filosofia, Ciências e Letras», prontificou-se a fazer doação de um estandarte à agremiação, gesto que muito sensibilizou sua diretoria.

Devidamente autorizados por S. Excelência, que tem sido um dos maiores amigos dos estudantes de nosso Estado, procuraram aqueles diretores o conhecido artista Washth Rodrigues, a quem confiaram o desenho do estandarte.

Excursões e festas

Por ocasião das férias de julho, o Grêmio levou a efeito uma excursão à região do Salto de 7 Quedas. A caravana foi chefiada pelo secretário geral do Grêmio, sr. Carlos Mascaro, a cuja orientação e zelo se deve o êxito completo da proveitosa viagem. Integravam a caravana, o que muita honra fez aos acadêmicos, os professores C. Levi-Strauss e Pierre Monbeig e exmas. senhoras. Foram feitas observações etno-geográficas nas regiões próximas do Salto, observações essas que se compendiarão em um relatório apresentado à Diretoria do Grêmio pela senhorita Antanieta Paula Sousa. Da excursão foi tirado um filme pelo prof. C. Levi-

Strauss que, num gesto profundamente gentil, fez dele oferta à filмотeca.

Em agosto o Grêmio promoveu uma excursão à Cantareira, que foi filmada pelo sr. José de Oliveira Orlandi, licenciado pela nossa Faculdade.

Homenageando os novos alunos da Faculdade de 1936, a Diretoria promoveu a 30 de abril, um baile nos salões do Trianon, confiando sua organização ao sr. Azér de Campos, aluno da secção de Filosofia.

A diretoria do Grêmio muito deve de suas realizações à colaboração entusiasta e devotada da senhorita Jandira França, 1.^a tesoureira, e do sr. Carlos Mascaro, secretário geral.

XIV

ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

Ao encerrar o ano letivo, foi o seguinte o movimento de acesso e reprovação verificado nos diferentes cursos da Faculdade: obiveram freqüência e média para promoção independente de exame oral-final 104 alunos, nas várias secções da Faculdade. Ficaram na dependência de exames orais finais a de segunda época 65 alunos, tendo havido 30 reprovações por falta de freqüência.

XV

SESSÃO SOLENE PARA OUTORGA DE DIPLOMAS À PRIMEIRA TURMA DE LICENCIADOS PELA FACULDADE

A festividade consagrada à outorga da licenciatura à primeira turma de alu-

nos saídos da Faculdade, realizada a 25 de janeiro de 1937, dia de São Paulo, com grande brilho e concorrência, no anfiteatro da Faculdade de Medicina, foi das mais belas cerimonias universitárias ainda assistidas na nossa Capital. A sessão solene foi presidida pelo Reitor da Universidade, prof. dr. Reynaldo Porchat, a cujo lado se sentaram o sr. Secretário da Educação, prof. Cantídio de Moura Campos, e prof. A. de Almeida Prado, Diretor da Faculdade.

Aberta a sessão, o sr. Reitor deu a palavra ao Diretor da Faculdade de Filosofia, que pronunciou o seguinte discurso:

DISCURSO DO DR. ALMEIDA PRADO

«Ao abrir esta cerimônia, em que se vai outorgar solenemente a licenciatura à primeira turma de alunos saída da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, julgo do meu dever assinalar aos novéis diplomados a importância da missão que lhes caberá desempenhar no nosso meio, como pioneiros de uma era de renovação pedagógica cujo marco inicial se contará exatamente na efeméride de hoje, e acentuar o que este ato significa realmente na história da evolução do ensino no país.

Acabais apenas, senhores licenciados, de terminar a vossa formação superior, consolidada em um triênio de intenso labor e de aplicação ao estudo, durante o qual recebestes os últimos toques do vosso aprimoramento intelectual e atingistes a completa maturidade de espírito. Mas não tomastes ainda nenhum

contato com o ambiente em que ides exercer a vossa influência, nem tampouco podeis apreender tôda a extensão do mandato que recebeis com esta singela investidura.

Estudantes já não sois, mas ainda não sois bem licenciados. Falta-vos a sagração do exercício do vosso ministério. Es'ais na hora hesitante do entardecer, entre o dia do vosso aprendizado, que terminou, e a noite da vida prática, que se preludia, essa hora indecisa do crepusculo que adquiriu na palheta de Constâncio Alves a tonalidade das coisas inexprimíveis: «a hora inefável do entardecer, quando a violência cromática do crepúsculo começa a suavizar-se em melancolia, e tudo parece preparar-se para o momento augusto e misterioso de concentração e piedade, em que no silêncio da terra e na atenção dos céus, revoarão com os primeiros pássaros as primeiras badaladas do Avè-Maria».

E' justo, pois, que as últimas palavras ouvidas ao vosso diretor, menos do que de lição, sejam de advertência e de promessa. Advertência, por vos lembrar o peso que colocaes nos ombros; promessa, por vos apontar as paragens que embelezarão o vosso caminho.

Sereis, lá fora, os primeiros a dar a medida da qualidade do ensino que se ministra nesta casa. Mensageiros da alta cultura universitária, cumpre-vos não deixar fenecer em vós êsse traço de idealismo e de desinteresse, sempre alado às regiões espirituais mais puras, que faz do saber e da pesquisa da verdade científica a sua única e absorvente finalidade.

Não vos terão faltado, certamente, censores — assim presumo, porque êsses conselheiros sobram sempre —,

alguns de boa fé, mas de visão acanhada e circumscreta até onda possa divisar a sua incultura, outros, malévolos na sua impertinência, que vos hajam criticado a escolha de uma carreira que não habilita ao exercício de nenhuma profissão na vida prática.

E' certo que, ao ingressardes aqui, renunciastes à vaidade de uma carta doutoral e à posse de um diploma de índole técnica ou profissional, que vos pudesse servir de arrimo na luta pela existência. Mas não vos deixeis abater pela meia-verdade da insinuação. Se é exato que não levais daqui esta preparação profissional, não o é menos que adextrastes a inteligência e o raciocínio para vós mais altos e desígnios ainda mais nobilitantes. Nem tudo é rasteiramente prosaico no mundo e nem só de pão vive o homem. «Ao encontrar a pérola — regista a sabedoria de um apólogo — disse a galinha: «Que pena não ser um grão de milho!» Mas a verdade é que tanto a pérola como o grão de milho têm o seu lugar demarcado na ordem natural das coisas e seria tão insensato, conforme as ocasiões, substituir uma pelo outro, como trocar, no plano das realizações objetivas, a ação pelas palavras, ou, no domínio da especulação mental genuína, a abstração criadora pela concretização material grosseira. Tudo tem seu tempo e lugar.

Na seqüência lógica do nosso crescimento intelectual, a Faculdade de Filosofia veio dar remate ao edifício universitário. Mas não como uma peça ornamental, supérflua à nossa cultura e incompatível com o grau de nossa civilização atual. Longe disso. Os povos necessitam, para o desenvolvimento de suas riquezas e para sua plena expansão político-social, mais de homens de pre-

paração geral, de educação clássica ou científica, do que dos de formação profissional estrita.

Vêde a velha Inglaterra, o clássico modelo dos países estabilizados, a pátria do bom-senso, nação colonizadora por excelência, e que em tôda a parte por onde estende a sua influência e o seu poderio vai assentando ao mesmo tempo princípios inalteráveis de governo, baseados na liberdade e no respeito à lei, dando, pela homogeneidade e fixidez de seus métodos administrativos, a impressão de que um inglês é sempre igual a outro inglês, e congregando tôdas as componentes do império britânico num sistema político-social harmônico — de onde tira ela os seus dirigentes e condutores da nacionalidade? Será da massa dos homens de ação, dos industriais e comerciantes, longamente experimentados nos grandes empreendimentos ou na agitação dos negócios? Não. Ela os tira diretamente das suas universidades.

Atenta ao ensinamento de Macaulay, que proclamava que os homens que se ocupam até os vinte anos de idade em estudos que não se correlacionam, de maneira imediata, com o exercício ou com o interesse de nenhuma profissão, sobrepunjam na prática aos que, em condições idênticas, se dedicam a assuntos de caráter profissional, a Inglaterra criou, há muito, o seu «Serviço Civil», no qual se inspirou, até certo ponto, o presidente Roosevelt, ao fundar, recentemente, o «New Deal» americano, e que é formado quasi exclusivamente de homens recém-saídos das mais célebres universidades inglesas.

Pode-se dizer, sem exagero, que tôda a Inglaterra — reino, domínios e colônias — é governada por êsse corpo de

cidadãos doutos e ímpolutos, colaboradores permanentes dos políticos, sob cuja direção transitória atuam, mas sobranceiros às mudanças ministeriais e às crises governamentais, acima da corrupção e da venalidade partidárias, tão afamados e puros no conceito público que afirmar-lhes a integridade chega a ser quasi um insulto.

Compreende o «Serviço Civil Britânico» cerca de 1.500 pessoas, recrutadas mediante seleção rigorosa entre a fina flor da mocidade do país, e espalhadas nos principais troncos da administração inglesa — o Tesouro, o Ministério do Exterior e respectivas ramificações, o Ministério do Interior, o Almirantado, o Ministério da Guerra e os Ministérios da Índia, Domínios e Colônias —, numa vastíssima rede de funcionários, que abrange tôda a complexidade do poder público do Reino.

A maneira pela qual são julgados e escolhidos os membros do Serviço é das mais curiosas e das mais desconcertantes para aqueles que esperam do tradicional espírito prático inglês um metuculozo exame técnico ou vocacional.

Perante uma comissão, que compendia e analisa anualmente subsídios trazidos por centenas de educadores, doutores e especialistas de tôda a nação, reduzidos a algumas perguntas precisas, relativas a temas de cultura geral, o candidato é interrogado oralmente — enquanto os juizes lhe observam o apurmo, o alinhio, a dição — porque o homem interessa aqui tanto quanto o examinando — sôbre questões como estas: «O que pensa das novelas de Marcel Proust?»; — do fascismo ou do padrão ouro?»

Além desta prova, obriga-se o candidato à carreira que conduz a um dos

1.500 lugares mais eminentes do Governo Britânico, a apresentar por escrito um trabalho de sua escolha, sobre assuntos gerais — economia, pedagogia, línguas —, e outro, de quatro ou cinco páginas, tirado livremente de entre uma lista de 60 temas, do seguinte jaez: «A balada não é literatura — discutir»; «Ilustrar a perícia de Pope, na sátira, aforismo, descrição ou elogio»; ou como este: «Que traços existem, na literatura latina, de uma crença na imortalidade da alma e que formas apresenta»?; ou ainda estoutro, de sabor mais erudito: «Um ensaio, em árabe, sobre os benefícios da transmissão sem fio, em relação a um ouvinte qualquer».

Que dizer dêste processo de julgamento, para seleção de homens que irão depois exercer uma parcela do prestígio e manter, em tôda a parte, a capacidade administrativa e colonizadora do poderoso império inglês?

Embora aberta a concorrência para todos os jovens do país, a preferência recai sempre, em maioria esmagadora, sobre os diplomados pelas grandes universidades. Em 1934, por exemplo, 47, dos 70 candidatos admitidos à carreira, tinham saído recentemente de Oxford e de Cambridge.

O governo inglês, que sabe compreender o valor e a abnegação dessa corporação de eleitos, remunera-os de acôrdo com os serviços que eles são capazes de prestar, por maneira tal que lhes assegure, além da absoluta independência moral, e à medida que os postos de maior responsabilidade vão sendo, a pouco e pouco, galgados, vencimentos suficientes para que possam viver com decência e, mesmo, com relativa largueza material.

Por esta rápida referência ao que se passa em terras estranhas, podeis ver, senhores licenciados, a maneira pela qual os povos mais adiantados formam as suas reservas de valores cívicos e como a sabem aproveitar na vida pública do país, porque essa racionalização inteligente das funções de governo escuda-se, principalmente, na competência dos homens chamados a exercer cargos administrativos e a assumir lugares influentes de comando.

Não ireis, claro está, ao despedir-vos desta casa, tomar de assalto as posições políticas em evidência, nem as mais cobichadas situações no alto funcionalismo do Estado. A marcha tem de ser lenta, ao passo dos progressos realizados na nossa organização social e da remodelação operada nos nossos costumes políticos. Mas tereis de contribuir, com certeza, por vossa atuação direta e pela das outras turmas que vos sucederão nesta Faculdade, para que a mudança de mentalidade se processe progressivamente.

Antes disso, porém, há outro problema de maior urgência a resolver-se: o da transformação do nosso ensino secundário.

Conheceis todos as suas falhas e as suas insanáveis conseqüências refletidas no espírito da nossa juventude. O vinco de inferioridade cultural cavado na mentalidade dos jovens por esta lastimável deficiência nunca mais se extingue.

O ensino, assim imperfeito, poderá despertar intuições ingênicas e formar auto-didatas, mas o caráter verdadeiramente instrutivo e doutrinário do aprendizado, capaz de dar ao pensamento completa autonomia e de criar a produção científica original e própria, êsse

só aparece com a instrução de procedência universitária. E, se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pudesse pronunciar-se entre as suas duas finalidades — a de formar professores para o nosso ensino secundário e a de incitar à produção científica — seria naturalmente para a primeira que se voltaria de início a sua predileção. Antes de termos cientistas, faz-se mister que forneçamos ao meio um corpo de professores secundários selecionado.

Sereis os arautos d'este movimento de emancipação intelectual.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras veio justamente — e ninguém dirá que veio antes-tempo — preencher esta lacuna na organização do nosso ensino superior. Só os que, invertendo os termos da divisa do brasão paulista — «Non ducor, ducor» —, porventura pensem que os homens de governo devem ser conduzidos e não conduzir, empurrados pela força dos acontecimentos, aos quais terão de dar soluções momentâneas, impostas pela premência da ocasião, só esses podem talvez achar que o nosso desenvolvimento intelectual não comportava ainda a fundação da Universidade. Esses mesmos, todavia, que assim julgam, fazem, sem o saber, o melhor elogio ao governo que a criou. Escreveu Joaquim Nabuco: «A ambição de assumir no presente uma atitude que será aprovada no futuro é das mais elevadas que o homem político pode ter: até certo ponto, ela caracteriza mesmo o estadista».

O paraninfo que elegestes para vos assistir nesta cerimônia final de vossa peregrinação escolar, dir-vos-á, dentro em pouco, com a autoridade que lhe advém de ter sido um dos mais eficientes propugnadores da causa universitária

entre nós, e com o dessassombro que põe em todos os seus atos, o que deixei apenas vislumbrar-se nestas simples palavras preambulares.

E agora parti para onde vos mandar o destino. Mas não vos esqueçais nunca de que a implantação definitiva do regime universitário dependerá um pouco de vós e do brilho que a vossa trajetória consiga acaso acrescentar aos créditos desta Faculdade».

MENSAGEM DOS LICENCIADOS

A seguir, o graduando Raul Ferraz de Mesquita procedeu à leitura de uma mensagem dos alunos aos drs. Reynaldo Porchat, reitor da Universidade, e A. de Almeida Prado, diretor da Faculdade.

Essa mensagem, escrita sobre pergaminho, em letras góticas, com artísticas iluminurias, é a seguinte:

«Excelentíssimo senhor doutor Reynaldo Porchat, D. D. Reitor da Universidade de São Paulo;

Excelentíssimo senhor doutor Antonio de Almeida Prado, D. D. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Os graduandos, que em breves instantes receberão grau, como licenciados em Filosofia, Ciências e Letras, enviam a vossas excelências esta mensagem de cordialidade e gratidão.

E' com o mais vivo sentir que enviamos as nossas efusivas congratulações, pela grande realização que o governo do senhor doutor Armando de Sales Oliveira houve por bem empreender, criando a Universidade de São Paulo e, em particular, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja primeira turma termina agora o seu curso.

Não nos contendo em alegrias, por encontrar, entre as nossas instituições culturais, aquela que se fazia já esperar, quisemos gravar, indeléveis, neste documento, as palavras que, guardadas nesta Escola, deverão conservar viva a nossa gratidão a todos que colaboraram para a sua criação.

Moldado num dos mais elevados ideais perseguidos pela humanidade, é verdadeiramente sublime o objetivo desta instituição geradora do conhecimento, que, zelando pela cultura, entusiasmando, educando e enchendo de confiança os filhos de São Paulo, parece velar atenta, ansiosa, nos bordos de um cadinho, à espera da eclosão de alguma raridade, na figura de filósofo de alguma mentalidade genial. Pois, são os Gênios que retomam, através da evolução da humanidade, o fio invisível da unidade espiritual do mundo, que paira acima das catástrofes fragmentadoras que originam incompreensões e infelicitam corações.

Eis por que consignamos aqui as mais carinhosas homenagens, a todos os nossos professores, estrangeiros e brasileiros, que, com bondade e fino critério souberam, pela conquista dos nossos corações, obter os nossos melhores esforços, e colaborar assim na elevação do alto templo, onde se projeta coordenar as atividades mais refinadas do espírito, em religião da cultura paulista.

Comunicamos também, que, embalando o culto de delicada tradição, resolvemos eleger, por simpatia e reconhecimento, nosso paraninfo, aquele que soube tão bem compreender as nossas necessidades culturais, a pessoa ilustre do excelentíssimo doutor Júlio de Mesquita Filho, a cujos esforços pacientes, silenciosos e eficazes se deve, em boa

parte, a realização desse grandioso comprometimento que marcará certamente nova era para a cultura de São Paulo.

Nossas palavras de respeito e de saudade àquele irrequieto espírito de alto saber que corroborou tão notoriamente os primeiros ânimos desta Escola, e que foi o notável matemático, engenheiro Teodoro Augusto Ramos.

E, ao despedirmo-nos desta casa, onde, sob a orientação de vosso alto criério, por certo ainda grandes coisas se farão, manifestamos o desejo de que este pergaminho seja nela conservado, com as assinaturas de vossas excelências, do paraninfo, do excelentíssimo senhor governador do Estado, doutor J. J. Cardoso de Melo Neto, do excelentíssimo senhor doutor Armando de Sales Oliveira, do excelentíssimo senhor secretário da Educação, doutor Cantídio de Moura Campos, do excelentíssimo senhor doutor Cristiano Altenfelder Silva, do excelentíssimo senhor doutor Márcio P. Munhoz, dos professores e de todos que, convidados, desejarem solemnizar a primeira colação do grau, cristalizando assim, em simbólico e delicado marco sentimental, o instante significativo que vivemos.

São Paulo, 25 de Janeiro de 1937».

OS LICENCIADOS

Logo após, o secretário da Faculdade, dr. Ruy Bloem, procede à leitura da relação dos graduados, finda a qual, o diretor da Faculdade, em breves palavras, os declarou licenciados. Às suas últimas palavras, a assistência prorrompeu em calorosa salva de palms, saudando os novos licenciados.

Os primeiros licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo são os seguintes:

Secção de Filosofia:

- 1 — Adélia Dranger
- 2 — Amélio Guariento
- 3 — Décio Ferraz Alvim
- 4 — Francisco Rodrigues Leite
- 5 — João Barros de Sousa Aranha
- 6 — João Cruz Costa
- 7 — Lívio Teixeira.
- 8 — Nicanor Teixeira de Miranda
- 9 — Oswaldo Ferraz Alvim
- 10 — Raul Ferraz de Mesquita

Sub-secção de Ciências Matemáticas:

- 11 — Cândido Lima da Silva Dias
- 12 — Carmelo Damato
- 13 — Fernando Furquim de Almeida
- 14 — Júlio Rabin
- 15 — Mário Schöennberg

Sub-secção de Ciências Físicas:

- 16 — Marcelo Damy de Sousa Santos

Sub-secção de Geografia e História:

- 17 — Afonso Antônio Rocco
- 18 — Astrogildo Rodrigues de Melo
- 19 — Eurípides Simões de Paula
- 20 — João Dias da Silveira
- 21 — José de Oliveira Orlandi
- 22 — Nelson Camargo
- 23 — Rozendo Sampaio Garcia

Sub-secção de Ciências Sociais e Políticas:

- 24 — Ofélia Ferraz do Amaral

Sub-secção de Letras Clássicas e Portuguezes:

- 25 — Antônio Henriques Pinto
- 26 — Otacílio Silveira de Barros.

**O DISCURSO PRONUNCIADO
PELO ORADOR DA TURMA**

O orador da turma, sr. João Cruz Costa, proferiu o seguinte discurso:

«Exmo. sr. governador. Exmos. srs. secretários. Exmo. sr. dr. Armando de Sales Oliveira. Exmo. sr. paraninfo. Exmo. sr. reitor. Exmo. sr. diretor. Srs. professores. Minhas senhoras. Senhores:

Devo à gentileza dos meus colegas, os licenciados da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a sybida honra e o pesado encargo de aqui vir representá-los.

E' costume, nas nossas velhas Faculdades, ao findar do curso, dizer alguém, em nome de seus companheiros, algumas palavras de despedida aos mestres e à escola. Não é esse apenas o nosso objetivo. O que hoje aqui nos traz não é o simples pretexto de dizer adeus à Universidade. Os licenciados da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras têm mais alguma coisa a dizer ao ingressarem numa nova fase de sua vida.

*

A nossa missão, quaisquer que sejam os caminhos que agora tenhamos de trilhar, está intimamente ligada aos destinos da Universidade. Interessa-nos altamente a sua existência e a sorte que lhe está reservada, porque o seu destino

se confunde com o nosso. E' mister, pois, definir a nossa posição e o nosso pensamento acêrca da renovação que a Universidade veio operar em nosso meio.

A nossa vida de estudo não termina aqui. Ela é a razão de ser de nossa existência, pois há, para aqueles que elegem o professorado ou outras formas da vida intelectual para sua atividade, algo que se assemelha à vocação do sacerdote. Professores, homens de letras, cientistas — intelectuais em suma —, é para o serviço do espírito que tôdas as nossas energias se voltam e convergem.

E' esta a primeira vez — cremos — que em nossa terra se faz, oficialmente, tal profissão de fé. E, por certo, essa atitude tem algo de estranho, pois, no pragmatismo que rege os destinos do continente americano, a muitos ainda é difícil compreender que em terras brasileiras já possam existir indivíduos que se consagram inteiramente à obra da cultura. Até hoje, os homens cultos do Brasil «se fizeram por si mesmos, sem a cumplicidade dos governos...», como diz Xavier Marques (1). Ao officio de inteligência pura, da vida científica e especulativa, apenas se apresentavam «voluntários», porque até aqui não existiam quadros regulares onde fôsse permitido a brasileiros a sua inteira consagração à vida do estudo e de meditação. Foi essa, desde logo, a «grande revolução» que veio operar em nosso meio a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apenas isso já seria bastante para assegurar àqueles que a idealizaram, que a fundaram e que a sustentaram, o mais vivo e grato reconheci-

to de todos os que, no Brasil, viviam o drama silencioso de não poder realizar as suas vocações. Mas, não é decerto este o aspeto mais vivo dessa obra. A sua projeção não pode ainda ser suficientemente avaliada. Vai tão longe e significa tanto na perspectiva futura da nossa nacionalidade, que, em boa parte, ela nos escapa... A Universidade virá realizar a obra de criação do pensamento nacional. Dela hão de partir gerações mais felizes do que a nossa, às quais caberá edificar o Brasil intelectual e culto, que será o Brasil de amanhã.

Não é, pois, de todo inútil retrair aqui, embora em linhas gerais, alguns aspetos da fase que precedeu a fundação do primeiro curso universitário no Brasil, a fase que antecipa a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Ao comemorar-se o 35.º aniversário da proclamação do regime republicano no Brasil, alguns escritores da geração nascida com êsse regime publicavam um trabalho, do qual extraímos o seguinte trecho, que é assás interessante para a compreensão de alguns aspetos da evolução histórica da nossa vida cultural:

«Em nenhum momento, talvez, da nossa história — escreviam êsses autores — foi tão necessário «pensar o Brasil» como atualmente. A nenhuma geração mais que à nossa terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito. O momento pede atos e não palavras. O que o momento pede, sobretudo, é serenidade de espírito. Para a tarefa de pacificação — que deve ser hoje o objetivo imediato de todos os homens de responsabilidade no Brasil, — é mister, antes de mais, trazer os espíritos à contemplação desinteressada das

(1) Xavier Marques — "Dois Filósofos Brasileiros" — pag. 4.

coisas, ao amor da verdade, à lucidez das perspectivas futuras e das origens, à compreensão dessa incógnita que nos cerca. E' mister que os homens sintam o que há de inevitável nos males, para que o espetáculo dêles os não leve ao desespero e à inação». (2).

Era êsse o pensamento de uma geração que assistira ao evoluer dos acontecimentos da primeira fase da nossa vida republicana, de uma geração dêsses «voluntários» de que há pouco falámos, capazes de compreender — e parece até de profetizar, — o que se havia de desenrolar em futuro então bem próximo.

Essa serenidade de espírito, essa contemplação desinteressada das coisas, êsse amor da verdade, essa obra de inteligência e de fé, que aconselhavam, só podia ser realizada, ao ver dêsses idealistas, por um largo plano de educação e de cultura, capaz de trazer aos espíritos inquietos a reflexão necessária para combater as paixões, que já se anunciavam, e um pouco de lucidez para compreender êsse «misterioso destino brasileiro, tão incerto, tão complexo e tão precário». (3). Datam ainda dessa época os inúmeros e variados inquéritos que se fizeram acêrca do magno problema da educação nacional, — preocupação constante de todos os homens cultos do nosso país. A conclusão a que todos chegavam era a mesma: ao Brasil impunha-se a criação de um sistema universitário, o Brasil tinha necessidade de criar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, para que pudesse instituir um ensino secundário digno dêsse

nome e para que pudesse reorganizar a sua cultura em novas e mais sólidas bases.

Realizada a obra da Independência, consolidada a nossa Unidade, feita a Abolição e instituído o regime republicano democrático, era mister pensar na obra difícil, mas fecunda, da criação do pensamento nacional.

No inevitável desenrolar dos acontecimentos políticos, deram-se os movimentos revolucionários de 1930 e 1932. O que êles mostraram, o que êles ensinaram e o que nos mostrou e o que nos ensina ainda hoje a experiência de outras nações, é que devemos cuidar da educação e da cultura do nosso povo, afim de nos aprestarmos para iniciar uma nova e mais segura rota. «Os povos só possuem nacionalidade constituída, suficientemente evoluída — escreveu Vicente Licínio Cardoso — quando sabem criar um idealismo diretor dos seus almejos, das suas crenças e das suas necessidades. Era preciso criar êsse idealismo, era mister para compreender essa tão decantada «realidade brasileira», que se apresentava com tão variados matizes, que se «pensasse», que se «refletisse» calma e cuidadosamente — e com lucidez — sobre a história e o movimento das idéias que vinham nascendo tão diversas, e algumas delas tão exóticas para o nosso meio. Para isso era necessário reorganizar os quadros formadores da intelectualidade brasileira, ampliando-os e abrindo novos horizontes e perspectivas às vocações, estimulando e coordenando os esforços até então dispersos. Uma sociedade não pode durar senão quando é capaz de criar o ideal necessário para estimular e harmonizar êsses esforços individuais.

(2) "A Margem da História da Republica"
— pag. 347.

(3) ob. cit. — pag. 349.

E até aqui, qual o estímulo e qual o organismo animador desses esforços?

Sem estímulo algum, num estéril isolamento, e sem órgão coordenador, que será doravante a Universidade, aqui se estiolavam e perdiam as mais preciosas energias de uma nação. «Lu'tamos ainda — escrevia Ronald de Carvalho — com a exigüidade intelectual do meio, onde escasseiam os estudos sistematizados, e onde a educação primária e secundária é por demais viciosa e rotineira. A literatura brasileira é o produto do esforço isolado dos nossos escritores. Falta-lhe ainda espírito coletivo, justamente porque carecemos de um ambiente de verdadeira cultura, onde os nossos problemas sejam analisados com desassombro e lucidez».

Era necessário, portanto, que o novo regime individualista de autodidatas tivesse fim, pois mostrava-se incapaz de constituir base para a cultura nacional.

Essa situação apresentava ainda outros aspectos não menos angustiosos. E' bastante lembrar o testemunho de Farias Brito, em que se desenha o quadro pungente e desanimador de uma época bem próxima, mas ainda hoje vivido por muitos daqueles que Vivaldo Coaracy irônicamente pintou no tipo curioso do «filósofo» Zacarias.

«Fui um visionário — escrevia Farias Brito — um simples cavaleiro andante das idéias, a imaginar fantásticos combates, ingênuo construtor de fantasmagorias. E, se aquele que se propõe tratar das grandes questões do espírito pôde ser chamado um sementeiro de idéias, fui apenas um sementeiro de idéias mortas, pobre Quasímodo espiritual, estropeado e ridículo, D. Quixote do pen-

samento, a fantasiar idéias absurdas, a triturar o íntimo, vazio de esperanças, e a esvurmar amarguras e quimeras. E foi certo, afinal, de que havia de todo perdido o meu tempo, que, desiludido do valor dos meus trabalhos, tomei a resolução de não escrever mais uma linha sequer sobre assuntos filosóficos, deliberando voltar à profissão com que me iniciei na vida, bem penosa e ingrata, à qual nunca me pude adatar de todo. Era, entretanto, a única profissão a que poderia, na ocasião, recorrer. Resolução tardia e vã, e que, já agora, de nada poderia servir-me, porque, no esforço a que me entreguei, sinto que minhas forças se esgotaram. Compreendi então que havia cometido uma grande falta. E, dessa falta duramente me acusa a consciência, pois é certo que me desinteressei daqueles que de mim mais diretamente dependem. De maneira que, pretendendo ou imaginando entregar-me a uma obra de valor universal, sonhando ser útil ao meu país e aos homens do meu tempo, em verdade fui inútil até para os meus filhos. Tal foi a situação tristíssima a que fiquei, depois de tudo, reduzido. E de todo o trabalho enorme a que me entreguei, com tanto entusiasmo e amor, de toda a penosa tarefa a que dediquei minha vida, nada mais me ficou, por fim, a não ser o sentimento vivo e doloroso da inutilidade do meu esforço, e a decepção e tristeza da minha existência perdida». (4)

Eram palavras sem eco, num imenso deserto, essas de Farias Brito... Se o «filósofo» Zacarias não se atreve a con-

(4) Jackson de Figueiredo "Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito" — pags. 218/220.

fissões como essa, é porque prefere, sorrindo, narrar em forma de finos e irônicos apólogos, o que vai de triste e desanimador na nossa «realidade brasileira»...

*

Mas, na primeira fase da criação de um povo — e foi o que se deu conosco — o papel do intelectual é secundário. Essa fase terminou. O Brasil cessa de ser jovem. Já não queremos ser o eco servil de outras inteligências, — «queremos criar a nossa!»

«Se já sentimos vivo o tumulto da nossa vida interior, como escreve Tasso da Silveira, se sonhamos e reivindicamos, no silêncio íntimo do nosso espírito, o destino que nos deve caber», e se ainda não o sabíamos expressar, é porque alguma coisa nos faltava. Faltava-nos a consciência clara, faltava-nos a coordenação, faltava-nos o órgão que viesse ser o catalisador dêsse «tumulto da nossa vida interior», que é a nossa consciência brasileira. Essa consciência é uma conquista, — lenta, demorada, — mas que virá. Não é no alvorecer da sua História que as nações a encontram. Ela só aparece mais tarde, quando surge o espírito. «Uma nação é uma alma, é um princípio espiritual. O homem não improvisa uma nação».

«Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, haver realizado grandes feitos, querer realizar ainda outros, eis a condição essencial para ser um povo» (5).

Como desejar realizar grandes coisas, quando o desânimo se apodera de nós?

O testemunho de Farias Brito é significativo. Esse mesmo desânimo se apodera e se apodera ainda de muitos, principalmente daqueles que vivem na luta do ensino secundário.

E' nosso dever prestar homenagem e fazer justiça àqueles que frequentemente não de sentir o que Farias Brito exprimia com tanta tristeza no trecho que acabámos de lêr.

A êsses trabalhadores da nossa civilização incumbe pesada soma de responsabilidade. Infelizmente, nem sempre os seus direitos foram devidamente reconhecidos. Têm sido êles objeto das mais severas críticas, têm sido acusados como responsáveis pela decadência do nosso ensino. E' bem possível que, em parte, essas críticas se justifiquem, mas, nesse mundo ignorado, existem ainda homens de energia e valor, que nos têm salvo do mais completo dos desastres!

Sujeitos à constantes e, por vezes, absurdas reformas que se têm sucedido em nossa terra, insuficientemente pagos, e por isso obrigados a um esforço que os esgota e inutiliza, sem disporem de tempo necessário para renovar os seus conhecimentos, sem recursos para a aquisição de livros, — essa classe tinha fatalmente de arrastar, com a sua própria decadência, a do ensino secundário brasileiro. São êles os mártires de uma situação em que o trabalho intelectual não era apreciado pelo seu justo valor, de um ambiente ainda desorganizado, em que tudo se improvisava, e em que triunfavam a «pansofia» e o espírito de aventuras... São êles também vítimas de um critério, muito espalhado, que confunde e nivela o trabalho paciente e honesto e a farfalhece dos audaciosos...

E' preciso não esquecer que foi, em parte, graças a êsses professores auto-

(5) E. Renan — "Discours et Conférences" — pag. 279.

didadas, que se moldaram e se formaram muitas das qualidades daqueles que se hateram pela reforma que a Universidade veio efetivar. Mas o autodidatismo tem grandes e graves defeitos. De suas falhas, a maior é o de não infundir naqueles que, dessa maneira, formam a sua cultura, o necessário espírito filosófico ou crítico.

E', por isso, cremos, que o autodidata é levado tão facilmente por doutrinas ou sistemas cuja importância consiste mais na novidade do que nas suas qualidades intrínsecas. Essa a razão do *filoneísmo*, tão nosso conhecido...

Faltou quasi sempre a esses autodidatas, quando jovens, quando o seu espírito ainda se podia abrir a tôdas as simpatias e a todos os instáveis entusiasmos, um critério que estabelecesse uma hierarquia entre sentimentos e idéias, uma escola de valores que não se prestasse a confusões. Quem não reconhece, por exemplo, em Sílvio Romero, o homem culto autodidata, símbolo do nosso Brasil, tão vivo, mas tão desordenado e indisciplinado...

II

Uma reforma se impunha no nosso aparelhamento educativo, uma reforma que viesse criar a coordenação das vocações que aqui não podiam germinar, crescer, que não encontravam terreno onde se pudessem fixar, e luz que lhes permitisse a transformação e assiminação da seiva.

A Universidade de São Paulo veio abrir a todos os brasileiros as carreiras onde eles possam realizar-se plenamente, efetivando assim os nobres ideais de uma vocação e de uma cultura sã. Escolhendo as profissões que correspon-

dem às suas tendências, verificando agora que o Estado as reconhece e as sustenta com o seu prestígio e o seu apoio, encaminhando no seu caminho os mais velhos, ou que já fizeram a sua experiência, tomando-os por guias e mestres, com essa vontade de criar que anima os jovens, as gerações que hão de vir, engrandecendo-se, engrandecerão a nossa Pátria. Não mais haverá desarraigados dentro do seu próprio torrão. Não mais os saudosistas de outras regiões mais privilegiadas e felizes.

Essas gerações irão construindo o pensamento brasileiro, que será, em parte — em grande parte — o produto do seu trabalho.

O amor pela Pátria Brasileira será mais forte, porque será melhor compreendido e porque será obra comum.

Abrindo a todos as mais variadas possibilidades de plena expansão de suas qualidades intelectuais, a criação da Universidade veio mobilizar um novo contingente de brasileiros úteis à coletividade. E' na profissão que se elegu com verdadeiro amor, que elevamos o nosso nível moral. Nos diversos setores da vida intelectual é que cada um dos brasileiros do futuro, após haver participado de uma sólida cultura geral, há de procurar servir melhor o seu país. Que isto não importe no estabelecimento de um espírito de casta que oblitere o senso da justiça e da solidariedade que devemos aos nossos semelhantes. Que as gerações do futuro não sejam presa do desânimo que se ia apoderando já da nossa! Que eles desconheciam o desânimo e a tristeza daqueles que até aqui se consagraram ao serviço da inteligência!

Para que nos viessem servir de exemplo e para que pusessem à nossa disposição o que uma larga tradição de cultura e de trabalho lhes havia dado, é que, em boa hora, o govêrno do sr. Armando de Sales Oliveira contratou os professores estrangeiros que atualmente nos orientam. Se é certo que nação alguma se constrói apenas ajudada por fôrças estranhas, ninguém desconhece, tão pouco, a lição da nossa formação, tanto étnica como cultural. Sem querer resumir aquí todo um capítulo da evolução das nossas idéias, já tratado por estudiosos da nossa literatura e da nossa história, lembro apenas o que foi a adaptação do Estado português, às terras da América, — o nosso primeiro esbôço de nação, — o que tem sido para o nosos espírito o fino gênio francês, e o que tem significado para nós, na nossa marcha para a civilização, o elemento estrangeiro em geral.

«Ninguém reconhece e admira mais do que eu — dizia ainda há pouco um dos distintos professores da nossa Escola Politécnica — o valor dos nossos homens de ciência e de pesquisa. Mas é forçoso reconhecer que os nossos mais brilhantes espíritos científicos se resentem de uma formação autodidática, menos prejudicial, aliás, à sua formação que ao seu ensino. E ninguém, de boa fé, poderá negar as lacunas do nosso meio científico» (6).

Se já possuímos escolas técnicas que nos honram, era todavia necessário que nos pusessemos na escola dos povos que tiveram mais largo tempo para criar a ciência, a filosofia e a literatura, que

procurássemos participar de experiência daqueles que melhor organização tiveram para cultivar a inteligência. Só mesmo um errado, um mal entendido ou um equívoco nacionalismo poderia combater a preciosa colaboração estrangeira. O nosso contato com êsses professores não dilui em nós a nossa brasilidade. O seu exemplo, ao contrário, estimula e aviva o nosso desejo de progredir. Já começamos a perceber que, para ensinar, é preciso, antes de tudo, conhecer muito bem aquilo que se ensina... Convém frisar que a nossa tarefa não é simplesmente pedagógica, que essa tarefa, para ser perfeita, deve contar com indivíduos que saibam «o que se ensina» e não apenas «como se ensina»...

«A reforma de que temos necessidade não é pedagógica, mas espiritual».

A ciência brasileira não é diminuída pela presença das missões estrangeiras que vieram concorrer com o seu trabalho e a sua cultura para o nosso aperfeiçoamento. Na Universidade colaboram brasileiros e novas gerações virão tomar o lugar que lhes compete na nossa Academia.

*

Que nos seja ainda permitido responder a uma crítica muitas vezes dirigida à Universidade, e que, na nossa opinião, carece de fundamento. Ninguém mais do que nós deseja a máxima disseminação da instrução primária no Brasil. Não se pense, todavia, que a simples alfabetização resolve tudo... Por si só ela nada constrói. «Alfabetizar o indivíduo sem fazê-lo crescer, aperfeiçoar-se, ter consciência de seu papel social, de seus deveres, de seus direitos, de suas responsabilidades e de suas obrigações,

(6) Discurso do prof. Fonseca Teles — in — "O Estado de São Paulo", de 20 de Agosto de 1936.

na comunidade e para a comunidade, escreve Carneiro Leão, é dar-lhe um instrumento cuja prática deve ser mais prejudicial que benéfica» (7).

E' num vasto plano em que, independentemente, mas com a mesma fé e a mesma energia, trabalham os diversos se'ores do ensino, que havemos de construir um Brasil melhor.

III

Aqueles mesmos escritores da geração nascida com a República assim se exprimiam, ao iniciar o grande inquérito que levaram a efeito: «os distúrbios graves destes momentos tristes de agora, perturbadores da ordem e retardadores do progresso almejado, haverão de determinar, por certo, a eclosão de energias novas e sadias» (8).

Entre as energias novas e sadias que surgiram no cenário político nacional, após tantas convulsões, algumas há, não só novas e sadias, mas cultas, que souberam atender ao apêlo dos intellectuais brasileiros. Criando a Universidade de São Paulo, s. exa. o sr. dr. Armando de Sales Oliveira assinalou, com letras de ouro, o seu nome e o do seu govêrno nas páginas da História Nacional. Ao lado de s. exa., como tenaz e fervoroso batalhador da causa da nossa Faculdade, está o nosso paraninfo, o sr. dr. Julio de Mesquita Filho, a cujo valoroso apoio e incansavel desvelo tanto deve a nossa Universidade. A sua presença aqui, como nosso paraninfo, é a homenagem que a primeira turma de

licenciados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras rende ao seu trabalho e à sua ação em favor da cultura e da renovação do Brasil.

IV

Estejam certos aqueles que não se confinaram no desespêro e na inação, aqueles que souberam indicar à gerações vindouras a senda do idealismo e da cultura, criando a grande obra que é a Universidade de São Paulo, que os licenciados da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se manterão fiéis aos ideais que representam e regem a Universidade.

Esses ideais, que são os da Verdade e da Justiça, nós procuraremos honrá-los, elevando assim o nome desta instituição, o de São Paulo e o do Brasil.

Estamos ainda convencidos de que a ciência e a filosofia não se podem desenvolver nas épocas em que a consciência do individuo não se exerce livremente. Seremos, portanto, fiéis aos sagrados ideais da liberdade que são a condição de toda a cultura!

A s. exa., o sr. governador do Estado, aos srs. Secretários, ao exmo. sr. dr. Armando de Sales Oliveira, que tanto nos honra com a sua presença nesta solenidade, ao exmo. sr. paraninfo, ao exmo. sr. reitor, ao exmo. sr. diretor, que não se tem poupado esforços para que esta grande obra se realize para honra e lustre do nosso Estado, aos srs. professores brasileiros, às missões franceza, italiana e alemã, aos srs. professores, representantes da Universidade de Portugal e dos Estados Unidos da América do Norte, e a todos os funcionários da Faculdade, assim como àqueles que nos honraram com a sua atenção, em

(7) A. Carneiro Leão — "Tendências e Diretrizes da Escola Secundária".

(8) A' Margem da História da Republica — pag. 9.

nome da primeira turma de licenciados da Universidade de São Paulo e no meu próprio, os nossos agradecimentos».

ORAÇÃO DO PARANINHO, DR. JÚLIO DE MESQUITA FILHO

O paraninfo da primeira turma de licenciados, dr. Júlio de Mesquita Filho, pronunciou o seguinte discurso:

«Ao receber a notícia de que, por unanimidade de votos, acabava o meu nome de ser escolhido para vosso paraninfo, não sei o que mais me surpreendeu: se a evidente desproporção entre a alevantada honra e a minha desvalia, se a imensa responsabilidade que a vossa ilimitada benevolência acabava de impor-me. Para os serviços que porventura me tivesse sido dado prestar à causa da cultura paulista, a paga era excessiva, como excessiva a minha temeridade, resignando-me a anuir às vossas determinações. E' que não me seria lícito equiparar a entrega de diplomas à primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ao ato banal e corriqueiro pelo qual, findo os cursos regulamentares, são considerados aptos a exercer as chamadas profissões liberais aqueles que no Direito, na Engenharia ou na Medicina foram procurar as armas, que lhes pareceram as melhores, para vencer na luta pela existência. As vossas preocupações são de outra natureza. Não são passíveis de aplicação imediata as disciplinas em que formastes o vosso espírito. Egressos de uma Faculdade onde se professa o culto da ciência pela ciência, espontaneamente votastes a vossa vida e a vossa inteligência ao progresso dos conhecimentos humanos. Por si só, bastava essa

circunstância para que vos tornásseis credores do respeito e da gratidão de quantos vêem na cultura desinteressada o apanágio dos eleitos, e na importância que ela assume a medida pela qual se pode aquilatar o valor real de um povo. Para êsses, isto é, para os que fazem da coisa pública a sua principal preocupação, cabe-vos de direito um lugar destacado na comunhão universitária, e a vossa formatura, ultrapassando de muito o significado de uma simples festividade escolar, marca uma etapa decisiva na história do pensamento nacional. E sobram-lhes razões. Com a vossa licenciatura, pela primeira vez, no decorrer da nossa evolução, aparece, para atuar nos destinos da nacionalidade, um grupo de jovens, oriundos de um instituto de alta cultura, cujos diplomas, que hoje aqui lhes são solenemente conferidos, integram a totalidade das disciplinas de que se constitui o saber humano. Assim, o fato de vos achardes prontos a preencher a lacuna centenária que nos relegava à condição humilhante e subalterna de colônia intelectual, passa a assinalar uma das mais profundas transformações jamais verificadas em nosso meio. Encerrastes definitivamente um ciclo da nossa existência, para dar início a outro: o da nossa maioridade cultural.

Uma anomalia

Uma anomalia, que seria alarmante, não fossem as vezes que por vezes contra ela se fizeram ouvir, quis que esperássemos cento e vinte anos pelo advento de um govêrno que, tendo compreensão suficiente das coisas, se capacitasse de que, se a nenhum país, desejoso de conservar o seu lugar no planeta é dado descuidar a sua preparação cultural, essa

obrigação se impõe de um modo bem mais premente e imperativo ao Brasil. Para prová-lo, basta que tentemos nas nossas condições e nos lembremos de que o Brasil se desdobra no sentido norte-sul do planeta numa extensão de mais de cinco mil quilômetros, e que quatro quintos de seu território se acham em plena zona tropical. Essa circunstância em que poucos meditam, faz entre tanto que se acumule dentro de seus limites uma soma de problemas só comparável àqueles com que luta, na sua imensidade, o Império Britânico. Clima hostil, sistemas de montanhas intransponíveis entre o planalto e o Oceano, massas imensas de intensíssima vegetação, em cujo seio se esconde a mais rica das faunas adversas à adaptação do homem; rede de rios cujos percursos caprichosos aberram de quasi todos os seus congêneres do globo; vastas regiões onde, ao lado de uma temperatura escaldante, impera, anos a fio, ausência absoluta de precipitação atmosférica; tudo enfim, em grande parte do nosso território, parece desafiar o poder de adaptação do mais aparelhado dos povos.

O complexo brasileiro

Somos um mundo, ou melhor, não estamos longe de oferecer dentro de nossas fronteiras a imagem do próprio mundo. Os nossos domínios mais se assemelham, pela sua vastidão, a um império. Vêde, por exemplo, o singularíssimo aspeto social que em conjunto apresenta a nacionalidade. Como se não bastassem as incontáveis dificuldades com que ela luta para vencer e dominar o meio, em seu seio se repete a própria história da evolução das sociedades humanas. Se exceptuarmos a Rússia, na-

ção alguma apresenta dentro dos próprios limites complexidade social que se lhe compare. Agrupamentos humanos primitivos, na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria pré-lógica, dominam em quasi todo o território dos Estados do Amazonas e do Pará, e em grande parte dos Estados do Maranhão e de Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda a sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a excepção. Mais abaixo, em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social do chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconheçamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo. A aceitarmos as descrições de Gilberto Freire, José Lins do Regó, José Américo e tantos outros poderosos talentos, parou aí a nacionalidade, na época em que à sombra e proteção da Casa Grande vivia, sem direitos nem consciência deles, a população inteira do Brasil. Esse aspecto social se dilata para o Sul, interrompido apenas na faixa litorânea, onde aqui e acolá surgem, como ilhas, as grandes aglomerações urbanas de estrutura social evoluída. Algumas centenas de quilômetros ainda, e atingiremos o Distrito Federal, parte do Estado de Minas e a totalidade de S. Paulo. Assenta-se aí em alicerces profundos o único trecho de civilização industrial do complexo brasileiro. São o industrialismo moderno e a agricultura intensiva em toda a sua pujança. Attingiu essa região, quer social quer economicamente, maturidade plena. Por ela, e só por ela, integra-se o Brasil no número de países plenamente evo-

luídos e que emprestaram à civilização moderna o seu feitio diferencial. Não é grande a sua extensão, e, se a confrontarmos com o todo, veremos o que nos falta realizar para conseguirmos uma estrutura econômica-social em equilíbrio com as grandes nações da atualidade. Para além do Paranapanema até às fronteiras pátrias, dilatam-se as zonas do pastoreio, com as quais alternam trechos insignificantes de agricultura e até mesmo de industrialismo.

Os dirigentes

Não sei se nesses rápidos traços estará bosquejada toda a extraordinária multiplicidade daquilo a que chamamos o complexo brasileiro. Não sei se, lembrando a hostilidade do meio e a estranha sucessão de estados sociais em que se subdivide a nacionalidade, terei conseguido tornar patente aos vossos olhos a incomparável delicadeza do organismo nacional. E não disse tudo. Até aqui nenhuma referência fiz ao grau de extrema miscigenação de sangues que se verifica nas populações que ocupam o país, da fronteira Norte de São Paulo até o Amazonas. Entretanto, estou em que valem tanto para o homem como para qualquer outra espécie as conclusões a que chegaram, no terreno da biologia experimental, Mendel, De Vries, Morgan e Goldschmidt. E a diferença de mentalidades, consequência necessária da variedade de estrutura dos diversos segmentos sociais em que se decompõe o organismo nacional? Pois bem, senhores, para se haver com essa trama quási inextricável de terríveis problemas, com que conta o brasileiro?

Com os homens que conheceis, saídos das Escolas de Direito, de Engenharia e de Medicina. E' dessa escassa trilogia, em que até aqui se resumiu todo o nosso chamado ensino superior, que se devia valer a nação, para procurar atender às prodigiosas dificuldades com que sempre lutou. Em cento e vinte anos de vida politicamente independente, foi tudo quanto os responsáveis pelos nossos destinos se julgaram na obrigação de realizar no terreno da cultura, para que o país tivesse onde recrutar os elementos com que atender às exigências de seus próprios quadros. Nesse estado de inacreditável indigência cultural atravessámos dois reinados, no Império, e cerca de quarenta anos, no regime republicano.

O Ensino Superior

Se, quanto às deficiências do aparelho escolar, nos mantivemos assim, até há bem pouco, nivelados aos povos de mentalidade primária, que dizer da qualidade do ensino ministrado naqueles institutos profissionais? Não são poucos os que de entre vós estão em condições de avaliá-la. Foi depois de haverdes concluído os cursos de Engenharia, de Direito e de Medicina que alguns de vós vos matriculastes nas Sub-seccções de matemática e de física, de química e de ciências naturais, de ciências sociais, de filosofia e de humanidades clássicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para vós, por exemplo, que no estudo da filosofia viestes buscar o complemento à vossa deficiente formação jurídica, não será mistério algum dizer-vos eu que o ensino das ciências jurídicas no Brasil atravessou impassível a tremenda tempestade que:

nestes últimos trinta anos vem abalando, até às raízes, a ciência do Direito. Em vão um frêmito de renovação percorre a consciência jurídica do mundo, trazendo a inquietação a todos os espíritos preocupados com o futuro do Direito: em substância, o ensino entre nós permanece, hoje, aquilo que era por volta de 1890. Sem dúvida, algumas alterações se verificaram, mas isso mesmo na ordem de distribuição das matérias. Quanto ao mais, à atualização dos programas, ou mesmo a um simples acréscimo de cadeiras que lhes emprestasse mais vida e os tornasse mais consentâneos com o evolver dos tempos, nada, que saibamos. Nada que denuncie o cuidado de trazer a nossa juventude ao corrente das incalculáveis transformações operadas no conceito básico do Direito, e nas quais têm sua origem essas poderosas concepções, hoje por toda a parte vitoriosas, do direito social. Não vai, porém, nesse estado de coisas nenhuma atitude de oposição, nem muito menos um protesto, embora tácito, contra inovações porventura consideradas indesejáveis. O que essa apatia traduz, o que ressalta de maneira incontestável dêsse estado de inércia, é um alarmante indiferentismo do nosso meio em face do movimento geral de renovação que atravessa neste instante o pensamento mundial. Realmente, dêem ao que se pratica no Brasil o qualificativo que quiserem: não lhe dêem, porém, o nome de ensino. Ensinar não é isso. Ensinar não é transmitir pura e simplesmente aquilo que se leu nos livros. Ensinar é alguma coisa mais, é acima de tudo contribuir para o progresso da disciplina que se pretende ensinar. Sem essa contribuição pessoal, não haverá jamais ensino, no verdadeiro sen-

tido dêsse vocábulo. «Antes de tudo e acima de tudo, a uma Faculdade superior incumbe a missão de fazer progredir a ciência, de formar e guiar pesquisadores: os professores titulares, como os assistentes, devem produzir trabalhos pessoais e dar exemplos aos estudantes. Só com essa condição pode existir ensino superior, que é, essencialmente, um ensino de primeira mão». Estas palavras são as de um dos maiores cérebros da França hodierna, que é ao mesmo tempo uma das glórias da Sorbonne. Não se podia dizer melhor, parece-nos, nem de modo mais convincente colocar a questão nos seus devidos termos. Mas, êsse mesmo ilustre mestre da Universidade de Paris teve, em outra ocasião, palavras mais adequadas ainda ao caso concreto que nos preocupa. Pronunciou-as em solenidade como esta, e, pelos conceitos que então emitiu, parecia ter em mente a própria causa do nosso ensino. Ei-las: «Elas devem, dizia, referindo-se às Faculdades de Direito, de Medicina e Engenharia em geral, elas devem, e nisso consiste o mais nobre da sua missão, fazer progredir a ciência em si mesma pelos trabalhos de seus mestres, de todos os graus, e iniciar uma elite de estudantes nos métodos de invenção e descoberta. Um instituto científico, cujos professores se consagrassem unicamente à exposição da ciência que outros construíram, estaria fatalmente votado a uma rápida decadência. Só os mestres que realizam trabalhos pessoais, pesquisas originais, que compreendem e conhecem a fundo os métodos próprios de cada ciência, podem dar vida a um ensino, embora elementar, e comunicar aos discípulos êsse espírito de curiosidade científica, de busca apaixonada da verdade, fora

de qualquer idéia de lucro e de aplicação, que constitui o verdadeiro homem de saber». Compreendeis agora o que me levou a fazer esta transcrição. Não se poderia pintar com mais semelhança nem dizer com mais precisão, aquilo que não é o ensino das ciências jurídicas no país, aquilo que não é e nunca foi o nosso ensino superior, seja o de Direito, de Engenharia ou de Medicina. Foi este o regime que conheceram nossos pais, em que formaram o seu espírito os de minha geração, e que ainda vigora para os que hoje querem ser bacharéis, como todo o mundo.

Será outra a atmosfera em que transcorrem os estudos de Engenharia? Podem dizê-lo que aqui, há pouco, receberam a licenciatura em matemáticas, ou em ciências físicas, e que, antes de ingressarem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, receberam o grau de engenheiros. Estamos, entretanto, convencidos de que em relação aos estudos politécnicos as palavras do ilustre professor de análise matemática, que acima transcrevemos, assentam-lhes como uma luva. Reina nos domínios da engenharia estranha concepção das coisas. Consta que, na opinião da maioria dos que o professam, há, para os engenheiros, uma física que nada tem que ver com a física de Fermi ou de Broglie. Tendes aí a explicação provável para o fato da quasi nula influência exercida por aqueles que assim pensam na evolução da nacionalidade. Com efeito, não se conhece contribuição alguma saída direta ou indiretamente desse meio para a solução de qualquer dos grandes problemas nacionais atinentes à engenharia. Toda vez que um daqueles problemas foi resolvido, podeis estar certos, a so-

lução acudiu a espírito formado longe deles. Atenhai ainda no vácuo imenso em que jaz a literatura técnica nacional: nenhuma obra conhecemos que fale em favor da contribuição dos adeptos daquela estranha doutrina para o aumento do patrimônio cultural da nacionalidade.

E os estudos médicos? Corresponderá o espírito que os anima à sua organização material? Em uma palavra, os frutos por eles colhidos estarão em relação com a perfeição técnica dos meios de ensino? Tememos que não. Na biologia humana, como no Direito e na Engenharia, sofre o ensino pátrio a consequência das tendências imediatistas do meio. O progresso da ciência, aqui, como nas demais escolas, não é a meta almejada. O mesmo espírito estiola as inteligências e limita o campo de visão. Não se aceita que um instituto superior tenha por missão algo mais do que fornecer à sociedade práticos capazes de tirar partido da arte médica, de percutir um pulmão, diagnosticar uma pneumonia ou abrir com pericia um peritônio. Vão-se os cursos sobrecarregando de matérias? São as ciências básicas, as que formam realmente o poder intelectual da juventude, as primeiras indicadas para os côrtes julgados indispensáveis. Não se cultiva a ciência médica propriamente dita, nem se procura despertar na mocidade o gosto das pesquisas desinteressadas. O que se tem primeiramente em vista é o adextramento de um certo número de jovens por ano, na arte de formular. Embora neste terreno tenhamos realizado incontestáveis progressos, não compreendemos ainda que a função do ensino superior é, antes de mais nada, despertar vocações, selecionar inteligências criadoras, e que, se estivesse o en-

sino nacional em condições de desempenhar a sua verdadeira missão, nenhuma dificuldade teria em fornecer à sociedade os mais capazes dos técnicos. Quem pode o mais, evidentemente pode o menos. Neste setor, como em quasi todos os outros, não soubemos manter a posição que em outros tempos ocupámos, senão no concôrto das nações, pelo menos no continente sul-americano. Ainda há bem pouco, illustre cientista argentino, de passagem por esta cidade, recordava a era já remota em que os seus patrícios, findos os cursos regulamentares, demandavam a então capital do Império Brasileiro em busca dos ensinamentos dos mestres da medicina nacional. Hoje, o contrário é que se dá, e ninguém por certo tentará contestar-nos, se afirmamos que nos domínios da biologia humana, como em qualquer outro campo da vida intelectual, estamos vinte anos aquém dos nossos vizinhos do Rio da Prata.

O Ensino Secundário

Eis, senhores, a que se reduzia o aparelhamento de cultura superior da nacionalidade nos dias que se seguiram à luta que, pela reconstitucionalização do país, travou o povo paulista com as forças da ditadura. Era esse o quadro exato que se nos deparava no instante, entre todos delicado, em que, destruída a velha República e reintegrado afinal São Paulo em seus legítimos direitos, se instalava definitivamente neste Estado o primeiro govêrno constitucionalista. Não era desgraçadamente melhor a situação reinante nas demais alas do edificio de onde deveria sair, armada para os embates da rude vida das nações de hoje, a mocidade da nossa terra. Sabeis o que representa para um povo

o ensino das humanidades. Não desconheceis que dêle depende principalmente a maior ou menor aptidão dos povos para conservar a própria independência, senão o lugar que porventura venham a ocupar na hierarquia internacional. E', pois, de capital importância para as nacionalidades a organização de um ensino secundário capaz de suscitar valores e capacidades em condições de constituir uma sólida elite dirigente. Ora, para que vos seja dado fazer uma idéia, embora aproximada, do que é o nosso ensino secundário, basta lembrar-vos de que era no ensino superior, cujas condições verdadeiras eu vos acabo de pintar, que se recrutavam os elementos com que se preenchiam os seus quadros. Era nas fileiras das chamadas classes liberais e entre os que nelas haviam malgrado, que se iam buscar os homens a que a sociedade cometa a missão, entre tôdas delicada, de formar o caráter e a consciência da sua juventude. Para os advogados sem causas reservam-se as cadeiras de português, de história, de lógica e de psicologia. Nunca conseguira um engenheiro um trecho de estrada ou a construção de uma ponte? Dava-se-lhe no ginásio mais próximo, como ficha de consolação, a cadeira de álgebra ou de física, de desenho ou de aritmética. Ao médico destituído de clientela cabia lecionar a química ou as ciências naturais.

Tendes aí o que em matéria de instrução nos legou o regime que a revolução de trinta derrubou. Mais de quarenta anos depois de haver Renan proclamado que «o problema do govêrno das sociedades se tornava cada vez mais um problema científico, cuja solução demandava o emprêgo das mais raras faculdades do espírito, e que a guerra,

a indústria, o desenvolvimento econômico — meditem estas palavras os que julgam ser primeiro necessário o desenvolvimento econômico para, em seguida, pensar-se no desenvolvimento cultural — se tornavam agora ciências complicadas e, mais ainda, que essas funções sociais, para cujo desempenho bastavam outrora a coragem, a elegância e a honestidade, requeriam hoje cérebros poderosos, capazes ao mesmo tempo de apreender grande número de idéias e de as ter sempre sob as vistas» — jazíamos nós, quanto a capacidades, na mais extrema penúria.

S. Paulo e a Revolução

Ao sairmos da revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar S. Paulo em posição idêntica à em que se achara, após Iena, a Alemanha; o Japão, no dia seguinte ao do bombardeio dos seus portos pela esquadra norte-americana; a França, depois de Sedan. E, se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar do país e a instauração de uma vigorosa política educacional, poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e de 32 nada mais faziam do que renunciar. Para os males que nos acabrunhavam, a história daqueles países nos apontava o remédio. Sabíamos, por experiência própria, a que terríveis aventuras nos tinham arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionária-

mente disposto dos destinos tanto do nosso Estado como da Nação, e, de outro, a fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de Outubro. Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as fações em luta, levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí a fundação da nossa Universidade e, conseqüentemente, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A missão da Universidade

A vossa escola surgia, assim, como o molde indispensável onde se fundiriam os futuros modeladores da juventude nacional. Nela se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse em vista, acima de tudo, como queria um grande espírito francês, assegurar a seleção de capacidades, alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traz lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe. Esperavam seus fundadores que desse fóco ardente de ambição desinteressada se irradiasse para todo o país uma concepção nova das coisas e que, combatendo sem desfalecimentos a velha e desagregadora idéia do saber pelo saber, implantasse na consciência das gerações de amanhã o sentimento do sacrifício pelo bem da comunidade. Procurando dar consistência material à idéia universitária, tinham em mente os que a idearam dotar o país de um cérebro poderoso e coordenador que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar o sentimento, a vontade, a orga-

nização e a disciplina intelectual a que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias.

Nessa obra de profunda remodelação caberá, pois, tanto a vós como à vossa Faculdade, papel preponderante. Da vossa dedicação às disciplinas puramente especulativas, do vosso exemplo de sacrifício pelo bem público, há-de com certeza originar-se um movimento de sadia transformação nos hábitos e métodos de ensino dos demais institutos universitários. Fôstes os primeiros a vos dedicar, de um lado, à especialização para a prática do magistério secundário, de outro, à cultura pela cultura. Essas circunstâncias, a que deveis a vossa qualidade de elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade, vos conferem as necessárias credenciais para imprimir à totalidade dos institutos que constituem o organismo universitário o mesmo entusiasmo e a mesma fé criadora que vos anima e vos distingue.

Presenciamos, neste instante, por toda parte, a mais profunda revisão de valores de que nos falam os anais da humanidade. Em todos os setores da vida intelectual se procede a uma total reclassificação de princípios, a uma severa e impiedosa crítica dos postulados sobre os quais até aqui se assentavam os sentimentos morais, espirituais e estéticos das sociedades ocidentais. Nada parece resistir aos golpes persistentes e demolidores dos adeptos das doutrinas em antagonismo com a ordem social em que o mundo de antes da conflagração europeia assentava os seus fundamentos. Países sem quadros bem definidos, e orientado, não por uma elite de homens cultos, mas, mais propriamente, por simuladores de cultura, o Brasil se vê en-

volvido na controvérsia universal como se a sua estrutura social e política apresentasse os mesmos resíduos que, se não justificam, pelo menos explicam a crise de proporções inéditas em que agonizam as nações do velho continente. Sem originalidade de pensamento nem poder de penetração que lhes permita apreender a nossa realidade, alguns espíritos tacanhos trouxeram para dentro dos nossos limites a contrafação das lutas em que na Europa se empenham, de um lado, os partidários do fascismo, e, de outro lado, sectários do comunismo.

A mística nacional

Pois bem; eu vos dizia, há pouco, que, entre as múltiplas tarefas que vos incumbe realizar, está na primeira plana o dever de substituir o conceito do saber pelo saber por um outro; o do saber posto ao serviço da coletividade. E, assim, tendes por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva ou, para falar a linguagem da época, tendes por principal missão criar no espírito da juventude e instilar-lhe na alma coletiva a mística nacional. Será isso empresa acima de vossas forças? Não nos parece. Sois, na quasi totalidade, nascidos em S. Paulo; e, se porventura alguns de entre vós aqui não viram pela primeira vez a luz do sol, dentro de nossas fronteiras formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte sombra de um dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã. Se a tanto vos dedicardes, vereis que ao paulista de hoje o destino

cometeu uma única tarefa: a de completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração.

Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas bandeiras; e, ou nós, paulistas de hoje e de amanhã, o resolveremos, ou teremos irremediavelmente falido ante nossos antepassados. Quanto mais avançardes na meditação das nossas coisas, mais profundamente vos convencereis de que é na integração do problema brasileiro, tomado este vocábulo na sua acepção spenceriana, que devemos buscar o ânimo para enfrentar as vicissitudes que porventura nos queira ainda reservar a História. E que admirável mística: tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quasi amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida!

O dilema europeu

Debate-se a Europa impotente e agonizante em dois campos irremediavelmente irreconciliáveis. Para aquelas facções em luta só duas idéias são de molde a justificar a existência dos povos: a guerra de classes ou a guerra de conquistas. Nesses dois extremos buscam a sua exclusiva razão de ser os regimens fascistas e coletivistas. Da mística educacional que ides elaborar, deveis resolutamente afastar essas duas mentiras. Tem a vida dos povos americanos outro sentido. Por isso mesmo, representam as sociedades deste lado do oceano um passo decisivo para o progresso da humanidade. Para nós, que significado pode ter a luta de classes ou a de conquistas? Embora filhos da civilização ocidental, não transportámos para o continente americano os resíduos e sobrevivências sociais que envenenam

as velhas sociedades do continente europeu. Certo, não atingimos ainda o ideal de perfeição social a que todos aspiramos. Na América, como por tôda parte, o regime capitalista sem controle ainda não permitiu que centenas de milhares de homens conseguissem condições mínimas de vida material indispensáveis ao pleno desenvolvimento da personalidade humana.

Os meus votos

Meus senhores: foi Renan, se me não engano, que afirmou ser em matéria de formas de governo muitas vezes necessário termos a coragem de parecer fora da moda, se quisermos que o tempo acabe por nos dar razão. Se alguma coisa me fôsse dado solicitar de vós, seria justamente que não vos deixásseis levar pelas correntes mais em voga e que nas formas de governo fortes da atualidade não visseis senão aquilo que na realidade são, isto é, casos que mais dizem com a patologia social do que com a política propriamente dita. Se assim pensardes, e dentro desse princípio geral vos mantiverdes, poderá o Brasil realizar, estou certo, no âmbito próprio da democracia social, o sonho de uma sociedade mais humana à sombra de uma justiça melhor».

Palavras do Reitor da Universidade, dr. Reynaldo Porchat

Ao encerrar a sessão, o dr. Reynaldo Porchat aproveitou o ensejo para agradecer aos licenciados a mensagem que lhe enviaram, a êle, reitor, e ao diretor da Faculdade, significando a união do novo instituto às tradicionais Faculda-

des. Traçou, em rápido bosquejo, a influência e o papel que até agora têm representado na história do Brasil as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, como centenaes instituições culturais de onde saíram grandes brasileiros. Referiu-se à Escola Politécnica e à Faculdade de Medicina, realçando a importância d'esses dois institutos e o que realizaram no campo da Ciência. A mensagem dos licenciados, acentua, exprime o laço que deve existir entre tôdas as escolas da Universidade.

Por fim, agradecendo a todos os presentes, autoridades e convidados, que compareceram àquela solenidade, faz referências especiais ao dr. Armando de Sales Oliveira, que viera assistir aos festejos da primeira sação dos frutos da Universidade, a sua grande obra de homem de estado. Ao pronunciar o nome do ex-governador de São Paulo, a sala vibrou inteira em uma intensa manifestação de aplausos ao ilustre brasileiro.

A seguir, o dr. Reynaldo Porchat declarou encerrada a sessão.

PROGRAMAS

1.ª SECÇÃO — FILOSOFIA

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.º ano — Filosofia Geral e Psicologia.
Sociologia.
- 2.º ano — Filosofia Geral e História da Filosofia.
Filosofia Moral e Social.
Sociologia.
- 3.º ano — Filosofia Geral e História da Filosofia.
Filosofia Moral e Social.
Sociologia.

FILOSOFIA GERAL E PSICOLOGIA

(PROF. JEAN MAUGÛÉ)

1.º Ano

PSICOLOGIA — A PSICOLOGIA AFETIVA

(1.º, 2.º e 3.º anos)

Vida afetiva e vida representativa — A tristeza e a alegria — A dor e o prazer — A significação da dor — Valor educativo da dor — As tendências — As emoções — Teorias sobre a emoção — Significação da emoção — Significado da emoção — O medo e a cólera — Os sentimentos — A fenomenologia dos sentimentos — Posição de Max Scheler — Atitude clássica ou racionalista — O amor — Crítica da concepção naturalista do amor pelos fenomenologistas alemães — Freud e a concepção naturalista do amor — Crítica — O sentimento social — A pátria.

2.º Ano

FILOSOFIA GERAL — PROBLEMA DA LIBERDADE

(1.º e 2.º anos)

Fatalidade — Causa — Responsabilidade — A Causalidade na filosofia de Aristóteles — Noção de causa em Aristóteles — A causalidade entre os povos primitivos — Causa primeira e causa segunda — O determinismo — O determinismo na filosofia de Leibnitz — A liberdade estética — Liberdade na filosofia de Kant — Relações entre a ciência e o humanismo.

FILOSOFIA MORAL E SOCIAL

As grandes concepções da vida moral — Moral e sociologia — A moral e a ciência — Os costumes — O problema moral — A experiência moral — A justiça e a caridade — A responsabilidade — A família.

3.º Ano

HISTÓRIA DA FILOSOFIA

(Curso especial do 3.º ano)

O espinosismo — A vida e a obra de Espinosa — Origens do espinosismo — O problema do bem supremo — O «Tratado Teológico-Político» — A religião — A política — O método — Deus — Os atributos da substância — A alma e o corpo — Os tres graus do conhecimento — Aspeto geral do espinosismo — Os sentimentos e as paixões — A razão — A beatitude.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA

(Curso para os tres anos)

Significado da história da filosofia — Os pressocráticos — A descoberta do pensamento racional — Sócrates — Platão — A política de Platão.

SOCIOLOGIA

(PROF. PAUL ARBOUSSE-BASTIDE)

1.º Ano

PRINCIPAIS DIVISÕES DO CURSO DE INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA

Capítulo I

Podem as sociedades humanas ser objeto de um estudo científico?

Noção de sociologia: ciência do homem ou ciência da natureza? ciência do fato ou ciência do direito? ciência pura ou ciência aplicada?

Como delimitar e como designar uma ciência aplicada?

O vocabulário sociológico: as questões de denominação, a sua relatividade e a sua importância.

Capítulo II

Pode-se definir o fato social?

Será o fato social necessariamente de ordem espiritual?

A noção de consciência e de representações coletivas.

Lugar dos fatos materiais numa ciência das sociedades.

A noção de constrangimento, de sanção, de instituição, de influência social, de distância social.

Qual a definição do fato social que melhor permita orientar as pesquisas, sem empobrecer o campo destas, nem proceder com um dogmatismo inútil?

Papel das definições na ciência, — aplicação à sociologia.

Capítulo III

Pode o fato social ser ligado a outros fatos relacionados estreitamente com a vida das sociedades?

A especificidade do fato social.

Relação entre o fato social e as suas condições de existência.

Em que proporção o estudo das condições de existência é necessário ao estudo do fato social em si?

Será possível precisar o ponto em que as condições de existência cedem o lugar ao próprio fato social?

Deve-se ou não proceder das condições de existência para chegar ao fato social, ou, ao contrário, do fato social para procurar suas condições de existência? (Nesse particular estudar-se-ão as relações da sociologia com a geografia, a história, a demografia, etc. Procurar-se-á também penetrar certas noções, como as da morfologia social, examinando-se si tal morfologia não é senão um exame das condições de existência do fato social, ou se pode ser um estudo da própria estrutura do fato social).

Capítulo IV

As variedades dos agrupamentos humanos e das formas de socialidade. Podem as sociedades ser classificadas em tipos?

A análise das formas de socialidade conduz-nos a um estudo dos tipos de sociedades, ou unicamente das formas de socialidade; e os tipos sociais são, ou não, absolutamente distintos?

Capítulo V

O método e os processos da sociologia.

A. — Um primeiro método pode consistir na adoção de uma filosofia da qual se deduzirá uma sociologia. Estudo dêsse método. Em que sentido a sociologia não pode ser nem finalista, nem integral, nem subjetiva?

B. — Pode-se procurar um conjunto de princípios sociológicos sob o nome de sociologia geral e procurar ilustrar êsses princípios com fatos?

O problema da sociologia geral.

Os diferentes tipos de sociologia geral:

1.º A teoria do «Consensus» social;

- 2.º A teoria do determinismo econômico;
 - 3.º A teoria do formalismo social (comunidade e sociedade);
 - 4.º A teoria do meio social e a do difusionismo material ou espiritual.
Relação com a teoria psico-sociológica da iniciação.
- C. — A negação de toda e qualquer sociologia geral. A tese do «Corpus» das ciências sociais. Sociologia e Ciências sociais.

Capítulo VI

O MÉTODO DA SOCIOLOGIA:

- Qual deve ser a atitude do sociólogo diante do fato social?
O método experimental das ciências naturais será integralmente aplicável aos fatos sociais?
Existe um behaviourismo social?
Pode-se falar de materialismo ou de espiritualismo sociológico?
Basta dizer que a atitude da sociologia deve ser a do sábio?
Estudo de algumas teses das Regras do Método Sociológico de Durkheim.
Como procurar a objetividade em Sociologia.
O que pensar da tese de Durkheim segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como «coisas».
Como o método se diferencia dos processos.
Vantagens e perigo de insistir sobre os problemas metodológicos.
Devem ser estudados antes ou depois do estudo e da prática dos processos?
Será uma metodologia sociológica ligada a uma sociologia geral ou a uma filosofia social?

Capítulo VII

OS PROCESSOS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA:

A análise histórica, o inquérito monográfico, o apuramento dos documentos, a estatística. Esse último método exige um estudo todo particular: como as técnicas da estatística podem e devem ser utilizadas pelo sociólogo. —

Capítulo VIII

- Os domínios da sociologia.
Procura de um plano de estudos para a investigação sociológica.
Exposição sumária sobre cada um desses domínios.
Uma sociologia quantitativa será possível?
Determinação do objeto estudado.
Indicações bibliográficas dos principais trabalhos.
Qual dos domínios preferidos parece dever fornecer o centro de convergência das diversas categorias de pesquisas?

Será a morfologia social?

Como, nesse caso, concebê-la.

De onde provém o mal-estar da sociologia contemporânea?

Não se achará sobrecarregada pelo peso de um conjunto de hipóteses inúteis?

Como a sociologia deve colaborar para uma ciência do homem e da espécie, encarada biológica, psicológica ou socialmente?

SOCIOLOGIA POLÍTICA

1.º, 2.º e 3.º ano reunidos

O ESTADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Capítulo I

Os aspetos do Estado contemporâneo:

- a) O elemento demográfico: a homogeneidade mínima.
- b) O elemento territorial: o problema das fronteiras.
- c) O elemento jurídico: a nacionalidade. Sua aquisição, sua perda.
- d) O elemento afetivo: o apêgo ao Estado e aos seus símbolos.

Capítulo II

O Estado nas suas funções unificadoras.

Capítulo III

O Estado, fonte do poder. O problema da soberania.

Capítulo IV

As limitações do Estado: no interior — os grupos internos e as pessoas; no exterior — os grupos externos e as nações.

Capítulo V

As formas políticas do Estado contemporâneo: a mística democrática e as místicas totalitárias.

— A absorção do econômico pelo Estado (fascismo).

— A eliminação do Estado pelo econômico (comunismo).

— O predomínio dos valores pessoais e a limitação do econômico pelo social (democracia).

A SOCIOLOGIA E OS VALORES MORAIS

Capítulo I

A noção de valores e a diferenciação dos valores.

- a) valores morais;
- b) valores religiosos;
- c) valores estéticos
- d) valores racionais.

Capítulo II

Análise dos valores morais e suas relações com os outros tipos de valores.

Capítulo III

Procura do que pertence ao social na origem e na evolução dos valores morais.

Capítulo IV

Limites da explicação sociológica dos valores morais.

SOCIOLOGIA

(2.ª cadeira)

(PROF. CLAUDE LÉVI-STRAUSS)

1.º e 2.º anos

FORMAS ELEMENTARES DA VIDA SOCIAL

Noções sumárias sobre a localização e os caracteres dos principais grupos sociais invocados em sociologia comparativa.

a) SOCIOLOGIA DOMÉSTICA.

1) O casamento — Proibições matrimoniais; parentesco biológico e parentesco social; a proibição do incesto.

— Escolha do cônjuge; a troca e a compra.

— Teoria do casamento cruzado. Terminologia do parentesco.

— Levirato e sororato.

— Poligamia; diversas formas: poligenia e poliandria; teoria: causas económicas, psicológicas e sociais.

— Teoria da promiscuidade primitiva e do casamento por grupo; estudo e discussão.

2) A família — O princípio bilateral e seu valor universal.

— Regras de residência; regras de parentesco.

3) O «clan» — Noções sumárias sobre o lugar da teoria do «clan» na história da sociologia.

— Definição e modalidade; o princípio unilateral.

— Família e «clan»; estudo comparativo; anterioridade da família.

— Teoria do «clan»: «clan» e fratria; «clan» e «gens».

4) Situação da mulher — Matriarcado e inferioridade da mulher.

— Relações da situação da mulher com os gêneros de vida; estudo estatístico.

b) SOCIOLOGIA ECONÔMICA.

As formas primitivas da propriedade.

— O problema do comunismo primitivo; caráter primitivo da propriedade individual.

— Regras e crenças relativas à propriedade territorial, mobiliária, imaterial.

c) SOCIOLOGIA POLÍTICA.

1) As formas primitivas do governo.

— Noções sumárias sobre as formas elementares da organização política.

— Passagem dos grupos consanguíneos aos grupos territoriais.

2) As formas primitivas da justiça.

— Direito penal e direito civil; responsabilidade coletiva; composição pecuniária; formas primitivas da prova.

d) SOCIOLOGIA RELIGIOSA: O Totemismo.

— História sumária da noção de totemismo; seu lugar na sociologia geral.

— As teorias do totemismo e seu alcance sociológico. Análise e discussão das obras: Frazer — Lang — Durkheim — Freud — Loisy — Boas — Golderweiser.

— Passagem hipotética do totemismo aos cultos da antiguidade clássica; origem das ideias religiosas do Egito e da Grécia antiga.

— Interpretação do totemismo; relações com a organização familiar e a utilização do solo.

e) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTUDO COMPARATIVO DOS FENÔMENOS SOCIAIS.

Leis de evolução; fenômenos de convergência.

— Difusão.

- Relação dos fatos sociais com o conjunto dos fenômenos culturais.
- Aplicação da estatística ao estudo comparativo das correlações sociais.

LIVROS INDICADOS

- Westermarck — «Histoire du Mariage».
Lowie — «Traité de Sociologie primitive» (Primitive Society).
Durkheim — «Formes Élémentaires de la Vie Religieuse».
Van Gennep — «État Actuel du Problème Totémique».

2.º e 3.º anos

O PROBLEMA DO «ESTADO DE NATUREZA» E DO «ESTADO DE SOCIEDADE» DESDE O SÉCULO XVIII ATE! OS NOSSOS DIAS

A teoria do Estado de Natureza. Suas origens históricas: as descobertas. Origens religiosas: a tradição bíblica. Origens filosóficas: Montaigne, Locke, Hobbes, Espinosa.

— sua expressão definitiva: Rousseau; o Contrato Social.

Elementos de informação trazidos pelas disciplinas positivas sobre a passagem ao «Estado de Sociedade».

1 — A prehistória: a origem e a dispersão dos tipos humanos primitivos; caráter das indústrias primitivas.

2 — A etnografia: colhedores e ajuntadores; área de dispersão e caracteres do tipo de cultura primitiva.

3 — A arqueologia: noções sumárias sobre os caracteres e o desenvolvimento da civilização egípcia (do período Tasiano até Menes); da civilização sumeriana (do período de El Obeid até o período de Ur), e da civilização do Indus.

O renascimento moderno da teoria do Estado de Natureza: a Escola de Manchester. Seus caracteres:

a) otimismo filosófico — valor da vida primitiva.

b) tese da origem única da civilização — prioridade do Egito; origens da civilização grega; difusão da cultura mediterrânica até a Ásia e o Pacífico.

Discussão das teses da Escola de Manchester; estado atual dos dados etnográficos e arqueológicos.

O problema do Estado de Natureza e o pensamento filosófico moderno. O nascimento da civilização e a crise da idéia de progresso; passagem dos problemas de evolução, do plano de filosofia social, ao plano histórico.

O problema da «bondade original» do homem; contribuições da psico-fisiologia; sociedade e moralidade.

Livros indicados

- G. Elliot Smith — «Human History».
Moret et Davy — «Des Clans aux Empires».

Trabalhos práticos

- 1) Sessões de Seminário: A posição atual dos grandes problemas sociológicos.
 - 2) Explicações de Textos: Jean Jacques Rousseau — «Du Contrat Social».
Livro Primeiro: Cap. I a IV.
-

**SUB-SECÇÕES DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS
E CIÊNCIAS FÍSICAS**

1.ª SUB-SECÇÃO — CIÊNCIAS MATEMÁTICAS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.º ano — Geometria (analítica e projetiva).
Análise Matemática (1.ª parte).
Física Geral e Experimental (1.ª parte).
Calculo Vectorial.
 - 2.º ano — Análise Matemática (2.ª parte).
Mecânica Racional.
Física Geral e Experimental (2.ª parte).
 - 3.º ano — Análise Matemática (3.ª parte).
Geometria.
História da Matemática.
-

GEOMETRIA ANALÍTICA E PROJETIVA

1.º ano

(PROF. GIACOMO ALBANESE)

GEOMETRIA ANALÍTICA NO ESPAÇO:

- Coordenadas cartesianas no espaço.
Equações da reta e do plano.
Distância de dois pontos.
Ângulo de duas retas.
Equação normal de um plano e distância de um ponto a um plano.

Volume do tetraedro.
Mínima distância de duas retas.
Transformação de coordenadas cartesianas.
Coordenadas polares.
Representação das superfícies e das linhas no espaço; intersecções.
Superfícies algébricas e sua ordem.
Equações da esfera, dos cilindros, cones e superfícies de revolução.
Equações paramétricas das curvas e das superfícies.

GEOMETRIA PROJETIVA :

Elementos impróprios.
Lei de dualidade no plano e no espaço.
Coordenadas homogêneas.
Razão harmônica de quatro elementos e suas propriedades.
Grupos harmônicos.
Coordenadas projetivas homogêneas.
Elementos unidos e sua construção.
Projetividade entre formas de primeira espécie.
Involução em uma forma de primeira espécie.
Par comum a duas involuções superpostas.
Projetividade entre formas de segunda e terceira espécie.
Projetividade entre formas superpostas; elementos unidos; vários tipos.

TEORIAS DAS CÔNICAS :

Polaridade definida por uma cônica.
Geração de uma cônica; construção.
Teoremas de Pascal, Brianchon, Desargues.
Propriedades diametraes de uma cônica; centro, assintotas, eixos.
Formas reduzidas das equações das cônicas.
Focos e diretrizes das cônicas.
Transformações projetivas das cônicas.

TEORIA DAS QUÁDRICAS :

Polaridade definida por uma quádrlica.
Reta de uma quádrlica e quádrlicas regradas.
Propriedades diametraes de uma quádrlica; centro, diâmetros, cone assintótico, planos principais.
Equações reduzidas das quádrlicas.
Secções circulares de uma quádrlica.
Quádrlicas homofocais.

TEORIA DA CÚBICA REVERSA:

- Definição projetiva da cúbica reversa.
- Construção de uma curva mediante seis pontos.
- Corda, tangente, superfície desenvolvível das tangentes.
- Propriedades projetivas e métricas.

3.º ano

GEOMETRIA DO HIPERESPAÇO

ANÁLISE MATEMÁTICA

1.º ano

(PROF. LUIGI FANTAPPIÈ)

Recordações e complementos de toda a matéria compreendida no programa do Colégio Universitário.

- Conceito geral de conjunto; conjuntos lineares.
- Extremos de um conjunto.
- Pontos de acumulação. Classificação dos conjuntos lineares.
- Teoria geral das funções. Extremos das funções.
- Teoria dos limites.
- Funções contínuas. Continuidade uniforme.
- Infinitésimos e infinitos.
- Derivadas e diferenciais.
- Teoremas fundamentais sobre as derivadas.
- Regra de l'Hospital.
- Raízes e pontos de extremos das funções de uma variável.
- Contato das curvas planas.
- Fórmulas de Taylor e Mac-Laurin.
- Séries; conceitos gerais e recordação dos critérios de convergência.
- Convergência absoluta das séries; teoremas de Riemann-Dini e de Dirichlet.
- Séries duplas.
- Séries de funções; convergência uniforme e total; teorema do limite.
- Séries de potências; círculo de convergência; série derivada.
- Transcendentes elementares e fórmulas de Euler.
- Derivadas e diferenciais das funções de mais de uma variável.
- Derivação das funções compostas.
- Funções homogêneas.
- Funções implícitas.

Desenvolvimento de Taylor para as funções de mais de uma variável.
Máximos e mínimos para as funções de mais de uma variável.
Assintotas das curvas planas.
Pontos singulares das curvas planas.
Envoltórias das curvas planas.
Definições e propriedades das integrais definidas.
Funções integráveis.
Teorema da média; derivada de uma integral em relação ao extremo superior.
Regras de integração; integração por série.
Integrais impróprias.
Integração das funções racionais e de outras classes de funções.
Integrais curvilíneas.
Integrais dependentes de um parâmetro.
Integrais duplas; definições e cálculo.
Fórmulas de Green; mudança de variáveis.
Noções sobre as integrais múltiplas.
Quadratura das áreas planas.
Quadratura aproximada.
Retificação das curvas planas e reversas.
Normal e plano tangente a uma superfície.
Cálculo dos volumes.
Área de uma superfície curva.
Conceito geral e teorema de existência das equações diferenciais.
Tipos integráveis de equações diferenciais de 1.^a ordem.
Equações diferenciais de ordem superior; equações lineares gerais; equações lineares de coeficientes constantes.
Noções sobre as equações de derivadas parciais.

2.^o ano

Teoria dos grupos de substituições e das equações algébricas.
Teoria das funções analíticas.

3.^o ano

(curso monográfico)

Teoria dos funcionais analíticos.

FÍSICA

1.º ano

(PROF. GLEB WATAGHIM)

METROLOGIA E MECÂNICA :

- 1 — Medidas absolutas e relativas.
Erros acidentais e sistemáticos.
Lei de Gauss.
Medidas de comprimento.
Medidas de ângulos.
- 2 — Medida do tempo.
Cronógrafos.
Ângulos sólidos.
- 3 — Elementos de cinemática.
Velocidade e aceleração no movimento variado de um ponto material.
Lei fundamental de Newton.
Medida dinâmica das massas e das forças.
Teoremas das quantidades do movimento.
- 4 — Trabalho e energia.
Teorema das forças vivas.
Princípio da conservação da energia.
Noções sobre centro de gravidade e momento de energia.
- 5 — Elementos de estática.
Princípio dos trabalhos virtuais.
- 6 — Sistemas de referências inerciais.
Gravitação.
Balança.
Medida estática da massa e da força.
- 7 — Verificação da lei de gravitação.
Determinação da massa da terra.
- 8 — Sistemas absolutos de unidades de medidas.
Elementos de cálculo dimensional.

MECÂNICA DOS FLUÍDOS :

- 9 — Noções sobre a constituição atômica dos elementos Isotopos.
Sistema periódico dos elementos.
- 10 — Propriedades características das partículas elementares.
Raio de ação molecular.
Noções sobre estrutura molecular dos cristais.
Classificação dos estados de agregação.

- 11 — Equação da estática dos fluídos perfeitos.
Manômetros.
Proveta de Mac Leod.
- 12 — Lei de Stevino.
Princípio de Arquimedes.
Medida das pressões elevadas.
Efeito piezoelétrico.
- 13 — Elementos da dinâmica dos fluídos.
Movimento permanente dos fluídos perfeitos.
Equação da continuidade.
- 14 — Teorema de Bernouilli.
- 15 — Medida de vazão com o título de Venturi.
Fórmula de Torricelli.
- 16 — Tubo de Pitot.
Bombas de água aspirantes.
- 17 — Deformações elásticas.
Módulo de Young.
Módulo de torsão e de compressão.
Histerese elástica.

ATRITO:

- 18 — Atrito de escorregamento.
Ângulo de atrito.
Atrito de rolamento.
- 19 — Viscosidade.
Viscosímetros.
Lei de Poiseuille.
- 20 — Atrito do meio.
Lei de Stokes.
Noções sobre a sustentação aerodinâmica.

ALTO VÁCUO:

- 21 — Difusão dos fluídos.
Bombas a difusão para o alto vácuo e bombas moleculares.

MOVIMENTO HARMÔNICO:

- 22 — Cinemática e dinâmica do movimento harmônico simples.
Movimento harmônico amortecido.
- 23 — Composição dos movimentos harmônicos.
Energias das oscilações harmônicas.

- 24 — Oscilações forçadas.
Ressonância.
Conjugação dos sistemas oscilantes.
- 25 — Fôrça de inércia
Fôrça centrífuga e aplicações.
- 26 — Choque elástico e anelástico.

ACÚSTICA :

- 27 — Propagação de uma onda em uma corda vibrante.
Equação da onda.
- 28 — Velocidade das ondas elásticas.
Noções gerais sôbre os sons.
- 29 — Noções sôbre alguns aparelhos acústicos e elétro-acústicos.
Análises dos sons.
- 30 — Princípio da fonotelemetria.
Ultra-sons.
Fonotelemetria sôbre a água.

ÓTICA GEOMÉTRICA :

- 31 — Leis elementares da ótica.
Reflexão total.
Lâminas e prismas.
- 32 — Teoria geométrica de Gauss dos sistemas dióptricos ireais.
- 33 — Aumento linear e angular de um sistema dióptrico.
Pontos nodais.
- 34 — Sistemas afocais.
Aberrações dos sistemas óticos.
Aumento visual.
Microscópio.
- 35 — Luneta.
Binóculo.
Periscópio.
- 36 — Telêmetro a coincidência e telêmetro estereoscópico.
- 37 — Princípio de Fermat.
- 38 — Velocidade da luz e sua medida.
Medida do índice de refração com o método do prisma e com o método do refratômetro total.

METEOROLOGIA :

- 39 — Constituição da atmosfera.
Eletricidade atmosférica.
Raios cósmicos.

FÍSICA

2.º ano

CALOR E TERMODINÂMICA:

- 1 — Temperatura e sua medida.
Termômetros a gás e elétricos.
Pirômetros termoeletricos e de filamento evanescente.
- 2 — Medidas da quantidade de calor.
Calorímetro de Bunsen e calorímetro de água.
Definição da energia térmica.
- 3 — Transformação e ciclos.
Estado de equilíbrio térmico.
Trabalho externo produzido por um gás.
Capacidade térmica e calores específicos.
- 4 — Primeiro princípio de termodinâmica.
Energia interna e princípio da conservação de energia.
Equivalente mecânico do calor.
- 5 — Propagação do calor em um meio homogêneo.
Problema da barra.
- 6 — Gases perfeitos.
Aplicação do primeiro princípio aos gases perfeitos.
Equação da adiabática dos gases perfeitos.
- 7 — Noção sobre a teoria cinética dos gases perfeitos.
Caminho livre médio.
Leis de Maxwell e Boltzmann.
Significado cinético da temperatura.
- 8 — Dedução da equação de estado dos gases perfeitos.
Calores específicos dos gases mono e pluriatômicos.
Noções sobre a teoria cinética da evaporação e ebulição.
- 9 — Máquinas térmicas.
Ciclo de Carnot com gases perfeitos.
Transformações reversíveis e irreversíveis.
Princípios de Clausius.
- 10 — Escala termodinâmica da temperatura.
Entropia.
- 11 — Segundo princípio de termodinâmica.
Desigualdade de Clausius.
- 12 — Aplicação do segundo princípio de termodinâmica.
Rendimento máximo de um ciclo de Carnot.
- 13 — Rendimento máximo de uma máquina térmica qualquer.
Diagramas entrópicos.

- 14 — Gases reais.
Experiências com os gases moleculares.
Equação de Van der Waal's.
- 15 — Isotermas dos gases reais.
Equação reduzida de Van der Waal's.
- 16 — Experiência de Joule-Thomson.
Liquefação dos gases.
Máquinas frigoríficas.

ELETRICIDADE E MAGNETISMO :

- 17 — Campo de força e potencial.
Equações das linhas de forças.
Trabalho em um campo de força.
Campo gravitatório uniforme.
- 18 — Campos newtonianos.
Potencial de uma carga ou massa puntiforme.
- 19 — Teorema de Gauss (dedução).
- 20 — Princípios de eletrostática.
Propriedade dos condutores.
Teorema de Coulomb.
Descontinuidade do campo elétrico através de um folheto simples.
- 21 — Teorema das superfícies correspondentes.
Campo e capacidade de um condutor esférico.
Problema geral da eletrostática.
- 22 — Condensadores.
Capacidade de um condensador esférico.
Ligação em série e em paralelo.
- 23 — Energia eletrostática de um sistema de condutores.
Energia do campo eletrostático.
Constante dielétrica.
Eletrômetro.
- 24 — Dípolos elétricos e magnéticos.
Íman em campo uniforme.
Momento magnético.
Corpos para — dia — e ferro-magnéticos.
Introdução das massas magnéticas fictícias.
Suscetividade.
- 25 — Propriedades dos corpos ferromagnéticos.
Histerese.
Duplos folhetos elétricos e magnéticos.
- 26 — Lei de Biot e Savart.
Campo magnético produzido por um condutor retilíneo e por um condutor circular.

- 27 — Princípio da equivalência.
Primeira equação de Maxwell.
Fôrça magneto-motriz de um enrolamento toroidal.
Circuitos magnéticos.
Lei de Laplace.
Regra de Fleming.
Galvanômetro de quadro móvel.
- 28 — Ações eletrodinâmicas entre as correntes.
Lei de Lorentz.
Oscilógrafo de raios catódicos.
- 29 — Movimento de eletrons nos campos elétrico e magnético.
Aplicação ao oscilógrafo.
- 30 — Lei de Ohm.
Propriedades da resistência elétrica.
Lei de Ohm generalizada.
- 31 — Regra de Kirchhoff.
Ponte de Wheatstone.
- 33 — Energia de uma corrente elétrica.
Lei de Joule.
Efeito Peltier.
- 33 — Teoria eletrônica dos metais.
Efeito termoiônico.
Lei de Richardson.
- 34 — Diodos termoiônicos.
Lei de Langmuir.
- 35 — Efeito fotoelétrico externo.
Lei de Einstein.
Células fotoelétricas a resistência variável.
- 36 — Efeito fotoelétrico de contacto e efeito fotoelétrico interno.
Rendimento do efeito fotoelétrico.
- 37 — Indução eletromagnética.
Lei de Faraday e Neumann.
Coeficiente de indução mútua e de auto-indução.
Energia magnética de uma corrente.
- 38 — Circuitos elétricos oscilantes.
Descarga de um condensador.
Fórmula de Thomson.
- 39 — Oscilações elétricas forçadas.
Noções sobre as correntes alternativas.
Impedância.
Ressonância elétrica.

- 40 — Corrente de deslocamento.
Segunda equação de Maxwell.
Sistemas de equações de Maxwell.
Massa eletromagnética de uma carga.
- 41 — Circuitos oscilantes abertos.
Produção de ondas eletromagnéticas.
Equações de uma onda eletromagnética plana.
- 42 — Válvula termoiônica.
Equação do diodo.
Definição das constantes características de um tríodo.
- 43 — Amplificação com resistência e com transformadores.
Tríodo gerador de oscilações contínuas.
- 44 — Electrólise.
Lei de Ohm para os eletrólitos.
Dedução das leis de Faraday.
- 45 — Pilhas e acumuladores.
Fôrça eletromotriz na camada limite entre dois meios.

ÓTICA FÍSICA:

- 46 — Teoria eletromagnética da luz.
Princípio de Huyghens.
Interferência.
Espelhos de Fresnel.
 - 47 — Equações de uma onda plana.
Caminho ótico.
Interferência nas lâminas delgadas.
Aplicações à metrologia e ao trabalho das superfícies.
 - 48 — Interferômetro de Michelson.
Difração.
Retículo de difração.
Medidas de comprimento de onda.
 - 49 — Raios X.
Produção dos raios X com os tubos Coolidge.
Lei de absorpção.
Aplicações.
Interferência com os raios X.
 - 50 — Noções sobre a teoria dos espectros.
Fotometria.
Fotômetros de células fotoelétricas.
Leis da radiação térmica (Kirchhoff, Planck).
-

MECÂNICA RACIONAL, PRECEDIDA DE
CÁLCULO VECTORIAL

(PROF. GLEB WATAGHIN)

CÁLCULO VECTORIAL

1.ª PARTE (1.º ano)

A) — ELEMENTOS DE ALGEBRA VECTORIAL:

- 1 — Grandezas escalares e vectoriais. Grandezas vectoriais livres e localizadas. Vectores livres. Convenções sobre os vectores.
- 2 — Soma dos vectores. Produto de um número real por um vector.
- 3 — Vectores coplanares. Vectores não coplanares.
- 4 — Producto escalar. Produto vectorial.
- 5 — Produto mixto. Duplo produto vectorial.
- 6 — Aplicação das operações vectoriais elementares a algumas questões de geometria.
- 7 — Grandezas polares e grandezas axiais. Generalidades e exemplos.
- 8 — Rotação de um vector. Caso do plano. Operador i . Exponenciais. Representação de um vector no plano.

B) — ELEMENTOS DE ANALISE VECTORIAL:

- 9 — Vectores funções de um escalar. Limites e continuidade. Hodógrafo. Proposições mais importantes sobre as funções vectoriais contínuas.
- 10 — Derivada e diferencial de um vector. Regras de derivação. Propriedades das derivadas vectoriais. Derivadas sucessivas. Aplicações.
- 11 — Estudo vectorial das curvas: a) Tangente. Normais. Plano normal. Plano osculador. Plano retificante. b) Curvatura e torsão. Fórmulas de Frenet. Aplicações. c) Estudo das curvas planas.
- 12 — Funções vectoriais de dois escalares. Limites e continuidade. Derivadas parciais. Diferencial total.
- 13 — Estudo vectorial das superfícies: a) Plano tangente. Normal. b) Curvatura de uma linha traçada sobre uma superfície. c) Aplicação às linhas particulares traçadas sobre uma superfície.
- 14 — Funções escalares de ponto. Derivada em uma direcção e suas propriedades.
- 15 — Campo vectorial. Funções vectoriais de ponto. Derivada em uma direcção e suas propriedades.
- 16 — Integrais das funções escalares e vectoriais de ponto, extendidas a uma região do espaço.

2.^a PARTE (2.^o ano)

A — COMPLEMENTOS DE ÁLGEBRA VECTORIAL:

- 17 — Sistemas de vectores localizados: a) Generalidades. b) Sistemas equivalentes de vectores. c) Adução de um sistema de vectores.
- 18 — Noções sobre os operadores vectoriais lineares.

B — COMPLEMENTOS DE ANALISE VECTORIAL:

- 19 — Gradiente de uma função escalar de ponto e suas propriedades.
- 20 — Rotor de uma função vectorial de ponto e suas propriedades.
- 21 — Divergência de uma função vectorial de ponto e suas propriedades.
- 22 — Teoremas sobre o gradiente, sobre a divergência e sobre o rotor. Aplicações.
- 23 — Teorema de Stokes e suas aplicações.

OBSERVAÇÃO: — O programa do curso de Cálculo Vectorial no 1.^o Ano corresponde a 24 lições do professor catedrático.

MECÂNICA RACIONAL

1.^a PARTE (2.^o ano)

Cinemática

- 1 — Considerações preliminares.
- 2 — Movimento de um ponto: a) Generalidades. b) Velocidade e aceleração. c) Estado de alguns movimentos simples.
- 3 — Generalidades sobre o movimento de um sólido.
- 4 — Movimentos simples de um sólido: a) Translação. b) Rotação em torno de um eixo fixo. c) Movimento helicoidal.
- 5 — Movimento geral de um sólido; estudo de movimento instantâneo: a) Distribuição das velocidades. b) Distribuição das acelerações. c) Casos particulares: movimento em torno de um ponto fixo e movimento paralelamente a um plano fixo.

2.^a PARTE

- 6 — Composição de movimentos simultâneos: a) Generalidades. b) Teorema fundamental sobre a composição de velocidades. c) Composição de acelerações; teorema de Coriolis. d) Composição de movimentos em número qualquer; casos mais importantes. e) Aplicações.

- 7 — Movimento contínuo geral de um sólido. Casos particulares.
- 8 — Estudo especial do movimento de uma figura plana em seu plano. Aplicações.

2.^a PARTE

Introdução à Estática e à Dinâmica

- 9 — Conceitos e princípios fundamentais da mecânica. A estática. A dinâmica.
- 10 — Trabalho das forças. Função de forças e suas condições de existência.
- 11 — Geometria das massas: a) Centro de gravidade. b) Momentos de inércia.
- 12 — Cinética: a) Quantidades de movimento e momentos cinéticos. b) Forças de inércia.
- 13 — As unidades em mecânica. Homogeneidade e semelhança em mecânica.
- 14 — Atração universal. Equações de Laplace e de Poisson. Atração sobre um ponto material distante.

3.^a PARTE

Estática

- 15 — Equilíbrio de um ponto material: a) Ponto livre. b) Ponto sobre uma superfície fixa. c) Ponto sobre uma curva fixa.
- 16 — Equilíbrio de um sistema de pontos materiais: a) Generalidades. b) Condições necessárias de equilíbrio.
- 17 — Equilíbrio de um sólido livre. Casos particulares de distribuição de forças.
- 18 — Equilíbrio de um sólido sujeito a ligações.
- 19 — Equilíbrio de sistemas deformáveis: a) Grupos de sólidos sujeitos a ligações. b) Polígonos funiculares. c) Sistemas articulados. d) Fio flexível; catenária.

4.^a PARTE

Dinâmica do ponto

A) — DINÂMICA DO PONTO LIVRE;

- 20 — Equações diferenciais do movimento de um ponto material. Teoremas gerais.
- 21 — Movimento retilíneo: a) A força é proporcional à distância a um ponto fixo. Movimento vibratório simples e amortecido. b) A força é inversamente proporcional ao quadrado da distância. c) Movimento dos graves no vazio e no ar.
- 22 — Movimento dos projéteis: a) Movimento dos projéteis no vazio. b) Movimento dos projéteis no ar; curva balística.

- 23 — Movimento devido à força central; a) Propriedades do movimento. b) A força é função da distância ao centro fixo. c) Caso da atração newtoniana; movimento dos planetas; leis de Kepler.
- 24 — Questões elementares de mecânica celeste.

B — DINÂMICA DO PONTO SUJEITO A LIGAÇÕES:

- 25 — Movimento de um ponto sobre uma curva: a) Equações diferenciais. b) Pêndulo simples. c) Pêndulo cicloidal.
- 26 — Movimento de um ponto sobre uma superfície: a) Equações diferenciais. b) Pêndulo esférico.

5.^a PARTE

Dinâmica dos sistemas

A — TEOREMAS GERAIS:

- 27 — Teorema das quantidades de movimento ou do movimento do centro de gravidade.
- 28 — Teorema do momento cinético. Casos particulares. Teorema das áreas.
- 29 — Teorema das forças vivas. Teorema da energia.

B — DINÂMICA DOS SÓLIDOS:

- 30 — Movimento de um sólido em torno de um eixo fixo. Pêndulo composto.
- 31 — Movimento de um sólido em torno de um ponto fixo.
- 32 — Teoria do giroscópio. Aplicações.
- 33 — Movimento de um sólido livre.

C — MOVIMENTO E EQUILÍBRIO RELATIVOS:

- 34 — Teoremas gerais: a) Caso de um ponto. b) Caso dos sistemas.
- 35 — Movimento e equilíbrio relativos na superfície da terra:
- a) Generalidades.
- b) Movimento dos graves.
- c) Pêndulo de Foucault.

6.^a PARTE

Estudo geral do movimento e do equilíbrio dos sistemas sujeitos a ligações

- 36 — Noções gerais sobre as ligações dos sistemas.
- 37 — Princípio de D'Alembert.

- 38 — Teorema dos trabalhos virtuais. Equação geral da dinâmica. Equação geral da estática.
- 39 — Cálculo das reações pelo método de Lagrange.
- 40 — Aplicação do teorema dos trabalhos virtuais e problemas de estática.
- 41 — Equações de Lagrange. Aplicações.
- 42 — Estabilidade do equilíbrio e pequenos movimentos de um sistema material.
- 43 — Equações canônicas do movimento dos sistemas.
- 44 — Princípio de Hamilton; a) Introdução matemática. b) Justificação do princípio Hamilton.
- 45 — Teoria das percussões.

7.ª PARTE

Mecânica dos fluidos perfeitos

A — EQUILÍBRIO DOS FLUIDOS:

- 46 — Equações gerais do equilíbrio dos fluidos.
- 47 — Equilíbrio relativo de um fluido animado de movimento de rotação.

B — DINÂMICA DOS FLUIDOS:

- 48 — Equações gerais do movimento dos fluidos. Propriedades gerais do movimento.
- 49 — Movimento permanente. Teorema de Bernoulli.

2.ª SUB-SECÇÃO — CIÊNCIAS FÍSICAS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.º ano — Física Geral e Experimental (1.ª parte)
Cálculo Vetorial
Geometria Analítica e Projetiva
Análise Matemática (1.ª Parte)
- 2.º ano — Física Geral e Experimental (2.ª parte)
Mecânica racional
Análise Matemática (2.ª Parte)
- 3.º ano — Teorias Físicas e Históricas da Física
Física Geral e Experimental (Exercícios de Física)
Análise Matemática

1.º e 2.º anos

Os programas do 1.º e 2.º anos são iguais aos da Sub-Secção de Ciências Matemáticas, em tôdas as cadeiras, bem como o de Análise Matemática do 3.º ano.

FÍSICA TEÓRICA

3.ª Parte

3.º ano

I PARTE

Complementos de eletromagnetismo

Equações de Maxwell. Potenciais. Ondas eletromagnéticas. Propriedades elétricas dos meios ponderáveis.

II PARTE

Relatividade restrita

Grupo de Galileu. Grupo de Lorentz. Relatividade do espaço e do tempo. Invariabilidade das equações de Maxwell. Relatividade da massa e da energia. Representação geométrica de Minkowski.

III PARTE

Introdução à mecânica atômica

Dualidade onda-corpúsculo. Efeito Compton. Difração e interferência das ondas eletrônicas. Conceções de de Broglie. Equação de Schrödinger. Átomo de hidrogênio. Serie de Balmer. Princípio de exclusão de Pauli. Classificação periódica. Princípio de indeterminação.

3.ª SUB-SECÇÃO — CIÊNCIAS QUÍMICAS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

1.º ano — Elementos de Geometria Analítica e Análise Matemática
Física Geral e Experimental
Mineralogia

- 2.º ano — Química Orgânica ou Química Inorgânica.
Química Inorgânica ou Química Orgânica
Físico-química ou Bioquímica
- 3.º ano — Química Superior
Bioquímica ou Físico-química
História da Química.

NOTA:— A História da Química será dada conjuntamente com as demais cadeiras à medida do desenvolvimento do curso.

MINERALOGIA

O programa de Mineralogia, a cargo do Prof. Ettore Onorato, é o mesmo que figura na Sub-Secção de Ciências Naturais.

GEOMETRIA ANALÍTICA E ANÁLISE MATEMÁTICA

(PROF. A. SOARES ROMÊO)

GEOMETRIA ANALÍTICA

1.º **Generalidades sôbre coordenadas.** Aparecimento das equações. Coordenadas cartesianas; polares, outros sistemas. Lugares geométricos de pontos. Curvas. Equação da reta; equação do círculo, da elipse, da hipérbole, da parábola. Classificação das curvas. Homogeneidade. Construções algébricas.

1.ª Transformação das coordenadas cartesianas (translação).

2.º **Transformação de coordenadas.** Teoria das projeções.

2.ª Transformação (rotação). Transformação geral. Transformação de um sistema cartesiano em polar e **vice-versa**.

Teoria dos invariantes em transformações de coordenadas. Transformação linear. Transformação inversa. Determinante, módulo da transformação. Invariantes em geral; invariantes em coordenadas. Invariantes da linha reta. Invariantes das curvas do segundo grau.

3.º **Teoria da linha reta.** Equação geral da reta. Equação da reta em função de coeficiente angular e da ordenada na origem. Equação da reta em função da ordenada na origem e da abscissa de seu ponto de encontro com o eixo dos X. Equação normal da reta que passa por dois pontos. Equação normal da reta em função da sua distância à origem e do ângulo que forma a perpendicular que vai da origem à reta. Equação da reta em coordenadas polares. Equação de todas as retas que passam

por um ponto. Ângulo de duas retas. Condições de paralelismo e perpendicularidade de duas retas. Ponto de encontro de duas retas. Distância de um ponto a uma reta. Ponto e retas imagináveis. Imaginários conjugados. Sistemas de retas.

4.º Teoria do círculo. Estudo da equação. Determinação do centro e do raio. Equação da reta tangente ao círculo e paralela a uma direção dada. Equação da tangente em um ponto dado da circunferência. Equação da tangente passando por um ponto dado. Discussão.

5.º Teoria geral das tangentes. Definições, limites. Equação da tangente a uma curva. Afeções principais de uma curva. Ordenadas máxima e mínima. Concavidade e convexidade. Pontos de inflexão.

6.º Teoria geral das assintotas. Definições. Assintota paralela aos eixos. Assintota não paralela aos eixos.

7.º Teoria dos centros.

8.º Teoria geral dos diâmetros. Eixos diâmetros conjugados.

9.º Teoria elementar das cônicas. Estudo do trinômio do 2.º grau. Estudo geral a duas variáveis e do 2.º grau. Discussão. Gênero elipse; gênero hipérbole; gênero parábola. As curvas do segundo grau consideradas como secções cônicas.

10.º Centro e diâmetro nas curvas do 2.º grau.

11.º Redução das equações às formas mais simples. Equações normais.

12.º Focos e diretrizes.

13.º Notícia sobre a geometria a três dimensões.

14.º Notas sobre transformações. Mudança de escala. Grupo das homotetias. Simetrias. Inversão dos eixos.

15.º Notas sobre diagramas. Interpolação e extrapolação.

16.º Nota sobre irregularidade das curvas; descontinuidade, pontos angulosos, pontos de bifurcação.

ANÁLISE MATEMÁTICA

1.º Cálculo das combinações. Arranjos. Permutações. Combinações. Permutações com formações de grupos. Permutações circulares. Arranjos e permutações em repetições. Combinações com repetições.

2.º Teoria elementar das probabilidades matemáticas descontínuas. Probabilidade absoluta. Certeza. Probabilidades totais. Probabilidade relativa. Probabilidades compostas. Esperança matemática.

3.º Binômio de Newton.

4.º Teoria dos limites e conjunto de números. Números inteiros. Campo dos números racionais. Ordenação e enumeração. Números irra-

cionais. Classes contíguas. Cortadura de Dedekind. Cortaduras de 1.^a e de 2.^a espécies. Campo contínuo e descontínuo. Campo dos números reais. Campo dos números imaginários. Números decimais. Aproximação indefinida. Correspondência entre número real e segmento. Extrêmo direito e extrêmo esquerdo. Representação do campo total de Cauchy. Agregados ou conjuntos. Agregado limitado. Intervalo. Amplitude de um intervalo. Agregado condensado. Agregado denso em um ponto. Condições para que um agregado tenha um valor limite. Agregado derivado, agregado fechado, agregado perfeito. Noção de variável. Limites superior e inferior de um agregado.

5.^o **Noções sobre funções.** Noção geral. Funções, formais ou analíticas, geométricas, físicas. Noção matemática de função. Função uniforme e multiforme. Função limitada superiormente e inferiormente. Oscilação. Funções algébricas e transcendentess; função par e ímpar. função periódica. Função de função. Função explícita e implícita. Função inversa. Função definida e não definida.

6.^o **Limites das funções.** Limites para valores finitos da variável independente. Limites para valores infinitos. Limite à esquerda e à direita. Teoremas sobre os limites das funções.

7.^o **Continuidade das funções.** Continuidade em um ponto. Continuidade à direita e à esquerda. Funções descontínuas. Exemplos de descontinuidades. Valor de uma função em um ponto. Teoremas sobre a continuidade das funções. Crescimento e decréscimo. Máximos e mínimos.

8.^o **Noções sobre os infinitamente pequenos e infinitamente grandes.** Infinitamente pequeno e infinitamente grande. Infinitamente pequeno principal. Parte principal de um infinitamente pequeno. Infinitamente pequenos de diversas ordens. Operações sobre os os infinitamente pequenos.

9.^o **Estudo, continuidade e limites de algumas funções.** Polinômios inteiros. Frações racionais. Funções irracionais. Funções circulares.

10.^o Limites de $\frac{X}{\text{sen} X}$ e $\frac{X}{\text{tang} X}$ quando X tende para zero. Limites de $(1 + \frac{1}{m})^m$ quando m cresce indefinidamente; serie e. Limite de $(1 + \frac{x}{m})^m$ quando m cresce indefinidamente.

11.^o **Estudo da série e.** Valor de e, valores aproximados de e. Série e^x, valor de e^x, valores aproximados de e^x.

12.^o **Cálculo das derivadas.** Generalidades. Definições de derivadas. Derivada à direita, à esquerda. Derivada nula, derivada infinita. Existência da derivada. Derivada em um intervalo.

13.^o **Diferencial de uma função.** Derivada com quociente de diferenciais. Derivada de função definição; mudança de variável. Acréscimo de uma função.

14.º Infinitamente pequeno de primeira ordem em relação a dx . Parte principal. Interpretação geométrica da parte principal.

15.º Processos de diferenciação e derivação. Derivadas e diferenciais de uma soma, de um produto, de um quociente de funções de um só argumento. Diferencial e derivada de uma potência de uma função de um só argumento.

16.º Diferencial e derivada de uma função inversa. Diferencial e derivada de uma raiz. Diferencial e derivada de uma função quando y e x são dados em função de um parâmetro variável.

17.º Diferencial e derivada de um polinômio. Diferencial e derivada de e^x . Diferencial e derivada $\log x$. Caso do logaritmo neperiano. Caso de uma base qualquer. Caso dos logaritmos vulgares. Diferencial e derivada de a^x .

18.º Diferencial e derivada das funções circulares diretas e inversas.

19.º Fórmulas de Taylor e de Mac-Laurin. Desenvolvimento do resto. Acréscimos finitos.

20.º Primeiras noções sobre as equações diferenciais. Integral geral, integral particular, integral singular. Interpretação das integrais singulares.

21.º Integrais indefinidas. Interpretação geométrica. Integrações imediatas. Integração por substituição e por partes.

22.º Funções de mais de duas variáveis independentes. Diferenciais parciais; notação de Jacobi. Diferencial total.

23.º Integral ao longo de uma curva. Condições para a dependência exclusiva das condições iniciais e finais. Existência da função V .

FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL

(PROF. A. SOARES ROMÊO)

1. Noções de função de uma ou mais variáveis independentes. Derivada e diferencial. Função primitiva. Integral considerada como soma de infinitamente pequeno. Noção de infinitamente pequenos em física. Funções e derivadas mais comuns na física.

2. Diferenciais parciais e total. Integração ao longo de uma curva.

3. Grandezas físicas. Definição da física. Medidas relativa e absoluta. Sistemas de unidades.

4. Erros nas medidas. Teoria dos erros de observação.

5. Principais métodos de medidas diretas. Medidas de comprimentos, de superfícies, de volumes, de ângulos. Medidas de massas. Medida do tempo.

6. Noções de cálculo vectorial.

7. **Mecânica clássica. Generalidades.** Objeto da mecânica, mecânica do ponto, mecânica dos sistemas. Divisão do estudo de mecânica.

8. **Cinemática do ponto.**

9. **Cinemática dos sistemas.** Translação, rotação. Movimento absoluto, relativo e de arrastamento.

10. **Estática.** Noção estática de força. Vector de força. Torção. Momento de torção. Estática do ponto. Estática dos sistemas. Torçores.

11. **Trabalho e energia.** Gradiente, divergência de uma força, rotacional da força. Circuitação do vector de força. Representação gráfica do trabalho.

12. **Princípio dos trabalhos virtuais.** Multiplicadores de Lagrange.

13. **Dinâmica. Princípios fundamentais.** Conceito dinâmico de força. Identidade dos conceitos estático e dinâmico. Massa.

14. **Geometria das massas.** Momentos de inércia e centros de gravidade.

15. **Princípios de D'Alembert.** Forças fictícias de inércia; equilíbrio dinâmico. Equações de Lagrange.

16. **Conseqüências.** Teorema das forças vivas. Teoremas sobre a quantidade de momento. Teorema sobre a conservação do centro de gravidade.

17. **Choques e percussões.** Fenômeno geral. Choque reto, oblíquo. Pressão desenvolvida no choque.

18. **Termologia.** O calórico. Movimento ordenado e desordenado.

19. **Termometria.** Coeficientes termométricos. Caloria. Transporte da energia calorífica por condução, por convecção, pela adiação. Termômetros comuns; termômetros comuns; de hidrogênio; pirometria ótica, hipômetros termo-elétricos. Indicações práticas.

20. **Calorimetria.** Calorímetro de Berthelot — método das misturas. Vaso de Dewar. Calor nas reações químicas. Calores específicos.

21. **Termodinâmica. Generalidades.** Equilíbrio. Transformações reversíveis ou não. Transformações abertas e fechadas. Produção de trabalho na evolução. Sistema isolado. Temperatura absoluta.

22. **Equivalente mecânico da unidade de calor.** Princípio de equivalência. Fórmula de Sir W. Thomson. Primeiro princípio da termodinâmica ou princípio de conservação.

23. **Transformações com um só termostato.** II princípio da termodinâmica ou princípio de evolução.

24. **Transformações em dois termostatos.** Ciclos de Carnot. Rendimento. Definição da temperatura termodinâmica. Escala de Kelvin.

25. **Generalizações.** Igualdade de Clausius. Entropia. Conseqüências desta função, seu aumento contínuo em um sistema isolado. Significado da lutropia. O universo não pode passar duas vezes pelo mesmo

26. **Teoria cinética dos gases.** Agitação térmica. Fenômenos que provam a agitação das moléculas. Movimento browniano. Hipóteses para simplificação dos cálculos. Número de choques das moléculas. Cálculo da pressão produzida pelos choques moleculares.

27. **Aplicações:** A temperatura absoluta dada pela escala normal de hidrogênio, para as pequenas pressões e não baixas temperaturas, é proporcional à energia cinética média de uma molécula. Desenccontro entre as escalas termodinâmica e normal. Demonstração da lei de Avogrado. Demonstração da lei de Dalton. Demonstração da lei de Graham. ;

28. **Gazes reais;** equação de Van der Waals. Volume disponível ao movimento molecular. Diâmetro das moléculas. Significado de b . Moléculas duplas; significado de a .

29. **Discussão da equação de Van der Waals.** Confronto com as experiências de Andrew. Pressão, volume e temperatura críticos.

30. **Extensão da teoria cinética às soluções.**

31. **Campos newtonianos ou colombianos;** Campos. Definições. Forças de campo. Linhas de força. Campo uniforme. Campo radical. Massa. Carga. Unidade de Carga de massa. Os três campos de gravitação, elétrico e magnético.

32. **Trabalho das forças em um campo.** Potencial. Diferença de potencial ou tensão das linhas de força. Capacidade. Fluxo de força. Teoremas de Gauss e de Green. Circuitação. Superfícies equipotenciais. Superfície de nível.

33. **Estudo do Campo elétrico.**

QUÍMICA

(PROF. HEINRICH RHEMBOLOT)

Já durante o ano de 1935, foi preciso modificar consideravelmente o programa originalmente estabelecido para a Sub-seção de química. Este programa original tinha sido organizado admitindo a hipótese de que a maioria dos alunos da Secção consistiria em candidatos a professores de escolas secundárias. Na verdade, porém, os atuais estudantes da Secção tencionam todos formar-se como químicos científicos. Se bem que seja praticamente impossível formar um jovem em 3 anos para químico científico, é preciso fazer a tentativa de conseguir no decorrer dêsse tempo o máximo possível.

A aula de química experimental inorgânica foi por essa razão ampliada e elevada a um nível superior. Em consequência disso, a dita aula já foi prolongada, desde o 2.º semestre de 1935, a 5 horas semanais. Sobretudo, porém, foi preciso ampliar e intensificar os exercícios práticos, pois que se tornou necessária uma prática mais ampla em química analítica.

I

AULAS EXPERIMENTAIS E TEÓRICAS

1. Aula fundamental de química-experimental inorgânica e orgânica. (5 horas semanais).

E' terminada a «Química-experimental inorgânica» e dada a aula de «Química-experimental orgânica». A «Química inorgânica» é tratada conforme o programa publicado para 1935, mas aumentada da parte b) da «Química especial»: Sistemática dos elementos e dos compostos inorgânicos», que é tratada já, em conjunto. A «Química orgânica» é tratada conforme o programa dado sob I, 2). Em ambas as aulas é especialmente cultivado o momento histórico.

2. Aula de físico-química. (2 aulas semanais, só para o 2.º ano).

E' tratada a equação do estado térmico dos gases perfeitos e reais, bem como dos corpos líquidos e sólidos; deduzem-se a passagem dos estados de agregação uns nos outros e os fenômenos críticos. Trata-se a equação calórica do estado (1.º princípio da termodinâmica), as suas aplicações e conseqüências, considerando-se especialmente as noções importantes para a química: energia interna, calor molar, calor de reação, etc., cuja importancia teórica e prática é examinada minuciosamente. Segue o 2.º princípio da termodinâmica com suas conseqüências: leis da pressão osmótica, da pressão de vapor e da ação das massas. Seguem as leis fundamentais da eletroquímica. Os fenômenos são discutidos não só à base das leis da termodinâmica, bem como também, onde necessário, à base da teoria cinética. Por meio de exercícios de cálculos do problema tratados, é exercitada a aplicação prática das equações deduzidas.

3. Colóquio químico. Os alunos do 2.º ano participam do Colóquio químico», criado em outubro de 1935, que terá 8 sessões anuais.

II

EXERCÍCIOS PRÁTICOS NO LABORATÓRIO

1. Nos exercícios do 2.º ano, é terminada a análise inorgânica quantitativa, capítulo VII a IX do «Guia para a introdução prática às reações de substâncias inorgânicas e para a execução de análise qualitativas inorgânicas, de H. RHEINBOLDT e H. HAUPTMANN. Terminada a prática do sistema da análise qualitativa, seguem exercícios na análise de produtos industriais e de minerais. No segundo semestre, vem a análise quantitativa volumétrica.

2. Os exercícios práticos do 1.º ano referem-se à primeira parte do estudo das reações de substâncias inorgânicas e da análise qualitativa, conforme o guia citado em 1).

4.ª SUB-SECÇÃO — CIÊNCIAS NATURAIS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.º ano — Física Geral e Experimental
Química
Mineralogia
Biologia Geral
Botânica
Zoologia Geral e Fisiologia animal
- 2.º ano — Petrografia. Paleontologia
Biologia Geral
Bioquímica
Botânica
Zoologia Geral e Fisiologia animal
- 3.º ano — Geologia
Botânica
Zoologia Geral e Fisiologia animal

Os programas de Física Geral e Experimental são idênticos aos da Sub-secção de Ciências Químicas, publicados com os dessa Secção.

QUÍMICA ORGÂNICA E BIOLÓGICA PARA A SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS NATURAIS

Termina-se o programa da química inorgânica.

Depois será feita uma introdução elementar à química orgânica, tratando-se dos compostos mais importantes para os processos biológicos.

MINERALOGIA

(PROF. ETTORE ONORATO)

O programa de mineralogia compreenderá dois cursos: um, teórico; outro, prático.

No curso teórico serão estudadas:

MINERALOGIA GERAL

Propriedades morfológicas dos minerais.

Propriedades físicas dos minerais.

Propriedades químicas dos minerais.

Gênese.

Paragênese.

MINERALOGIA ESPECIAL, OU DESCRITIVA

Estudo detalhado dos minerais mais importantes entre os da classe dos elementos nativos: dos sulfuretos, arsenietos, etc., dos sulfossais, dos alóides, dos óxidos, dos sais oxigenados, tendo-se sempre em vista os mais importantes existentes no Brasil.

No curso prático se realizará o seguinte grupo de exercícios:

MORFOLOGIA

Orientação dos cristais; determinação das formas simples e compostas; projeção estereográfica; cálculo cristalográfico.

ÓTICA

Goniometria; microscopia; determinação prática dos minerais mais comuns, por intermédio de suas propriedades físicas e químicas;

Identificação das principais pedras preciosas lapidadas e das mais comuns imitações.

Para habituar o estudante à linguagem e à discussão científicas e para facilitar o estudo da matéria, estabelecer-se-á o sistema do colóquio, isto é, o estudante ou grupo de estudantes, de acôrdo com o professor, estabelecerão um ou mais dias por mês, em horas que não sejam as das lições teóricas ou práticas, para que se realizem eventuais esclarecimentos das questões da matéria dada, com ampla liberdade de discussão sôbre o assunto que houver suscitado o colóquio.

BIOLOGIA GERAL

(PROF. ANDRÉ DREYFUS)

I — CURSO TEÓRICO

A — GENERALIDADES

- 1 — Histórico da Biologia Geral — Divisão geral da cadeira — Definições.
- 2 — Definições de vida. Formas de vida. Caracteres peculiares aos seres vivos e distinção entre seres vivos e matéria bruta. Análise das diferenças morfológicas, genéticas, físicas, químicas. Teorias sôbre a origem da vida. O problema da geração espontânea.

B — CITOLOGIA

- a) Teoria celular — Historico — Crítica.
- b) Morfologia celular.
 - 1 — Forma, tamanho das células; limite superior (leis de Spencer, de Driesch, relação núcleo-plasmática) e limite inferior — Número de células.
 - 2 — O citoplasma:
 - i) Citoplasma fundamental.
Teorias clássicas sobre sua estrutura.
Estudo crítico.
 - ii) Citoplasmas diferenciados.
Condrioma: morfologia, fisiologia, constituição química; origem.
Aspectos particulares e artefatos: lepidosomas, filamentos basais, ergatoplasma, bastonetes de Heidenhain.
O condrioma vegetal: plastos e duplo condrioma vegetal.
Vacuoma: morfologia, fisiologia, constituição química, origem, relações entre condrioma e vacuoma.
Paranúcleos, Idiosoma, núcleo vitelino.
Trofospôngio, pseudocromosoma, cromídeos.
Relações entre os vários citoplasmas diferenciados, o condrioma e o vacuoma.
Citoplasmas específicos: miofibrilas, neurofibrilas.
 - iii) Inclusões.
Amido, glicógeno, gorduras, inclusões cristalinas e cristaloides, vacúolos, plaquetas vitelinas, grãos de aleurona. Grãos de secreção. Secreção vesicular e vacuolar. Muco, tipos de células glandulares: merocrinas e holocrinas, secreção e excreção, mecanismos secretórios: nervoso e humoral. Noções gerais sobre os pigmentos. A foto-sensibilização.
- 3 — Núcleo: situação, número, forma, tamanho, estrutura, cromatina, nucléolos, carioplasma, membrana nuclear.
Noções sobre a constituição química.
Funções do núcleo.
- 4 — Membrana celular: diferentes tipos e diferenciações nas células animais e vegetais. Discussão do problema da constância da membrana. Papel da membrana nas trocas entre a célula e o meio.
- 5 — Centro celular — Estudo especial nas células em repouso.
- 6 — Orgânicos. Esqueletos internos e periféricos: undulópodos e seus derivados: flagelos, cílios, cutículas; orgânicos de ataque e defesa; orgânicos dos unicelulares: mionemas, vacúolos hidrostáticos e pulsáteis, manchas pigmentares, boca, anus, etc.
- 7 — Metaplasmas. Os principais tipos: no tecido epitelial e nos tecidos de natureza conjuntiva.

- e) Estudo sumário das propriedades físicas das células.
- d) **Fisiologia celular:**
Noções sobre a nutrição celular.
Mobilidade nas células.
Irritabilidade: Os excitantes. As respostas celulares. Tropismos e tactismos. Oligodinamia.
- 8 — Divisão celular: Amitose — seus vários tipos. Cariocinese — seu estudo nos metazoários, metafitos e unicelulares. Tipos intermediários entre divisão direta e indireta.
Alterações da divisão por fatores físicos e químicos.
Análise das forças em jogo na divisão celular. Causas da divisão celular — O problema dos raios mitogenéticos.
- 9 — Tipos principais de alteração das células.

C — REPRODUÇÃO E ONTOGENIA

- 1 — Tipos de reprodução nos seres vivos: agamogênese e gamogênese: isogamia e heterogamia. Conjugação. Endomixia, autogamia. O problema da imortalidade dos unicelulares.
- 2 — Espermatogênese, ovogênese — Origem das células sexuais. Diferenciação precoce da linhagem germinativa.
Meiose: — Zigótica, esporica e gamética. Estudo dos vários tipos de mitoses de maturação. Ciclo cromossômico.
- 3 — Da fecundação e fenômenos correlatos: dicentria e ativação do óvulo, polispermia, fecundação prematura, parcial e ginogênese, androgênese, merogenia, fecundação cruzada, partenogênese.
- 4 — Noções de mecânica do desenvolvimento.
- 5 — **Embriologia nos Vertebrados:** Segmentação. Formação do endoderma. Origem do mesoderma do tubo neutro e da corda. Metamerização do mesoderma. Origem do mesenquima e do sangue. Desenvolvimento da forma do embrião. Anexos e envoltórios do embrião.
- 6 — **Noções sobre a organogenia nos vertebrados:** Principais derivados do ectoderma, do endoderma, do mesoderma e do mesenquima.

D — HEREDITARIEDADE

- 1 — Histórico — Micromerismo e organismo — Weissmann.
- 2 — O Mendelismo — Mono —, di — e polihíbrido. A descontinuidade do patrimônio hereditário.
- 3 — Fatores modificadores e complementares. Alelomorfos múltiplos. Pliotropia. Polimeria. Flutuação. Tipos especiais de dominância. Herança em mosaico. Meio e fatores.

- 4 — Telegonia.
- 5 — Estado estatístico da hereditariedade. Leis de Galton.
- 6 — Teoria cromosômica. Individualidade dos cromosomas.
- 7 — Herança «sex linked». «Linkage». «Crossing-over». Localização dos fatores. Interferência.
- 8 — Cromosomas no cruzamento entre espécies.
- 9 — Genética nos unicelulares.
- 10 — Fatores semiletais e letais. Mutações infixáveis e fatores letais compensados.
- 11 — Valor relativo do citoplasma e do núcleo na hereditariedade. Localizações germinais e genética.
- 12 — Herança citoplásmica. Pre- ou pseudo-hereditariedade.
- 13 — Hereditariedade na espécie humana. Eugenia.
- 14 — Teorias gerais da hereditariedade. Natureza dos gens.
- 15 — Hereditariedade e sexo: teoria cromosômica do sexo, ginandromorfos, intersexuados, hermafroditos, inversão sexual experimental.

E — VARIAÇÃO E EVOLUÇÃO

a) Variação:

- 1 — Variações hereditárias (mutações) e não hereditárias (somações).
- 2 — Mutações fatoriais: nos invertebrados (especialmente *Drosophila*), nos vertebrados e nos vegetais. Origem das raças domésticas, mutações germinais e somáticas. Determinismo das mutações.
- 3 — Mutações cromosômicas: haploides, triploides, poliploides. Heteroploides. Análise do caso das *Oenoteras*.
- 4 — Modificações devidas a aberrações cromosômicas. (Perda de fragmentos, translocação, «crossing-over» desigual, etc.).
- 5 — A variação nos unicelulares.

b) Evolução:

- 1 — Histórico. Fixismo e transformismo. Definição de espécie.
- 2 — Análise das provas de transformismo: anatômicas, paleontológicas, embriológicas — lei biogenética fundamental.
- 3 — As grandes teorias clássicas: Saint Hilaire, Lamarck, Darwin.
- 4 — Discussão do problema da hereditariedade dos caracteres adquiridos e do valor da seleção e da influência do meio na evolução.
- 5 — Adaptação. Ortogênese. Mimetismo e homocronia.
- 6 — Crítica das várias teorias e mecanismos transformistas. Conceito de espécie. Mutacionismo.

F — ESTUDO ESPECIAL DA HISTOLOGIA DOS VERTEBRADOS, ESPECIALMENTE MAMÍFEROS.

1 — Organização geral dos metazoários; tecidos, órgãos, sistemas, aparelhos.

2 — Os tecidos:

- a) Tecidos epiteliais: Estudo especial dos epitélios de revestimento e glandulares.
- b) Tecidos de natureza conjuntiva:
- i) — ii) — iii) — conjuntivos propriamente ditos, cartilagosos.
- c) Sangue e linfa. Estudo especial dos glóbulos vermelhos, dos glóbulos brancos e das plaquetas.
- d) Tecidos musculares: liso, estriado, cardíaco.
- e) Tecido nervoso.
 - i) As células no tecido nervoso: nervosas e gliais (macroglia fibrosa, protoplásmica, microglia, oligodendroglia).
 - ii) Diversos tipos de fibra nervosa.
 - iii) Orígens e terminações nervosas.
 - iiii) Histofisiologia do tecido nervoso: continuidade e contigüidade reflexas incondicionadas e condicionadas.

3 — Noções sobre a estrutura histológica dos principais órgãos.

- a) aparelho circulatório.
- b) » respiratório.
- c) » digestivo.
- d) pele.
- e) órgão hemato — e linfopoietico.
- f) órgãos endócrinos.
- g) aparelho genital masculino.
- h) » » feminino.
- i) » urinário.
- j) noções sobre os órgãos nervosos e dos sentidos.

G — ALGUNS PROBLEMAS ESPECIAIS

1 — Diversos tipos de associação entre os seres vivos: simbiose, parasitismo, etc.

2 — Noções sobre a nutrição e o crescimento nos metazoários — Vitaminas e trefonas. Fatores que influem na metamorfose e no crescimento (hormônios, ácidos aminados).

3 — Noções sobre os mecanismos de integração nos metazoários.

4 — Regeneração. Heteromorfose.

5 — Senescência e morte.

N. B. — O presente programa, que será desenvolvido em 2 anos, foi organizado de acôrdo com os professores das demais cadeiras da Sub-seção, vi-

sando evitar que um mesmo assunto fôsse estudado em mais de uma cadeira. Assim poder-se-á utilizar da melhor maneira o tempo de que dispõe cada cadeira.

II — CURSO PRÁTICO

A — MICROSCOPIA

- a) Microscópio simples e composto.
- b) Estativa.
- c) Aparelho de iluminação.
- d) Objetivas: poder definidor — correção das aberrações. Poder resolvente — abertura numérica e sua importância, interferência e difração — Experiências de Abbe. Teoria de Abbe. Classificação das objetivas.
- e) Oculares.
- f) Det. das constantes óticas.
- g) Manejo do microscópio.
 - 1 — Micrometria.
 - 2 — Ultramicroscopia e fundo negro.
 - 3 — Desenho ao microscópio.

B — TÉCNICA CITOLÓGICA

- 1 — Noções gerais. A preparação microscópica. Lâminas e lamínulas.
- 2 — Exame a fresco.
- 3 — Colorações vitais.
- 4 — Dissociações.
- 5 — Fixação.
- 6 — Inclusão.
- 7 — Microtomia.
- 8 — Distensão e colagem.
- 9 — Colorações: teorias — classificação dos métodos e dos corantes.
- 10 — Impregnações.
- 11 — Descalcificação. — Injeção de massas coradas. Despigmentação.
- 12 — Montagem, conservação. Lutagem.
- 13 — Realização de preparações pelos principais métodos citológicos.

C — Estudo prático da morfologia celular: citoplasma fundamental, citoplasmas diferenciais e específicos, paraplasmas; núcleo; membrana celular; centro celular e orgânulos; metaplasmas; mitose e amitose.

D — Estudo prático da reprodução (especialmente espermatogênese e ovogênese), embriologia e organogênese dos vertebrados.

E — Estudo prático da citogenética.

F — Estudo prático dos tecidos: epiteliais, de natureza conjuntiva, sangue (incluindo contagens dos elementos figurados e fórmulas leucocitárias), musculares e nervosas.

G — Estudo prático da estrutura dos órgãos dos vertebrados.

BOTÂNICA

(PROF. FELIX RAWITSCHER)

Os cursos de Botânica dividem-se em três partes:

I — Anatomia e morfologia da planta.

II — Sistema e filogenia do reino vegetal.

III — Fisiologia vegetal.

Os cursos da 1.^a e 2.^a partes podem ser freqüentados em comum pelos estudantes do 1.^o e 2.^o anos, podendo começar por qualquer uma das duas primeiras partes, que serão ministradas alternativamente. A 3.^a parte (fisiologia vegetal) ficará reservada para os estudantes do 3.^o ano, cujo nível de cultura, necessário em Química, Física e Botânica Geral estará então atingido. No ano de 1936 será ensinada a 2.^a parte.

I Parte

(ANATOMIA E MORFOLOGIA DA PLANTA) — 1935, 1937, ETC.

a) Introdução.

Definição de Botânica como ciência.

Seus limites; seus ramos.

Sua significação na prática e na ciência humana.

b) Histologia.

I — A célula. Vida e organização da célula.

A célula dos unicelulares; algas e cogumelos.

Protoplasma. Núcleo. Cromatóforos, etc.

A divisão da célula.

A célula dos pluricelulares. Diversidade de sua forma, de sua estrutura e de sua função.

II — Histologia das plantas pluricelulares.

Os meristemas primários e secundários.

Os tecidos assimiladores.

- Os tecidos condutores.
 - Os tecidos de sustentação.
 - Os tecidos de secreção.
 - Os tecidos de proteção.
- c) Morfologia da planta.
- I — Os órgãos vegetativos.
 - A raiz.
 - O caule.
 - A fôlha.
 - II — Os órgãos de reprodução:
 - das plantas criptogâmicas.
 - das plantas fanerogâmicas.

II Parte

(SISTEMA E FILOGENIA DO REINO VEGETAL) — 1936, 1937, ETC.

- a) Introdução.
- Definição da ciência sistemática. O desenvolvimento das concepções sistemáticas.
 - Linneu. Darwin.
- b) As classes das plantas criptogâmicas.
- Algas.
 - Fungi.
 - Esquizófitas.
 - Biófitas.
 - Pteridófitas
- c) As classes intermediárias entre criptogamia e fanerogamia.
- «Pteridospermae».
 - «Gymnospermae».
- d) Os fanerógamos.
- «Dicotyleae».
 - «Monocotyleae».

III Parte

FISIOLOGIA VEGETAL

- a) Introdução.
- Caracteres da substância viva.
- b) Nutrição.

- 1 — A assimilação dos carbonidratos.
 - 2 — A respiração.
 - 3 — O ciclo da água:
 - Absorção.
 - Emissão.
 - Condução.
 - 4 — Absorção dos elementos minerais ou orgânicos.
 - 5 — O ciclo do azoto.
 - 6 — Circulação e acumulação das substâncias nutritivas.
 - 7 — Nutrição das plantas heterotróficas.
- c) Desenvolvimento e crescimento da planta.
- 1 — Multiplicação das células.
 - 2 — Diferenciação das células e dos tecidos.
 - 3 — Crescimento dos tecidos, em comprimento e espessura.
- d) Os movimentos da planta.
- 1 — As taxias.
 - 2 — Os tropismos.
 - 3 — As nastias.
- e) A Fisiologia e a reprodução.
- 1 — Reprodução vegetativa.
 - 2 — Reprodução sexual:
 - a) Fecundação.
 - b) Formação do embrião.
 - 3 — As leis da hereditariedade.

ZOOLOGIA

(PROF. ERNST MARCUS)

A plano das aulas teóricas e práticas prevê durante o ano dos estudos de 1936 a história natural dos Vertebrados e de seus antecessores. Em tais estudos trata-se de seguir as linhas gerais traçadas no programa de 1935, a saber:

- 1) uma introdução à morfologia dos grupos mencionados no sistema dos Vertebrados
- 2) considerar comparativamente a anatomia macroscópica e microscópica,
- 3) distinguir os fundamentos embriológicos.
- 4) sendo inseparável das estruturas dos órgãos as suas funções, conduz esse ponto de vista às discussões da fisiologia, ecologia e etologia dos animais.

5) Devendo os cursos zoológicos procurar sempre certos conhecimentos especiais dos elementos da fauna brasileira e ainda dos mais importantes da fauna exótica, para habilitar os estudantes a julgar os problemas da zoogeografia, é mister tratar-se:

6) também da sistemática, cujo estudo é a base para compreensão das inúmeras questões de ordem filogenética.

7) Sobre os pontos de vista acima enumerados, versam as aulas teórico-práticas. Os enteropneustas, «tunicata», «acrania», peixes e «anfíbia» serão estudados de março a junho; os «sauropsida» (répteis e aves) e mamíferos, de julho a novembro.

8) São as aulas em número de duas por semana, às quartas e às sextas feiras, das oito às onze e meia.

9) As aulas práticas compreendem disseções, discussões, considerações diversas, desenhos de objetos macroscópicos e microscópicos do museu do ensino do Departamento e das coleções particulares do diretor e do assistente científico.

10) Além disso, serão visitadas as coleções do Museu Paulista, do Aquário da Água Branca e do Instituto Butantan.

11) Está projetada finalmente uma excursão no mês de Junho de alguns dias ao litoral santista, onde o Instituto de Pesca Marítima servirá como base e laboratório para pesquisas. Depende a realização desta excursão, e talvez de uma segunda ao Alto da Serra, da possibilidade do auxílio material aos estudantes que dela, seria utilíssimo, pudessem participar.

5.ª SUB-SECÇÃO — GEOGRAFIA E HISTÓRIA

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

1.º ano — Geografia
História da Civilização
Etnografia brasileira e noções de tupi-guarani

2.º ano — Geografia
História da Civilização
Tupi-guarani
História da Civilização Americana (inclusive pré-história).

3.º ano — Geografia
História da Civilização Brasileira
História da Civilização
Tupi-guarani

GEOGRAFIA

(PROF. PIERRE MONBEIG)

BIOGEOGRAFIA

(Curso comum aos três anos)

Definições e generalidades, o passado geológico. Extensão e disseminação das espécies. O meio, a sociologia dos vegetais e dos animais.

Os vegetais e o meio geográfico (fatores atmosféricos e fatores fisiográficos); as classificações das plantas segundo o calor, o ritmo das estações; higrófitos, xerófitos, etc. As zonas de vegetação. Os solos e suas relações com a vegetação, classificação dos solos. Os grupos de plantas, as associações vegetais. O homem e os vegetais (a dispersão das plantas tropicais, a origem das plantas cultivadas e as hipóteses de Vavilof). Os sistemas de culturas. Classificação dos domínios botânicos (estudo da vegetação da África, segundo as classificações de De Martonne, de Gaussen).

Geografia dos animais; recordação de noções gerais e de princípios. A vida animal e o meio; o meio aquático (o meio marítimo, principalmente). O meio atmosférico. Os domínios zoológicos.

Bibliografia sumária:

- De Martonne: *Traité de géographie physique*, tomo 3, biografia.
- Huguet del Villar: *Geobotânica* (col. Labor).
- Gaussen: *Géographie des plantes* (col. Colin).
- Prenant: *Géographie des animaux* (idem).
- Sampaio: *Fitogeografia do Brasil*.

GEOGRAFIA HUMANA

(1.º e 2.º anos da Sub-secção de Ciências Sociais).

A geografia moderna; definição geral. Diversas direcções da investigação geográfica (morfologia, climatologia, geografia das plantas, geografia humana, geopolítica).

A geografia humana; tentativa de definição. O imperialismo geográfico e a ignorância em que se está dos trabalhos dos geógrafos.

O povoamento da terra: limites do ecumênico, repartição dos homens; modos de representação cartográfica dos fenómenos considerados. Os movimentos demográficos (teorias demográficas — Malthus). População e superpopulação; as migrações: estudo de conjunto e monografias (por exemplo: o povoamento dos Estados Unidos, os movimentos da população asiática).

O estudo regional, trabalho essencial do geógrafo. A unidade de região e o problema da região (região administrativa, região histórica, nomes de

regiões, vias de comunicação, regiões naturais, modos de vida). Os gêneros de vida: o homem e o mar, o homem e a montanha, o homem e o deserto. O homem e o passado (o campo francês); o homem e a produção industrial moderna (estudo de um centro da grande indústria: Ruhr, Sarre, Pays Noir Anglais, por ex. O homem e a conquista do solo: o exemplo brasileiro).

O «habitat» humano: o problema da localização das aglomerações rurais e morfologia do povoamento rural (concentração, dispersão, formas de aldeias).

A casa rural: a casa e o solo (materiais de construção); a casa, o clima e a vegetação (materiais de construção, aspecto exterior e planta); a casa e o modo de exploração agrária (as herdades francesas e as fazendas brasileiras, fazendas de café, de cacau e engenhos). A casa urbana e a aglomeração urbana: a habitação urbana reflexo da história da cidade (ex. a arquitetura civil de Rouen). Localização das cidades, a situação e o lugar (o rio, a encruzilhada, o fator estratégico). A função urbana. Tipos de cidades (São Paulo, Chicago, Paris, Londres, Berlim, por exemplo), para mostrar diferentes exemplos de localização, diferentes modos de evolução do povoamento e da função urbana, diferentes tipos de bairros.

O ensino de geografia e o lugar da geografia humana nesse ensino (instrução primária, secundária e superior). O método de investigação geográfica humana.

Bibliografia:

- Krebs — Geografia Humana (col. Labor).
Jean Brunhes — La géographie humaine.
Vidal de la Blache — Principes de Géographie Humaine.
Lucien Febvre — La terre et l'évolution humaine, introduction géographique à l'Histoire.
De Martonne — Traité de Géographie Physique.
Valloux — Les sciences géographiques.
Huntington — Principles of Human Geography.
» — The Human Habitat.
Pierre Deffontaines: col de Géographie Humaine:
Hardy — Géographie et Colonisation.
Deffontaines — L'Homme et la forêt.
Blache — L'Homme et les Iles.

De uma maneira geral, os estudantes terão interesse em ler atentamente os volumes publicados da Geografia Universal de Vidal de la Blache e Gaulois (particularmente: Demangeon, Les Îles Britanniques; Sion, l'Asie des Moussons. Les Péninsules Méditerranéennes; Pierre Denis, L'Amérique du Sud). Aqueles que tenham a intenção de se especializar em geografia e de efetuar investigações pessoais deverão adquirir uma cultura geográfica ao mesmo tempo que um método de trabalho. Indicamos nesta lista apenas as obras gerais e facilmente acessíveis. No correr do ano, indicações bibliográficas precisas serão

igualmente fornecidas, tendo-se sempre o cuidado de indicar obras que figurem nas bibliotecas públicas paulistas.

A AMÉRICA DO SUL

(2.º ano e 3.º ano)

1.ª PARTE — Generalidades.

O solo e o relêvo: os massiços de Este, as planícies (Amazônia, Orenoco, Prata, Pampas), os platós austrais.

Clima e vegetação, as zonas típicas.

As formas do povoamento: as condições do povoamento, os Índios, os Brancos.

As vias de comunicação (excepto as estradas de ferro brasileiras, que devem ser estudadas especialmente no curso sobre a geografia geral das vias de comunicação).

As relações comerciais da América do Sul: as condições dos mercados, o tráfico das mercadorias, a orientação das trocas.

2.ª PARTE — As Regiões e os Estados.

As regiões andinas: os Andes do Sul, os Andes dos altos-platós, os Andes do Perú e do Equador, os Andes da Colômbia e da Venezuela.

O Chile.

A República Argentina: estrutura nacional e económica, o Norte (Chaco), os Pampas, a Patagônia, Buenos-Aires.

O Brasil. Daremos em tempo útil um plano preciso das lições sobre a geografia do Brasil.

Bibliografia:

Pierre Denis: L'Amérique du Sud, (Géographie universelle de Gallois et Vidal de Blache).

AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

(3.º ano)

I — Introdução ao curso: importância das vias de comunicação como fenómeno geográfico. Distribuição das lições do estudante.

II — As condições da navegação marítima.

III — Os centros da vida marítima.

IV — O lugar do Mediterrâneo na história das relações marítimas e seu papel actual. (Estud.).

V — O navio do mar.

VI — Os portos.

VII — Um grande porto: monografia típica de um ou dois grandes portos, como Londres, Marselha, Antuérpia, Nova Iorque, Hamburgo, etc. (Estud.).

VIII — Os canais inter-oceânicos.

IX — As estradas.

X — As estradas da França.

XI — Os meios de transporte primitivos. (Estud.).

XII — A roda e os veículos de rodas.

XIII — As estradas de ferro, estudo histórico.

XIV — As condições de exploração das vias férreas.

XV — As estradas de ferro do Brasil. (Estud.).

XVI — As vias férreas na Ásia. (Estud.).

XVII — As vias férreas transalpinas (Estud.).

XVIII — A navegação fluvial.

XIX — A navegação fluvial nos Estados Unidos.

XX — A navegação aérea.

XXI — A concorrência entre os diversos meios de transporte.

Bibliografia:

Indicações preciosas serão encontradas nos livros clássicos de Vidal de la Blache, Brunhes e Lucien Fabvre. Ver também os volumes da «Géographie Universelle» de Vidal de la Blache e Gallois, e Huntington «Economic and Social Geography».

A indicação entre parênteses (Estud.) significa que o assunto deverá ser tratado oralmente por um estudante; o tempo para a exposição será limitado a 45 minutos, rigorosamente; essas exposições orais servirão para nota de aproveitamento. Para tais trabalhos os Estudantes deverão procurar, eles próprios, a bibliografia; entretanto, a título de orientação geral vão aqui algumas indicações:

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Duas vezes por mês para cada uma das duas turmas de estudantes do 1.º ano: leitura de cartas topográficas servindo de aplicação aos cursos (relêvo de «cuesta», relêvo de folhas, estudo dos meandros, relêvo «karstico»; transformação de uma região pela industrialização, morfologia do «habitat» rural; influência do relêvo sobre as vias de comunicação, etc.).

Excursões — (a participação dos estudantes nas excursões é sempre facultativa, seja porque elas têm lugar ao domingo, seja porque o número dos partici-

pantes é limitado). Em 1936, as principais excursões foram: ascensão ao Jaraguá e explicação da paisagem, visita aos trabalhos da construção da linha Mayrink-Santos, com a colaboração do dr. Teodoro Knecht. (Comissão Geográfica e Geológica), visita aos trabalhos da Cia. Light and Power.

Alguns estudantes efetuaram investigações precisas; é assim que os alunos do 2.º ano estudaram a região de Piracicaba e o Alto da Serra do Este (Paraibuna, São Luiz do Paraitinga e Cunha); um grupo de 10 estudantes do 1.º e do 2.º ano foi encarregado de elaborar, sob a direção do assistente, uma série de mapas mostrando a evolução do povoamento do Estado de São Paulo há um século. Emfim, os estudantes do 3.º ano especializados em história estudaram questões precisas e limitadas (carta da produção do algodão no Estado, baseada sobre o recenseamento de 1934, acabamento de uma monografia, efetuada em 1935, sobre o município de Cornélio Procópio, Paraná; as tentativas de colonização da Cia. Paulista; a vinha no Estado de São Paulo; as estradas); os estudantes do 3.º ano fizeram igualmente exposições orais (ver curso sobre as vias de comunicação).

ETNOGRAFIA BRASILEIRA E LÍNGUA TUPÍ-GUARANI

(PROF. PLINIO AYROSA)

ETNOGRAFIA:

Introdução

1 — Síntese histórica do desenvolvimento da etnografia. Definições. A história, a antropogeografia e a arqueologia em face da etnografia. Etnologia e etnografia. Folk-lore, «Volskskunde», demologia, demótica, dempsicologia. Confusões terminológicas.

2 — Concepções antigas e modernas. Teoria do desenvolvimento uniforme. Método ciclo-cultural. Hiperdifusionismo. Ologênese cultural.

2 — Forças evolutivas da vida étnica. Generalidades. Fatores evolutivos externos. Fatores históricos. Fatores internos e sociais.

1.ª Parte

4 — Etnografia geral. Generalidades. Sistemática da vida étnica. A cultura dos povos. Cultura material. Alimentação. Habitação. Vestes e adornos. Armas.

5 — Tecnologia. Trabalho social. Atividades dedicadas à alimentação. Utilização do fogo. Habilidades industriais. Meios de transporte.

- 6 — Sociedade. Família e tribu. Propriedade e direito. O comércio.
- 7 — Cultura espiritual. Língua. Arte. Instituições religiosas. A escrita.
- 8 — Estudo geral da caça e pesca. Processos e armadilhas.
- 9 — O cultivo da terra. Processos diversos. Instrumentos agrícolas.
- 10 — O fogo. Processos para sua obtenção. Iluminação. Empregos diversos.
- 11 — A habitação e o abrigo. Tipos diversos. Planta, paredes, coberturas. O mobiliário.
- 12 — Proteção e enfeite do corpo. Cocares, tangas, capas, cintas, faixas, estojos penianos, ligas, etc.
- 13 — Armas em geral. Maças, espadas, lanças, «bomerangs», arcs e flexas. Sarabatanas e escudos. A guerra.
- 14 — Utensílios em geral. Martelos, pilões, prensas, pinças, etc.
- 15 — Tecidos em geral. Fibras e talas vegetais. Tecidos de origem animal. Processos de tecelagem. Uso dos tecidos.
- 16 — A cerâmica. Grupos cerâmicos. Processos de fabricação. Matéria prima. Vernizes e colorantes.
- 17 — Meios de transporte em geral. A roda. Trenós, jangadas, canoas. Tipos diversos de embarcações.
- 18 — Adornos em geral. Pintura. Tatuagem. Máscaras.
- 19 — Mutilações sexuais. Deformações corporais.
- 20 — Instrumentos de música. O canto, a dança e a poesia.
- 21 — Sepultura. Incineração. Mumificação.

2.ª Parte

- 22 — As raças e os povos. Classificação geral das raças. Línguas e cultura dos povos em geral.
- 23 — Distribuição geográfica das raças humanas. Europeus. Populações da Ásia. Australianos. Povos do Oceano Pacífico. Povos africanos. Americanos do norte, centro e sul. Teorias sobre a origem do Homem Americano. Autoctonia.

3.ª Parte

- 24 — Etnografia brasileira. Generalidades. A Etnografia indígena. Estado atual dos conhecimentos etnográficos brasileiros. Trabalhos realizados e a realizar. Etnógrafos, naturalistas e viajantes. Erros e omissões na literatura etnográfica do Brasil. Suas causas. Problemas antigos e modernos.
- 25 — Vestígios de antigos habitantes do Brasil pré-histórico. Sambaquis. E tearias. Inscrições lapidares. Peças arqueológicas. Jazidas espeleológicas.
- 26 — Os primeiros informes etnográficos relativos ao Brasil. Viajantes, colonizadores e catequistas.

- 27 — Contribuição etnográfica dos jesuítas. Críticas dessa contribuição.
- 28 — Estudo sumário das obras de Hans Staden, Lery, Claude d'Abbeville, Ives d'Evreux, Gandavo, Frei Vicente do Salvador, etc.
- 29 — Contribuição dos naturalistas nacionais e estrangeiros.
- 30 — Ensaios de classificação dos ameríndios do Brasil. Alcide d'Orbigny. Martius.
- 31 — Influência das doutrinas lingüística e antropológica na classificação.
- 32 — Classificação moderna. Observações gerais. Tribus extintas. Tribus não classificadas.
- 33 — Os Tupis-Guaranis. Situação geográfica provável no século XVI. Centro de dispersão. Migrações. Áreas de domínio atual. Tribus tupi-guaranizadas.
- 34 — Estudo sucinto da cultura tupi-guaraní. Cultura material. Tecnologia. Sociedade. Cultura espiritual.
- 35 — Habitação. Plantas cultivadas. Armas. Animais domésticos. O fogo. Narcóticos. Vestes e adornos. Pintura do corpo. Depilação. Tatuagem. Higiene.
- 36 — Meios de transporte. Navegação. Jogos e diversões. Instrumentos de música. Cerâmica.
- 37 — Língua. Seus característicos essenciais. Denominações antigas e modernas da língua dos tupis-guaranis.
- 38 — Idéias, objetos e cerimônias religiosas. Arte. Insígnias. Medicina. Trofeus. A morte. Cerimônias fúnebres. Sepultura.
- 39 — Os Nu-Aruaks. Situação das tribus. Tribus extintas. Os sub-grupos.
- 40 — Os Caraíbas. Situação das tribus. Seus característicos etnográficos.
- 41 — Os Gês. Importância deste grupo. Tribus Gês. Situação geográfica. Áreas de ocupação atual. Kaingangs e Kraós.
- 42 — Os Cariris. Situação das tribus. Característicos etnográficos. A língua.
- 43 — Os Panos. Situação geográfica. Característicos etnográficos.
- 44 — Os Goitacases e Guaicurús. Informes antigos e modernos. Características etnográficas.
- 45 — Bororós, Carajás, Trumais e Nambiquaras. Referências históricas sobre essas tribus. Situação geográfica e características etnográficas.
- 46 — Tucanos, Catuquinas e Macús. Situação geográfica. Estado atual dessas tribus.
- 47 — Famílias e tribus ameríndias dos países limítrofes do Brasil: Guianas.
- 48 — Famílias e tribus ameríndias dos países limítrofes do Brasil: Perú, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

49 — «Colluvies gentium» de Martius. Tribus esparsas de cultura indeterminável. Baralhamento cultural. Conseqüências gerais da colonização, catequese e pacificação dos selvícolas.

50 — Visão panorâmica do ambiente etnográfico brasileiro. O ameríndio. O negro. O colono europeu. O imigrante. Dificuldades e problemas atuais. Rumos a seguir. Etnógrafos e sociólogos. Museus etnográficos e sua organização.

Bibliografia — Durante o Curso serão indicadas, para cada ponto do programa, as obras indispensáveis.

Trabalhos — Logo após o início do segundo semestre, os srs. alunos deverão escolher dois temas (1 de etnografia geral e 1 de etnografia brasileira) sobre os quais escreverão pequenas memórias. Essas memórias deverão ser entregues até 15 de novembro do respectivo ano letivo.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

(PROF. FERNAND BRAUDEL)

CURSOS GERAIS

HISTÓRIA GREGA

(1.º e 2.º anos)

O quadro geográfico — Civilizações prehelênicas — O período aqueu — Evolução econômica e social do século XII ao século XVIII — A expansão helênica — Desenvolvimento político e social de Esparta e de Atenas no século VI — As guerras médicas — A formação do império ateniense — A época de Péricles.

HISTÓRIA ROMANA

(1.º, 2.º e 3.º anos)

As bases geográficas — Povos da Itália primitiva — Origens de Roma — O período real — A conquista do Lácio (expulsão dos etruscos — invasão gaulesa — Dominação do Lácio — A conquista da Itália (a guerra dos sanitas — a queda de Tarento) — A conquista do Mediterrâneo (guerras púnicas — guerras no Oriente) — A conquista do Ocidente — As instituições romanas no II século — Os primeiros choques revolucionários — Os Gracos.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

(1.º, 2.º 3.º anos).

Napoleão III — A 2.ª República e o golpe de Estado de 1851 — O império autoritário; a guerra de Criméia — O atentado de Orsini — A unidade italiana — O império liberal: a política externa — as concessões liberais — O império parlamentar. O ministério Émile Ollivier — O plebiscito de 1870 — A guerra franco-prussiana e o fim do 2.º império. Revoluções de 1848 — A unidade italiana — A unidade alemã.

CURSOS ESPECIAIS

(aulas de seminário)

Seminário (1.º ano): Qüestões de História Geral — A unidade alemã — A unidade italiana.

Seminário (2.º ano): Idade Média — A decadência e o fim do império romano — As grandes invasões — A reconquista de Justiniano — As invasões dos Árabes — O império carolíngio — As invasões normandas — O santo império romano-germânico — A organização feudal.

Seminário (3.º ano): Noções de paleografia e decifração de textos franceses, espanhóis e italianos. Pré-história — As primeiras civilizações do oriente próximo e da Grécia antiga.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

(PROF. AFFONSO DE E. TAUNAY)

- I — Quadro geral da civilização portuguesa em princípios do séc. XVI
- II — Descobrimento do Brasil. Primeiras tentativas do reconhecimento da terra. Primeiras demonstrações de tráfico comercial.
- III — Os primeiros povoadores.
- IV — A tentativa colonizadora de Martim Afonso de Sousa.
- V — A experiência feudaliforme das capitanias.
- VI — Os elementos da colonização.
- VII — Aspectos do território. Motivos de heterogeneização étnica.
- VIII — A fundação dos núcleos principais. Primórdios da vida municipal e da administração geral.
- IX — A atuação missionária e a da Igreja em geral.
- X — O desenvolvimento da colônia no séc. XVI. Rudimentos de cultura.

- XI — Primeiras explorações do «hinterland».
- XII — As informações lusitanas e alienígenas quinhentistas sobre o Brasil.
- XIII — Primórdios da indústria assucareira e da pecuária.
- XIV — Assaltos estrangeiros e a resistência lusitana.
- XV — Ampliação do movimento entradista. D. Francisco de Sousa.
- XVI — Aspectos da vida comum no séc. XVII.
- XVII — As invasões holandesas e a reação nacionalista.
- XVIII — Desenvolvimento progressivo do aparelho administrativo do séc. XVII.
- XIX — A vida municipal seiscentista.
- XX — O bandeirantismo dá caça ao índio.
- XXI — A reintegração lusa e suas conseqüências.
- XXII — Depoimentos alienígenas e os de origem portuguesa sobre o séc. XVII.
- XXIII — As letras e os progressos da cultura no séc. XVII.
- XXIV — A descoberta do ouro e suas conseqüências.
- XXV — A expansão amazônica e a platina.
- XXVI — A civilização do ouro.
- XXVII — As letras e as artes no Brasil setecentista.
- XXVIII — Aspectos dos costumes coloniais.
- XXIX — A consolidação do território.
- XXX — Agitações nativistas.
- XXXI — Transplantação da Côrte para o Brasil. Fim do período colonial.
- XXXII — A Independência e o primeiro Império.
- XXXIII — As regências, a imprensa, a evolução democrática.
- XXXIV — O desenvolvimento da indústria cafeeira.
- XXXV — O reinado de Pedro II.
- XXXVI — Aspecto da civilização imperial.
- XXXVII — As artes e as letras no séc. XIX.
- XXXVIII — Campanhas sociais. O abolicionismo.
- XXXIX — Ocaso e queda do Império.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA

(PROF. PAUL VANORDEN SHAW)

LIÇÕES INTRODUTÓRIAS:

A América, um verdadeiro laboratório de civilização. Conflito e harmonia de raças e culturas. Como a civilização americana se diferencia das civilizações européias, asiáticas e africanas. O papel da América no mundo de hoje.

Definições: História; Civilização; Cultura Americana; Antropologia; Sociologia; Geografia; Psicologia coletiva. Raça, Raças, Racial. Tendências; verdade ou realidade; dúvida e duvidar; ponto de vista científico; Generalidades. América Latina, América anglo-saxônica, Ibéro-América, América Central, Sul-América, América Hispânica, etc. Ameríndios ou Negros; Mestiços, Mulatos, etc.

Princípios postulados.

Método de instrução.

Bibliografia — Vide o anexo.

1.ª parte

A ÉPOCA PRECOLOMBIANA

1 — A história e civilização dos Ameríndios dos Estados Unidos e Canadá; Maias e Astecas; Chibchas; Incas; Araucânios; Tupi-Guaranis e Caribas. Origem, movimentos expansionistas; localização geográfica; história interna e relações exteriores; organização política, social, econômica, religiosa; costumes; tradições, línguas e psicologia. Bibliografia: Para todos os pontos, vide o anexo.

2 — **Iberos.** Elementos e atitudes raciais na evolução dos povos ibéricos; história e evolução desde os tempos antigos até a descoberta da América; instituições políticas, religiosas, sociais, característicos psicológicos como resultados da evolução histórica, das cruzadas, da escravidão africana no século XV. Cultura nas últimas décadas do século XV. A experiência colonial de Espanha e Portugal na África e no Mediterrâneo e suas consequências para o desenvolvimento das administrações coloniais na América.

3 — **Africanos.** Far-se-á com relação aos africanos o mesmo estudo feito em relação aos Ameríndios. Devido a certas dificuldades bibliográficas, o estudo será restringido às principais nações que forneceram escravos para a América. Serão discutidos problemas especiais com referência ao africano por causa de preconceitos raciais existentes em certos países, como nos Estados Unidos.

4 — **Anglo-Saxões.** Far-se-á um estudo semelhante ao que se fez dos Iberos, acentuando as idéias e tradições constitucionais, religiosas, capitalistas e paritanas. O desenvolvimento da monarquia e do imperialismo britânico.

5 — **Franceses.** Um semelhante ao dos Anglo-saxões, acentuando os pontos de diferença na índole e evolução dos dois povos.

2.ª parte

A ÉPOCA COLONIAL. ESPANHA E PORTUGAL.

6 — **A descoberta da América.** Viagens precolombianas. Colombo Costas e estreitos. O nome da América.

7 — Os princípios da política colonial de Espanha. Importância de Caribe na história da América. As ilhas. Instituições coloniais nas Antilhas.

8 — A ocupação da América Central. Ojeda e Nicuena. Balboa e o Pacífico. Luta com os homens de Córtes.

9 — Cortez e a conquista do México. Doña Marina. A confederação. Técnica da conquista. Montezuma. Expansão para o norte e para o sul.

10 — As Minas e o território do Noroeste. Os «Mistérios do Norte». Flórida. Califórnia e Filipinas.

11 — Pizarro e a conquista do Perú. Os sócios. Atahualpa. Guerras civís. Leis e vice-reinado.

12 — Venezuela e Nova Granada. Três correntes. Meta, El Dorado e Omagua.

13 — Valdivia e a fundação do Chile. Os Araucânios. «La Araucana» de Ercilia.

14 — La Plata. Situação. Tentativas. Cavalos e éguas. Buenos Aires. Rios. Contato com o Perú. Paraguai, Uruguai e La Plata. A separação.

15 — A administração colonial da Espanha. Conselhos e Casa. O Monarca. Vice-reis. Audiências. Fisco. Províncias. Cidades e vilas. Reformas de Carlos III. Corregedores, etc.

16 — Comércio e indústria nas colônias de Espanha. Trabalhadores, agricultura e criação de gado. Minas e manufaturas. Restrições. Contrabando, etc. Latifúndio.

17 — Sociedade. Classes: peninsulares e creoulos. Vida doméstica e intelectual. Arte e letras.

18 — A Igreja. Clero secular e regular. Pioneiros. Missões. Relações com o Estado. Função econômica e bancária da Igreja.

19 — Os Índios e os Negros na época colonial. Leis. Fusão. Mestiços. Zambos. Mulatos. Revoluções. Problemas de assimilação. Influência. Relações com os brancos.

20 — Resumo: A pirâmide colonial: o rei, a terra, a igreja, a espada; as últimas décadas do século XVIII, reforma, etc.

3.ª Parte

OS ESTADOS UNIDOS E A FRANÇA

21 — Expansão da Inglaterra. O século XVI. A passagem do Noroeste. Os «Elizabethan Sea-Dogs» Ensaios de colonização.

22 — A Invasão dos Ingleses: A plantação de colônias. Métodos. Resultados.

23 — **Colônias inglesas no Caribo, no sul do continente e no norte.** Bucaneros. Chesapeake Bay. As Carolinas. Georgia e a Flórida. New England.

24 — **Elementos étnicos e culturais na ocupação da América do Norte.** Protestantes, puritanos e católicos. Ingleses, holandeses, suecos, franceses, alemães, etc. A sorte dos Índios.

25 — **Fôrças e correntes durante a época colonial.** A imigração. A geografia. Fatores econômicos. A aristocracia e o seu declínio. Radicalismo e conservantismo. A mulher.

26 — **A expansão colonial.** Para o oeste. As ilhas.

27 — **A política imperial e colonial da metrópole.** Mercantilismo. O desenvolvimento de governo próprio.

28 — **Rivalidades coloniais e guerras.** Holanda, França, etc. Resultados. Nova política depois de 1763. O novo espírito nas colônias americanas. O desafio.

29 — **A Guerra Revolucionária.** Causas. Partidos. Ideologia. Guerra. Resultados nos Estados Unidos, na França, na América Latina.

30 — **A França. A fundação da Nova França.** França nos séculos XV, XVI e XVII. Colbert. Acadia e o valé do São Lourenço. Guiana e Caribe.

31 — **O velho regime no Canadá.** Missões Jesuíticas. O sistema senhorial. Pouca população apesar das doações feudais. Governo.

32 — **Os franceses no coração do continente.** 1760-1763. Motivos. Mississippi Valley. Lousiana e Illinois. Além do Mississippi. Saskatchewan Valley.

33 — **Rivalidades no Caribe e América do Norte.** A queda da Nova França.

34 — **A história do Haiti no período colonial.** Escravos. Origem. Creoulo. Relações com os Brancos. 1697. Plantações. A revolução americana e francesa.

35 — **A revolução e independência do Haiti.** Causas. Os direitos do homem. Napoleão. Toussaint Louverture, etc.

CONCLUSÃO DA ÉPOCA COLONIAL

36 — **Comparação dos sistemas coloniais:** de Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Holanda, etc.

37 — **A situação política e racial no fim da época colonial.**

4.ª Parte

INDEPENDÊNCIA

38 — **Far-se-á um estudo comparativo dos movimentos de independência em tôda a América, desde o ponto de vista de:** causa, ideologia, inspiração,

vultos e personagens de importância, das consequências nos Estados Unidos, Haiti, Canadá e América Latina. As guerras, sendo só meios para um fim, serão omitidas nas discussões e estudos.

5.ª Parte

OS SÉCULOS XIX E XX

Nos Estados Unidos

39 — **A União Norte-Americana.** Estados federais. Os princípios da união. Ganhando o oeste. Organização dos domínios nacionais. A Constituição Federal.

40 — **Federalistas e republicanos.** Washington. Hamilton e Jefferson. Divergência sobre a política européia. A queda dos federalistas. Tendências nacionalistas sob os republicanos.

41 — **A aquisição da Flórida e Luísiã e a travessia das montanhas.** Espanha, França, e Inglaterra no noroeste. Questões de limites. A ocupação de Transapalachia.

42 — **Os direitos dos neutrais a guerra de Mr. Madison.** Crise no comércio dos Estados Unidos. Abrindo a Luísiã. Tratados.

43 — **O «middle West» e a democracia jacksoniana.** A fronteira na história dos Estados Unidos. A agricultura e escravidão, comércio, etc. no oeste do centro. Andrew Jackson.

44 — **Chegada ao Pacífico.** Texas. Guerra com o México. Ouro Oregon. Alaska.

45 — **Dissidências seccionais.** As duas interpretações da constituição. Nacionalismo depois de 1812. Divergências seccionais. Os conflitos e as transações de 1820 a 1850. A balança de poder em 1850-60.

46 — **A guerra civil.** Causas e novas interpretações. Resultados.

47 — **Integrando a nação.** Índios. Minas. Fazendas. Estradas de ferro. A influência do oeste na política nacional.

48 — **«Big Business» e o domínio nacional.** A revolução industrial. Produção em grande escala. Monopólios e «trusts». Problemas sociais. Esforços para corrigir o mal-estar.

49 — **Imperialismo.** Cuba. Hawaii. Panamá, etc. Theodore Roosevelt.

50 — **A guerra mundial.** Woodrow Wilson. A crise de 1929. Franklin Roosevelt. A situação dos Estados Unidos. Problemas. O que é um americano.

No Canadá

51 — **Os loialistas fundam uma nação nova.** Canadá antes de 1774. Separação de Upper and Lower Canadá. 1812. Emigração britânica depois da guerra. Govêrno próprio. Revolução, união e domínio.

- 52 — Rivalidades e problemas econômicos da América Inglesa do norte.
53 — A federação e expansão do Canadá, 1867. O noroeste. Estradas de ferro. Relações com os Estados Unidos. A guerra mundial. Relações com Londres. A situação atual do Canadá no império e no mundo.

6.ª Parte

HAITÍ

- 54 — História do Haiti nos séculos XIX e XX. Problemas especiais. Desenvolvimento cultural. A intervenção americana. Haiti de hoje.

7.ª Parte

- 55 — A América Espanhola entre 1810 e 1825. Guerra. Chefes. Idéias políticas. Raças. A destruição da pirâmide. Confusão e anarquia.
56 — A época dos caudilhos. — 1825-1852, 1852, 1876. Origem, actuação e fim.
57 — Princípios de estabilidade. Causas. Exemplos.
58 — Modernismo e radicalismo. Antes e depois da guerra mundial.
59 — Problemas especiais da América Latina em geral e novas constituições criadas para solver estes problemas. Causas. Cruzamento de raças e de culturas. A revolução industrial. A falta de uma idade média.
60 — Política. Constituições, revoluções, ditaduras, partidos, personalismo, continuismo, presidencialismo, etc.
61 — Militarismo. A natureza do problema. O militar e a política. Razões econômicas. Soluções.
62 — Clericalismo. Na Colômbia, México e Perú. Tendências no Brasil.
63 — Agrarianismo. Os latifúndios. Influência política e social dos grandes «Hacendados». A revolução no México. Fome de terra.
64 — Matérias primas. Nações industriais. Capitalismo. Falta de capital.
65 — Imigração. A necessidade de braços. Problemas que surgem, de ordem cultural, econômica, política e racial.
66 — Indigestão cultural e racial. Idéias e ideais de todo o mundo, quando o que é necessario é uma cultura própria do meio com meios.
67 — Imperialismo. Pan-Americano, Pan Latiniano, Capital Americano.
68 — Questões de fronteiras. O *uti-possedetis* de 1810. Guerras. Paraguai, Guerras do Pacífico, do Grande Chaco, etc.

69 — Relações com os Estados Unidos, Europa e Ásia e com a Liga das Nações.

70 — O verdadeiro sentido da cultura latino-americana. O futuro.

NOTA: Para os números 60 a 69, estudar-se-ão as causas, origens, história e desenvolvimento de cada ponto, tomando exemplos e ilustrações da história nacional de muitos países.

Bibliografia:

Histórias nacionais.
Livros de texto.
Estudos especiais.
Monografias.
Revistas.
Enciclopédias.

Obras sôbre tôda a América

Carlos Pereira — Historia de la America Española — 8 vols.
Navarro y Lanarca — Historia General de America — 2 vols.
Rocha Pombo — História da America.
C. A. Villanueva — Resumen de la Historia de America.
Diogo Barros Arana — Historia de America — 2 vols.
Lavisse y Rambaud.
Oliveira Lima — A evolução do Brasil comparada.
F. Garcia Calderón — Latin America — Its Rise and Progress.
W. S. Robertson — History of the latin American Nations.
W. R. Shepherd — Latin America.
The Hispano Nations of the World.
M. W. Williams — The peoples and politics of Latin America.
C. de Lannoy e H. Van der Linden — De L'Expansion coloniale de peuples européens; Portugal et Espagne.
P. Leroy Beaulieu — De la colonisation chez les peuples modernes
N. A. N. Cleven — Readings in Hispanic American History.
Lucas Ayarragaray — La Iglesia em America y la dominacion española.
Vicente G. Quesada — La vida intellectual en la America Española durante los siglos XVI, XVII e XVIII.
J. Fred Rippy — Latin America in World Politics.
J. Warshaw — The new Latin America.
H. A. Gibbons — The new map of Latin America.
T. E. Lee — Latin America Problems.

Histórias Nacionais

Argentina — Ricardo Leven — Historia Argentina.
Brasil
Bolivia — Alcides Arguedas — Historia general de Bolivia.
Pueblo enfermo.
J. F. Urquidi — Nuevo Compendio de la Historia de Bolivia.

- Chile — Luiz Galdames — Estudio de la historia de Colombia.
Colombia — Hense Y Arribia — Compendio de la historia de Colombia.
Costa Rica — J. A. Villacorta — Curso de Historia de la America Central.
R. Fernandes Guardian — Cartilha Historica de Costa Rica.
Cuba — C. E. Chapman — History of Cuba.
Republica dominicana — A. Pichardo — Resumen de la historia patria.
El Salvador — Daniel Olmedo — S. I. Apuntes de historia de El Salvador.
Ecuador — Espinosa Tamayo — Ensaio de Estudios Sociologicos de Ecuador.
Haitii — J. C. Dorsainvil — Manual D'Histoire d'Haitii.
Honduras — Perfecto H. Sobadilla — Cartilla Historica de Honduras. Romulo E. Duran — Bosquejo Historico de Honduras.
Mexico — H. I. Priestley — The History of the Mexican Nation. Ernest Gruening — Mexico — Its Heritage.
Nicaragua — Maria A. Gomes — Compendio de Historia de Nicaragua.
Panamá — Arrocha Grael — Historia de le independencia de Panamá.
Paraguay — Cecilio Baez — Historia do Paraguay.
Perú — Carlos Wesse — Historia del Perú.
Uruguay — H. D. (Hermano Damasceno) — Ensayo de Historia Patria.
Venezuela — Gil Fortoul — Historia Constitucional de Venezuela. Fernando Gonzalez — Mi Compadre.
Estados Unidos — Vide a bibliografia sôbre os Anglo-Saxões.

Raças

- AMERÍNDIOS — H. H. Banorft — Mexico e América Central.
H. J. Spinden — Ancient Civilisations of Mexico and Central America.
C. W. Mound — Ancient Civilisations of Ingleande.
P. A. Means — Perú — varias notas.
Julio Tello — Historia Antigua del Perú.
V. Rostrepo — Sôbre os Chichuas.
Clark Wissler — The American Indian.
Paul Radin — Sôbre os Indios Americanos.
William Presott — Sôbre o Mexico e o Perú.
Navarro y Lamarca — já citada.
Moisés Saens — Sôbre el Indio del Perú.
» » » » » » Ecuador.
- AFRICANOS — W.-E. Dubois — The negro.
C. C. Seligman — The Races of Africa.
Fernando Ortiz — varias obras sobre o negro.
Price Mars — Assim parla l'onelo.
P. M. Arcaya — Ensayo de Sociologia de Venezuela.
Arthur Ramos — O negro Brasileiro.
Nina Rodrigues — Animismo na Baía.
J. C. Dorsainvil — Voudou.

- IBEROS — Rafael Altamira y Gravea — Historia de España.
J. P. Oliveira Martins — várias obras sobre Portugal.
E. P. Crenyney — European Background of American History.
E. C. Bourne — Sapin in America.
- ANGLO-SAXÕES — John Spence Basset — A short history of the United States.
David Saville Mazzev — L'Histoire des Etats Unis.
A. M. Schlesinger — New viewpoints in American History.
Charles and Mary Beard — The rise of American Civilisation.
E. P. Greene — The Foundations of American Nationality.
-

6.ª SUB-SECÇÃO — CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.º ano — Sociologia Geral (Filosofia Social, Metodologia Social, Morfologia Social e História da Sociologia)
Filosofia Geral e Psicologia.
Economia Política e Finanças.
- 2.º ano — Sociologia mental e inter-mental, Sociologia especial, Ciências dos costumes, Sociologia jurídica, Sociologia criminal, Sociologia Econômica
História da Civilização Brasileira
História das Doutrinas Econômicas
Filosofia Geral e História da Filosofia.
- 3.º ano — Direito Político (Estado e Ciências Administrativas)
Estatística
Sociologia Especial (doméstica, política, estética, religiosa, lingüística, normativa e aplicada, Noções de Etnologia)
Filosofia Geral e História da Filosofia.

Nota — A título complementar, houve uma aula semanal de Geografia Humana, no 1.º e 2.º ano, do curso.

SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

Os programas de **Sociologia**, dos Profs. P. Arrousse-Bastide e Claude Lévi-Strauss, e de **Filosofia**, do Prof. Jean Maugué, são os mesmos que constam da Secção de Filosofia.

ECONOMIA POLÍTICA E FINANÇAS

1.º ano

(PROF. FRANÇOIS PERROUX)

1.ª parte

A EMPRESA

- Capítulo I — A noção de empresa e de empreiteiro.
Secção 1 — A noção de empresa.
» 2 — A noção de empreiteiro.
- » II — As formas de empresa privada de tipo capitalista.
Secção 1 — Empresas e explorações no capitalismo.
» 2 — Estatuto jurídico.
» 3 — Especialização.
» 4 — Dimensões.
» 5 — Grande empresa e segmentação da unidade de produção.
- » III — As formas da exploração agrícola.
Secção 1 — Estatuto jurídico.
» 2 — Especialização.
» 3 — Dimensões.
» 4 — Parcelamento e reagregação.
- » IV — O artesanato na época contemporânea.

2.ª parte

A MOEDA

— A —

- Capítulo I — A moeda em geral.
Secção 1 — Origem e evolução da moeda.
» 2 — Classificação das moedas.

- Secção 3 — Técnica da moeda.
 - » 4 — Funções da moeda.
 - » 5 — Natureza da moeda.
- » II — Os sistemas monetários.
 - Secção 1 — Sistemas monetários com base metálica.
 - » 2 — Sistemas monetários com base papel.

— B —

- » I — Explicação dos deslocamentos da moeda.
- » II — Explicação do valor da moeda. O problema.
 - Secção 1 — A teoria quantitativa.
 - » 2 — A teoria antiquantitativa.
 - » 3 — A teoria psicológica.
 - Conclusão — Ensaio de conciliação dessas teorias.

— C —

Estudo normativo

- » I — O problema da escolha do padrão monetário.
- » II — O problema da estabilidade do padrão monetário.
- » III — O problema da supressão do padrão monetário.

3.ª parte

O CRÉDITO

Estudo descritivo

- Capítulo I — O crédito em geral.
 - Secção 1 — Noções fundamentais.
 - » 2 — A evolução do crédito.
 - » 3 — Classificação das formas de crédito.
 - » II — Os sistemas bancários.
 - Secção 1 — Os documentos de crédito.
 - » 2 — A organização do crédito:
 - 1.º Efeito sintético.
 - 2.º Efeito analítico.

4.^a parte

A CONCENTRAÇÃO

— A —

- § 1 — Buscas (inquéritos?) e trabalhos recentes.
- § 2 — Definições da concentração.
- § 3 — Formas de concentração.
- § 4 — Eliminação dos fatos assimilados erroneamente à concentração.
- § 5 — Os fatores da concentração.

— B —

Os fatores econômicos relativos à permuta.

— C —

Os fatores monetários e financeiros.

Capítulo I — OS CARTEIS.

Secção 1 — A noção de cartel.

- » 2 — Os elementos característicos do cartel.
- » 3 — As classificações dos cartéis.
- » 4 — Os efeitos do cartel.

II — OS «TRUSTS».

Secção 1 — A noção de «trust».

- » 2 — As condições de formação dos «trusts».
- » 3 — Os «trusts» nos principais países do mundo.
- » 4 — Os efeitos dos «trusts».

Conclusão — Os perigos dos «trusts».

» III — O legislador diante dos «trusts» e dos cartéis.

Secção 1 — «Trusts» e política interna.

- » 2 — A legislação dos cartéis na Alemanha.
- » 3 — A legislação francesa sobre as coalisões de produtores.

» IV — OS GRUPOS.

Secção 1 — A noção de grupo.

- » 2 — O lugar dos grandes industriais numa classificação das formas de coalisões de produtores.
- » 3 — Classificação dos grupos conforme a natureza das empresas.
- » 4 — Classificação dos grupos conforme a natureza da ligação.

HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÔMICAS

2.º ano

(PROF. FRANÇOIS PERROUX)

1.ª parte

OS ENCADEAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Secção 1 — Os vestígios do pensamento económico nos filósofos da antiguidade e da Edade-Média.

Secção 2 — A Economia Política subordinada à Política. Os mercantilistas.

Secção 3 — A descoberta do circuito económico. Os fisiócratas.

» 4 — A escola clássica e seus continuadores.

» 5 — As relações da escola clássica.

2.ª parte

AS DOCTRINAS RELATIVAS À ECONOMIA DIRIGIDA NAS SUAS RELAÇÕES COM OS FATOS CONTEMPORÂNEOS

Secção 2 — As reacções do ponto de vista da doutrina e da política económica:

Art. 1.º — A reacção socialista.

» 2.º — O socialismo marxista.

» 3.º — O socialismo post-marxista.

Secção 2 — A reacção intervencionista:

O intervencionismo de inspiração social.

O intervencionismo de inspiração nacional.

Secção 3 — A reacção confessional.

DIREITO POLÍTICO

(PROF. A. DE SAMPAIO DORIA)

INTRODUÇÃO:

1 — Métodos nas ciências sociais.

2 — Política; ciências que a constituem.

1.ª PARTE

DIREITO CONSTITUCIONAL (ESTADO)

- 3 — Conceção do direito. Noção do direito constitucional.
- 4 — Conceção do Estado; seus elementos, sua finalidade.
- 5 — Soberania; sua essência, sua investidura e seu exercício. Autonomia.
- 6 — Democracias e não-democracias.
- 7 — Formas de Estado: Estado unitário; Estado federal; e confederação de Estados.
- 8 — Separação de poderes.
- 9 — Presidencialismo e parlamentarismo.
- 10 — Cidadania brasileira.
- 11 — Regime representativo. Princípios do código eleitoral.
- 12 — Composição dos poderes federais.
- 13 — Funções dos poderes federais.
- 14 — Organização dos Estados; suas atribuições constitucionais. Intervenção federal.
- 15 — Organização dos municípios; suas atribuições constitucionais. Intervenção do governo estadual.
- 16 — Direitos fundamentais: a) liberdade geral; b) igualdade perante a lei; c) liberdade de pensamento; d) liberdade de consciência; e) liberdade profissional; f) liberdade física; g) direito de propriedade; seus limites.
- 17 — Garantias constitucionais: a) «habeas-corpus»; b) mandado de segurança; c) inviolabilidade do lar.
- 18 — Suspensão de direitos e garantias; o estado de sítio.
- 19 — Reformas e emendas à Constituição.

2.ª PARTE

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 20 — Noção do direito administrativo e da ciência da administração.
- 21 — Ação jurídica e ação social do Estado.
- 22 — Organização administrativa: a) funções da administração; b) órgãos da administração; c) distribuição das funções administrativas pelos órgãos, e entre a União, os Estados e os Municípios; d) funções do Presidente da República e dos Ministros de Estado; e) fiscalização orçamentária; o tribunal de contas; f) administração municipal.

- 23 — Atividades administrativas: a) atos administrativos; delegação de poderes; decretos de urgência; b) direitos individuais e limite de ação da polícia; c) regulamentação do exercício dos direitos fundamentais; d) contrato de função pública, estatuto dos funcionários públicos; e) serviços públicos; monopólios; privilégios exclusivos; f) concessões, fornecimentos, empréstimos; g) responsabilidade do Estado por atos de seus funcionários.
- 24 — Contencioso administrativo.

ESTATÍSTICA

(PROF. LUIGI GALVANI)

A) INTRODUÇÃO

1 — Fenômenos coletivos ou de massa, ou estatísticos. Necessidade do emprego de métodos e processos técnicos apropriados para sintetizar as observações efetuadas sobre os fenômenos individuais que compõem os fenômenos coletivos. A estatística como método e como técnica para o estudo quantitativo dos fenômenos estatísticos. Diversos graus de necessidade nas aplicações do método estatístico. A descoberta, por via indutiva, das leis que governam os fenômenos coletivos é o objetivo que visam as aplicações do método e da técnica estatística. Exemplos de leis estatísticas.

2 — Unidade estatística e dado estatístico. Séries estatísticas (dependentes de um caráter qualitativo ou mutável) e seriações estatísticas (dependentes de um caráter quantitativo ou variável). Casos duvidosos e casos em que é possível a transformação das séries em seriações. Séries e seriações de frequência, séries territoriais, seriações históricas ou temporais. Distinção destas em estáticas e dinâmicas (evolutivas, oscilatórias, periódicas). Séries ordenadas (lineares, cíclicas) e não ordenadas (ou desconexas). Seriações segundo a continuidade ou descontinuidade da variável de que dependem. Distinção dos caracteres quantitativos em graus de amplitudes iguais ou desiguais.

3 — Levantamento dos dados estatísticos (grandezas intensivas e extensivas) e suas fases sucessivas.

a) Plano de levantamento. Determinação do fenômeno coletivo; limites de precisão e especialização; limites de espaço, de tempo, de casos observados. Conceito de levantamento representativo. Modalidades do le-

vantamento: como, quando, por quem, com que meios, com que instrumentos, deve ser feito. Levantamentos públicos e particulares; automáticos e reflexos.

b) Coleta dos dados. Coletas preliminares e definitivas; ocasionais, periódicas e contínuas; diretas e indiretas; completas, incompletas e mais do que completas. Coletas representativas e não representativas.

c) Apuração dos dados. Enumeração. Classificação. Apurações manuais e mecânicas.

d) Organização dos dados em quadros estatísticos simples e complexos e em tabelas estatísticas simples e complexas. Tabelas de primeira categoria (com dados primitivos), de segunda (com dados derivados) e mixtas. Tabelas (de dupla entrada) de contigência. Tabelas (de dupla entrada) de correlação.

B) ELEMENTOS DAS NOÇÕES MATEMÁTICAS DE USO COMUM NO ESTUDO QUANTITATIVO DOS FENÔMENOS ESTATÍSTICOS

1 — Conceitos matemáticos fundamentais.

a) Elementos de cálculo combinatório: permutações com objetos diferentes ou iguais; arranjos; combinações e suas propriedades.

b) Constantes e variáveis; variáveis independentes e dependentes ou funções de uma ou mais variáveis. Exemplos (Lei de Tait relativa à fecundidade matrimonial, etc.).

c) Conceito de tendência para um limite. Continuidade de uma função. Exemplos (função esponencial, relação entre o índice α de distribuição (Pareto) e índice de concentração dos rendimentos (Gini).

d) Conceitos fundamentais da geometria analítica.

e) Conceito de derivada. Diferencial. Interpretações estatísticas de relação entre acréscimos, de derivada, de diferencial. Regras mais simples de derivação. Aplicações geométricas do conceito de derivada. Crescimento, decréscimo, máximos e mínimos, etc. Exemplos (esponencial, curva normal de probabilidade; esquemas teóricos do desenvolvimento de uma população: crescimento linear, esponencial, logístico). Derivadas parciais de uma função de duas ou mais variáveis; condições necessárias para os máximos e mínimos de tais funções. Exemplos (superfície normal de correlação).

f) Conceito de integral definida.

2 — Representações gráficas, usadas na estatística.

Cartogramas.

Diagramas: diagramas simples e múltiplos. Diagramas: A) Cartesianos: para representar um carácter qualitativo, ou um quantitativo, ou dois quantitativos, ou um quantitativo e um qualitativo, ou dois quantitativos, ou três caracteres. Diagramas logarítmicos simples ou duplos. Histogramas. Estereogramas. Diagramas: B) Não cartesianos: diagramas polares, de coordenadas triangulares, de rectas de ligação.

Cartogramas — diagramas.

Utilidade das representações gráficas na estatística.

C) ESTUDO QUANTITATIVO DOS FENÓMENOS ESTATÍSTICOS

1 — Intensidade de um carácter quantitativo (variável) observado em uma coletividade.

Intensidade global. Intensidade média; definição, propriedades, cálculo das várias médias de uso comum na estatística. Médias dependentes de tôdas as intensidades dadas: média aritmética simples e ponderada; média geométrica simples e ponderada; média harmônica simples e ponderada. Médias não dependentes de tôdas as intensidades dadas: mediana, valor normal ou modal, valor dominante. Interpretação gráfica e mecânica de algumas médias. Médias objetivas e subjetivas. Afastamentos em relação aos valores médios e suas propriedades. Escolha da média para cada caso particular.

b) Extensão de certos conceitos de média aos caracteres qualitativos (mutáveis) observados em uma coletividade, com aplicação das propriedades formais das médias de caracteres quantitativos. A média aritmética, a mediana e a modalidade normal de uma mutável linear, de uma mutável cíclica e de uma mutável não ordenada (ou desconexa).

c) Extensão dos conceitos de média aritmética, de mediana e de norma aos pares de caracteres quantitativos observados em uma coletividade.

PRIMEIRA DIGRESSÃO: Interpolações e perequações. Exposição do problema. Critérios para escolha do tipo de função interpolatriz. Critérios para a determinação dos parâmetros. Interpolação de uma curva que passa por vários pontos dados. Interpolação parabólica pelo método elementar e pelo método de Lagrange. Interpolação de uma curva passando entre pontos dados. Método dos mínimos quadrados e casos particulares de uma recta, de uma parábola ordinária e de uma parábola cúbica. Métodos das somas, dos momentos. Extrapolação. Interpolações gráficas. Perequações mecânicas.

SEGUNDA DIGRESSÃO: Elementos do cálculo de probabilidades. Probabilidades e freqüências. Lei empírica do acaso. Teoremas da probabilidade total e de probabilidade composta. O problema das provas repetidas. Curva normal de probabilidade; integral da probabilidade. Teorema de Bernoulli.

2 — **Relações entre as intensidades de dois fenômenos um dos quais, ao menos, seja estatístico.** Relações estatísticas e sua divisão em duas categorias; relações que se simplificam: média aritmética, números índices simples com base fixa e com base móvel, ou concatenados, sintéticos, compostos; índice (sintético) ideal de Fisher; relações de coexistência; de composição; de derivação genérica; de derivação específica; relações que exprimem as probabilidades matemáticas de vários eventos. Relações que se resolvem: de duração, de repetição.

3 — **Distribuição de um fenômeno estatístico.**

a) Distribuição de um caráter quantitativo no tempo, estudada graficamente, sinteticamente (índice de oscilação, índices de evolução), analiticamente (análise das variações em vários componentes: variações seculares, estacionais, cíclicas, acidentais ou residuais).

b) Distribuição de um caráter quantitativo ou qualitativo no espaço.

c) Distribuição de um caráter (qualitativo ou quantitativo) segundo as suas modalidades: (séries e) seriações de freqüências estudadas graficamente e analiticamente. Várias espécies de curvas de distribuição: curvas de freqüência, curvas de graduação, curvas de concentração e suas mútuas dependências. Vários tipos de curvas de freqüência: tipo gaussiano, tipos unimodais simétricos e assimétricos, tipos plurimodais, tipos hiperbólicos, tipos em U, outros tipos (curva de Lexis, curvas das probabilidades de morte nas diferentes idades, etc.).

d) Quantidades características de uma distribuição de um caráter quantitativo. Recordação dos valores médios já definidos. Conceito de variabilidade. Índices de variabilidade absoluta: intervalo de variação; desvio médio simples (η) e quadrático (σ , «standard deviation») em relação à média aritmética; diferença média Δ ; métodos de cálculo desses índices e critério para escolhê-los. Índices de variabilidade relativa: em relação à média aritmética; em relação aos valores máximos dos índices absolutos; relação R de concentração; índice de concentração δ ; relação $R = \Delta : 2A$.

e) Modalidades características de uma distribuição de um caráter qualitativo.

Recordação das extensões, já dadas, dos conceitos de média. Conceito de mutabilidade. Índices absolutos de mutabilidade definidos em relação às mencionadas médias.

f) Influência do acaso sobre os índices característicos de uma distribuição de valores. Pesquisas representativas.

4 — **Relações entre as distribuições de dois fenômenos estatísticos (sendo cada distribuição considerada em conjunto).**

a) Indiferença, concomitância, antagonismo.

b) Transvariação: intervalo de transvariação; probabilidade e intensidade de transvariação.

c) Dissemelhança de duas distribuições: índice de dissemelhança.

d) Comparação de uma distribuição concreta (seriação de frequências) com uma distribuição teórica: índices de assimetria; índice de dispersão de Lexis e possibilidade de outros índices de dispersão.

5 — **Relações entre as diversas modalidades das distribuições de dois fenômenos coletivos.**

Conceito de conexão. Conceito (subordinado) de concordância.

Medida da conexão: índice de conexão de Gini.

Medida da concordância: índices de omofilia; índice de correlação de Pearson; índices de regressão; índice de cograduação de Gini; índices de atração de Benini.

D) INTERPRETAÇÃO E ELABORAÇÃO LÓGICA DOS DADOS ESTATÍSTICOS

1 — **Lacunas e erros.** Lacunas nas séries de dados estatísticos e modos de preenchê-las (por dedução aritmética, por analogia, por interpolação gráfica ou analítica, por estimativa, por conjectura estatística). Erros acidentais, constantes, sistemáticos, e sua descoberta mediante crítica externa e interna dos dados (comparação dos dados com a observação comum, dos dados entre si, dos dados com os que se obteriam na hipótese de continuidade); descoberta dos erros mediante representações gráficas. Correção dos erros mediante perequação gráfica, perequação mecânica, interpolação.

2 — **Comparação dos dados.** Alguns casos em que se pode tornar comparáveis dados que não o são: coeficientes de correção; método dos grupos escolhidos; método da população-tipo.

3 — **Processo de indução da observação dos fenômenos estatísticos às suas causas.** Indícios da intervenção de uma causa. Determinação das causas. Os quatro métodos de indução experimental; a) das variações concomitantes; b) das diferenças; c) das concordâncias; d) dos resíduos.

4 — **Conceito de lei estatística.** Crítica desse conceito. Exemplos.

SECÇÃO DE LETRAS

1.^a SUB-SECÇÃO — LETRAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

- 1.^o ano — Filologia Portuguesa
Língua e Literatura Grega — Língua e
Literatura Latina (1.^a parte).
- 2.^o ano — Língua e Literatura Grega — Língua e
Literatura Latina (2.^a parte)
Filologia Portuguesa
- 3.^o ano — Língua e Literatura Grega — Língua e
Literatura Latina (3.^a parte)
Literatura luso-brasileira.
-

FILOLOGIA PORTUGUESA

1.^o ano

(PROF. REBÊLO GONÇALVES)

SECÇÃO I

GRAMÁTICA PRÁTICA

(História e crítica de algumas noções e problemas)

- a) A nomenclatura gramatical portuguesa:
- 1) História da nomenclatura gramatical.
 - 2) Comentário dos termos portugueses de gramática.
- b) As classificações gramaticais.
- c) Questões várias de gramática prática:
- 1) Ortografia
 - 2) Problemas de fonética
 - 3) Problemas de morfologia
 - 4) Problemas de sintaxe
 - 5) Problemas de semântica.
- d) A gramática prática e o aproveitamento literário do material lingüístico:
- 1) A retórica tradicional.

- 2) Os elementos de composição em prosa.
- 3) Os elementos de composição em verso (história e teoria dos metros portugueses; a técnica moderna; o verso livre; a teoria da «constante rítmica»; o problema da rima na poesia contemporânea).

SECÇÃO II
GRAMÁTICA HISTÓRICA
(noções fundamentais)

- a) Fonética histórica:
 - 1) A fonética latina e a fonética portuguesa. Suas características diferenciais.
 - 2) Natureza das alterações fonéticas que se deram na passagem do latim ao português.
- b) Morfologia histórica:
 - 1) Caracteres da flexão nominal.
 - 2) Caracteres da flexão verbal.
- c) Sintaxe histórica:
 - 1) Comparação entre a frase latina e a frase portuguesa.
 - 2) A evolução da frase portuguesa.
- d) Sematologia histórica:
 - 1) Os processos da evolução do sentido.
 - 2) A etimologia popular no curso histórico da língua.

SECÇÃO III
HISTÓRIA DO PORTUGUÊS LITERÁRIO E DIALECTAL

- a) Caracteres do português arcaico.
- b) Caracteres do português clássico. c) Caracteres do português moderno.
- d) A influência do latim na linguagem literária (história e crítica).
- e) Os dialectos portugueses continentais.
- f) As características locais do português através dos seu império lingüístico.

SECÇÃO IV
OS ELEMENTOS DO LÉXICO PORTUGUÊS

- a) O elemento latino (palavras cultas)
- b) O elemento grego

- c) Os elementos oriundos de línguas modernas
- d) Os elementos americanos.

(2.º ano)

SECÇÃO I

GRAMÁTICA HISTÓRICA PORTUGUESA

- a) **Fonética histórica** (Revisão da matéria exposta no ano anterior).
- b) **Morfologia histórica:**
 - 1.º A representação dos «casos» latinos em português.
 - 2.º Considerações históricas sobre o género e o número.
 - 3.º As inovações portuguesas na flexão pronominal.
 - 4.º A flexão verbal latina e as modificações operadas em português.
 - 5.º Tipos da «composição» e da «derivação».
 - 6.º A influência da analogia na formação das palavras portuguesas.
 - 7.º A analogia em morfologia histórica e o seu valor segundo as teorias da «escola idealista».
- c) **Sintaxe histórica:**
 - 1.º Considerações gerais sobre a sintaxe de concordância e a sua evolução.
 - 2.º A função oracional dos modos e dos tempos verbais.
 - 3.º História de algumas proposições portuguesas.
 - 4.º Apreciação histórica da sintaxe nas suas relações com o estilo.
- d) **Sematologia histórica:**
 - 1.º Vista geral da ciência das significações e da sua aplicação ao português.
 - 2.º A sinonímia.
 - 3.º A metáfora.
 - 4.º A metonímia.
 - 6.º A restrição e o alargamento de sentido.
 - 6.º Etimologia popular.
 - 7.º Apreciação histórica da semântica nas suas relações com o estilo.

SECÇÃO II

LEXICOLOGIA

- 1.º Discriminação sistemática dos «elementos» ou «origens» da língua.
- 2.º O elemento latino.
- 3.º O elemento helénico.

- 4.º) O elemento arábico e o elemento germânico.
- 5.º) Os elementos de aquisição moderna (do século XVI em diante).
- 6.º) Origens do onomástico, especialmente da antroponímia e da toponímia.
- 7.º) A mobilidade do léxico português.
- 8.º) Considerações especiais sobre o Dicionário da língua.
- 9.º) A etimologia portuguesa e os dicionários etimológicos.

SECÇÃO III

COMENTÁRIO DE TEXTOS

- a) A técnica moderna do comentário de textos.
- b) O conhecimento da teoria da composição e o seu valor para o comentário dos textos.
- c) Comentário de textos portugueses e brasileiros, exemplificativos do curso histórico da língua.

SECÇÃO IV

CONFERÊNCIAS E DISSERTAÇÕES ESCOLARES

- a) Conferências feitas por alunos e comentadas em classe.
- b) Breves dissertações compostas por alunos e igualmente comentadas em classe.
- c) Dissertações maiores elaboradas por alunos, fundadas num amplo sistema de investigação lingüística, e integradas, se possível fôr, no regime do projetado Instituto de Filologia.

LETRAS CLÁSSICAS

PROF. MICHEL BERVEILLER

1.º ano

LITERATURA LATINA

Introdução metodológica — Definições — Divisões.

Os grandes períodos da literatura latina — Cronologia —.

O gênero histórico (Origens — Os analistas — Catão — Varrão — César — Salústio — Tito-Lívio — Historiadores do período júlio-claudiano — Tácito — Suetônio — Historiadores do Baixo Império).

O gênero dramático (Origens — Plauto — Terêncio — Senéca —).
Cícero e sua época.

A poesia (Lucrécio — Catulo — Vergílio — Horácio — Os elegíacos do tempo de Augusto).

LITERATURA GREGA

Introdução metodológica — Definições — Divisões.

Os grandes períodos da literatura grega — Cronologia.

O gênero épico (Homero e a questão homérica — A Ilíada — generalidades sobre a Odisséia — Hesíodo).

O lirismo.

O gênero dramático (Ésquilo — Sófocles — Eurípedes — Aristófanes — Menandro).

2.^o ano e 3.^o ano

LITERATURA LATINA

O gênero dramático (Origens — Lívio-Andronico — Névio — Plauto Cecílio — Terêncio — A togata, as atelanas, os mimos — Sêneca, o Trágico).

Os historiadores (César — Tito-Lívio — Tácito).

A literatura post-clássica (Sêneca — Quintiliano — os Plínios — Lucano — Pérsio — Estácio — Marcial — Juvenal).

Generalidades sobre a literatura cristã.

LITERATURA GREGA

O gênero histórico (Origens — Os logógrafos — Heródoto — Tucídides — Xenofonte — Políbio — Plutarco).

A epopéia (Homero e a questão homérica).

A época alexandrina (Calímaco — Apolônio — Teócrito — Herondas).

Generalidades sobre os períodos romano e cristão.

Complemento — Noções gerais sobre as ciências da antigüidade: arqueologia — epigrafia — paleografia — papirologia — crítica de textos.

GRAMÁTICA E FILOLOGIA

Sintaxe latina e grega.

Dialetologia grega.

Métrica latina.

EXERCÍCIOS E TRABALHOS PRÁTICOS

Explicações de textos:

Latinos: Plauto — Terêncio — Sêneca — Tito-Lívio — Tácito.

Gregos: Heródoto — Homero — Sófocles — Platão — Luciano.

Versões escritas — latinas e gregas.

Exposições orais sobre questões literárias relativas aos autores do programa.

GRAMÁTICA E FILOLOGIA GREGA

(1.º ano)

(PROF. REBÊLO GONÇALVES)

SECÇÃO I

HISTÓRIA E GRAMÁTICA DO GREGO ANTIGO

- 1.º Noções fundamentais de história do grego.
- 2.º A escrita grega. História do alfabeto.
- 3.º A leitura do grego.
- 4.º Gramática prática e histórica do dialeto ático.
- 5.º Teoria do estilo ático.
- 6.º Elementos vários de dialetologia: o dialeto jônico, o dialeto dórico e o dialeto eólico.

SECÇÃO II

TEXTOS

- 1.º Exercícios de tradução e de composição em dialeto ático.
- 2.º Leitura, versão e comentário de pequenos trechos em dialeto jônico, dórico e eólico.

SECÇÃO III

A INFLUÊNCIA DO GREGO NO VOCABULÁRIO PORTUGUES

- 1.º História dos helenismos da nossa língua.
- 2.º O sistema de formação vocabular em grego antigo e o seu reflexo nos helenismos portugueses.

3.º) Questões gramaticais e lexicais relativas aos vocábulos portugueses de origem grega.

GRAMÁTICA E FILOLOGIA LATINA

(1.º ano)

(PROF. REBÊLO GONÇALVES)

SECÇÃO I

GRAMÁTICA HISTÓRICA LATINA

a) **Introdução:**

- 1.º) A leitura do latim.
- 2.º) A ortografia latina.

b) **Fonética histórica:**

- 1.º) Natureza da fonética latina.
- 2.º) Natureza das evoluções fonéticas em latim.
- 3.º) Alguns problemas fonéticos: a «intensidade inicial»; a geminação consonântica; etc.

c) **Morfologia histórica:**

- 1.º) Explicação das declinações.
- 2.º) Explicação das conjugações.
- 3.º) Alguns problemas morfológicos: o problema da origem do futuro latino; o «aspecto verbal»; etc.

d) **Sintaxe histórica:**

- 1.º) A sintaxe dos casos e os seus valores racionais.
- 2.º) A coordenação e a subordinação em latim.

SECÇÃO II

LEXICOLOGIA LATINA

- 1.º) O elemento itálico.
- 2.º) O elemento grego.
- 3.º) O elemento céltico.
- 4.º) Os elementos dialetais.

SECÇÃO III

TEORIA DA COMPOSIÇÃO EM LATIM

a) **Estilística:**

- 1.º O aproveitamento artístico dos sons: prosa métrica.
- 2.º O aproveitamento artístico das construções: ordem das palavras na frase.
- 3.º O aproveitamento artístico dos vocábulos: propriedade vocabular, sinonímia.
- 4.º A composição moderna em latim. História e crítica da composição. A função actual da composição.

b) **Métrica:**

- 1.º A evolução da métrica latina.
- 2.º Os metros clássicos.
- 3.º A degenerescência do sistema quantitativo latino.
- 4.º A influência dos metros clássicos nas línguas românicas.

SECÇÃO IV

HISTÓRIA DA LÍNGUA LATINA

- 1.º Caracteres gerais do latim em confronto com o grego.
- 2.º Latim literário e latim popular.
- 3.º Aspectos capitais da história literária do latim: o latim de Cícero, o latim de Horácio e de Vergílio, etc.
- 4.º A influência da cultura grega no latim.
- 5.º O arcaísmo e o neologismo na arte literária latina.

SECÇÃO V

TEXTOS

- a) Versão de textos para ilustração das matérias de gramática histórica, de lexicologia, de teoria da composição e de história da língua latina.
- b) Leitura, versão e comentário de textos, para apuramento de noções literárias fundamentais. Estes textos, que serão precedidos de algumas explanações sobre a técnica moderna da tradução e da interpretação, destinam-se a exemplificar matérias como as seguintes:

1.º) **Epopeía:** a persistência do homerismo; as ficções épicas; o lirismo e o drama na epopeía.

2.º) **Lírica:** o lirismo propriamente dito; o lirismo heróico; o lirismo na sátira.

3.º) **Sátira:** a sátira de costumes; a sátira literária.

4.º) **Teatro:** o papel do povo nas comédias plautinas e terencianas; as figuras típicas da comédia; a contextura da tragédia latina; as figuras típicas da tragédia; a função e o valor das partes corais.

5.º) **Oratória:** a oratória política; a oratória forense.

6.º) **Retórica:** as teorias retóricas de Cícero; a questão dos «áticos» e dos «asiáticos».

7.º) **Epistolografia:** o valor autobiográfico das epístolas de Cícero e de Plínio; os círculos literários de Roma e a memória que dêles ficou nas mesmas epístolas.

8.º) **Moral:** idéias de Cícero sobre a vida (a amizade, a velhice); a moral de Sêneca.

9.º) **Didática:** a agricultura segundo Varrão; a arquitetura segundo Vitruvius, a retórica segundo Quintiliano; aspectos de gosto artístico na prosa didática latina.

LATIM E GREGO

(PROF. MICHEL BERVEILLER)

(2.º e 3.º anos)

LITERATURA

Latina: O teatro latino.

Os historiadores (principalmente: Tito Lívio, Tácito).

A literatura post-clássica (princip.: Sêneca, Quintiliano, os Plínios, Lucano, Pérsio, Estácio, Marcial, Juvenal) — e a literatura cristã (gener.).

Grega: Os historiadores.

A epopeía (Homero e a questão homérica).

A época alexandrina.

Generalidades sobre as épocas romana e cristã.

TEXTOS

(coll. Hatier).

Latinos: 1 — Le théâtre à Rome (246)

2-3 — Tite-Live (247-248)

4 — Tacite (245)

5 — Sénèque (413)

Obras completas de Vergílio

- Gregos : 6 — Hérodote (473)
7 — Odyssee (ch. V & VI) (254)
8 — Sophocle — Antigone (256)
9 — Platon — Phédon (396)
10 — Lucien (392)
-

LITERATURA LUSO-BRASILEIRA

(PROF. OTONIEL MOTA)

LITERATURA BRASILEIRA

- 1.) Primeiras manifestações literárias no século XVI.
 - 2.º) A escola baiana no século XVII.
 - 3.º) As academias literárias do século XVIII. A escola mineira.
- Os árcades.
- 4.º) O romantismo.
 - 5.º) O naturalismo. O parnasianismo.
 - 6.º) Os decadentes. O simbolismo.
 - 7.º) A fase moderna.

LITERATURA PORTUGUESA

- 1.º) Período inicial. Os trovadores. A prosa ensaiante. Século XII-XIV.
 - 2.º) A decadência da poesia e o surgir da prosa nos cronistas e moralistas. Século XV.
 - 3.º) A renascença italiana e o esplendor da literatura portuguesa do século XVI. Os quinhentistas.
 - 4.º) Século XVII. Decadência. Os seiscentistas. Influência espanhola.
 - 5.º) A influência francesa no século XVIII. Academias.
 - 6.º) Do romantismo a nossos dias.
-

2.^a SUB-SECÇÃO — LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

DISTRIBUIÇÃO DO CURSO

Art. 16 do Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Para a obtenção de licença em qualquer das línguas estrangeiras, que compreendem a 2.^a Sub-secção da 3.^a Secção, o aluno é obrigado a um curso básico, ministrado na Faculdade, de Português (Filologia Portuguesa e Literatura Luso-brasileira) e Letras Clássicas (Língua e Literatura Latina ou Língua e Literatura Grega).

§ único — O aluno poderá matricular-se, preenchidas as formalidades regulamentares, no curso de uma ou mais línguas estrangeiras.

CURSO BÁSICO

O curso básico de Português e Letras Clássicas, a que se refere o Regulamento, é dado aos alunos da Sub-secção de Línguas Estrangeiras em conjunto com os da Sub-secção de Letras Clássicas.

LÍNGUA E LITERATURA FRANCESA

(PROF. PIERRE HOURCADE)

1.^o ano

(DO COMEÇO DO SÉCULO XVI À ESCÓLA CLÁSSICA DE 1660)

I — Generalidades sôbre a passagem da Idade Média ao Renascimento literário e sôbre os principais caracteres e as etapas dêste. Clément Marot.

II — Rabelais.

III — A «Defesa e Ilustração da Língua Francesa».

IV — Ronsard.

V — Du Bellay.

VI — Evolução da prosa e da poesia na segunda metade do século.

VII — Montaigne.

VIII — Generalidades sobre a época preclássica (do reino de Henrique IV até 1660). Monografias sumárias de Malherbe, Régulier, Agrippa d'Aubiguè, Balzac, Voiture, Descartes. O movimento preciosista.

IX — Nascimento e vicissitudes da tragédia francesa desde o Renascimento até às proximidades de 1660 (à excepção de Corneille).

X — Corneille.

XI — O jansenismo — Pascal: «Les Provinciales» e «Les Pensées».

EXERCÍCIOS

a) escritos: temas e versões.

b) orais: leitura explicada (Texto: Balzac: «Eugénie Grandet» — Trechos escolhidos dos Clássicos Larousse); explicações literárias de autores do programa; exposições sobre questões do programa.

2.º ano

A ÉPOCA CLÁSSICA: 1660 — 1750

A. — A Escola de 1660.

A doutrina clássica, sua formação, seus traços essenciais.

Boileau.

Molière.

Racine.

La Fontaine.

Os moralistas mundanos: La Rochefoucauld e Mme. de La Fayette.

Mme. de Sévigné.

Bossuet e a literatura cristã.

B. — A Transição.

A reacção crítica: La Bruyère — Fénelon — Bayle — Fontenelle.

A opposição literária: a questão dos Antigos e dos Modernos.

Visto isolado: Saint-Simon.

C. — Os começos do século XVIII.

Lesage

Marivaux.

Montesquieu.

EXERCÍCIOS

a) escritos: temas e versões.

b) orais: leitura explicada (Texto: La Bruyère, Trechos escolhidos dos Clássicos Larousse) — explicações literárias de autores do programa — exposição sobre questões inscritas no programa.

LITERATURA ITALIANA

(PROF. FRANCESCO PICCOLO)

Caracteres gerais da literatura do século XVII.

A lírica do século XVII. S. B. Marino. Imitadores de Marino e libertação. Sobrelevação da lírica marinista.

O poema épico no século XVII.

O poema cômico no século XVII.

A tragédia e o drama pastoril no século XVII.

A comédia no século XVII.

Prosa política e prosa científica no século XVII.

Origem do melodrama.

A florentina.

O melodrama no século XVII.

A Arcádia. A Comédia da Arte. P. Metastasio. C. Goldoni.

Dante — Divina Comédia: Paraíso.

"CURRICULA VITAE"
DOS NOVOS PROFESSORES

PROFESSOR GIACOMO ALBANESE
(CÁTÉDRA DE GEOMETRIA PROJETIVA E ANALÍTICA)

O Prof. Giacomo Albanese nasceu em Geraci Siculo (Palermo) em 11 de Julho de 1890.

Foi aluno da R. Escola Normal Superior Universitária de Pisa nos períodos letivos de 1909 a 1913.

Conseguiu a láurea em Matemática na R. Universidade de Pisa, em 1913.

Depois de prestar concurso, foi-lhe conferido o prêmio Ulisse Dini de 1913.

Em 1914, com trabalho impresso, obteve habilitação para o ensino de Matemática na R. Escola Superior de Pisa.

No mesmo ano, depois de prestar concurso, foi-lhe conferido o prêmio da Pia Eredità Lavagna.

De 1913 a 1919, foi assistente da cadeira de Análise Infinitesimal do Prof. Senador Ulisse Dini da R. Universidade de Pisa.

Foi combatente na grande guerra (campanha de guerra 1917-1918).

No ano acadêmico de 1919-20, foi assistente da cadeira de Geometria Analítica de S. Excia. Francesco Severi, na R. Universidade de Padova.

Em 1920, foi nomeado professor extraordinário e, mais tarde, professor ordinário de Análise Algébrica na R. Universidade Naval de Livorno.

Em 1922, foi-lhe conferido o prêmio Torelli, e, em 1923, conseguia a livre docência em Geometria Projetiva e Descritiva na R. Universidade de Pisa.

Mediante concurso, em 1925, foi nomeado professor extraordinário de Geometria Projetiva e Descritiva na R. Universidade de Catânia, onde permaneceu até 1927, e foi incumbido do ensino de Geometria Superior e Balfística Externa.

Em 1927, foi nomeado professor ordinário de Geometria Descritiva na R. Universidade de Palermo; e, em 1929, coube-lhe reger a cadeira de Geometria Analítica, Projetiva e Descritiva da R. Universidade de Pisa.

Em Pisa, foi também encarregado de ensinar Complementos de Geometria Projetiva e Geometria Superior desde 1929 até a sua atual chamada para o ensino da cadeira de Geometria da Universidade de São Paulo.

Nos anos de 1929 a 1936, foi encarregado da cadeira de Geometria Descritiva da R. Academia Naval de Livorno.

E' socio corrispondente da Academia Gioênia de Ciências Naturais de Catânia, Membro do Conselho Nacional de Pesquisas, sócio corrispondente do Círculo Matemático de Palermo, da União Matemática Italiana e da Mathesis.

Membro do comité de redação do Círculo Matemático de Catânia e do Jornal de Matemática Pura e Aplicada da Universidade de São Paulo.

LISTA DAS PUBLICAÇÕES MAIS IMPORTANTES

- Intorno ad alcuni concetti e teoremi fondamentali sui sistemi algebrici di curve di una superficie algebrica (Annali di Mat. pura ed applicata, Serie III, tom. 24, 1915).
- Sulle curve piane che ammettono una curva data come prima polare (Annali della Università Toscane, Serie I, vol. VIII, 1919).
- Sopra alcune questioni di Geometria Algebrica (publicazioni Nistri, Pisa, 1919).
- Lezioni di Algebra complementare (R. Accademia Navale di Livorno, 1922).
- Nuovi contributi alla teoria dei sistemi di curve piane algebriche, lavoro di libero-docenza, Nistri, Pisa, 1923).
- Sulla varietà delle copie di punti di due superficie algebriche (Atti del Reale Istituto Veneto, tom. LXXXIII, Parte II, 1923-24).
- Sul genere aritmetico delle varietà algebriche a quattro dimensioni (Rend. della R. Acc. Naz. dei Lincei, Serie V, vol. XXXIII, 1924).
- Trasformazione birazionale di una curva algebrica qualunque in un'altra priva di punti multipli (Rend. della R. Acc. Naz. dei Lincei, Serie V, vol. XXXIII, 1924).
- Condizioni per la razionalità della varietà delle coppie di punti di due superficie algebriche distinte o coincidenti (Rend. della R. Acc. Naz. dei Lincei, Serie V, vol. XXIII, 1924).
- Invarianza del genera P_a di una varietà algebrica a quattro dimensioni (Rend. della R. Acc. Naz. dei Lincei, Serie V, vol. XXXIV, 1925).
- Invarianza del genere aritmetico di una varietà algebrica ad un numero qualunque di dimenzioni (Annali delle Università Toscane, Serie I, vol. IX, 1925).
- Trasformazione di una superficie algebrica qualunque in un'altra priva di singolarità (Rend. del circ. Mat. di Palermo, tom. 49, 1925).
- Formule fondamentali della Geometria sopra una qualunque varietà algebrica (Ann. di Mat. pura ed applicata, tom. 35, 1926).
- Elementi di Geometria Proiettiva I edizione (Circolo Mat. di Catania, 1926).
- Elementi di Geometria Descrittiva I edizione (Circolo Mat. di Catania, 192).
- Sul teorema fondamentale dalla base per a totalità delle curve di una superficie algebrica (Rend. R. Acc. Naz. dei Lincei, Serie V, vol. XXXVI, 1927).
- Sulle condizioni perchè una curva algebrica riducibile si possa considerare come limite di una curva algebrica irriducibile (Rend. del Circ. Mat. di Palermo, tom. LII, 1928).
- Sul trattato di Geometria algebrica di S. Ecc. Francesco Severi (Atti del Congresso internazionale di Mat. di Bologna).
- Trattato di Geometria proiettiva, II edizione, completamente rifatta con appendice sulla teoria geometrica degli elemeni immaginari (Gozzani Pisa, 1931).

Sulle corrispondenze algebriche fra i punti di due superficie algebriche (Bullettino dell'Unione Mat. Italiana, 15 giugno, 1932).

Eugenio Bertini e la Geometria algebrica Italiana (dal vol. in Memoria di Eugenio Bertini).

Correspondenze algebriche fra i punti di due superficie algebriche Memoria I (Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa, Serie II, vol. III, 1933).

Correspondenze algebriche fra i punti di due superficie algebriche, Memoria II, (Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa, Serie II, vol. III, 1934).

A publicar :

Trattato di Geometria proiettiva III, Edizione (Gozzani Pisa).

Correspondenze algebriche fra i punti di due superficie algebriche, Memoria III.

PROFESSOR ERNST MARCUS
(CATEDRA DE ZOOLOGIA)

Nascido em Berlim a 8 de junho de 1893.

Cursou de 1900 a 1912 o Kaiser Friedrich Gymnasium em Berlim-Charlottenburg. De 1912 a agosto de 1914, dedicou-se, na Universidade de Berlim, ao estudo das Ciências Naturais, e de modo especial à Zoologia.

Quando irrompeu a Grande Guerra, apresentou-se como voluntário, servindo no Segundo Regimento dos Dragões da Guarda Imperial, até dezembro de 1918.

Reencetados os seus estudos, doutorou-se «Magna cum laude» na Faculdade de Filosofia da Universidade de Berlim. Versava a sua tese sobre o sistema e a distribuição de alguns «Scarabaeidae» da África. A partir de Julho de 1919, desempenhou o cargo de assistente voluntário no Museu Zoológico, sob a direção do falecido prof. dr. W. KÜKENTHAL. Ao mesmo tempo, ocupava o cargo de assistente do prof. dr. K. HEIDER, do Instituto Zoológico da Universidade de Berlim. Neste último cargo, tomou parte no ensino da Zoologia Geral no referido Instituto.

No Museu dedicou-se de preferência ao estudo dos coleópteros e dos briozoários. Em julho de 1923, habilitou-se como livre docente na Universidade de Berlim, apresentando um trabalho sobre «Briozoários da Austrália», sendo nomeado em outubro de 1923, 2.º assistente científico do Instituto Zoológico.

Em março de 1929, foi promovido a 1.º assistente científico do Instituto de Zoologia de Berlim, então sob a direção do prof. dr. HESSE, que em 1926 aceitou a cátedra de Zoologia Geral, em substituição do prof. K. HEIDER. Foi nomeado professor extraordinário de Zoologia na mesma Universidade em abril de 1929. Neste cargo tinha sob a sua responsabilidade o ensino da Zoologia Geral no Instituto de Zoologia, já mencionado. Em dezembro de 1935, foi-lhe dirigido um convite pela Academia Agrícola e Veterinária de Ankara

(Turquia), para reger a cátedra de Zoologia. As negociações em relação a este chamado foram interrompidas, por ter aceito o chamado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, para o mesmo cargo.

A sua atividade didática na Universidade de Berlim abrangia todo o campo da Zoologia Geral, especialmente Morfologia, Fisiologia e Zoogeografia. Os trabalhos práticos dos alunos adiantados foram dirigidos pessoalmente por ele desde 1929.

A actividade como pesquisador e as suas publicações compreendem: morfologia, sistemática e distribuição dos coleópteros; história natural dos briozoários e dos «tardigrada», embriologia e morfologia e fisiologia causal do desenvolvimento do intestino anterior dos vertebrados inferiores (Entwicklungsmechanik) e zoogeografia em geral. Fez o capítulo de briozoários nos seguintes relatórios de viagem

- E. Mjoeberg, Swedish Scientific Expedition, 1921
- C. Skottsberg, Natural History of Juan Fernandez, 1921
- Th. Mortensen, Pacific Expedition 1921
- Merton, Reise zu den Aru- und Kei-Inseln 1922
- Th. Mortensen, Expedition to St. Helena (está no prelo)

e nos tratados:

- E. Schulze, Biologie der Tiere Deutschlands, 1925
- G. Grimpe, Tierwelt der Nord- und Ostsee, 1926
- Danmarks Fauna (está no prelo).

Fez o capítulo de «tardigrada» nos relatórios de viagem:

- A. Thienemann, Limnologische Expedition nach Java und Sumatra, 1930, 1931
- Alluaud et Chappuis, Voyage em Afrique occidentale française, 1933.
- Mission scientifique de l'Omo, 1935.

e nos tratados de

- Dahl, Tierwelt Deutschlands 1929
- Bronn, Klassen Ordnungen des Tierreichs, 1929
- Handwörterbuch der Naturwissenschaften, 1934
- Tier-Reich, Akademie der Wissenschaften Berlim, 1936.

Fez o capítulo de zoogeografia no tratado

- Handbuch der geographischen Wissenschaften, 1933.
-

PROFESSOR PAUL VANORDEN SHAW
(CATEDRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA)

Nascido a 11 de Julho de 1898, em São Paulo.

Fez os seus estudos secundários no Ginásio de Lavras (Minas Gerais), e no Wellsbore, High School, em Pennsylvania, Estados Unidos. Neste país, continuou os estudos superiores no College of Wooster (Ohio) onde, em 1919, obteve o grau de Bacharel em Artes. Depois de uma estadia de dois anos na América do Sul, voltou a Nova York, e na Universidade de Colúmbia encetou os estudos que lhe trouxeram, em 1926, o grau de Mestre em Artes, e, em 1930, o de Doutor em Filosofia.

Entre outras honras académicas, foi eleito membro da Sociedade Phi Beta Kappa; recebeu um certificado do governo da Venezuela; foi escolhido como árbitro da América Arbitration Association; tem sido chamado, em várias ocasiões, a dar parecer sobre questões concernentes à América Latina, ao Council on Foreign Relations, ao Foreign Policy Association e a pessoas como Charles A. Lindbergh.

Exerceu o magistério no Instituto Inglês de Santiago, Chile. No Mc Burney School, em Nova York. Na mesma cidade, lecionou na Universidade de Colúmbia doze anos, College of the City of New York e Hunter College. É membro da American Historical Association.

Em junho de 1935, foi chamado pelo governo do Panamá a organizar um curso de História Latino-Americana no Centro de Estudios Pedagógicos e Hispanoamericanos da capital daquela república e convidado a voltar no ano de 1936. Não pôde aceitar, por haver acedido ao convite da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ao voltar do Panamá, foi hóspede do licenciado Portes Gil na capital do México, e da Universidade de Yucatan, quando visitou as ruínas Mayas em Chichen Itzá.

Em excursões de conferências e de pesquisas científicas, já percorreu toda a América desde o Canadá até ao Chile e à Argentina e conhece todos os países da América, menos três. Nos Estados Unidos, tem feito conferências sobre a América Latina nas principais universidades do país, cujo território já atravessou de uma costa a outra e do norte ao sul em mais de uma ocasião.

As suas publicações principais são, em parte, um livro que se intitula «The Early Constitutions of Chile, 1810-1833» (New York, 1930), e mais as seguintes:

Para a *Encyclopedia of the Social Sciences* e a *National Encyclopedia*, grande número de artigos sobre a América Latina.

Entre as suas monografias destacam-se as seguintes:

Political Science Quartely. «José Bonifacio, the neglected father of his Country Brazil».

The Hispanic American Review. «José Bonifacio and Brazilian History».

Current History. «Nationalist Feuds between Chile and Perú».

The North American Review. «Good Neighbor» — and Cuba.

» » » » » «Pan Americanis, Peace and Personnel».

Para jornais, contribuiu, entre outros, com os seguintes artigos para o New York Times:

«Brazil and the League of Nations».

«Tacna and Arica, the Alsace Lorraine of America».

«The Snake Farm of São Paulo, Brazil».

«Forces Behind the Revolution in Brazil».

«Why the Latin Americans Fight it Out».

«And now a Revolution in Revolutions».

«The Latin American Presidential System».

«The Three Americas».

«The Latin American Situation in 1931 and the Chilean Revolution».

Para o «Washington Post», da capital norte-americana, e para o «Christian Science Monitor» de Boston, um sem número de artigos sobre todas as fases e todos os problemas da América Latina. Neste último foi contribuinte editorial sobre assuntos Latino-Americanos.

The Christian Science Monitor:

«The Latin America Loans».

«The Background of the Socialist State in Chile».

«A Latin American in a Citadel of Ignorance».

«The Norths in Latin America». 12 artigos.

«Costa Rica cool in Stress».

«Caribbean Diplomacy and Diplomats».

«Portes Gil».

«The Brazilian Circle».

«All America's World Role».

«Cuban Loans and Politics».

«Argentine unification».

«Brazil's new Charter».

«Conciliation in the Chaco».

«Venezuela's Formula».

«Instead of the Marines».

No Washington Post apareceram, entre outros, os seguintes artigos:

«Cuban Stability».

«New Deal Diplomacy Meets Test in Cuba».

«Idealism Marked Plan Welles Had for Cuba».

«Five indictments of our Cuban Policy».

«Crisis in Mexico».

«Caribbean Dictators».

«Chilean Women Vote Favoring Right Wing».

«Latin American Students Turn to Peasant in Political Fray».

«Ecuadorian Indians Lift Heads to Assert Positions in Nation».

«Mexican Psychology Analysed by Scholars».

«Bolivia Development Complicate Situation».

«Church Problem Again Arises to Vex Mexico».

PROFESSOR FRANÇOIS PERROUX

(CÁTEDRA DE ECONOMIA POLÍTICA, FINANÇAS E HISTÓRIA
DAS DOCTRINAS ECONÔMICAS)

Nascido em Lyon (França) em 19 de dezembro de 1903.

Licenciado em Letras para o ensino do Latim e Grego em 1923 — (Faculdade de Letras de Lyon).

Diplomado em Estudos Superiores de Letras em 1924.

Licenciado em Direito em 1924.

Doutor em Direito em 1926.

Classificado em primeiro lugar no concurso de agregação das Faculdades de Direito em 1928;

Nomeado professor «agrégé» na Faculdade de Direito de Lyon, no mesmo ano. Desde 1928 foi professor em Lyon, sem interrupção, dos seguintes cursos: Economia Política, Ciência das Finanças, Legislação e Economia Rural, Legislação e Economia Industrial.

Titulado e nomeado professor titular da cadeira de Legislação e Economia Industrial e Rural em 1934, que ensinou desde esta data.

Doutor «Honoris Causa» da Universidade de Coimbra em 1935.

MISSÕES E CURSOS OU CONFERÊNCIAS NO ESTRANGEIRO:

1931 — Conferências em alemão no Institut für Bankwesen und Finanzierung da Universidade de Franckfurt em Main (a convite deste Instituto);

1932 — Conferências no Instituto de Altos Estudos Sociais de Bruxelas (a convite do Instituto).

1934 — Boursier Rockfeller na Áustria, Europa Danubiana, Alemanha e Itália.

1934 — Conferências na Nationalökonomische Gesellschaft de Viena (Áustria).

1935 — Professor regular de Economia Política na Universidade de Coimbra (a convite da mesma). Representante dos professores de menos de 40 anos da Secção Económica no Conselho Superior de Pesquisas Científicas (França).

TRABALHOS PUBLICADOS:

«Le Problème du profit» — Giard, 1926 (500 páginas).

«Contribution à l'étude de l'économie et des finances publiques de l'Italie» Giard, Paris, 1928 (350 páginas).

«Les traitements des fonctionnaires en France» — Ed. Siry, 1934 (250 páginas). Prefácio do Decano Allix da Faculdade de Direito de Paris.

«La pensée économique de Schumpeter: une théorie pure de la Dynamique capitaliste» — Dalloz, 1935 (220 páginas).

«Les mythes Hitlériens», Paris, Librairie Générale de Droit, 1935 (200 páginas).

A SER PUBLICADO: «Les Fascismes et la Personne Humaine».

CURSOS MIMEOGRAFADOS:

«La concentration des entreprises», Lyon, Institut des Sciences Financières et d'assurance, 1933.

«Las reformas agrarias en Europe» — (Livre I) en vente chez Domat Montchretien, Paris, 1936.

«Secrétaire Général de la Collection d'Économie Scientifique», publié à Paris chez Dalloz.

Directeur de la Collection d'Économie appliquée de la Section Économique de l'Institut des Sciences Sociales et des Relations Internationales de Lyon, publié chez Domast Montchretien, Paris.

ARTIGOS NAS SEGUINTE REVISTAS: «Revue de l'Université de Lyon», «Revue de Sciences et de Législation Financière», «Questions pratiques de Droit Ouvrier et Social», «Revue d'Économie Politique et Parlementaire», «Revue Économique Internationale», «La Vie Intellectuelle», «Esprit».

REVISTAS ESTRANGEIRAS, OU BROCHURAS:

«Frankfurt am Main», «Finanz Archiv», «Rivista Internazionale di Scienze Sociali», «Rivista de Scienze Economiche», «L'Actualité Economique, Montreal».

PROFESSOR ANTONIO DE SAMPAIO DORIA

(CÁTEDRA DE DIREITO POLÍTICO)

Nasceu a 25 de março de 1883, em Belo Monte, estado de Alagoas.

Formou-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1908. Foi professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Praça da República; exerceu o cargo de Diretor Geral do Ensino, em S. Paulo, onde também foi Procurador Geral da Justiça Eleitoral.

Atualmente é professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito, e de Direito Político na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Principais obras publicadas:

«Análise Lógica».

«Educação».

«Psicologia».

«Problemas de Direito Político».

«Princípios Constitucionais».

«O que o cidadão deve saber».

«Como se aprende a língua».

PROFESSOR LUIGI GALVANI
(CÁTEDRA DE ESTATÍSTICA)

O Prof. Luigi Galvani nasceu em Pesaro, de familia bolonhesa, e fez seus estudos em Bolonha, como aluno do Prof. Pincherle. Provindo dos estudos matemáticos, levou para a ciência estatística rigor de conceitos e de métodos característico das ciências exatas, assegurando-se, dêsse modo, merecido renome no mundo científico internacional.

Foi primeiramente assistente da cadeira de Álgebra e Geometria Analítica na R. Universidade de Bolonha, de Geodésia Teórica na mesma Universidade e, depois, de Cálculo Infinitesimal na R. Universidade de Gagliari. Em seguida, foi professor de Matemática nos R. Liceus de Cagliari, Gênova e Roma.

Criado o Instituto Central de Estatística do Reino da Itália, um dos maiores do gênero, dadas as necessidades e multiplicidade de funções do Estado no regime facista, foi chamado para auxiliar direto do Prof. Gini, primeiro presidente do referido Instituto.

A atividade desenvolvida na qualidade de sub-chefe e, depois, de chefe da Repartição de Estudos e Cartografia, e também como consultor técnico do mesmo Instituto, encontra-se nos seus relatórios anuais ao Conselho Superior de Estatística, que figuram nos Ns. 57 até 63 de suas publicações.

Foi Secretário do Conselho Superior de Estatística do Reino da Itália, e até sua partida para o Brasil foi também Diretor do «Notiziario Demografico», editado pelo Instituto Central de Estatística.

O Prof. Galvani é membro da Sociedade «Mathesis», da «Unione Matematica Italiana», da «Società per il Progresso delle Scienze» e do «Institut International de Statistique».

É Redator-Chefe do «Metron», Revista Internacional de Estatística, e colaborador da grande «Enciclopedia Italiana».

Professor ordinário de Estatística na Faculdade de Economia e Comércio da R. Università di Napoli, tem em seu ativo muitas publicações que constituem uma série de estudos relativos à matemática, à estatística metodológica, demográfica e econômica.

Os trabalhos matemáticos representam sobretudo a sua atividade científica inicial; os demais têm todos como objeto a estatística, e podem ser divididos em mais grupos correspondentes a diversos períodos de atividade e a diversas orientações de pesquisas.

Na lista das suas publicações abaixo, as numeradas de 1 a 13 possuem argumentos matemáticos diversos.

Referem-se a estatística metodológica os ns. 17, 18, 25, 27, 32, 35, 36. No n.º 18 (em colaboração com o Prof. Gini), os autores foram induzidos a definir rigorosamente o que se deve entender por «centro mediano» de um terri-

tório ou de uma população, e a corrigir, portanto, alguns erros existentes em certas publicações estrangeiras; tudo isto foi resumido em uma polémica publicada pelo diretor do «Journal of the American Statistical Association».

Referem-se a estatística matemática os ns. 16, 22, 37, 39, 40. Alguns desenvolvimentos de estatística matemática aparecem também em outros trabalhos.

Entre os trabalhos de estatística demográfica, todo um grupo é constituído de pesquisas sistemáticas sobre a mortalidade da população italiana em diversos períodos de tempo, também comparada com a de outras populações. Estas publicações têm os ns. 20, 23, 26, 28, 29, 31, 41, 43, 44. Outros trabalhos de estatística demográfica estão indicados nos ns. 14, 21, 24, 30, 33, 34, 38.

São de estatística econômica as publicações indicadas nos ns. 42, 48; este último constitui um artigo da grande «Enciclopedia Italiana».

Os outros artigos publicados na mesma Enciclopedia estão indicados nos ns. 46 a 56.

Os ns. 15 e 19 referem-se à organização do «Istituto Centrale di Statistica del Regno d'Italia».

As publicações de ns. 57 a 63, resumem os trabalhos feitos na Repartição de Estudos e Cartografia do Instituto Central de Estatística, sob a direção do Prof. Galvani.

Outras publicações do mesmo acham-se esparsas em forma de artigos em diversas revistas e jornais e, em particular, no «Notiziario Demografico», revista mensal publicada sob a direção do referido professor, até a sua partida para o Brasil. Entre estas citam-se, principalmente, os ns. 70 a 75, por se referirem ao importante inquérito sobre a fecundidade da mulher italiana.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

MATEMÁTICA

- 1 — La risoluzione di alcune equazioni funzionali mediante serie divergenti sommabili. («Rendiconti del R. Istit. Lomb. di Sc. Lett., Serie II, vol. XXXVII, 1904»).
- 2 — Un'applicazione geometrica della numerazione binaria. («Bollett. di Matem.» n. 12 — Dicembre 1905).
- 3 — Sulla risoluzione dei problemi geometrici col metodo delle equipollenze. («Bollett. di Matem.» 1907).
- 4 — Rappresentazione grafica per le funzioni complesse di variabile complessa. («Periodico di Matematica», Ano 1907).
- 5 — Un algoritmo applicabile ad alcune serie e sua relazione coi numeri transfiniti. («Giorn. di matematica di Battaglini», 1907).
- 6 — Alcuni metodi dati da Pietro Antonio Cataldi in confronto con quello di Newton e con la *regula falsi* per la approssimazione delle radici di un'equazione. (Velletri, Lizzini, 1909).
- 7 — Una semplice proprietà delle serie di potenze ed applicazioni. («Bollett. di matem.», 1911).

- 8 — Rappresentazione analitica di una funzione totalmente discontinua che nell'interno di un punto qualunque, acquista valori propri di n funzioni arbitrarie date. («Rendiconti del R. Ist. Lomb. di Sc. e Lett.», Serie II, vol. XLIV, 1911).
- 9 — Di alcune identità analitiche ed aritmetiche. («Period. di Matem.», Ano XXVII, Fasc. V., marzo-aprile 1912).
- 10 — Alcune considerazioni sul teorema del valor medio. («Giornale di Matem. di Battaglini», 1912).
- 11 — Di una corrispondenza (1,1) fra due continui lineari o superficiali, avente la proprietà di conservare la misura di un insieme di punti. («Memorie della R. Accad. di Scienze, Lett. ed Arti in Modena», 1914).
- 12 — Sulle funzioni convesse di una o due variabili, definite in un aggregato qualunque. («Rendic. del Circ. Matem. di Palermo», 1916).
- 13 — Della superficie riemanniana di rappresentazione della funzione $u = \int_0^x f(x) dx$ per $f(x) = \sum_{j=1}^n \frac{A}{x - a_j}$ («Miscellanea Pandiani», Genova, Gneco, 1921).

ESTATISTICA

- 14 — La stagionalità delle nascite nelle singole famiglie. («Metron», 1926).
- 15 — The new organisation of the statistical services in Italy («Journ. of the Amer. Stat. Assoc.», 1927).
- 16 — Dei limiti a cui tendono alcune medie. («Bollett. della Unione Matem. Ital.», 1927).
- 17 — (Em colaboração com C. Gini) — Di una applicazione del metodo rappresentativo all'ultimo censimento italiano della popolazione (1.º dicembre 1921) («Ann. di Statistica», Serie VI, vol. IV, 1929).
- 18 — (Em colaboração com C. Gini) — Di talune estensioni dei concetti di media ai caratteri qualitativi. («Metron», 1929).
- 19 — Il periodo di ricostruzione della Statistica italiana. («Rivista di Polit. econ.», 1930).
- 20 — (Em collab. com C. Gini) — Uniformità nelle tavole di mortalità. («Atti della XIX Sessione dell'Ist. Intern. di Statistica», Tokio, 1930).
- 21 — L'Atlante Statistico Italiano, Parte 1.ª. («Atti dell'XI Congr. Geogr. Ital.», Napoli, 1930).
- 22 — Estensione del concetto di media ed applicazioni allo studio della variabilità di una serie statistica. («Atti del Congresso Intern. dei Matematici, Bologna 1928).
- 23 — Calcolo delle probabilità di morte in generale e applicazione alla misura della mortalità infantile nella popolazione italiana dal 1873 in poi. («Ann. di Statist.», Serie VI, vol. XVII, 1931).
- 24 — Alcune osservazioni sul VI Censimento generale della popolazione italiana. (1.º dicembre 1921). («Ann. di Statist.», Serie VI, vol. XVII, 1931).
- 25 — Contributi alla determinazione degli indici di variabilità per alcuni tipi di distribuzione. («Metron», vol. IX, n. 1, 1931).
- 26 — Confronto tra le recenti tavole di mortalità italiane, costruite dall'Istituto Centrale di Statistica, e quelle di altri paesi (Metodi di calcolo e risultati). («Atti dell'Istit. Nazion. delle Assicurazioni», vol. III. Roma, 1930).

- 27 — Sulla determinazione del centro di gravità e del centro mediano di una popolazione, con applicazioni alla popolazione italiana censita il 1.º dicembre 1921 («Congr. intern. per gli Studi sulla popolaz.» Roma, 1931).
- 28 — La mortalità infantile nella popolazione italiana dal 1877 in poi, per contemporanei e per generazioni. («Atti della XIX Riunione della Soc. Ital. per il prog. delle Scienze», Bolzano — Trento 1930).
- 29 — (Em collab. com C. Gini) — Tavole di mortalità della popolazione italiana. («Annali di Statistica», serie VI, vol. VIII, 1931).
- 30 — (Em collab. com B. Zanon) — Le variazioni della popolazione, della natalità e della mortalità nei singoli comuni italiani dal 1911 al 1921. («Comunicaz. al Congr. Intern. per gli studi sulla popolazione», Roma 1931).
- 31 — Diminuzione della mortalità in alcuni Stati («Comunicaz. al Congresso Internaz. per gli studi sulla popolazione», Roma 1931).
- 32 — Sulle curve di concentrazione relative a caratteri non limitati e limitati. («Metron», vol. X, n. 3 — 1932).
- 33 — Breve storia di un'anomalia statistica: il differimento delle date di nascita per i nati alla fine dell'anno. («Rivista di Antropologia», vol. XXIX. Roma, 1932).
- 34 — Le previsioni demografiche. («Barometro economico» n.º 48, 1933).
- 35 — (Em collab. com C. Gini, M. Boldrini e A. Venere) Sui centri della popolazione e sulle loro applicazioni. («Metron», vol. XI, n.º 2 — 1933).
- 36 — I centri del territorio e della popolazione italiana (1931) e quelli della popolazione industriale e commerciale (1927). (Appendice al «Compendio Statistico Italiano» — 1933).
- 37 — Punti di contatto e scambi di concetti tra la Statistica e la Matematica. («Giorn. dell'Ist. Ital. degli Attuari» — 1933).
- 38 — L'andamento della natalità nel settentrione e nel mezzogiorno d'Italia. («L'Economia Italiana: Popolazione e Fascismo» 1933).
- 39 — **Introduzione** matematica allo studio del metodo statistico. (Edit. Giuffrè, Milano 1934).
- 40 — Nociones elementales de matematicas con aplicacion à la estadística. (Trad. de José Vandellós) (Editorial Labor S. A. — Barcelona 1935).
- 41 — Tavole di mortalità della popolazione italiana 1930-32 («Bollett. Mens. di Statistica dell'Ist. Centr. di Statistica del Regno d'Italia», 1934).
- 42 — L'indice nazionale dei prezzi all'ingrosso («L'Economia Italiana», 1935).
- 43 — La durata della vita nella popolazione italiana. («Barometro economico italiano». Roma, 1935).
- 44 — Le tavole di mortalità della popolazione italiana distinta per sesso e per stato civile, costruite dall'Istituto Centrale di Statistica. («Comun. alla XXIX Riunione della Soc. Ital. per il progresso delle scienze. Palermo, 1935).
- 45 — Previsione sullo sviluppo dei popoli bianchi. («Rapporto alla Commissione Nazionale Italiana per la Cooperazione intellettuale», sob impressão).

ESTATÍSTICA: NA «ENCICLOPEDIA ITALIANA»

- 46 — Cartogrammi. (vol. IX, 1931).
- 47 — Diagrammi. (vol. XII, 1931).
- 48 — Distribuzione della ricchezza. (Vol. XIII — 1932).

- 49 — (Statistica della) Natalità (vol. XXIV, 1934).
- 50 — Media (vol. XXII, 1934).
- 51 — (Statistica della) Mortalità (vol. XXIII, 1934).
- 52 — (Statistica della) Nuzialità (vol. XXV, 1935).
- 53 — Popolazione — Statistica della popolazione — Do'trine e politica della popolazione — (Vol. XXVII — 1935).
- 54 — Statistica.
- 55 — Seriazioni e serie.
- 56 — Stereogrammi
- 57 — Vita media e vita probabile.
(E outros artigos menores).

ESTATÍSTICA: RELAÇÃO OFICIAL DOS TRABALHOS DIRIGIDOS PELO PROF. L. GALVANI, JUNHO AO «ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA DEL REGNO D'ITALIA»

- 58 — Attività svolta dal luglio 1937 al novembre 1929 (dal serv. Mat'em. e cartogr. dell'Istituto Centr. di Statistica.; «Ann. di Statistica, serie 6, vol. VII, 1930).
- 59 — Attività svolta dal novembre 1929 al novembre 1930 (Dal serv. matem. e cartogr. dell'Ist. Centr. di Stat.; «Ann. di Stat., serie 6, vol. XXVII, 1932).
- 60 — Attività svolta dal novembre 1930 al novembre 1931 dal Serv. Matem. e Cart. dell'Ist. Centr. di Statistica. («Ann. di Statistica, serie 6, vol. XXVII, 1932).
- 61 — Relazione del Capo del Rep. VII. (Studi e Cartografia) dal dicembre 1931 al novembre 1932. («Ann. di Statistica», serie 6, vol XXIX — 1933).
- 62 — Relazione del Capo del Rep. VII (Studi e Cartografia) dal dicembre 1932 al novembre 1933. («Ann. di Statistica», serie 6, vol. XXXIII.).
- 63 — Relazione del apo del Reparto VII (al Cons. Sup. di Statistica, Sessione ordinaria 13-14 dic. 1934). («Ann. di Statistica», serie 6, vol.).
- 64 — Relazione del Capo del Reparto VII (al Cons. Super. di Statistica, Sessione ordin. del 20 dic. 1935 — dal 1.º dic. 34 al 30 novembre 1935) — («Ann. di Stat.» serie 6, vol.).

ESTATÍSTICA: ARTIGOS SÔBRE «NOTIZIARIO DEMOGRAFICO» (ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA, ROMA)

- 65 — La nuzialità nel quinquennio 1910-14 e nel triennio 1922-24 (Italia). 1933-4.
- 66 — I matrimoni nel 1931, distribuiti secondo il luogo di nascita degli sposi, nell'insieme dei Capiluoghi di Provincia e nel Governatorato di Roma. 1933-8.
- 67 — Nonagenari e centenari secondo le risultanze del censimento della popolazione (Italia). 1933-11.

- 68 — I matrimoni in Italia, secondo il luogo di nascita degli sposi (in collab. con R. Magno). 1933-12.
- 69 — Composizione per età della popolazione dell'Italia settentrionale e centrale. 1934-2.
- 70 — La dichiarazione delle età nei censimenti. 1934-5.
- 71 — Primi risultati dell'indagine sulla fecondità della donna italiana. 1935-4.
- 72 — Coniugate italiane senza prole. 1935-5.
- 73 — Altri aspetti della fecondità della donna italiana. 1935-6.
- 74 — Fecondità differenziale della donna italiana in relazione alla condizione sociale. 1935-7.
- 75 — Fecondità completa della donna italiana. 1935-8.
- 76 — Prole sopravvivenute nella donna a fecondità completa (Italia). 1935-10.
- 77 — VIII censimento generale della popolazione. I quesiti del foglio di censimento. 1936-4.
(E outros).

RESUMOS CRÍTICOS:

- 78 — «Prime linee di Patologia economica» di Corrado Gini. (L'Economia Italiana» 1936).
(E outros).

Outros trabalhos, especialmente sob a forma de artigos de divulgação científica, esparços em revistas e jornais.

PROFESSOR OTONIEL MOTA

(CATEDRA DE LITERATURA LUSO-BRASILEIRA)

O prof. Otoniel de Campos Mota, filho de José Rodrigues e d. Bernardina Deoclecia da Mota Pais, nasceu em Pôrto Feliz, a 16 de Abril de 1878.

Fez seus primeiros preparatórios no antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito. Completou-os no Seminário Presbiteriano, onde fez o seu curso teológico, em S. Paulo.

Foi lente de português em Ribeirão Preto, e depois em Campinas, e Diretor da Biblioteca Pública de S. Paulo.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

- «Ensaio lingüístico» (esgotado).
- «Lições de português».
- «O meu idioma».
- «Comentario aos Lusíadas».
- «Comentario às Geórgicas de Virgílio» (na tradução de Castilho).
- «Seleto moderna» (anotada).
- «Chave da Língua».
- «O lirismo grego».
- «Amor que santifica» (Novela com o pseudónimo de Bar Joseph).
- «Selvas e choças» (contos regionais).
- «O Evangelho de São Mateus» (traduzido do grego e anotado).
- «Anotações ao livro de Atos dos Apóstolos».
- «Israel, sua terra e seu livro».
- «Horas Filológicas» (no prelo).

(Não vão mencionados os opúsculos, alguns dos quais estão incorporados à obra «Horas Filológicas»).

FRANCESCO PICCOLO

CÁTEDRA DE LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA
(1934-1936)

Laureado em línguas e literaturas modernas na R. Universidade de Nápoles, em julho de 1914, após seus regulamentares cursos académicos durante os quais estudou, entre as disciplinas obrigatórias, especialmente glotologia com M. Bartoli em Turim, com F. G. Paroli em Florença, com M. Kerbaker em Nápoles, e literaturas néo-latinas com P. Raina e F. D. Ovidio, o Prof. Francesco Piccolo foi surpreendido no primeiro ano de seu ensino pela grande guerra européia. Apenas desmobilizado em 1919, reintegrou-se no magistério, retomou seus estudos e iniciou suas publicações com um **Ensaio de introdução à critica do Romantismo** (Napoli, Detken), que, partindo das intuições de Herder e voltando-se ao sistema crítico formulado na estética de Hegel, estuda as origens do problema romântico relativamente a uma teoria da arte que abrange cada mundo fantástico iluminado pelo sentimento e pela imaginação. Seguiu-se o livro **História da crítica contemporânea** (Napoli, Ricciardi), que traça o desenvolvimento da atividade crítica italiana julgada nos vários métodos, escolas e orientações, desde quando a crítica clássica desembocou nas brilhantes intuições de Foscolo, de Gioberti, de Mazzini, precursores da crítica sistematicamente romântica de De Sanctis, até Croce, que, no limiar de mil e novecentos, com a sua **Estética**, deu a primeira tentativa orgânica e científica da classificação do carácter lírico e universal da intuição artística

e a concepção anti-sociológica da história da arte. Seguiram-se depois: **Zodiaco Literário** (Firenze, Vallecchi), que é uma revisão crítica da literatura italiana de mil e oitocentos, desde Manzoni, Foscolo e Leopardi até D'Annunzio e à aparição literária anti-tradicionalista do primeiro vintênio de mil e novecentos, com o futurismo e com os decadentes; **Novalis e outros ensaios de literatura tedesca**, versando sobre o classicismo crítico de Goethe, sobre o romantismo novaliciano e sobre o segundo romantismo consagrado na obra de Hebbel.

Desde 1929, a atividade crítica de Piccolo se dirigiu a amplos ensaios particularmente políticos, introduzidos nas obras do grande polígrafo R. Bonghi, qual **«Os fatos meus e os meus pensamentos»** (Firenze, Vallecchi) pela primeira vez por ele publicados; **«Como caiu a Destra»** (Milano, Treves); **«Escritores liberais desde 1860»** (Firenze, Sansoni) publicados, a pedido, o segundo do «Instituto fascista de cultura» e o terceiro da «Escola de estudos corporativos» de Pisa. Muitos outros ensaios têm sido publicados nas revistas **«Voz»** (edição política), **«Leonardo»** (Firenze), **«Novos Estudos»** (Roma), **«Nova Antologia»** (Roma), **«Educação Fascista»** (Roma), **«A Italia literária»** (Roma), **«Quadrivios»** (Roma, sobre G. Leopardi, Francesco de Sanctis, Massimo D'Azeglio, Giosue Carducci, Giovanni Pascoli, Benedetto Croce, Guido Manzzoni, Dostoiewski, sobre o pensamento e o espírito de mil e setecentos a mil e oitocentos).

Desde 1925, o Prof. Francesco Piccolo é livre docente da língua e literatura italiana na R. Universidade de Roma, na qual desenvolveu cursos públicos sobre os escritores políticos de mil e oitocentos, sobre a literatura medieval e sobre as obras de Dante.

Desde 1934, é professor de literatura italiana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

ALUNOS MATRICULADOS

SECÇÃO DE FILOSOFIA

1.º ano

- 1 — Herson de Faria Dória
- 2 — Yoneka Nishie

- 12 — Olga D. Cataldi
- 13 — Corina de Castilho e Marcondes Cabral
- 14 — Zenaide Vilalva de Araujo

2.º ano

- 1 — Aquiles Archero Junior
- 2 — Cecília de Campos P. Vampré
- 3 — Olga Leite Pinto
- 4 — Maria Levy Kuntz
- 5 — Matilde Brasileira
- 6 — Seráfica Marcondes Pereira
- 7 — Nelda Thais Hydée Defilippi
- 8 — Rafael Grisi
- 9 — Leonor Cataldi Moura
- 10 — Egon Schaden
- 11 — Raul de Moraes

3.º ano

- 1 — Adélia Dranger
- 2 — Amélio Guariento
- 3 — Breno Ferraz do Amaral
- 4 — Décio Ferraz Alvim
- 5 — Francisco Rodrigues Leite
- 6 — J. B. Souza Aranha
- 7 — João Cruz Costa
- 8 — Lívio Teixeira
- 9 — Nicanor Teixeira de Miranda
- 10 — Osvaldo Ferraz Alvim
- 11 — Raul Ferraz de Mesquita

SECÇÃO DE FILOSOFIA E SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

1.º ano

- 1 — Anita de Castilho e Marcondes Cabral
- 2 — Cecília Elisa de Castro Silva
- 3 — Cecília P. de Castro Paiva

- 4 — Décio de Almeida Prado
- 5 — Eduardo Alcântara de Oliveira
- 6 — Nair Ortiz
- 7 — Paulo Borges Teixeira
- 8 — Zenith Mendes Silveira

CIÊNCIAS MATEMÁTICAS

1.º ano

- 1 — Abraão de Moraes
- 2 — César Higino Luiz Milani
- 3 — Jan Miguel Lauand
- 4 — Paulo Soares de Almeida

2.º ano

- 1 — Fernando José de Oliveira Escorel
- 2 — João Augusto Breves
- 3 — Maria Isabel Arruda Camargo

4 — Nelson da Silveira Leme

5 — Yolande Monteux

3.º ano

1 — Cândido Lima da Silva Dias

2 — Carmelo Damato

3 — Fernando Furquim de Almeida

4 — Francisco Antonio Lacaz Neto

5 — Júlio Rabin

6 — Mário Schemberg

CIÊNCIAS FÍSICAS

1 — Nagib Chaib

2 — José Miguel Lauand

CIÊNCIAS QUÍMICAS

1.º ano

1 — Domingos Mariutti

2 — Lais Helena de Paiva Azevedo

3 — Flávio Aurélio José Pucci

4 — José Alves de Melo

5 — Emiliano José Fortunato Micheletti

6 — Lino Afonso de Lacerda Santos

7 — Manuel Domingues Fernandes

8 — Ólivo Dnelli Júnior

9 — Pedro Santini

10 — Pietro Alfredo Falzoni

11 — Rui da Cunha Pereira

12 — Vitor Wanschel

13 — Henrique Max Gaetcke (Sòmente Mineralogia)

14 — Osvaldo Frugoli (Sòmente Mineralogia)

15 — Rolando Humberto Barsotti (Sòmente Mineralogia)

2.º ano

1 — Jandira França

2 — Luciano Barzaghi

3 — Pasquale Ernesto A. Senise

4 — Simão Matias

CIÊNCIAS NATURAIS

1.º ano

1 — Alcides de Matos Alves Ferreira

2 — Antônia Amaral Campos

3 — Armando Wohlers

4 — Erasmo Garcia Mendes

5 — Gilberto Galvão

6 — Rui Ribeiro Franco

6 — Olavo M. Calazans (Zoologia)

7 — Rosina de Barros

1.º ano, acompanham sòmente a cadeia de Mineralogia

1 — Alcides Guarido

2 — Felipe José de A. Franceschini

3 — Guilherme Luiz Ribeiro

4 — Horácio Monteiro Pinheiro

5 — Jarbas Bela Karmann

6 — João Mendes França

7 — José Chiara

8 — José Patrima da Silva

9 — Líbero Cerroti

10 — Luiz Contrucci

11 — Paulo Matias

2.º ano

1 — João Batista Piovesan (1.º ano em Mineralogia)

2 — Lauro Pereira Travassos Filho (1.º ano em Mineralogia)

3 — Maria de Lourdes Canto

4 — Michel Pedro Sawaya

5 — Nívea Arruda (Biologia)

GEOGRAFIA E HISTÓRIA

- 1.º ano
- | | |
|---|--|
| 1 — Arací Rodrigues Leite | 4 — Aurélia Marino |
| 2 — Arí França | 5 — Branca da Cunha Caldeira |
| 3 — Ceci de Souza | 6 — Clarice Pupo Nogueira |
| 4 — Cristina Lacerda Santos | 7 — Dulce Diva Leite |
| 5 — Epaphras Gonçalves Ennes | 8 — Eduardo de Oliveira França |
| 6 — Hilton Federici | 9 — Eunice Almeida Pinto |
| 7 — José Moreira Selles | 10 — José Alves de Almeida Feo |
| 8 — Mania Conceição Martins Ribeiro | 11 — Maria C. Teixeira Mendes |
| 9 — Maria Conceição Vicente de Carvalho | 12 — Maria de Lourdes Duarte Gonçalves |
| 10 — Nelly Moraes | 13 — Maria Ferrante |
| 11 — Odilon Nogueira Matos | 14 — Riscleta Violante Pereira |
| 12 — Olga Pantaleão | 15 — Sálvio de Figueiredo |
| 13 — Renato Silveira Mendes | 16 — Ubaldo da Costa Leite |
| 14 — Renato Stempniowski | 17 — Valdomiro de Padilha |
| 15 — Ruth Alcântara | |
| 16 — Rui Osório de Freitas | |

- 2.º ano
- 1 — Alice Piffer Cannabrava
 - 2 — Antonieta de Paula Sousa
 - 3 — Auralita de Oliveira Penteadó

- 3.º ano
- 1 — Afonso Antônio Rocco
 - 2 — Antônio de Paula Assis
 - 3 — Astrogildo Rodrigues Melo
 - 4 — Eurípides Simões de Paula
 - 5 — João Dias da Silveira
 - 6 — José Orlandi
 - 7 — Nelson Camargo
 - 8 — Rozendo Sampaio Garcia

CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

- 1.º ano
- 1 — Joaquim Câmara Ferreira
 - 2 — José Vicente de Freitas Marcondes
 - 3 — Julieta Guerrini
 - 4 — Lourival Gomes Machado
 - 5 — Maria Stela Guimarães

- 2.º ano
- 1 — Azer de Campos
 - 2 — Benedito F. de Albuquerque
 - 3 — Carlos Correia Mascaro
 - 4 — Elisa Sandoval Peixoto

- 5 — Euclides Pinto da Rocha
- 6 — Geraldo Boaventura Silva
- 7 — Gioconda Mussolini
- 8 — Isabel Botelho de Camargo
- 9 — Jaír Conti
- 10 — Laura Nunes de Souza
- 11 — Lavinia Costa Vilela
- 12 — Lucília Hormann
- 13 — Mário de Falco
- 14 — Mário Wagner Vieira da Cunha
- 15 — Milton Lourenço de Oliveira
- 16 — Ondina Garrido
- 17 — Rita de Freitas

18 — Serafina de Falco

3.º ano

19 — Teiti Suzuki

1 — Ofélia Ferraz do Amaral

LETRAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS

1.º ano

- 1 — Cassio de Toledo Piza
- 2 — Manuel Cerqueira Leite
- 3 — Noedy Krahenbuhl Costa
- 4 — Filomena Turelli
- 5 — Julieta Rosa

2 — Dina Geconi

- 3 — Eugénia Moraes de Andrade
- 4 — Maria Antonieta Casella
- 5 — Maria de Lourdes P. Martins

2.º ano

1 — Ana de Alencar

3.º ano

- 1 — Antônio Henriques Pinto
- 2 — Otacílio Silveira de Barros
- 3 — José Barbosa Correia

SECÇÃO DE LETRAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS E LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

1.º ano

1 — Jandira de Barros Fourniol

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

1.º ano

- 1 — Cleonice Coutinho Serôa da Mota (Francês e Italiano)
- 2 — Guilhermina Koester do Amaral (Italiano)
- 3 — Jeannette Embóaba da Costa (Italiano)
- 4 — Zélia Melo (Francês)

7 — Lina Pia Clarita Defilippi (Francês e Italiano)

- 8 — Lucila Medea (Italiano)
- 9 — Maria José Ribeiro de Menezes (Francês e Italiano)
- 10 — Maria Rosa de Sousa Pinheiro (Francês e Italiano)

- 11 — Marina F. Briquet (Francês)
- 12 — Mélida Padin (Francês e Italiano)

2.º ano

- 1 — Dulce Ribeiro (Francês e Italiano)
- 2 — Ercilio Angelo (Francês)
- 3 — Francisca de Barros (Francês)
- 4 — Iracema Rosa dos Santos (Francês e Italiano)
- 5 — Irma de Sousa Pinheiro (Italiano)
- 6 — Júlio Soares Dichl (Francês e Italiano)

13 — Odúlia de Sousa Gabbi (Francês e Italiano)

14 — Xenofonte Estrabão de Castro (Francês)

15 — Iolanda Leite (Francês e Italiano)

3.º ano

1 — Ada Raia (Francês e Italiano)

2 — Adriana Raia (Francês e Italiano)

OUVINTES LIVRES

SECÇÃO DE FILOSOFIA

- | | |
|------------------------------|---------------------------------|
| 1 — Cândida do Amaral Campos | 4 — Myriam S. Queirós do Amaral |
| 2 — Carlos S. Prado | 5 — Marcelle Félicie Netter |
| 3 — Ester Moura de Carvalho | 6 — Rubens Pedro Carneiro |

SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS MATEMATICAS

- | | |
|--------------------------------|------------------|
| 1 — Antônio de Carvalho Aguiar | 2 — Pedro Basile |
|--------------------------------|------------------|

SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS NATURAIS

- 1 — Caio Prado Junior

SUB-SECÇÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

- | | |
|----------------------------|---------------------------------|
| 1 — Clarice de E. Taunay | 3 — Vitoriano Garcia da Fonseca |
| 2 — Mário Pacheco e Chaves | |

SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1 — Alberto Americano | 6 — Maria Teresa Guimarães |
| 2 — Alberto Queirós do Amaral | 7 — Maria Gracia Rodrigues dos Santos |
| 3 — Célia Queirós do Amaral | 8 — Otacílio Tomanik |
| 4 — Elias Antônio Pacheco e Craves Neto | 9 — Raquel Moacir Ekstein |
| 5 — Heloísa Misasi | 10 — Willie de Melo Peixoto Davids |

SECÇÃO DE LETRAS

(Letras clássicas e português e Línguas estrangeiras)

- | | |
|--------------------------------|----------------------------------|
| 1 — Aida Brandão Caiubi | 6 — Jaci N. de Oliveira Penteado |
| 2 — Ernestina Ipolito | 7 — Jaqueline Zufferey |
| 3 — Gila do Amaral | 8 — Maria Grazia Bayer |
| 4 — Guiomar de Carvalho Franco | 9 — Maria Isabel de Paiva |
| 5 — Heloísa Oliveira Caiubi | |

ALUNOS MATRICULADOS NO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

1.ª SECÇÃO

PARA A SECÇÃO DE FILOSOFIA

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1.ª Série: | 2 — Aulo Marcondes Homem de
Melo Lacerda |
| 1 — Alfredo Guedes Lopes Junior | 3 — Fanny de Oliveira |
| 2 — Osvaldo Esposito | 4 — Gilda de Moraes Rocha |
| | 5 — Jorge Freire Campello |
| 2.ª Série: | 6 — Solidônio de Almeida Raposo |
| 1 — Euro do Vale Nogueira | 7 — Miguel Bucco Neto |

PARA A SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

- | | |
|--------------------|---|
| 1.ª Série: | 2 — Vigilato Hernani Arantes Fran-
co Baccarat |
| 1 — Junival Macedo | |

PARA A SUB-SECÇÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

- | | |
|------------------------------|---------------------------------------|
| 1.ª Série: | 5 — Maria Edith Leme de Oli-
veira |
| 1 — Bruna Rossi | 2.ª Série: |
| 2 — Edith Guimarães Chagas | 1 — Antônio de Freitas Malaman |
| 3 — Horácio Braun de Freitas | 2 — Leôncio Cornélio Pivetta |
| 4 — Lucila Gonçalves | |

2.ª SECÇÃO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

PARA A SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS NATURAIS

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1.ª Série: | 2.ª Série: |
| 1 — Berta Lange de Morretes | 1 — Jacques Marcondes Homem de
Melo Lacerda |
| 2 — Luiz de Andrade Maia | 2 — Maria de Lourdes Sousa An-
drade |
| 3 — Maria Stella Castro Guimarães | 3 — Osvaldo Mazzi |
| 4 — Nelson da Silva Barros | 4 — Ricardo Arruda |
| 5 — Ruth Lange de Morretes | 5 — Romeu Romanelli Filho |
| 6 — Ulisses Mayer Franco | 6 — Rubens Pedro Carneiro |

3.º SECÇÃO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

PARA A SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS FÍSICAS

1.ª Série:

- 1 — Osvaldo Laurindo
- 2 — Paulo Roubaud

2.ª Série:

- 1 — Moacir Santos de Campos

PARA A SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS

1.ª Série:

- 1 — Antônio Rafael Machado
- 2 — Herman Zion
- 3 — Herval Augusto Vilas Bóas
- 4 — Jacira da Silva Godói

- 5 — Maria Carmelita Leme de Oliveira

2.ª Série:

- 1 — Annunciata Centola
- 2 — Pio Avelino da Rocha

SUB-SECÇÃO DE CIÊNCIAS QUÍMICAS

1.ª Série:

- 1 — Célio Doraldo Silva
- 2 — Paulo Rupolo
- 3 — Heitor Gutiérrez
- 4 — Lisandro Bartholo
- 5 — Leão Tiker
- 6 — Blanka Wertheim
- 7 — Salomão Waitzberg
- 8 — Gualter Nunes Filho
- 9 — Tibério Castellini
- 10 — Rosa Kerzer
- 11 — Walter Rothschild
- 12 — Duse de Moura Rangel
- 13 — Maria Elisa Wohlers
- 14 — Frederico Luiz Caspari

- 15 — Alice Ateyeh
- 16 — Otto Hennings
- 17 — Iolanda Tavares

2.ª Série:

- 1 — José de Andrade Filho
- 2 — Gallia Solodovnikoff Krakovetzky
- 3 — Hércules Vieira Campos
- 4 — Hugo Pregnolato
- 5 — Ricardo Nogueira de Lima
- 6 — José Dias de Araujo
- 7 — Francisco Matos Mazzei
- 8 — Francisco Antonio Berti
- 9 — Irene Ferreira

5.ª SECÇÃO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

PARA AS SECÇÕES DE LETRAS CLÁSSICAS E DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

1.ª Série:

- 1 — Pedro Bandecchi
- 2 — José dos Reis da Silva Pereira
- 3 — Gemma Raia

2.ª Série:

- 1 — Celso Foot Guimarães
- 2 — Vitoriano Garcia da Fonseca
- 3 — Lucí de Sousa
- 4 — Bernardo Yuquelson

ÍNDICE

PROÊMIO	9
O MÉTODO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (Prof. A. de Sampaio Doria)	11
CÁTEDRA DE GEOMETRIA (Prof. Giacomo Albanese) Sôbre o ensino da Geometria	27
CÁTEDRA DE ZOOLOGIA (Prof. Ernst Marcus) Orientação didática e científica	32
CÁTEDRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA (Prof. Paul Vanorden Shaw) Idéias e Sugestões	41
CÁTEDRA DE DIREITO POLITICO (Prof. A. de Sampaio Doria) Direito Político	55
CÁTEDRA DE ESTATÍSTICA (Prof. Luigi Galvani) O ensino da estatística na Universidade de S. Paulo	58
CÁTEDRA DE LITERATURA LUSO-BRASILEIRA (Prof. Otoniel Mota) Considerações e reflexões acêrca do ensino da literatura	78

NOTICIARIO

Vida didática	84
I — Abertura dos cursos	84
Matrículas	84
II — Exames vestibulares e bolsas de estudo	85
III — Novas cátedras e novos professores	85
IV — Títulos, prêmios e promoções conferidos a professores	86
V — Colóquios Químicos e Seminário Matemático e Físico	86
a) Sub-seccção de Ciências Químicas	86
— Departamento de Química:	86

— O pessoal	87
— O ensino	87
— Colóquio Químico	87
— Excursões científicas	88
— A biblioteca de consulta	88
— O museu	89
— Aparelhos e produtos químicos adquiridos	91
— Publicações	91
— Pesquisa científica	91
b) Atividades do Seminário Matemático e Físico	91
c) Jornal de Matemática	92
VI — Criação dos «Boletins»	93
VII — Conferências públicas	94
VIII — Colégio Universitário	95
IX — Sessão camoniana:	96
Discurso do Prof. Dr. A. de Almeida Prado	96
«O Sonho de D Manuel» (Prof. Rebêlo Gonçalves)	98
Outras comemorações	111
«O lirismo nos Lusíadas» (Prof. Otoniel Mota)	111
X — Sessão didática da Congregação	122
Ata da sessão	122
Planos de reformas de ensino (Prof. Fantappié e Assistente Ernesto Luiz de Oliveira Junior):	125
Projeto de reforma dos estatutos da Faculdade	125
Projeto de reforma do ensino secundário	131
Considerações sobre a reforma do ensino secundário (Prof. Pierre Hourcade)	143
XI — Relações com o Conselho Universitário	149
A) — Plano de modificações ao regulamento:	149
Exposição de motivos	149
a) — Sub-secção de Ciências Naturais	150
b) — Aplicação da lei federal que concede ao aluno a possibilidade de cursar uma determinada disciplina, isoladamente	153
c) — Desdobramento da cátedra de Literatura Luso-brasileira	154
d) — Emendas e aditivos ao regulamento	154
e) — Anexos	155
Programas para os alunos de Ciências Naturais:	155
Química (Prof. H. Hauptmam)	155
Física (Prof. A. Soares Romêo)	156

	Matemática (Dr. Omar Catunda)	158
	Parecer do Conselho	160
B)	— Bolsas de estudo e comissionamento	161
	Parecer	162
C)	— Concessão condicional de matrículas	163
	Parecer	164
D)	— Representação ao Conselho atinente à maneira de admissão dos primeiros alunos à Secção de letras de Colégio Universitário	164
	Solução aprovada.	166
E)	— Validação de cursos idênticos professados em outro Instituto Universitário	167
	Resolução do Conselho	167
F)	— Limitação de matrículas	167
	Aprovação do Conselho	168
G)	— Distribuição das matérias do concurso de seleção para o Colégio Universitário	168
	Aprovação do Conselho	169
H)	— Sobre a execução do concurso seletivo entre os alunos provenientes do Colégio Universitário, dos cursos complementares e de outros	169
	Parecer	171
XII	— Legitimação de matrículas condicionais	171
	Decisão do Conselho Nacional de Educação	175
XIII	— Fundação do «Grêmio» dos alunos da Faculdade e apare- cimento da revista «Filosofia, Ciências e Letras»	178
	O «Grêmio».	179
	— Atividades em 1936:	179
	— As finalidades.	179
	— A Revista	180
	— Campanha de vulgarização universitária	181
	— Conferências	182
	— Visitas de estudo.	182
	— Outras realizações:	182
	— Esportes.	182
	— Filmoteca	182
	— Corpo orquestral e orfeão	183
	— Estandarte do «Grêmio»	183
	— Excursões e festas	183
XIV	— Encerramento do ano letivo	184
XV	— Sessão solene para outorga de diplomas à primeira turma de licenciados.	184
	— Discurso do Diretor (Prof. A. de Almeida Prado)	184

— Mensagem dos licenciados.	188
— Os licenciados.	189
— Discurso do orador da turma (licenciado Sr. João Cruz Costa).	190
— Oração do paraninfo da turma (Dr. Júlio de Mesquita Filho):	198
— Uma anomalia.	198
— O complexo brasileiro	199
— Os dirigentes	200
— O ensino superior.	200
— O ensino secundário.	203
— S. Paulo e a Revolução	204
— A missão da Universidade	204
— A mística nacional	205
— O dilema europeu.	206
— Os meus votos	206
Palavras do Reitor da Universidade (Prof. Dr. Reynaldo Porchat)	206

PROGRAMAS

Secção de Filosofia

Filosofia Geral e Psicologia	209
Sociologia (1. ^a Cadeira)	210
Sociologia (2. ^a Cadeira)	214

Secção de Ciências

I-II — Sub-secções de Ciências Matemáticas e Ciências Físicas:

Geometria Analítica e Projéctiva	217
Análise Matemática	219
Física	221
Mecânica Racional, precedida de Cálculo Vectorial	228
Física teórica (3. ^o ano)	233

III — Sub-secção de Ciências Químicas:

Mineralogia	234
Geometria Analítica e Análise Matemática	234
Física Geral e Experimental.	237
Química.	239

IV — Sub-secção de Ciências Naturais:

Física Geral e Experimental.	241
Química Orgânica e Biológica	241
Biologia Geral	242

Botânica	243
Zoologia	251
V — Sub-secção de Geografia e História:	
Geografia	252
Etnografia Brasileira e Língua Tupí-Guaraní	256
História da Civilização	259
História da Civilização Brasileira	260
História da Civilização Americana	261
VI — Sub-secção de Ciências Sociais e Políticas:	
Sociologia e Filosofia	270
Economia Política e Finanças	270
História das Doutrinas Econômicas	273
Direito Político	273
Estatística	275

Secção de Letras

I — Sub-secção de Letras Clássicas e Português:	
Filologia Portuguesa	280
Literatura e Filologia Greco-Latina	283
Literatura Luso-Brasileira	289
II — Sub-secção de Línguas Estrangeiras:	
Língua e Literatura Francesa	290
Língua e Literatura Italiana	292

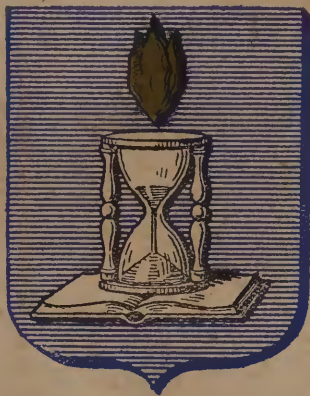
«CURRICULA VITÆ» DOS NOVOS PROFESSORES

Prof. Giacomo Albanese	293
Prof. Ernst Marcus	295
Prof. Paul Vanorden Shaw	297
Prof. François Perroux	299
Prof. Antonio de Sampaio Dória	300
Prof. Luigi Galvani	301
Prof. Otoniel Mota	306
Prof. Francesco Piccolo	307

ALUNOS

Matriculados	309
Ouvintes livres	313
Matriculados no Colégio Universitário	314

ESTE TRABALHO FOI EXECUTADO NAS
OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS", RUA XA-
VIER DE TOLEDO, 72 — SÃO PAULO,
EM SETEMBRO DE 1937.



*Impresso na
Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais"*